Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)




# Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: dezembro de 2009.**

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

# Índice

Índia já aceita cortar emissões – O Globo – Capa – 01/12/2009 ..... 10

Fumaça indiana– Florência Costa – O Globo – Ciência – 01/12/2009 ..... 10

Atenções voltadas aos ventos de Copenhague - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 01/12/2009 ..... 11

Copenhague será o fim do começo - Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião - 02/12/2009 13

Clima, autoestima e política – EugênioBucci – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/12/2009 ..... 15

Chegou a hora – Connie Hedegaard – O Globo – 03/12/2009 ..... 16

**Grandes negócios na rota de Copenhague -** José Roberto Campos **–** Valor Econômico **–** Brasil - 03/12/2009 ..... 18

Grandes negócios na rota de Copenhague - José Roberto Campos – Valor Econômico – Brasil - 03/12/2009 ..... 20

Por meta de clima, Japão pode taxar combustível – Valor Econômico – Internacional - 03/12/2009 ..... 21

Fim do desmate custa até US$ 18 bi – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócio - 03/12/2009 ..... 22

Em Copenhague, naundécima hora – WashingtonNovaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/12/2009 ..... 23

Acabar com devastação custaria até US$18 bi - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 04/12/2009 ..... 25

Em Copenhague, na undécima hora – WashingtonNovaes - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/12/2009 ..... 26

Merkel e Lula perdem a fé em acordo de Copenhague – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009 ..... 28

Fundo Amazônia aprova três projetos de redução de desmate – Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009 ..... 29

"Climagate" prova que mudança climática é natural, diz saudita – Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009 ..... 29

Parar desmate até 2020 custa de US$ 6,5 bi a 18 bi – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009 ..... 30

Emissões vão dobrar – Fernando Duarte - O Globo – Ciência – 04/12/2009 ..... 31

Governo alemão doa 6,5 milhões de euros para proteção da biodiversidade - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA - 04/12/2009 ..... 32

Ebictda com "C", o efeito Copenhague - Eduardo Athayde – Valor Econômico – Opinião - 04/12/2009 ..... 32

Meta chinesa dobraria emissões do país - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 04/12/2009 ..... 34

Índia anuncia redução de 25% - Valor Econômico – Especial - 04/12/2009 ..... 35

Capital chinês aposta em energia limpa – Raul Juste Lores – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009 ..... 36

Empresa junta biocombustível a Sol e eólica – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009 ..... 37

Brasil terá 725 delegados na conferência do clima – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009 ..... 38

Marina defenderá "teto" de emissões em Copenhague – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009 ..... 39

O grito de Belém – Cristóvão Buarque – O Globo – Opinião – 05/12/2009 ..... 39

Clima incerto em Copenhague – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/12/2009 ..... 41

Cresce expectative para Copenhague – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2009 ..... 42

'Mudança climática deixou de ser assunto de ambientalista' – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & 0 06/12/2009 ..... 43

A sustentável intensidade do CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2009 ..... 45

Barack Obama vai à cúpula do clima na semana decisiva – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2009 ..... 46

Clima vai mudar a economia – O Globo – Capa – 06/12/2009 ..... 46

Marco zero – O Globo – Opinião – 06/12/2009 ..... 46

Desafio à economia – Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 06/12/2009 ..... 47

O grande show verde conferência – O Globo – Ciência – 06/12/2009 ..... 48

Buracos nas metas do Brasil – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 06/12/2009 ..... 50

Mobilização popular foi fundamental para o Brasil definir metas – Sítio Eletrônico do MMA - 06/12/2009 ..... 51

País amplia fundo para mudanças climáticas – Estado de São Paulo – Capa – 07/12/2009 ..... 52

Royalties do petróleo podem ir para clima - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & -07/12/2009 ..... 52

A batalha mundial em Copenhague - Gilles Lapouge – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2009 ..... 54

ONU pede "virada" na conferência do clima – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2009 ..... 55

De Boer critica ajuda financeira "reciclada" – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2009 ..... 57

Excesso de inscritos faz evento restringir as vagas para ONGs – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – 07/12/2009 ..... 57

IPCC critica posição americana na COP-15 – Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 07/12/2009 ..... 58

Sabotagem contra o clima – O Globo – Ciência – 07/12/2009 ..... 59

Cadeia bovina adere à certificação responsável – Sítio Eletrônico do MMA - 07/12/2009 ..... 60

Quem negociará pelo Brasil em Copenhague? - Por Juliana Russar – Sitio Eletrônico do MST – 07/12/2009..... 61

Cúpula do clima racha governo do Brasil – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2009..... 65

Lula planeja ajuda a quem não desmatar – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Ciência – 08/12/2009..... 66

Especialista contesta meta de redução de CO2 – André Palhano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/12/2009 ..... 66

Europa: entre o avanço e a discórdia – Débora Berlinck – O Globo – Ciência – 07/12/2009 .... 68

Década atual é a mais quente da história – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009..... 69

Brasil pede corte de CO2 aos ricos, sem meta para os pobres – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009 ..... 70

Proposta de anfitriões vaza e cria celeuma em cúpula – Luciana Coelho - Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009 ..... 71

Brasil quer dinheiro para país pobre, mas espera pouco para si – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009 ..... 72

Conferência começa a esquentar – O Globo – Capa – 09/12/2009..... 73

Guerra de papéis – Miriam Leitão – O Globo – Economia – 09/12/2009 ..... 74

O entendimento possível na Conferência do Clima – Valor Econômico – Opinião - 09/12/2009 ..... 75

Crise financeira fará PIB do campo diminuir 7,2% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 09/12/2009..... 77

Confronto em Copenhague – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/12/2009..... 78

Impasse em acordo do clima divide países ricos - Andrei Netto e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 10/12/2009 ..... 79

Grupo tenta acordo "de baixo para cima" – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009..... 81

Obama ainda quer aprovar lei, diz Stern – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009..... 82

Europeus podem pôr até US$ 75 bi na mesa – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009..... 82

Lula deixa para 2011 multa a desmatadores ilegais – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009 ..... 83

BNDES começa a liberar verba para a floresta em janeiro – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009 ..... 84

Publicação divulga na COP-15 ações do governo contra o desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2009 ..... 84

Decreto estabelece regularização ambiental de propriedades - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2009 ..... 85

Relatório mostra que mudanças climáticas forçam migração humana – Sítio eletrônico do MST – 10/12/2009 ..... 85

As tempestades de Copenhague – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/12/2009 ..... 86

Pecuaria emite 50% do carbono do Pais – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2009 ..... 88

Acordo propõe corte mínimo de 25% - Afra Balazina e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2009 ..... 89

Tesouro perderá R$ 10 bi com anistia a desmatador – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009 ..... 90

Dinheiro do FMI pode bancar fundo do clima, afirma George Soros – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009 ..... 91

Gado gera 50% da emissão do país – Rafael Garcia, Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009 ..... 92

Inpe ajudará a ONU a monitorar desmate – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009 ..... 93

Copenhague poderá ter dois documentos – O Globo – Capa – 11/12/2009 ..... 94

Dois acordos para o clima – Yvo de Boer entrevista de Deborah Berlinck e Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 11/12/2009 ..... 94

Metade dos gases-estufa vem da pecuária - Renato Grandelle – O Globo – Ciência – 11/12/2009 ..... 95

Decreto desagrada a ambientalistas e ruralistas pedem mais - Paulo de Tarso Lyra e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 11/12/2009 ..... 96

Governo reforça Ibama para acelerar licenças ambientais – Estado de São Paulo – Capa - 12/12/2009 ..... 98

COP-15 traz emergentes para a linha de frente – Andrei Netto e Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2009 ..... 98

Ajuda para cortar emissões é questionada – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2009 ..... 99

Europeus querem dinheiro do Brasil em fundo para clima – Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009 ..... 101

Anistia não deve atrair desmatador, avalia CNA – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009 ..... 102

Acordo-esboço não freia subida além de 2C – Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009 ..... 102

EUA defendem mais pressão em emergentes – Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009 ..... 103

Conferência prevê corte para todos – O Globo – Capa – 12/12/2009..... 104

Metas para todos – Deborah Berlinck e Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 12/12/2009... 104

2010 será o ano mais quente – O Globo – Ciência – 12/12/2009 ..... 105

Herança ameaçada - Renato Grandelle – O Globo – Ciência – 12/12/2009 ..... 106

Copenhague é o ponto de virada para o clima – Ed Miliband – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 13/12/2009..... 108

Cúpula do clima para sob protestos – Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2009 ..... 110

Uso de floresta contra CO2 preocupa ecólogo – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2009 ..... 111

PAÍSES TENTAM BURLAR REGRAS PARA AMPLIAR ÁREAS PLANTADAS – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2009 ..... 112

Marina Silva afirma que Brasil também Deve colaborar – Afra Balazina – Estado de São Paulo – especial – 14/12/2009..... 114

Prazo para desmatar mais – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 14/12/2009 ..... 114

Dilma defende acordo do clima tímido – Marta Salomon e Luciana Coelho - Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2009 ..... 115

Governo do Brasil ainda não tem plano para cortar emissões – Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2009..... 117

Ambientalista conquista igrejas – Claudio Angelo- Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2009 ..... 117

Ministro apresenta na COP-15 ações do governo para reduzir emissões de CO2 – Sítio Eletrônico do MMA – 14/12/2009..... 119

"Brasil precisa ser mais ativo", diz Marina Silva – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009..... 120

Cúpula entra na reta final sem definição de recursos - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009 ..... 121

Empresas no Brasil já veem corte de emissões como oportunidade - Célia Rosemblum – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009..... 122

Senhores do clima – Rajendra – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009 ..... 124

China faz concessão e admite ficar sem ajuda financeira - Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009 ..... 124

Empresas se adaptam à era anticarbono - Célia Rosemblum – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009 ..... 126

Conferência do clima é paralisada Por paísesemdesenvolvimento – Andrei Netto e Afra Balazina - Estado de São Paulo – Especial – 15/12/2009 ..... 128

Maior reunião da história tem dia tumultuado - Lisandra Paraguassú e Andrei Netto – Estado de São Paulo – 15/12/2009 ..... 129

Proposta de fundo do clima opõe Dilma a Serra e Marina – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009 ..... 131

CONFERÊNCIA DE COPENHAGUE BATE RECORDE DE EMISSÕES DE CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009 ..... 132

"Desapontados", países da África retardam negociação – Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009..... 132

Implantação do Redd cria mais impasse – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009..... 133

Dinamarqueses criam cotas para ONGs em centro – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009 ..... 134

Ciência ou farsa? – João Luiz Mauad – O Globo – Opinião – 15/12/2009..... 134

Decreto simplifica regularização de reservas em todos os biomas - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA - 15/12/2009..... 135

Senhores do clima - Connie Hedegaard – Valor Econômico – Internacional - 15/12/2009 ..... 136

Os senhores do clima – Lumumba – Valor Econômico – Internacional - 16/12/2009 ..... 137

Brasil aceita prestar contas de ações para corte de CO2 – Estado de São Paulo – Capa – 16/12/2009..... 137

País pode ter metas maiores, diz Minc – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2009..... 137

A China na conferência de Copenhague – Qiu Xiaoqi – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009..... 139

Proposta de fundo do clima ganha força – Luciana Coelho, Claudio Angelo e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009..... 141

Financiamento não é esmola, diz mexicano – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009..... 142

Serra e Schwarzenegger defendem ações locais – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009 ..... 142

"Concessão" vira palavra de ordem – Claudio Angelo, Luciana Coelho e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009..... 143

ONU diz que Brasil poderia fazer mais – O Globo – Capa – 16/12/2009 ..... 144

'Brasil pode fazer mais – Ban Ki-moon – O Globo – Ciência – 16/12/2009 ..... 144

Dilma corrige Minc sobre clima – Chico de Góis – O Globo – Ciência – 16/12/2009..... 146

Economia verde – José Serra – O Globo – Opinião – 16/12/2009..... 147

O surrealismo de Copenhaguen - Johann Hari – O Globo – Ciência – 16/12/2009..... 149

Negociadores empurram decisão para ministros – O Globo – Ciência – 16/12/2009..... 150

As duas faces do chefão do clima de Obama – O Globo – Ciência – 16/12/2009 ..... 152

Clima e ambiente no centro de tudo – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/12/2009 ..... 152

Líderes se reúnem para evitar "naufrágio" – Luciana Coelho, Marta Salomom e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009..... 154

Países não podem esconder cartas na manga, afirma Lula – Marta Salomon, Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009 ..... 155

Comando dos dinamarqueses semeia discórdia – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009156

Obama faz mudança do clima virar tema de defesa nacional – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009 ..... 157

MMA descarta possível anistia a desmatadores - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA - 18/12/2009 ..... 158

Presidente Lula deve sancionar Política Nacional sobre Mudança do Clima - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 28/12/2009 ..... 159

ConferênciadoClimafracassa; Textonãotemmetasobrigatórias – Estado de São Paulo – Andrei Netto, Afra Balazina e Lisandra Paraguass - Especial – 19/12/2009 ..... 160

'Não levaremos o fracasso para casa' – Lisandra Paraguassú - Estado de São Paulo – Vida & - Especial – 19/12/2009 ..... 161

Cúpula acaba sem metas de corte de CO2 – Claudio Angelo, Luciana Coelho e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 19/12/2009..... 163

Foi um crime climático, diz ONG – Folha de São Paulo – Ciência – 19/12/2009..... 164

Resultado da COP 15 é insuficiente, diz Minc – Sítio eletrônico do MMA – 19/12/2009 ..... 165

Cop 15 encerra hoje sem acordos firmes sobre as mudanças climáticas – sítio eletrônico da Contag - 19/12/2009..... 166

Ruralistas tomam Agenda ambiental – Denise Madueño- Estado de São Paulo – Nacional – 20/12/2009..... 166

Para Marina, participação de Dilma é contraditória – Carla Araújo – Estado de São PAulo – Vida & - 20/12/2009 ..... 169

Um fracasso 'sem precedentes' – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 20/12/2009 ..... 170

Clima indefinido – Folha de São Paulo – Ciência - Editorial – 20/12/2009 ..... 171

Países dizem que texto final da cúpula é ilegítimo – Luciana Coelho, Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009 ..... 172

Legado será a desmobilização do público – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009..... 174

É preciso substituir o caduco sistema da ONU – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009..... 175

Obama reconhece insuficiência de documento sobre o clima – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009 ..... 176

Minc considera COP-15 uma frustração – Sítio Eletrônico do MMA – 20/12/2009 ..... 177

Dilma e Serra em Copenhague – José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/12/2009 ..... 178

Brasil lutará para manter Kyoto – Afra Balazina e Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & - 21/12/2009 ..... 180

Negociação climática tem futuro incerto - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional- 21/12/2009 ..... 181

Lula foi central, mas não bastou - Raymundo Costa – Valor Econômico – Internacional - 21/12/2009 ..... 182

Sem fazer novas concessões, Obama enterrou chance de se obter acordo – Valor Econômico – Internacional - 21/12/2009 ..... 183

Fracasso da COP-15 gera acusações – Estado de São Paulo – Vida & - 22/12/2009 ..... 187

Fracasso da COP-15 derruba preços de contratos de carbono – Chris Flood – Folha de São Paulo – Ciência – 22/12/2009 ..... 188

UE afirma que Copenhague foi "desastre" – Folha de São Paulo – Ciência – 23/12/2009..... 189

Petrobras fecha acordo com PetroChina para a produção de etanol – Folha de São Paulo – Dinheiro - 24/12/2009 ..... 190

"G20 do clima" pode substituir convenção - Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 26/12/2009 ..... 191

Lula sanciona lei do clima com vetos - Leonardo Goy e Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2009 ..... 192

Presidente pede esforço para obter acordo – Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2009..... 194

Para ONG, lei limita-se a declaração de boas intenções – Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2009..... 194

Lula sanciona lei do clima, mas protege setor do petróleo – Simone Iglesias - Folha de São Paulo – Ciência – 29/12/2009 ..... 195

NOVA LEI OBRIGA DISTRIBUIDORAS A COMPRAR ENERGIA LIMPA RENOVÁVEL – Folha de São Paulo – Ciência – 29/12/2009..... 196

Metas para clima vão se tornar lei hoje – O Globo – Capa – 29/12/2009..... 196

Brasil sanciona lei do clima – Chico de Gois – O Globo – Ciência – 29/12/2009..... 196

Os frutos de Copenhague – Qiu Xaiaoqi – O Globo – Opinião – 31/12/2009 ..... 197

**Índia já aceita cortar emissões –** O Globo – Capa – 01/12/2009

Pela primeira vez, a Índia, o único grande poluidor que não aceitava sequer discutir metas para combater o aquecimento global, afirmou que poderá propor em Copenhague uma redução de 25% de suas emissões de CO2 até 2020. O país, porém, não disse como isso poderá ser feito. A Índia ficou isolada depois que a China apresentou plano de cortes, semana passada. **Página 32**

**Fumaça indiana–** Florência Costa – O Globo – Ciência – 01/12/2009

Índia fala pela primeira vez em reduzir as emissões de CO2, mas não diz como

Pressionada, a Índia resolveu amenizar o discurso sobre o clima. Embora seja um dos grandes poluidores do mundo, o país vinha se recusando a aceitar qualquer meta de cortes de CO2 e se limitava a responsabilizar os países ricos pelo aquecimento global. Porém, depois que a China resolveu apresentar um compromisso voluntário de diminuição de CO2 na semana passada, a Índia mudou o tom e chegará a Copenhague com a promessa de reduzir suas emissões de gases do efeito estufa em até 25% em 2020. O governo indiano, no entanto, não diz sobre que patamar será calculada a redução, se sobre emissões de anos passados ou sobre projeções de crescimento. Délhi também deixou claro que será um compromisso voluntário e não uma meta compulsória.

A Índia resolveu recitar um mantra mais ameno para tentar apagar a imagem de intransigente. Os negociadores indianos não deram detalhes da proposta do país na cúpula climática que começa dia 7 na capital dinamarquesa. Mas indicaram que ela envolverá mudanças no consumo doméstico e no aumento da eficiência energética. Hoje, a matriz energética indiana é baseada na queima do carvão. Com um bilhão de habitantes, a Índia dobrou suas emissões na última década.

**'Não queremos que o mundo nos culpe amanhã', afirma ministro**

A Índia também finalmente aceitou que é preciso limitar o aumento da temperatura global em no máximo 2 graus Celsius até 2050. O primeiro-ministro, Mamonhangh Singh, havia dito em uma reunião com diplomatas indianos que o país quer apagar sua imagem negativa no mundo sobre as questões climáticas.

— Não queremos ganhar a reputação de emperradores de acordo. Não queremos que o mundo nos culpe amanhã — diz o ministro do Meio Ambiente, Jairam Ramesh.

Muitas das mudanças para cortar gases-estufa, na verdade, vêm do Plano Nacional de Ação da Mudança Climática. Ele inclui um ambicioso projeto de aumentar a capacidade de produção de energia solar em 200 vezes até 2013. E tem uma meta de alcançar 20 gigawatts de energia solar até 2022, a um custo de US$ 19 bilhões.

Até 2012 todos os novos prédios do pais deverão ter equipamentos de energia solar. O plano prevê ainda um aumento da produção de energia renovável. Hoje, somente 7% da energia gerada na Índia vêm de fontes renováveis. Pelo plano, esse percentual passará para 20% até 2030.

— O plano nacional indiano é ambicioso. Mas a Índia não deve aceitar nenhuma meta compulsória. Seria injusto esperar isso da Índia sem que outros o façam — afirmou Rajendra Pachauri, o principal cientista indiano de clima e presidente do Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, em entrevista ao jornal "Hindustan Times".

A decisão do governo enfrenta resistência interna.

— Estamos mostrando alguma flexibilidade porque não queremos ficar isolados — explicou-se o ministro do Meio Ambiente em sabatina no parlamento indiano.

Mas, mesmo tendo amenizado seu discurso, a Índia não deverá fazer grandes concessões em Copenhague.

Diante das pressões para aceitar metas compulsórias de corte de emissões de gases de efeito estufa, o governo indiano tem uma resposta pronta: a de que é uma tarefa mais urgente, num país com 800 milhões de pessoas sobrevivendo com menos de US$ 2 por dia, prover o acesso a serviços básicos como água potável a reduzir a emissão de carbono.

O governo indiano alega que as emissões da Índia são de "sobrevivência" — o uso de energia para a produção de comida, por exemplo — e não "emissões luxuosas", para manter um padrão de vida alto, como acontece nos Estados Unidos. Os indianos alegam que o país tem necessidade de aumentar o consumo de energia per capita para garantir o crescimento inclusivo: hoje, boa parte das metrópoles indianas amarga apagões diários de várias horas e cerca de 400 milhões dos 1 bilhão de habitantes não têm sequer acesso à eletricidade.

**Atenções voltadas aos ventos de Copenhague -** Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 01/12/2009

Fatos e previsões ligados ao clima prometem ter forte influência sobre o mercado internacional de commodities agrícolas neste mês de dezembro. E haverá notícias climáticas para todos os gostos, que certamente encontrarão nas principais referências globais para os preços desses produtos tão caros ao Brasil - as bolsas americanas de Chicago (soja, milho e trigo) e Nova York (açúcar, café, cacau, suco de laranja e algodão) - suas caixas de ressonância mais importantes.

Para depurar as expectativas de curto prazo, os reflexos do fenômeno El Niño na América do Sul tendem a começar a pesar tanto na formação das cotações dos grãos (soja, milho e trigo) quanto no caso de algodão, café e suco de laranja. Exceto pelo café, são produtos ainda passíveis a eventuais guinadas climáticas no Hemisfério Norte, onde a colheita de grãos e algodão, por exemplo, já se aproxima do fim.

Mas talvez essas variações climáticas "conjunturais", determinantes para guiar as cotações nas próximas semanas ou meses, não sejam tão importantes quanto os resultados das discussões de longo prazo que começam na semana que vem na Dinamarca. Como observa Antonio Sartori, da corretora gaúcha Brasoja, na aguardada Convenção Quadro da ONU para Mudanças Climáticas, em Copenhague, poderão ser definidos ou sinalizados parâmetros e metas capazes de direcionar atividades agrícolas e as apostas dos investidores nesses mercados por anos.

Sartori tem especial expectativa com o que pode sair de Copenhague em relação a metas para a utilização de biocombustíveis. Além do etanol feito da cana, cujo quadro de oferta e demanda rebate nos preços do açúcar, há o etanol de milho, que reage à

política americana de subsídios, por exemplo, ou o biodiesel produzido a partir de commodities como soja e trigo, contemplado com políticas próprias em mercados vitais como EUA, União Europeia e Brasil.

O analista não se esquece que o posicionamento do então presidente dos EUA George W. Bush favorável aos biocombustíveis, manifestado na virada de 2006 para 2007, foi fundamental para atrair ainda mais o interesse de fundos de investimentos pelo mercado de commodities agrícolas, que já estava em alta por conta do contínuo crescimento da demanda de grandes países emergentes como China e Índia por alimentos.

A conjunção dos dois fatores abriu o apetite dos fundos especulativos em um momento de piora dos rendimentos em outras aplicações e levou às commodities a máximas históricas em meados do ano passado. Em geral as cotações recuaram após o aprofundamento da crise irradiada a partir dos Estados Unidos, em setembro de 2008, mas seguem acima de suas médias históricas e com forte contágio do comportamento do dólar.

Independentemente dos fundamentos de oferta e demanda, a erosão da moeda americana foi mais uma vez determinante para a sustentação das cotações agrícolas em novembro em Chicago e Nova York. Na média do mês, o dólar voltou a perder valor em relação a outras moedas importantes como o euro, e cinco das oito principais commodities transacionadas pelo Brasil no exterior (suco, algodão, soja, milho e trigo) encerraram o mês com cotações médias mais elevadas do que em outubro.

Conforme cálculos do Valor Data baseados nas médias mensais dos contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente a de maior liquidez), mesmo as commodities agrícolas que recuaram (açúcar, café e cacau) contaram com o suporte oferecido pela deterioração do dólar, que conteve as variação negativas dos preços. "O dólar e os movimentos financeiros dos fundos continuaram sendo a grande influência do mercado", afirmou Renato Sayeg, da Tetras Corretora, de São Paulo.

Para soja e milho, duas das commodities agrícolas de maior liquidez, as chuvas durante a colheita nos Estados Unidos ajudaram a sustentar as cotações em novembro, ao mesmo tempo em que os sinais de reaquecimento da demanda chinesa se somaram aos fatores "positivos" para os preços da soja. Mas, da trinca, o trigo, cujo plantio nos EUA poderá ser afetado pelas chuvas que atrasam a colheita dos outros dois produtos, foi quem mais subiu. Seu preço médio foi 8,66% superior ao registrado em outubro, ante as valorizações médias de 5,4% do milho e de 4,69% da soja.

Para soja e milho, acredita Antonio Sartori, as fortes chuvas do El Niño que prejudicam o plantio de grãos no sul do Cone Sul serão monitoradas mais de perto pelo mercado em dezembro. No Rio Grande do Sul, disse ele, apenas 30% da área plantada total prevista foi de fato semeada até agora e um terço dela terá de ser replantada por causa das chuvas.

Em Nova York, açúcar, café e cacau recuaram mas mantiveram-se em patamares elevados, o suco de laranja voltou a subir com problemas na oferta da Flórida e de São Paulo e a reação do consumo americano e o algodão foi a commodity que mais subiu, também influenciado pelo clima nos EUA.

**Copenhague será o fim do começo -** Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião - 02/12/2009

Combater a ameaça das mudanças climáticas é o desafio coletivo mais complexo que a humanidade já enfrentou

O encontro em Copenhague sobre as mudanças climáticas ficará aquém das expectativas. Isso importa? Sim e não: sim, porque os argumentos a favor de agir de forma decisiva são fortes; não, porque o acordo provável será inadequado. Combater as mudanças climáticas será complicado. É crucial que atinjamos o objetivo de forma efetiva e eficiente. Os prováveis novos atrasos deveriam ser aproveitados para atingir exatamente isso.

Minha visão de que ações decisivas são justificadas é contenciosa. Os céticos oferecem dois contra-argumentos: primeiro, o de que a ciência fundamentando as mudanças climáticas é duvidosa; segundo, o de que os custos superam os benefícios.

Não é suficiente, porém, argumentar que a base científica é duvidosa. Tendo em vista os riscos, temos de estar muito seguros de que a ciência está errada antes de seguir os céticos. Se esperarmos até ter certeza de que não está, será tarde demais para agir efetivamente. Com apenas um planeta, não há como repetir experimentos.

Felizmente, as evidências sugerem que os custos para agir não devem ser proibitivos. O mais recente Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial, argumenta que o custo de aplicar restrições mais duras sobre as emissões seria modesto. Entre os incentivos, eu ressaltaria a importância de evitar o perigo de uma catástrofe climática. Não temos o direito de assumir tais riscos.

Mesmo assim, os céticos desempenham um serviço inestimável. Eles nos lembram de continuar monitorando os desenvolvimentos climáticos. Eles nos mostram, também, que agir tem seus custos e alguns custos - deixar bilhões de pessoas na pobreza - seriam intoleráveis. Por sorte, como o Banco Mundial destaca, as pessoas pobres pouco emitem. As reduções nas emissões que seriam asseguradas por trocar a frota dos EUA de utilitários-esportivos por carros com os padrões de economia de combustível da União Europeia cobririam as emissões equivalentes ao fornecimento de eletricidade para 1,6 bilhão de pessoas atualmente sem acesso.

Embora a ação seja justificada e provavelmente não proibitivamente cara, o desafio será imenso. Como a Agência Internacional de Energia (AIE) mencionou em seu Panorama da Energia Mundial, precisaríamos "descarbonizar" o crescimento para limitar as concentrações atmosféricas de "equivalentes de CO2" a 450 partes por milhão, o nível considerado consistente com um aumento médio de temperatura mundial em torno a 2° C. Precisaríamos fazer tudo - reduzir a demanda, expandir fontes renováveis, investir em energia nuclear, desenvolver a captura e armazenagem de carbono, trocar o carvão pelo gás e proteger as florestas - para atingir isso.

Como estamos nos saindo? Em uma palavra, horrivelmente. Apesar de todas as conversas, não apenas o estoque de emissões, mas também o fluxo, vem subindo. A recessão ajudou. Mas não podemos - e, é autoevidente, não devemos - depender de um armagedon econômico. Como ressalta a AIE, as emissões de CO2 relacionadas a fontes de energia aumentaram de 20,9 gigatoneladas (Gt), em 1990, para 28,8 Gt, em 2007. A AIE, em seu "cenário de referência", prevê que as emissões de CO2 chegarão a 34,5 Gt, em 2020, e a 40,2 Gt, em 2030 - uma taxa média de expansão de 1,5% por ano no período. De forma crucial, os países emergentes e em desenvolvimento "representam todo o crescimento projetado nas emissões relacionadas a fontes de energia até 2030", com 55% do aumento vindo da China e 18% da Índia.

Os argumentos para agir rapidamente para mudar essas tendências é que, de outra forma, os custos para limitar grandes aumentos de temperatura se tornariam extremamente altos ou, na pior hipótese, proibitivos. A AIE argumenta que se o objetivo é limitar as concentrações de gases causadores do efeito estufa a 450 partes por milhão, cada ano de atraso em conseguir avançar na trajetória necessária traz custos adicionais de US$ 500 bilhões a um custo mundial estimado em US$ 10,5 trilhões. Esses custos resultam da vida extraordinariamente longa dos bens de capital usados na geração de energia e na vida ainda maior do CO2 na atmosfera.

O cenário alternativo é bastante diferente: em vez de 40,2 Gt de emissões relacionadas a fontes de energia em 2030, deveríamos ter apenas 26,4 Gt. A diferença é imensa. Um estudo da European Climate Foundation mostra que os compromissos feitos antecipadamente a Copenhague não cobrirão essa diferença*. Mesmo na visão mais otimista, as propostas atuais ficam aquém em mais de 30% das reduções necessárias até 2020 na trilha para se chegar à meta de 450 partes por milhão de equivalentes de CO2.

Copenhague, então, será apenas o começo. Provavelmente, nem isso, já que o governo dos EUA não tem capacidade para fazer compromissos obrigatórios e os países em desenvolvimento não estão dispostos a fazê-los. Copenhague parece ser o fim do começo. Há algo próximo a um consenso de que o mundo deve agir. Há, igualmente, consenso de que, apesar da retórica, pouco de útil foi alcançado até agora. O momento para agir é agora - se não em Copenhague, então, pouco tempo depois.

Infelizmente, isso não significa que teremos o tipo adequado de acordo. As políticas que empregamos precisam ser tão efetivas e eficientes quanto possível. O que isso significa? Eu enfatizaria três critérios.

Primeiro, precisamos de preços para o carbono que se apliquem sobre horizontes de planejamento relevantes. Esse preço não pode ser fixado para sempre, precisa mudar de acordo com os acontecimentos. Mas precisa ser bem mais estável do que o mercado da União Europeia permite. Por esse motivo, para mim, um imposto parece ser mais atraente do que sistema de comércio de créditos.

Segundo, o local onde ocorram as reduções precisa ser descolado de quem vai pagar por isso. As reduções precisam ocorrer onde são mais eficientes. É por isso que as emissões nos países em desenvolvimento precisam ser incluídas. Mas o custo deve recair sobre os mais afluentes. Isso tanto porque eles podem arcar, como porque eles produziram a maior parte das emissões passadas.

Por fim, precisamos desenvolver e aplicar inovações em todas as tecnologias relevantes. Um relatório do instituto de estudos Bruegel sustenta, de forma persuasiva, que simplesmente elevar os preços sobre as emissões de carbono reforçaria a posição das tecnologias estabelecidas. Precisamos, da mesma forma, de subsídios em grande escala para a inovação**.

Combater a ameaça das mudanças climáticas é o desafio coletivo mais complexo que a humanidade já enfrentou. O êxito requer ações custosas e coordenadas entre vários países para lidar com uma ameaça distante, em nome das pessoas que ainda não nasceram, sob um manto de inevitáveis incertezas sobre os custos de não agir. Chegamos ao ponto, entretanto, em que há um consenso geral da natureza da ameaça e dos tipos de políticas que precisamos seguir para lidar com isso. Pode ser que não cheguemos a um acordo em Copenhague. Mas o momento de tomar uma decisão chegou. Ou agimos logo ou descobriremos se os céticos estavam certos. Se deixarmos de agir, espero que estejam. Mas tenho grandes dúvidas quanto a isso.

* "Taking stock" ( "Contando estoques, em inglês) 17 de novembro de 2009, www.project-catalyst.info

* "No green growth without innovation" ("Sem inovação, não há crescimento verde"), www.bruegel.org

**Clima, autoestima e política –** EugênioBucci – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/12/2009

Começo por uma laranja estragada que uma vez segurei com a minha mão direita. Mais que madura, ela estava passada. Uma espécie de gosma ressecada, num verde escuro abjeto, espalhava-se pela casca amarela, delimitando continentes irregulares.

Isso já faz muito tempo, lá se vão três décadas ou mais, mas não esqueço. Fiquei dividido entre a curiosidade adolescente e a repugnância instintiva – e também ideológica: a imagem viva daquela praga na casca do fruto tinha conspurcado uma reserva imaginária que eu trazia da infância.

Uma laranja, aos meus olhos, não era uma mercadoria de supermercado, mas uma dádiva sem valor de troca, que a gente colhia com as mãos. No quintal da casa em que cresci, havia um pé de ilhoa, que nos deu safras incontáveis, doces sem ser açucaradas.

Talvez por isso, quero dizer, talvez em função desse vínculo afetivo, a laranja estragada entrou no meu código visual como um agouro maligno.

Na hora, olhei para a esfera vegetal que eu tinha na mão como se olhasse para o planeta Terra – e para a crosta imunda na sua superfície como a civilização humana.

Acho que, já naquele tempo, circulavam na TV e nas revistas essas fotografias tiradas de aviões ou de satélites que mostram as cidades se alastrando, as matas dizimadas, enfim, a expansão predatória das populações como um câncer desgovernado.

Deve ter sido essa a associação que fiz. Em suma – ou em sumo –, aquele fruto imprestável vaticinou: "O homem é um ser parasitário cujo destino é matar o hospedeiro." Joguei no lixo a fruta imprestável.

Livrei-me dela com asco, mas a ideia do planeta como laranja – no feminino ou no masculino – permaneceu comigo.

Ainda hoje, quando, por exemplo, releio Max Weber, aquela ideia volta a ecoar. Há cem anos, Weber escreveu que "o poderoso cosmos da ordem econômica moderna (...) determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última gota de combustível fóssil". Nesse caso, o suco da laranja é o petróleo.

Sugando-o com avidez, a civilização, alastra o "espírito do capitalismo", e sua matéria, por terra, mar e ar.

Dito e feito. Depois dessas palavras, vieram as guerras mundiais, o genocídio, o terrorismo, a corrupção no Distrito Federal. Até que seja queimada a última gota de combustível fóssil, parece não haver freios para a ganância humana, por maiores que sejam os desastres que ela acarreta.

Ou melhor: parecia não haver freios. Desde que surgiu isso a que temos chamado grosseiramente de consciência ecológica, os "indivíduos que nascem dentro da engrenagem do poderoso cosmos da ordem econômica moderna" começaram a falar em

desenvolvimento sustentável, em convivência com a natureza e, mais recentemente, em combater, com boas ações, a tendência de aquecimento global.

São notícias excelentes, é claro. Mais do que para o clima, são notícias excelentes para a autoestima da humanidade – o que eu digo, admito, com uma ponta de ironia. Mas – e aqui não há ironia alguma – são também notícias alentadoras para quem acredita em amadurecimento da política.

Antes da política, falemos um pouco sobre a autoestima (a ironia será mínima). A história da civilização pode ser descrita como um encadeamento de notícias péssimas, traumáticas: século a século, fomo-nos dando conta de que não somos o centro do universo, de que não fomos fabricados pelas mãos de Deus e de que não é a nossa consciência que move a História, aquela tal, com H maiúsculo. Somos joguetes do inconsciente, seres bestiais munidos de tecnologias absurdas; nosso legado se resume a uma mescla de poluição, fome, infelicidade e, pior do que tudo, irrelevância cósmica: não faz a menor diferença para o Sistema Solar se a humanidade existe ou deixa de existir. Assim, antes mesmo de a humanidade ter sido extinta, sua autoestima já estava dizimada. Foi então que, de repente, quando nada mais havia para retirar da nossa testa o selo definitivo de irrelevantes, os cientistas anunciaram que o nosso modo de vida altera em um ou dois graus a temperatura média do planeta. Eis a notícia que, se ainda não salvou o clima, reavivou a autoestima dos humanos – que se veem autorizados a crer que fazem alguma diferença, nem que seja no comportamento dos termômetros que a gente põe no jardim de casa.

Isso não quer dizer que o frenesi ecologista não passe de um espasmo do antropocentrismo mais fútil, produto da crença nada científica de que a natureza não passa de uma consequência dos nossos atos. Esse frenesi pode ter muito disso, sem dúvida alguma, só que ele não é apenas isso. Há modismo nisso tudo. Mas há muito mais que isso.

Aqui chegamos à hipótese de que talvez esteja em curso um amadurecimento politico de grande porte. Pela primeira vez, as negociações entre as nações levam em conta aspectos ambientais, que, por definição, desconhecem fronteiras políticas e ultrapassam fronteiras estritas de classes sociais, de nacionalidades, de ideários fechados e de religiões. A humanidade como categoria política nunca fez tanto sentido. O planeta como "pátria" comum deixa de ser um devaneio poético para virar uma noção prática e eficaz, manejada tanto por diplomatas como por ONGs e por estadistas.

À luz desses avanços conceituais, descortina-se a possibilidade de um novo vocabulário político, orientado por valores igualmente novos. Eles não precisam ser, como muitos vêm cobrando, "científicos": basta que sejam mais humanos, com tudo o que há de impreciso no humano; basta que, em lugar da concorrência e da dominação, cultivem a convivência e a reconciliação.

Sim, a notícia é boa. Se o homem vai mesmo matar o hospedeiro, que o mate mais devagar Para começar, está mais do que bom. ●

**Chegou a hora –** Connie Hedegaard – O Globo – 03/12/2009

Há momentos na História em que o mundo pode escolher seguir diferentes caminhos. A Conferência Climática COP15 em Copenhague é um desses momentos decisivos. Podemos escolher o caminho rumo à prosperidade verde e um futuro mais

sustentável. Ou podemos escolher um beco sem saída e não fazer nada sobre mudanças climáticas, deixando uma conta enorme a ser paga pelos nossos filhos e netos.

Certamente, não é uma escolha tão difícil.

O objetivo do governo dinamarquês é claro e sem ambiguidade: estamos trabalhando por um acordo global ambicioso que reduz a emissão de gases de efeito estufa e fornece adaptação, tecnologia e financiamento. Ademais, Copenhague deverá incluir um prazo para a definição de um acordo de comprometimento legal.

O tempo é essencial. Para cada dia que esperamos, o preço e as consequências potencialmente catastróficas das mudanças climáticas aumentam.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, ao longo dos anos as perdas por inatividade nos custarão US$ 500 bilhões. Devemos fazer com que a pressão surta efeito e usar o momento político para que os líderes mundiais cumpram com suas responsabilidades e ajam prontamente com relação às mudanças climáticas.

O prazo Copenhague funciona. Governos de todos os países, um a um, estão se pronunciando previamente à conferência, a realizar-se no próximo mês. Recentemente, vimos metas concretas de Brasil e Coreia do Sul, e a Rússia aumentou sua oferta.

O presidente Obama anunciou as metas dos EUA, não somente para 2020, mas talvez mais perceptíveis para 2025 e 2030. 4% abaixo comparado a 1990 não seja talvez o que o mundo estava esperando, mas os Estados Unidos aparentam saber que o preço por chegarem mais tarde é que o caminho para reduções após 2020 será mais íngreme, com 18% abaixo dos níveis de 1990 em 2025 e 32% em 2030.

É, também, novo e muito encorajador que a China avance internacionalmente.

Tudo isso é um sinal claro de que o prazo de Copenhague está funcionando e líderes mundiais estão sentindo a pressão das expectativas dos cidadãos, da sociedade empresarial e do restante da sociedade.

Agora é hora de os líderes atenderem aos pleitos em favor do nosso planeta e entregar resultados em Copenhague.

A Dinamarca não definiu dezembro de 2009 como o prazo. Com o Plano de Ação de Bali de 2007, o mundo como um todo decidiu que a COP15 em Copenhague é um ponto crucial na campanha para colocar o mundo em um rumo mais sustentável. 192 países se alistaram a este mandato e agora nós não podemos deixar o prazo escorregar de nossas mãos. Agora é a hora de agir e agora é a hora de se tirar proveito do momento político. Líderes no mundo prometeram aos cidadãos do planeta uma solução.

Agora é a hora de cumprir com essa responsabilidade e apresentar em Copenhague um ambicioso e verdadeiro acordo sobre mudanças climáticas globais.

O conteúdo de um acordo é basicamente 4 desafios que precisam de soluções.

O acordo deve envolver um comprometimento no médio e no longo prazos de objetivos de redução de gases de efeito estufa para países desenvolvidos.

E isso deverá colocar as grandes economias desenvolvidas em um caminho mais limpo e mais verde rumo à prosperidade. Por fim, o acordo precisa dar assistência aos países vulneráveis — aqueles que são atingidos mais forte e primeiramente. O acordo deve trazer à mesa um novo e verdadeiro financiamento adicional — alguns dos quais têm de financiar adaptação nos países em desenvolvimento — e um acordo tem de ser alcançado de maneira que consigamos disseminar e desenvolver tecnologia e conhecimento.

Esses são os quatro pilares que em Copenhague devemos nos apoiar.

E nós devemos resolver isso. Não temos alternativa. Nós temos de lidar com as mudanças climáticas e devemos fazer isso agora. Copenhague é o prazo. O tempo acabou. Vamos finalizar o trabalho.

CONNIE HEDEGAARD é ministra da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Copenhague-2009.

**Grandes negócios na rota de Copenhague -** José Roberto Campos – Valor Econômico – Brasil - 03/12/2009

Negócios bilionários e boas intenções vão se encontrar em Copenhague na próxima semana. Grandes oportunidades de lucro reforçam a causa ambiental e elas dependem do que for decidido na Conferência do Clima. Reduzir ao máximo a dependência de petróleo e as demais fontes de energia fóssil é agora um imperativo econômico. O petróleo está se tornando um bem escasso, caro demais e 70% de suas reservas localizam-se nas regiões mais instáveis do mundo. Mesmo com a maior recessão em quase cem anos, o preço do barril praticamente não caiu abaixo dos US$ 35, quase o quádruplo dos US$ 9 do valor anterior, no fim dos anos 90. Livrar-se da dependência energética externa tornou-se um mantra da administração do presidente Barack Obama. "A única questão é: quais países inventarão, fabricarão e exportarão as tecnologias limpas e quais países se tornarão dependentes de produtos de fora?", resume Steven Chu, secretário da Energia dos EUA.

Deter o aquecimento global tornou-se uma nova fronteira a partir da qual é possível auferir grandes lucros e, claro, poder global. Ainda que sua fatia seja hoje diminuta, as energias renováveis crescem exponencialmente. Em 2007 e 2008 elas atraíram investimentos globais acima dos US$ 100 bilhões anuais. Mas elas são apenas uma parte da história. Se forem incluídos os produtos "verdes", o mercado potencial chega a fantásticos US$ 4,7 trilhões em 2020, segundo projeção da consultoria Roland Berger. Há uma corrida pela vantagem tecnológica, com fantásticas recompensas para quem estiver na dianteira. "A revolução verde já começou e em 2020 a tecnologia verde será maior que a indústria automobilística e de engenharia na Alemanha", prevê Peter Löscher, presidente da Siemens, a líder europeia em engenharia ("Financial Times", 24 de novembro). Löscher coloca dinheiro para sustentar suas palavras. O portfólio "verde" da Siemens atingiu US$ 34 bilhões no ano fiscal terminado em 30 de setembro. A General Electric, com sua "ecoimagination", amealhou US$ 17 bilhões e projeta US$ 25 bilhões em 2010. O alvo de outra gigante, a Philips, é obter 30% das receitas com a venda de produtos ambientalmente amigáveis.

Os recursos destinados a projetos de tecnologia limpa são relevantes e crescentes. Até 2013, China, Japão e Coreia do Sul despejarão US$ 509 bilhões neles e os EUA, mais US$ 172 bilhões nos EUA no período ("FT", 19 de novembro). Para cortar as emissões de CO2 pela metade até 2050 em relação ao nível de 2005, serão necessários investimentos de US$ 45 trilhões, estima a Agência Internacional de Energia.

Em 2008, o aumento da capacidade instalada de energias não fósseis foi superior ao das fontes convencionais. A Europa e os EUA estão na dianteira nas energias renováveis, com a China se aproximando deles. A China é o país com maior capacidade instalada dessas energias, com 76 gigawatts (mas nem toda ela integrada a uma rede de transmissão), seguida pelos EUA (40 GW), Alemanha (34 GW), Espanha (22 GW), Índia (13 GW) e Japão (8 GW), mostra um detalhado estudo da divisão de mudança

climática do braço de gestão de fortunas do Deutsche Bank. As posições oscilam de acordo com a fonte da energia. Os EUA investiram US$ 24 bilhões (20% do investimento global) e ultrapassaram a Alemanha em energia eólica. A China bateu o Japão na liderança da produção de células fotovoltaicas para captação da energia solar.

Do investimento total, a energia eólica recebeu a maior fatia, US$ 52 bilhões em 2008, ante US$ 34 bilhões para a solar, US$ 17 bilhões para biocombustíveis e US$ 8 bilhões para a biomassa. A energia eólica é a campeã em capacidade instalada, com 43% do total, seguida pelas pequenas hidrelétricas (30%), biomassa (18%) e solar (5%). Apesar de 80 países terem instalações comerciais para usar a energia eólica, quase toda ela concentra-se na Europa. Ninguém bateu a China até agora no aproveitamento de pequenas e grandes centrais hidrelétricas. E a Espanha tornou-se a líder mundial em energia solar, com 2,8 GW e sedia a maior unidade do mundo em Olmedilla de Alarcon.

Para bancar as energias renováveis, que são capital intensivas, havia "project finance" de US$ 47,8 bilhões em 2008. Cerca de 28% desses projetos foram feitos na Europa e 15% nas Américas. Dos projetos que estão sendo montados ainda, quase metade vai para os EUA, um quarto para a Ásia e 15% para a Europa. Os bancos tiveram receitas de US$ 500 milhões com a comercialização de créditos de carbono e o futuro é promissor. Este mercado pode mover US$ 2 trilhões em 2020, prevê a consultoria McKinsey.

Há mais bilhões nessas contas. As legislações nacionais de estímulo a medidas que reduzam emissões, feitas pelo Deutsche Asset Management, chegam a US$ 212 bilhões, excluindo a China. Um quarto desse total destina-se à eficiência energética. Transporte de massa e carros "limpos" ocupam boa parte dos recursos restantes.

A economia de baixo carbono vai modificar a paisagem humana e os carros elétricos são hoje uma aposta transcontinental, com a China igualmente no páreo. A Peugeot , uma das pioneiras, quer uma nova linha deles rodando na França no ano que vem, antes que sua rival Renault chegue com seus quatro modelos a partir de 2011. O governo americano dará US$ 7,5 mil, o inglês, US$ 8,2 mil e o chinês US$ 8,8 mil ao comprador de um veículo elétrico. Ainda há grandes desafios tecnológicos pela frente. Baterias de lítio estão sendo testadas, mas tudo nos carros será transformado para torná-los mais leves e econômicos, da aerodinâmica a novos materiais.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento ainda engatinham e tecnologias revolucionárias não aparecerão tão cedo. Mas é a dianteira tecnológica que definirá os vencedores na economia verde. Nesse ponto, o futuro continua desagradavelmente parecido com o passado e os países ricos dominam. A organização britânica Chatam House vasculhou 57 mil patentes de tecnologia de energias limpas e constatou que, apesar do progresso de Brasil, Índia e China, nenhuma de suas companhias ou organizações estavam nas dez primeiras colocações em qualquer setor analisado. O Brasil detinha, em 2008, 1,2% do total de patentes ambientais, segundo estudo da Bruegel, "think tank" belga.

**José Roberto Campos é editor-executivo do Valor**

**Grandes negócios na rota de Copenhague -** José Roberto Campos – Valor Econômico – Brasil - 03/12/2009

Negócios bilionários e boas intenções vão se encontrar em Copenhague na próxima semana. Grandes oportunidades de lucro reforçam a causa ambiental e elas dependem do que for decidido na Conferência do Clima. Reduzir ao máximo a dependência de petróleo e as demais fontes de energia fóssil é agora um imperativo econômico. O petróleo está se tornando um bem escasso, caro demais e 70% de suas reservas localizam-se nas regiões mais instáveis do mundo. Mesmo com a maior recessão em quase cem anos, o preço do barril praticamente não caiu abaixo dos US$ 35, quase o quádruplo dos US$ 9 do valor anterior, no fim dos anos 90. Livrar-se da dependência energética externa tornou-se um mantra da administração do presidente Barack Obama. "A única questão é: quais países inventarão, fabricarão e exportarão as tecnologias limpas e quais países se tornarão dependentes de produtos de fora?", resume Steven Chu, secretário da Energia dos EUA.

Deter o aquecimento global tornou-se uma nova fronteira a partir da qual é possível auferir grandes lucros e, claro, poder global. Ainda que sua fatia seja hoje diminuta, as energias renováveis crescem exponencialmente. Em 2007 e 2008 elas atraíram investimentos globais acima dos US$ 100 bilhões anuais. Mas elas são apenas uma parte da história. Se forem incluídos os produtos "verdes", o mercado potencial chega a fantásticos US$ 4,7 trilhões em 2020, segundo projeção da consultoria Roland Berger. Há uma corrida pela vantagem tecnológica, com fantásticas recompensas para quem estiver na dianteira. "A revolução verde já começou e em 2020 a tecnologia verde será maior que a indústria automobilística e de engenharia na Alemanha", prevê Peter Löscher, presidente da Siemens, a líder europeia em engenharia ("Financial Times", 24 de novembro). Löscher coloca dinheiro para sustentar suas palavras. O portfólio "verde" da Siemens atingiu US$ 34 bilhões no ano fiscal terminado em 30 de setembro. A General Electric, com sua "ecoimagination", amealhou US$ 17 bilhões e projeta US$ 25 bilhões em 2010. O alvo de outra gigante, a Philips, é obter 30% das receitas com a venda de produtos ambientalmente amigáveis.

Os recursos destinados a projetos de tecnologia limpa são relevantes e crescentes. Até 2013, China, Japão e Coreia do Sul despejarão US$ 509 bilhões neles e os EUA, mais US$ 172 bilhões nos EUA no período ("FT", 19 de novembro). Para cortar as emissões de CO2 pela metade até 2050 em relação ao nível de 2005, serão necessários investimentos de US$ 45 trilhões, estima a Agência Internacional de Energia.

Em 2008, o aumento da capacidade instalada de energias não fósseis foi superior ao das fontes convencionais. A Europa e os EUA estão na dianteira nas energias renováveis, com a China se aproximando deles. A China é o país com maior capacidade instalada dessas energias, com 76 gigawatts (mas nem toda ela integrada a uma rede de transmissão), seguida pelos EUA (40 GW), Alemanha (34 GW), Espanha (22 GW), Índia (13 GW) e Japão (8 GW), mostra um detalhado estudo da divisão de mudança climática do braço de gestão de fortunas do Deutsche Bank. As posições oscilam de acordo com a fonte da energia. Os EUA investiram US$ 24 bilhões (20% do investimento global) e ultrapassaram a Alemanha em energia eólica. A China bateu o Japão na liderança da produção de células fotovoltaicas para captação da energia solar.

Do investimento total, a energia eólica recebeu a maior fatia, US$ 52 bilhões em 2008, ante US$ 34 bilhões para a solar, US$ 17 bilhões para biocombustíveis e US$ 8 bilhões para a biomassa. A energia eólica é a campeã em capacidade instalada, com 43% do total, seguida pelas pequenas hidrelétricas (30%), biomassa (18%) e solar (5%). Apesar de 80 países terem instalações comerciais para usar a energia eólica, quase toda ela concentra-se na Europa. Ninguém bateu a China até agora no aproveitamento de pequenas e grandes centrais hidrelétricas. E a Espanha tornou-se a líder mundial em energia solar, com 2,8 GW e sedia a maior unidade do mundo em Olmedilla de Alarcon.

Para bancar as energias renováveis, que são capital intensivas, havia "project finance" de US$ 47,8 bilhões em 2008. Cerca de 28% desses projetos foram feitos na Europa e 15% nas Américas. Dos projetos que estão sendo montados ainda, quase metade vai para os EUA, um quarto para a Ásia e 15% para a Europa. Os bancos tiveram receitas de US$ 500 milhões com a comercialização de créditos de carbono e o futuro é promissor. Este mercado pode mover US$ 2 trilhões em 2020, prevê a consultoria McKinsey.

Há mais bilhões nessas contas. As legislações nacionais de estímulo a medidas que reduzam emissões, feitas pelo Deutsche Asset Management, chegam a US$ 212 bilhões, excluindo a China. Um quarto desse total destina-se à eficiência energética. Transporte de massa e carros "limpos" ocupam boa parte dos recursos restantes.

A economia de baixo carbono vai modificar a paisagem humana e os carros elétricos são hoje uma aposta transcontinental, com a China igualmente no páreo. A Peugeot , uma das pioneiras, quer uma nova linha deles rodando na França no ano que vem, antes que sua rival Renault chegue com seus quatro modelos a partir de 2011. O governo americano dará US$ 7,5 mil, o inglês, US$ 8,2 mil e o chinês US$ 8,8 mil ao comprador de um veículo elétrico. Ainda há grandes desafios tecnológicos pela frente. Baterias de lítio estão sendo testadas, mas tudo nos carros será transformado para torná-los mais leves e econômicos, da aerodinâmica a novos materiais.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento ainda engatinham e tecnologias revolucionárias não aparecerão tão cedo. Mas é a dianteira tecnológica que definirá os vencedores na economia verde. Nesse ponto, o futuro continua desagradavelmente parecido com o passado e os países ricos dominam. A organização britânica Chatam House vasculhou 57 mil patentes de tecnologia de energias limpas e constatou que, apesar do progresso de Brasil, Índia e China, nenhuma de suas companhias ou organizações estavam nas dez primeiras colocações em qualquer setor analisado. O Brasil detinha, em 2008, 1,2% do total de patentes ambientais, segundo estudo da Bruegel, "think tank" belga.

**José Roberto Campos é editor-executivo do Valor**

**Por meta de clima, Japão pode taxar combustível –** Valor Econômico – Internacional - 03/12/2009

O Japão quer criar um "imposto verde" sobre os combustíveis fósseis como uma forma de combater as mudanças climáticas. O ministro de Meio Ambiente japonês, Sakihito Ozawa, disse que esse imposto é necessário para financiar iniciativas para conter as emissões de carbono e "institucionalizar" essas emissões como sendo um custo para a economia.

O imposto, proposto por ele no mês passado, poderia render US$ 23,3 bilhões anualmente.

A ideia está sendo discutida pelo gabinete japonês.

O Japão já anunciou uma meta ambiciosa de cortar as emissões de gases-estufa até 2020 em 25%, a partir dos níveis de 1990. Faria isso se outros países desenvolvidos assumissem compromissos semelhantes. Entretanto a proposta foi vaga em relação a de que forma a meta seria alcançada.

Ozawa disse estar pronto para liderar os esforços de acordo durante a cúpula que se inicia segunda-feira em Copenhague, capital da Dinamarca, para discutir medidas contra as mudanças climáticas. Mas ele admitiu que será "muito difícil chegar a um novo acordo que tenha força de lei", durante a conferência.

O imposto verde daria também uma fonte nova de receita para o governo do premiês Yukio Hatoyama, que prometeu abolir a imposto provisório sobre a gasolina. Esse imposto provisório já está em vigor há anos e se destina a conservação de estradas.

O novo imposto não teria uma alíquota muito diferente em relação ao provisório já existente, mas os impostos sobre carvão, querosene e eletricidade subiriam bastante. O imposto sobre carvão pode ir de 0,7 iene por quilo para 3,4 iene por quilo. O imposto sobre eletricidade dobraria e o sobre querosene mais do que dobraria, segundo a proposta do ministro.

A iniciativa japonesa é uma entre várias semelhantes sendo discutidas no mundo. Em setembro, o governo francês anunciou a intenção de criar um novo imposto para combater as emissões de CO2 no país.

A ideia, proposta pelo presidente Nicolas Sarkozy e criticada pela oposição, é que a taxação entre em vigor no ano que vem, englobando o uso de petróleo, gás e carvão. Ela levaria a uma arrecadação adicional de € 4,3 bilhões ao ano.

**Fim do desmate custa até US$ 18 bi –** Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócio - 03/12/2009

***Segundo Marcos Jank, Brasil deve assumir a liderança nas discussões sobre o clima, pois tem matriz de baixo carbono***

Entre US$ 7 bilhões e US$ 18 bilhões até 2020. Esse é o custo estimado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) para que o desmatamento do lado brasileiro da floresta tenha um fim. Mais do que um desembolso para os cofres públicos e privados, esses valores podem ser encarados como investimento. Isso porque, previsões do próprio Ipam apontam que a preservação da floresta amazônica poderia render entre US$ 70 bilhões e US$ 110 bilhões nos próximo dez anos na geração de créditos de carbono a serem negociados no mercado.

Esse valor poderia ser um importante incremento ao mercado de carbono já existente. No ano passado, os negócios com crédito de carbono movimentaram em todo o mundo US$ 128 bilhões.

Segundo o coordenador de pesquisa do Ipam, Paulo Moutinho, além do que o Brasil ainda pode ganhar com a preservação, o País precisa ser reconhecido por aquilo que já tem feito nos últimos anos. "Existem 47 bilhões de toneladas de carbono armazenadas na Amazônia brasileira. Estamos trabalhando de graça e precisaríamos do

mínimo de reconhecimento internacional pelos esforços que estamos fazendo", afirma Moutinho.

O desmatamento é o principal agente emissor de gás carbônico do Brasil o que coloca o país na lista dos cinco maiores emissores do mundo. É por esse motivo que na meta apresentada pelo governo a redução no desmatamento ocupa o topo da lista de compromissos a serem assumidos, com uma expectativa de corte de 80%.

Mas não é apenas com o desmatamento que o Brasil pode lucrar. Segundo o professor do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Clemente Cerri, o agronegócio tem um potencial para reduzir entre 1,6 bilhões e 4 bilhões de toneladas suas emissões, que também poderiam ser transformados em créditos de carbono.

"Já temos tecnologia para isso. O que faltam são recursos para financiar algumas mudanças necessárias ao agronegócio para que o setor emita menos e consiga fixar carbono no solo", afirma Cerri. As mudanças a que o professor se refere estão relacionadas à adoção do plantio direto na agricultura, aumento da colheita mecanizada da cana-de-açúcar e avanços na cadeia dos biocombustíveis, tanto no etanol quanto no biodiesel.

A meta de redução do desmatamento e das emissões no agronegócio e outros segmentos será apresentada pelo governo a partir da próxima segunda-feira, em Copenhague, na 15ª Conferência das Partes (COP 15). A delegação brasileira será composta por quase 600 pessoas e entre eles estarão representantes do agronegócio, como o presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Carlo Lovatelli, e da União das Indústrias de Cana-de-açúcar (Unica), Marcos Jank.

Em relação às expectativas para o encontro da próxima semana, tanto Lovatelli quanto Jank dizem não esperar grandes avanços. "Estou mais otimista depois do compromisso assumido pelos EUA e China, mas será preciso igualar todas as bases de comparação e talvez não haja tempo para isso", afirma Lovatelli.

"Temos mais a ganhar do que perder em uma economia de baixo carbono, mas acredito que o encontro terá muita política e poucos resultados", afirma Jank.

**Em Copenhague, naundécima hora –** WashingtonNovaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/12/2009

Embora o tom do noticiário tenha ficado mais otimista – ou menos pessimista – nas últimas duas semanas, chega-se às vésperas da abertura da reunião da Convenção do Clima, em Copenhague, marcada para a próxima segunda-feira, em meio a incertezas ainda muito acentuadas.

Não há nenhum acordo geral sobre metas de redução de emissões de gases poluentes da atmosfera; não há definição para um indispensável tratado entre as mais de 190 nações signatárias da convenção, que torne obrigatório o compromisso de redução em cada uma; não há acordo entre países industrializados, países emergentes e o G-77 sobre esses compromissos; não há definição sobre quanto os países ricos destinarão aos outros, para que se adaptem às mudanças climáticas já em curso, nem sobre que tecnologias transferirão para isso aos países mais pobres. E não há definição sobre os

rumos do Protocolo de Kyoto e do mercado mundial de carbono, que dele depende.

Ainda assim, nos últimos dias o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que “um acordo está ao alcance” (Reuters, 29/11). E Yvo de Boer, secretário-geral da convenção, afirmou que “virão resultados concretos”, porque, a seu ver, agora “é tudo ou nada”, ricos e pobres terão de reduzir as emissões.

Mas com nuances entre uns e outros, já que a Índia, por exemplo, terá de aumentar suas emissões, para levar energia a 400 milhões de pessoas que dela não dispõem (Deutsche Welle, 30/11).

Nem sempre é simples entender o que acontece. Ora se noticia que EUA e China chegaram a um acordo para reduzir emissões, ora se noticia que os emergentes (China, Índia, Brasil, África do Sul), reunidos em Pequim, criaram frente para “pressionar” os países industrializados – a quem atribuem a responsabilidade histórica e numérica de reduzir emissões – a também financiar adaptações às mudanças e transferência de tecnologias. Mas sem aceitarem, eles, emergentes, compromissos obrigatórios de redução de suas emissões próprias.

No âmbito de alguns países, surgem contradições. O governo brasileiro mesmo afirma que superestimou os números sobre o desmatamento no Cerrado (que responde por parte importante de nossas emissões), que calculara em 21.260 km2 por ano e agora situa em 14.179 km2 (menos 33%). Ao longo do período 2000-2008 seriam 85.075 km2 desmatados, e não 127.564 km2, ou seja, 42.489 km2 menos – umaárea correspondente ao Estado do Rio de Janeiro ou dois Sergipes. E enquanto o governo federal assegura que o desmatamento na Amazônia continua caindo, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) diz que em outubro ele foi o dobro do que se verificou no mesmo mês de 2008.

A própria China agora deixa claro que sua meta de reduzir de 40% a 45% a intensidade de energia por unidade de produto (que resultaria em menos emissões) só valerá se cada projeto que possa levar a essa diminuição for financiado por um país industrializado. Já a Índia, até agora categórica na decisão de não reduzir as emissões, afirma, por seu primeiro-ministro, que “é preciso ser flexível” (Reuters, 27/11). A União Europeia mantém sua proposta de reduzir em 20% até 2020 ou mais, se outros industrializados a acompanharem. O Japão e a Rússia chegam a uma proposta de redução de 25% sobre as emissões de 1990.

Observadores brasileiros experientes acham, diante desse quadro, que não se chegará um tratado “vinculante” em Copenhague, que permita estabelecer metas obrigatórias e prazos definidos, pois isso exigiria que se negociasse antes um mandato

e diretrizes para o acordo final – e para tanto seria necessário, primeiro, um tempo de um a dois anos para negociações; ao final, o consenso entre todos os membros da convenção (como é praxe nas convenções da ONU). Em seguida, seria indispensávelumtempo para as ratificações país por país, em número suficiente (como aconteceu com o Protocolo de Kyoto). Mesmo um novo protocolo, apenas, como o de Kyoto, exigiria, para entrar em vigor, sua ratificação pelas nações signatárias da convenção. E até para prorrogar Kyoto seria preciso que os países industrializados (Anexo 1) concordassem antes quanto aos novos números. Nessa hipótese, dizem esses observadores, parece provável que as negociações se estendam mesmo ao longo de 2010, como já chegou a admitir De Boer e se mencionou neste espaço em artigo anterior.

É um panorama inquietante quando se retorna ao diagnóstico da Agência Internacional de Energia (AIE), de que sem acordo de redução as emissões de dióxido de carbono crescerão 40% até 2030 e só a China responderá por metade disso. Parece

lógico se se lembrar que a previsão do aumento da demanda de energia até 2030 é de 76%, com o carvão crescendo 2% (44% do total hoje), o petróleo tendo seu consumo aumentado em 1% ao ano, para chegar a mais de 100 milhões de barris diários (85 milhões hoje).

E com a AIE calculando em US$ 10,5 trilhões os investimentos necessários para reduzir acentuadamente o consumo de combustíveis fósseis.

Ou em US$ 26 trilhões os investimentos necessários em energia, de modo geral. Números que devem ser comparados aos € 10 bilhões anuais que a Grã-Bretanha está propondo que os países industrializados destinem aos demais.

É diante desses enigmas que Copenhague chegará às manchetes nas próximas duas semanas. Mas também será preciso levar em conta que, mais do que nunca, nessa área, a sociedade está mobilizada em praticamente todo o mundo e fará sentir sua insatisfação.

Quem recordar o quanto o próprio governo brasileiro recusou aceitar metas de redução de emissões e quanto vai mudando sua posição entenderá que o quadro ainda poderá mudar. Para melhor, certamente. Até porque os governantes estão se comprometendo a pelo menos aparecer em Copenhague.

Esperemos. Já sabemos, todos, que cada país só coloca seus termos finais no ultimo momento.

**Acabar com devastação custaria até US$18 bi -** Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 04/12/2009

Acabar com o desmatamento na Amazo^nia ateÅL 2020 custaria de US$ 6,5 bilhoes a US$ 18 bilhoes em investimentos, aleÅLm doquejaÅLeÅLgastohojepelogoverno na regiao, segundo um estudo publicado hoje na revista *Science*. O caÅLlculo foi feito por pesquisadores brasileiros e americanos, que defendem uma meta ainda mais ambiciosa do que os 80% de reducao que o Brasil pretende levar paraaConfere^nciadoClimadeCopenhague.

Querem desmatamento zero.

"EÅL algo perfeitamente factiÅLvel", disse ao **Estado** o ecoÅLlogo PauloMoutinho,doInstitutode PesquisaAmbiental daAmazo^nia (Ipam), um dos autores do estudo. "Achamos que daÅL para iraleÅLmdos80%echegaraCopenhague com um nuÅLmero muito mais robusto."

Quempagariaacontanaoseriaopovobrasileiro, masospaiÅLses desenvolvidos, por meio da compra de creÅLditos de carbono florestal e outros mecanismos de financiamento internacional. "O mais provaÅLvel e justo eÅL que esse dinheiro venha de outros paiÅLses", afirma Daniel Nepstad, do Woods Hole ResearchCenter, nosEstadosUnidos.

Paraisso,oscientistascontamcom a aprovacaoemCopenhague do mecanismo Redd, quepremiaria odesmatamento evitado como forma de combate ao aquecimento global. "EÅL amaneira mais barata de reduzir emissoes", afirma BritaldoSoares Filho,daUniversidade Federal de Minas Gerais. "O Brasil nao pode perder essa oportunidade."

A estimativa inclui gastos comfiscalizacao,gerenciamento de aÅLreas

protegidas, pagamento por servicos ambientais eapoioaodesenvolvimentosustentaÅLvel de comunidades tradicionais–demodoquenaoprecisemmaisderrubaraflorestapara sobreviver.

O grande intervalo entre os nuÅLmeros (de US$ 6,5 a US$ 18 bilhoes) deve-se a diferencas no plano de acoes e naintensidadedoesforconecessaÅLrio para alcancar a meta.

Por exemplo, quando tratadacompensacaodeprodutores rurais que optarem por manter aÅLreas de floresta aleÅLm do exigido por lei (chamado "custo de oportunidade"). No cenaÅLrio mais barato, soÅL 10% desse custo seria compensado, versus 25% no cenaÅLrio mais caro.

EMISSÕES EVITADAS

Para atingir 100% de reducao em 2020, o Brasil deixaria de derrubar, nos proÅLximos dez anos, 153 mil quilo^metros quadrados de floresta –umaaÅLrea do tamanho do Acre. Isso evitaria a emissao de 6,2 bilhoes de toneladas de gases do efeito estufa (GEEs) para a atmosfera –equivalente a eliminar cerca de 3% das emissoes globais desses gases, responsaÅLveis pelo aquecimento global.

Os caÅLlculos sao baseados numa projecao de reduces gradativas abaixo da meÅLdia de desmatamento do periÅLodo 1996-2005, que foi de 19,5 mil km2 (chamada linha de base histoÅLrica). Num cenaÅLriomaispessimista, emqueo desmatamentotenderiaaaumentar por causa da pavimentacao de estradas e outros fatores de pressao, o volume de emissoes evitadas poderia chegar a 12,4 bilhoes de toneladas de GEEs, jaÅL que a aÅLrea de desmatamento evitado teria de ser maior (chamada linha base projetada).

Moutinho ressalta que, apesardo desmatamentoestar em ritmo de queda, o cenaÅLrio pessimista nao pode serdescartado,jaÅLqueareducaodosuÅLltimosanosfoibeneficiada por um esfriamento dos mercados de soja e carne.

"Ainda nao passamos pela prova de fogo, que seraÅL manter a queda do desmatamento frente a uma alta de preco das commodities", diz ele. "Vivemos uma situacao favoraÅLvel, mas ainda fraÅLgil", completa Soares. ●

**Em Copenhague, na undécima hora –** WashingtonNovaes - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/12/2009

Embora o tom do noticiário tenha ficado mais otimista – ou menos pessimista – nas últimas duas semanas, chega-se às vésperas da abertura da reunião da Convenção do Clima, em Copenhague, marcada para a próxima segunda-feira, em meio a incertezas ainda muito acentuadas.

Não há nenhum acordo geral sobre metas de redução de emissões de gases poluentes da atmosfera; não há definição para um indispensável tratado entre as mais de 190 nações signatárias da convenção, que torne obrigatório o compromisso de redução em cada uma; não há acordo entre países industrializados, países emergentes e o G-77 sobre esses compromissos; não há definição sobre quanto os países ricos destinarão aos outros, para que se adaptem às mudanças climáticas já em curso, nem sobre que tecnologias transferirão para isso aos países mais pobres. E não há definição sobre os

rumos do Protocolo de Kyoto e do mercado mundial de carbono, que dele depende.

Ainda assim, nos últimos dias o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que “um acordo está ao alcance” (Reuters, 29/11). E Yvo de Boer, secretário-geral da convenção, afirmou que “virão resultados concretos”, porque, a seu ver, agora “é tudo ou nada”, ricos e pobres terão de reduzir as emissões.

Mas com nuances entre uns e outros, já que a Índia, por exemplo, terá de aumentar suas emissões, para levar energia a 400 milhões de pessoas que dela não dispõem (Deutsche Welle, 30/11).

Nem sempre é simples entender o que acontece. Ora se noticia que EUA e China chegaram a um acordo para reduzir emissões, ora se noticia que os emergentes (China, Índia, Brasil, África do Sul), reunidos em Pequim, criaram frente para “pressionar” os países industrializados – a quem atribuem a responsabilidade histórica e numérica de reduzir emissões – a também financiar adaptações às mudanças e transferência de tecnologias. Mas sem aceitarem, eles, emergentes, compromissos obrigatórios de redução de suas emissões próprias.

No âmbito de alguns países, surgem contradições. O governo brasileiro mesmo afirma que superestimou os números sobre o desmatamento no Cerrado (que responde por parte importante de nossas emissões), que calculara em 21.260 km2 por ano e agora situa em 14.179 km2 (menos 33%). Ao longo do período 2000-2008 seriam 85.075 km2 desmatados, e não 127.564 km2, ou seja, 42.489 km2 menos – umaárea correspondente ao Estado do Rio de Janeiro ou dois Sergipes. E enquanto o governo federal assegura que o desmatamento na Amazônia continua caindo, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) diz que em outubro ele foi o dobro do que se verificou no mesmo mês de 2008.

A própria China agora deixa claro que sua meta de reduzir de 40% a 45% a intensidade de energia por unidade de produto (que resultaria em menos emissões) só valerá se cada projeto que possa levar a essa diminuição for financiado por um país industrializado. Já a Índia, até agora categórica na decisão de não reduzir as emissões, afirma, por seu primeiro-ministro, que “é preciso ser flexível” (Reuters, 27/11). A União Europeia mantém sua proposta de reduzir em 20% até 2020 ou mais, se outros industrializados a acompanharem. O Japão e a Rússia chegam a uma proposta de redução de 25% sobre as emissões de 1990.

Observadores brasileiros experientes acham, diante desse quadro, que não se chegará um tratado “vinculante” em Copenhague, que permita estabelecer metas obrigatórias e prazos definidos, pois isso exigiria que se negociasse antes um mandato e diretrizes para o acordo final – e para tanto seria necessário, primeiro, um tempo de um a dois anos para negociações; ao final, o consenso entre todos os membros da convenção (como é praxe nas convenções da ONU). Em seguida, seria indispensávelumtempo para as ratificações país por país, em número suficiente (como aconteceu com o Protocolo de Kyoto). Mesmo um novo protocolo, apenas, como o de Kyoto, exigiria, para entrar em vigor, sua ratificação pelas nações signatárias da convenção.

E até para prorrogar Kyoto seria preciso que os países industrializados (Anexo 1) concordassem antes quanto aos novos números. Nessa hipótese, dizem esses observadores, parece provável que as negociações se estendam mesmo ao longo de 2010, como já chegou a admitir De Boer e se mencionou neste espaço em artigo anterior. É um panorama inquietante quando se retorna ao diagnóstico da Agência Internacional de Energia (AIE), de que sem acordo de redução as emissões de dióxido de carbono crescerão 40% até 2030 e só a China responderá por metade disso. Parece

lógico se se lembrar que a previsão do aumento da demanda de energia até 2030 é de 76%, com o carvão crescendo 2% (44% do total hoje), o petróleo tendo seu consumo aumentado em 1% ao ano, para chegar a mais de 100 milhões de barris diários (85 milhões hoje).

E com a AIE calculando em US$ 10,5 trilhões os investimentos necessários para reduzir acentuadamente o consumo de combustíveis fósseis.

Ou em US$ 26 trilhões os investimentos necessários em energia, de modo geral. Números que devem ser comparados aos € 10 bilhões anuais que a Grã-Bretanha está propondo que os países industrializados destinem aos demais.

É diante desses enigmas que Copenhague chegará às manchetes nas próximas duas semanas. Mas também será preciso levar em conta que, mais do que nunca, nessa área, a sociedade está mobilizada em praticamente todo o mundo e fará sentir sua insatisfação.

Quem recordar o quanto o próprio governo brasileiro recusou aceitar metas de redução de emissões e quanto vai mudando sua posição entenderá que o quadro ainda poderá mudar. Para melhor, certamente. Até porque os governantes estão se comprometendo a pelo menos aparecer em Copenhague.

Esperemos. Já sabemos, todos, que cada país só coloca seus termos finais no ultimo momento

**Merkel e Lula perdem a fé em acordo de Copenhague –** Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009

Cúpula do clima não terá tratado de força legal, diz dupla após reunião

Maior avanço do encontro será definir aumento de 2C como limite máximo antes de aquecimento se tornar perigoso, afirmam líderes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a chanceler alemã Angela Merkel descartaram publicamente a possibilidade de que a cúpula do clima de Copenhague, que começa segunda-feira, possa produzir um acordo realmente importante.
"Não será o acordo dos meus sonhos e nem dos sonhos da Angela Merkel", disse Lula, ao lado da governante alemã, em entrevista coletiva após o encontro entre ambos na Chancelaria, a sede do governo.
O comunicado conjunto emitido pelos dois líderes, aliás, recolhe claramente as perspectivas limitadas para o encontro na capital da Dinamarca.
Diz que "o objetivo comum [para Copenhague] seria um ajuste sobre todos os elementos centrais de um novo acordo sobre o clima, bem como sobre um cronograma para a integração dos ajustes de Copenhague em um acordo internacional vinculante sobre o clima". Ou, em palavras mais diretas, será "um acordo político que, nos meses seguintes, será transformado em um acordo jurídico".
Tradução do diplomatiquês: acordos políticos não obrigam ninguém a cumpri-los. Acordos jurídicos, sim, são vinculantes, ainda mais quando feitos sob o guarda-chuva das Nações Unidas, como em Copenhague.

Esperava-se da reunião da semana que vem que saísse exatamente o pacote jurídico que obrigasse todos os países a cumprir as metas de redução da emissão de gases que provocam o aquecimento global.
Quando mesmo um líder que se diz otimista, como Lula, descarta essa hipótese, fica claro que o melhor que pode acontecer em Copenhague é o endosso para o limite máximo de 2 C para o aumento da temperatura global, acima do qual "haveria um prejuízo enorme para a humanidade", diz Merkel.
É razoável supor que esse limite sairá realmente do encontro da semana que vem: afinal, faz apenas seis meses as chamadas "grandes economias" (são 17, responsáveis por quase todas as emissões de gases) concordaram que esse teto tem de ser respeitado, durante encontro à margem da cúpula do G8+5+1 em Áquila (Itália).
Ao menos do ponto de vista alemão, o Brasil chega a Copenhague em situação elogiável: Merkel até agradeceu a Lula pelas metas anunciadas.
Mas cobrou de outros países emergentes um engajamento similar: "Só com os países industrializados, a meta de 2 C não poderá ser atingida".
Lula, de seu lado, fez cobrança parecida à China e à Índia, mas incluiu os Estados Unidos no seu apelo, embora ressalvando que, se dependesse só do presidente Barack Obama, as metas norte-americanas seriam mais ambiciosas.

**Fundo Amazônia aprova três projetos de redução de desmate –** Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009

DA REPORTAGEM LOCAL

O Ministério do Meio Ambiente anunciou ontem a aprovação dos primeiros três projetos do Fundo Amazônia, iniciativa na qual países desenvolvidos contribuem com dinheiro que o Brasil pode utilizar para planos que favoreçam a redução do desmatamento.
A iniciativa paraense, que será coordenada pela ONG Imazon, ganhará R$ 12 milhões para fazer o monitoramento ambiental de propriedades rurais. Em Mato Grosso, a ONG The Nature Conservancy usará R$ 16 milhões para recuperar áreas degradadas. No Amazonas, R$ 20 milhões ajudarão a recompensar comunidades tradicionais por serviços ambientais, entre outras ações.

**"Climagate" prova que mudança climática é natural, diz saudita –** Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009

DA REPORTAGEM LOCAL

O principal negociador climático da Arábia Saudita, Mohammad Al-Sabban, declarou à rede britânica BBC que o chamado "Climagate" -a troca de e-mails entre

climatologistas que céticos do aquecimento global veem como prova de conspiração mundial- indica que a mudança do clima é natural, e não gerada pelo homem. Segundo o negociador saudita, o vazamento dos e-mails, que foram roubados por hackers no mês passado, vai mudar a dinâmica das negociações em Copenhague, já que "nada do que podemos fazer vai alterar a mudança climática". Grandes produtores de petróleo, os sauditas nunca viram com bons olhos a redução de emissões.

**Parar desmate até 2020 custa de US$ 6,5 bi a 18 bi –** Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2009

Investimento considerado barato cortaria até 5% das emissões globais de CO2

Segundo cientista, dinheiro poderia ser levantado por mecanismo global para compensar países pobres que preservam florestas

O investimento necessário para zerar o desmatamento na Amazônia brasileira até 2020 é de US$ 6,5 bilhões a US$ 18 bilhões, indica uma estimativa de cientistas brasileiros e americanos. Em estudo na edição de hoje da revista "Science", os autores do trabalho defendem que esse custo é relativamente barato e permitirá eliminar de 2% a 5% das emissões globais de gases do efeito estufa.
Liderados por Daniel Nepstad, do Centro de Pesquisa de Woods Hole (EUA), os pesquisadores simularam investimentos em três diferentes tipos de iniciativa para desestimular o desmate e estimaram o custo da empreitada por Estado.
"Nossos modelos econômicos integram as melhores informações disponíveis sobre solos, estradas e custos de produção para captar a lógica econômica dos condutores do desmatamento", afirma Britaldo Soares-Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, coautor do trabalho.
A lógica do estudo foi calcular os chamados custos de oportunidade -a renda à qual um proprietário de terra renuncia ao deixar de desmatar- em toda a Amazônia brasileira.
Segundo Paulo Moutinho, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), que também participou do estudo, um custo de US$ 18 bilhões não é tão alto quando se imagina que praticamente todo esse dinheiro poderia vir de um mecanismo de ajuda. É o chamado Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), ferramenta que deverá estabelecer uma compensação a países pobres que preservam suas florestas.
A Noruega, por exemplo, já se dispôs a desembolsar US$ 1 bilhão pela causa.
"Seja o Redd um mecanismo de mercado ou um misto de doações com ações num mercado, ele tem a capacidade de financiar uma parte ou até a totalidade desse objetivo", diz Moutinho. Segundo ele, porém, para conseguir isso, será preciso ampliar os esforços, já que a forte queda na taxa de desmate desde 2005 não se deve só a medidas proativas do governo, mas em grande medida à crise que prejudicou a expansão da agropecuária, que perdeu parte do interesse em abrir terras.
Com a tendência de aumento na demanda por carne e soja nos próximos anos, porém, será preciso resguardar o avanço já conquistado e ampliar ações de preservação. "Existe uma mudança na exigência de consumidores de produtos agrícolas por produtos mais sustentáveis", diz Moutinho. "Temos de aproveitar essa janela de oportunidade criando

mecanismos de incentivo e reconhecimento dos produtores que andam na linha e, ao mesmo tempo, apoiar os povos da floresta."

**Emissões vão dobrar –** Fernando Duarte - O Globo – Ciência – 04/12/2009

Metas propostas por países são insuficientes para reduzir aquecimento global

Mesmo que as promessas de corte nas emissões globais de gases-estufa sejam cumpridas, ainda assim serão insuficientes. As emissões vão quase dobrar até 2040, em comparação aos níveis de 1990, com base nas atuais metas anunciadas pelos países. É o que aponta estudo da consultoria climática Ecofys.

Em Berlim, às vésperas da 15ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-15), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a reunião não resultará num "acordo dos sonhos" dele ou de qualquer outro líder mundial por conta de uma maior necessidade de aprofundamento nas discussões sobre a diminuição de emissões.

O cálculo da Ecofys considera os compromissos assumidos pelos governos antes da reunião, de 7 a 18 deste mês. A análise diz que o mundo caminha para um aquecimento médio bem acima de 3 graus Celsius até 2100. E as ofertas sobre a mesa não devem interromper o aumento antes de 2040, quanto menos 2015, conforme indica o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU.

— Estão longe de reduzir à metade as emissões até 2050, conforme proposta do G8 (bloco de países industrializados) — disse Niklas Hohne, diretor da Ecofys.

O economista Nicholas Stern, especialista em aquecimento global, está pessimista. Em reunião em Bruxelas, ele declarou que, para manter o aquecimento em menos de 2 graus, as emissões globais deveriam ficar em 44 bilhões de toneladas por ano até 2020. Seu mais recente relatório diz que as emissões estão em 47 bilhões de toneladas de gases-estufa por ano, e podem chegar a 58 bilhões em 2020.

Lula — em visita oficial à Alemanha — disse que o poder de negociação dos líderes mundiais estará limitado pelas vicissitudes da política interna de seus países, mas acredita que a COP-15 ao menos resultará em avanços.

— Tenho otimismo acima da média.

Não teremos o acordo dos meus sonhos, mas acertos importantes.

Cada presidente apresentará propostas conforme sua política externa e acima de sua vontade pessoal.

Tenho certeza de que, por exemplo, o Obama teria sido bem arrojado nas metas apresentadas pelos EUA se o tivesse feito de vontade própria — afirmou o presidente em entrevista coletiva.

Uma pesquisa divulgada ontem revelou que nove entre dez brasileiros se preocupam com as mudanças climáticas e adotariam hábitos para proteger o clima. O estudo do Pew Research Center ouviu 26 mil pessoas, em 25 países (800 no Brasil).

Dois terços ou mais da população de Argentina (69%), França (68%), Coreia do Sul (68%), Índia (67%), Turquia (65%), Japão (65%) e México (65%) dizem que o aquecimento global é um "problema muito sério". (Colaborou Fernando Duarte)

**Governo alemão doa 6,5 milhões de euros para proteção da biodiversidade -** Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA - 04/12/2009

A Mata Atlântica ganhou novo reforço para a proteção, uso sustentável e recuperação da vegetação. Nesta sexta-feira (04/12), o governo alemão, por meio do banco KfW, doou 6,5 milhões de euros para o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), a serem investidos em ações do projeto Proteção da Mata Atlântica II.

A implementação do projeto envolve a participação do Ministério do Meio Ambiente, do KfW e do Funbio, que têm três anos para usar os recursos doados. A ideia é o dinheiro seja usado na ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, na introdução do sistema de pagamento por serviços ambientais, e na disponibilização de informações para decisões sobre a biodiversidade na Mata Atlântica e proteção do clima, além do trabalho de capacitação de especialistas e sociedade civil.

Durante a cerimônia de assinatura de contrato, no gabinete da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, a secretária Maria Cecília Wey de Brito disse que esse recurso vai ajudar a completar uma série de ações de proteção da floresta. "Boa parte da população vive onde era o bioma, onde boa parte do PIB é produzido, e precisava receber esse investimento. A Mata Atlântica merece um tratamento especial", ressaltou. Atualmente a Mata Atlântica possui apenas 23% de sua vegetação.

Além do apoio financeiro, os projetos terão o acompanhamento da Cooperação Técnica Alemã (GTZ). No início do próximo ano, será criada uma comissão técnica, com representantes das três instituições, para o acompanhamento das atividades do projeto, que serão desenvolvidos em parceria com os governos estaduais, municipais e sociedade civil.

O representante do banco KfW, Jens Ochtrop, ressaltou que essa parceria para o meio ambiente já dura mais de 20 anos, e avaliou a primeira fase do projeto Proteção da Mata Atlântica como muito eficiente. Ochtrop vê um potencial ainda maior para essa nova etapa. Ele ainda destacou as ações do MMA na proteção da Mata Atlântica. "Em um momento em que a atenção está voltada para a Amazônia, é bom ver que o MMA também está voltado para outros desafios, como a consolidação da conservação da Mata Atlântica".

Em 2008, o KfW investiu 2 milhões de euros, num período de um ano, para a primeira fase do projeto Proteção da Mata Atlântica. O recurso deu origem a uma série de ações de conservação da Mata Atlântica, realizadas pelo MMA, Instituto Chico Mendes e governos dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, municípios e organizações não governamentais. Em função do bom resultado das ações implementadas essa nova etapa inicia com um orçamento três vezes maior.

**Ebictda com "C", o efeito Copenhague -** Eduardo Athayde – Valor Econômico – Opinião - 04/12/2009

A partir de Copenhague, o EBITDA ganha um "C" passando a Ebictda (Earnings Before Interests, Taxes, Carbon regulation, Depreciation and Amortization)

Diferentemente das outras cúpulas mundiais, Rio 92 e Johannesburgo 2002, que construíram caminhos para o futuro, Copenhague 2009 decidirá os próximos passos da

economia global. Metas oficiais de redução de emissões, inclusive a brasileira, comprovam isto. Copenhague não é um evento, mas um momentum quando fatos marcantes revelam as transformações em curso, governantes, empresários, cientistas, ambientalistas e artistas, lutam juntos por saídas da economia de alto carbono, com custos e prazos já definidos.

A partir de Copenhague, o Ebitda, indicador usado para medir a musculatura e a capacidade de geração de caixa das empresas, ganha um "C" passando a Ebictda (Earnings Before Interests, Taxes,"Carbon regulation", Depreciation and Amortization), incluindo a emissão de carbono (representante dos gases de efeito estufa) como item na avaliação do potencial das instituições.

O componente "C", dotado de inteligência nova, passa a integrar os sistemas de gerenciamento de risco das empresas, monitorando a parcela de responsabilidade nas 45 gigatoneladas de CO2 equivalente/ano de emissões globais, indicando oportunidades de atuação na economia de redução de carbono que, ao inverter a curva de crescimento de emissões até 2020 criará mercados globais de US$ 2,5 trilhões/ano em produtos e serviços de baixo carbono.

Pressões sem precedentes em Copenhague também levam a crise climática às portas das bolsas de valores onde massas de capitais ainda fluem livremente, sem regras para o fluxo de carbono. Ações negociadas em bolsas podem ser propulsoras ou mitigadoras de mudanças climáticas e indicadores como o "Carbon Index" e o "DCarb Index", criados para medir o nível de carbonização e descarbonização dos ativos negociados, aumentando a transparência, são ferramentas simples para guiar investidores, estimulando tendências de capitais para as lucrativas rotas da descarbonização. Segundo o World Federation of Exchanges (WFE), que reúne bolsas de valores de todo o mundo, US$ 791 trilhões foram negociados globalmente em 2008, incluindo derivativos, contratos cujo valor deriva de outros ativos.

Após Copenhague, em 2010, o Brasil passará por outro ajuste adotando oficialmente o modelo contábil do International Financial Reporting Standards (IFRS), regras para balanços já vigentes em mais de 100 países, que modifica significativamente o modo com que as corporações reportarão seus demonstrativos financeiros, alterando a forma de apurar resultados e as analises do mercado sobre o desempenho das empresas.

Enquanto demonstrativos da contabilidade tradicional consideram meio ambiente e mudanças climáticas como contingências remotas - externalidades - o IFRS determina que os ativos biológicos (tudo que nasce, cresce e morre), alterações climáticas e seus impactos positivos e negativos sobre o valor dos bens, sejam ajustados no balanço pelo "fair value" (valor de mercado), o que pode alterar significativamente os resultados e o nível de atratividade de mercado das empresas. As novas regras influem diretamente no Ebictda e precisam ser entendidas pela administração, afinal, além dos balanços, a reputação e a imagem das empresas também serão afetadas.

Os ativos biológicos, ou seja, culturas variadas, canaviais e produtos derivados, rebanhos e matrizes reprodutoras, florestas plantadas cercadas pelas naturais (melhor chamadas de biofábricas por abrigar princípios ativos ainda não valorados), são bens vivos que crescem ou engordam, e alguns são commodities com preços oscilantes, terão que ser demonstrados nos balanços pelo valor de mercado. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, que financia bioativos da pecuária, florestas e alcoolquímica derivada da cana, estará enquadrado nas regras do IFRS - e os financiados, também.

A União Europeia adotou as normas IFRS em 2005. O Brasil, com o peso expressivo dos ativos biológicos será um "special case" para o International Accounting

Standards Board (IASB), mentor das regras contábeis internacionais. Toda inteligência contida nos parâmetros do IFRS ainda é insuficiente para avaliar e demonstrar o "fair value" da maior biopotência do planeta na economia global.

O relatório final da Comissão para Mensuração da Performance Econômica e Progresso Social, formada por iniciativa do presidente francês, Nicolas Sarkosy, e coordenada pelos cientistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, uma referência para o desenvolvimento sustentável, observa a "contribuição" que cada país pode dar, individualmente, para a "insustentabilidade global". Diante da constatação da Comissão fica evidente a contribuição que o Brasil pode dar ao mundo com a valoração dos seus ativos ambientais, matriz energética limpa e adoção de inteligência nova nas instituições, credenciando-o a pleitear o recebimento de eco-royalties em fóruns competentes das Nações Unidas.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em rota de descarbonização, não usa mais papel e é o primeiro tribunal nacional do mundo a só julgar processos digitalizados, um exemplo da alta corte brasileira. Enquanto o governo brasileiro avança no debate internacional estabelecendo metas de redução de emissões, São Paulo promulga a lei da descarbonização e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas reune empresas na Plataforma Brasileira Empresas pelo Clima (EPC); bancos como o Itaú e Bradesco e transnacionais brasileiras como Natura, Braskem, Vale e Suzano, que já trabalham com a visão do fluxo "C" no Ebictda, rebaixam suas emissões controlando riscos e ganhando competitividade. Exemplos sintomáticos de transição para a nova geração de empresários reunidos em fóruns como o Comitê de Jovens Empreendedores (CJE), da Fiesp, próximos comandantes das empresas de baixo carbono.

**Eduardo Athayde é diretor do WWI-Worldwatch Institute no Brasil. E-mail: eduardo@uma.org.br**

**Meta chinesa dobraria emissões do país -** Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 04/12/2009

Se a China continuar crescendo ao ritmo dos últimos dez anos, suas emissões de gases-estufa estarão 130% maiores em 2020, em relação a 2005, segundo cálculos do Ministério do Meio Ambiente do Brasil. Este cenário é considerado catastrófico por especialistas em mudança climática, já que a China é o maior emissor do planeta.

"É muito grave", diz Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente e responsável pelas contas. Para que a temperatura da Terra não aqueça mais que 2°C em 2100, a média das emissões de gases-estufa do planeta inteiro, ao longo do século, teria que ficar em torno a 18 gigatoneladas - mas se a economia chinesa continuar crescendo à taxa média de 9,75% como na última década, emitirá, sozinha, 13 Gtons. Uma gigatonelada corresponde a 1 bilhão de toneladas de CO2 equivalente, o gás-estufa que existe em maior volume na atmosfera. Para se ter ideia, um carro popular emite uma tonelada de CO2 equivalente ao ano. A emissão do mundo hoje está perto dos 50 Gtons - é por isso que a ciência recomenda o corte brutal de 80% até 2050.

A meta de redução de emissões que a China divulgou há poucos dias usa o critério empregado também pela Índia (leia abaixo). É uma medida que relaciona o

gasto de energia para produção de riqueza, a intensidade de carbono, ou a quantidade de CO2 emitida por unidade de PIB. Os países ricos utilizam outros parâmetros e cortes em relação a 1990.

Comparando com o compromisso brasileiro, e usando o mesmo critério da China, as emissões brasileiras cairiam 60%. Em suas contas, Azevedo dividiu as emissões pelo PIB projetado. "Além disso, a tendência é a meta per capita de emissões dos brasileiros cair, enquanto a dos chineses é aumentar", estima. "Isto porque a nossa matriz energética é limpa." Hoje a emissão per capita chinesa está em 4 toneladas de CO2 equivalente e pode bater em 8 ou 9 toneladas em 2020. Em 2005, as emissões per capita brasileiras eram 12 toneladas e serão 8 toneladas em 2020, se esta matemática se comprovar e as metas nacionais de redução de emissões realmente acontecerem.

**Índia anuncia redução de 25% -** Valor Econômico – Especial - 04/12/2009

A Índia disse que pretende reduzir a intensidade de carbono emitida pelo país em até 25%, em 2020 comparando-se aos níveis de 2005. O país é o mais recente grande emissor a prometer metas que podem estimular as negociações climáticas globais na conferência de Copenhague. A intensidade de carbono diz respeito à quantidade de dióxido de carbono emitida para cada unidade do PIB.

Depois de EUA e China terem anunciado seus planos para reduzir emissões, a Índia vinha sofrendo pressão para divulgar metas.

Mas suas metas modestas podem não impressionar os países ricos, já que, como a China, as metas da Índia não precisam obrigatoriamente ser cumpridas. A terceira maior economia da Ásia e quarta maior do mundo também se negou a comprometer-se com uma data a partir da qual começará a reduzir suas emissões.

"A Índia não pode ser como um sapo em um poço, ela precisa mostrar liderança a seu povo. Precisamos mostrar ação", disse ao Parlamento o ministro do Meio Ambiente indiano, Jairam Ramesh, apresentando pela primeira vez a posição de negociação da Índia.

"Precisamos ser flexíveis sem comprometer nosso interesse nacional básico. A Índia não aceitará um corte de emissões que tenha a obrigação legal de cumprir."

A meta de intensidade de carbono significa que as emissões indianas vão subir nos próximos anos, só que não subirão tão rapidamente quanto o crescimento econômico necessário para tirar milhões de seus habitantes da pobreza.

**Capital chinês aposta em energia limpa –** Raul Juste Lores – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009

País ainda depende do carvão para 75% de sua matriz, mas empresários já começam a lucrar com tecnologias verdes

Tentativa de criar estímulo político para crescimento da economia não prejudicar o ambiente, porém, acabou naufragando com a crise

Energia solar, eólica, carvão limpo e carros e bicicletas elétricas viraram sinônimos de grandes negócios na China. Não se trata por enquanto de uma nova consciência ecológica, e sim da vontade de empresários locais de dominarem indústrias que prometem render bilhões, no futuro.

"A degradação ambiental é séria na China, mas a possibilidade de fazer grandes negócios com energias renováveis está criando todo um setor dinâmico na economia chinesa", disse à **Folha** Ricky Wang, vice-diretor da ENN, empresa distribuidora de gás e carvão gaseificado, que produz também painéis solares e investe pesado na pesquisa de energia eólica.

"Estamos cem anos atrás do Ocidente em várias indústrias, mas nas energias renováveis podemos competir de igual para igual", diz Henry Li, diretor de exportações da montadora BYD, que lançou modelos de carro elétrico no mercado.

Se aproveitar seu potencial, a China pode deixar de ser vilã ambiental para se tornar salvadora das tecnologias verdes, graças a sua escala de produção, seu potencial consumidor e sua mão de obra barata.

Por conta de seus baixos custos, a China já é o principal produtor e exportador de painéis solares fotovoltaicos de silício. Fabricantes novatas como Suntech e Trina ultrapassaram multinacionais já estabelecidas como a BP Solar e a Sharp.

Em Ordos, na Província da Mongólia Interior, no norte do país, está em construção a maior usina eólica do mundo, que deve ficar pronta em 2010. A China promete ter 15% de sua energia vindo de fontes renováveis até 2020.

O país se tornou o maior mercado mundial para bicicletas elétricas -são 65 milhões delas, mais que todos os carros de passeio no país. Em 2008, 22 milhões foram vendidas, contra só 200 mil em 2000.

**Produto interno sujo**

Atualmente 75% da energia chinesa vem do carvão. De acordo com o Greenpeace, 70% dos rios, lagos e reservatórios da China estão contaminados -um terço da água no árido norte chinês é tão poluído que não presta nem para agricultura nem para uso industrial.

Há três anos, o vice-ministro do ambiente, Pan Yue, pediu que o governo deixasse de avaliar lideranças comunistas apenas pelo crescimento do PIB (o que acelerava desastres ecológicos por estimular construção desenfreada e ignorar impacto ambiental) e sugeriu que fosse calculado o "PIB verde", que mediria também o impacto do crescimento econômico.

A ideia recebeu elogios no início, mas depois foi criticada por ser difícil de implantar e de calcular. No ano passado, depois da desaceleração econômica causada pela recessão global, foi totalmente arquivada. Pan, que antes era um dos poucos ministros chineses que apareciam muito na mídia, desapareceu -e não respondeu aos pedidos de entrevista

da **Folha**.
Prefeitos e governadores continuam a ser promovidos pelo crescimento do PIB, a despeito de desastres ambientais. E 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo estão na China.

**Empresa junta biocombustível a Sol e eólica –** Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009

Com 250 toneladas, a principal máquina da linha de produção de painéis solares ocupa o centro da fábrica da ENN, na cidade de Langfang, a uma hora e meia de Pequim. Vitrine dos esforços tecnológicos chineses para liderar o negócio da energia renovável, ela já foi visitada por Steven Chu, o secretário de Energia dos Estados Unidos, em sua primeira visita oficial à China.
A **Folha** fez a mesma visita que Chu. Por um corredor envidraçado suspenso, de quase um quilômetro de extensão, é possível ver o complexo inteiramente robotizado que produz os maiores painéis solares do mundo, de 5,7 metros quadrados, quatro vezes maiores que os convencionais.
Só 16 funcionários, de uniformes amarelos, supervisionam a operação. A empresa calcula que um módulo de 200 kW produza em 25 anos 6 milhões de kW, o que pouparia a queima de 1.778 toneladas de carvão, a principal fonte energética na China. Com essa troca, o país deixaria de emitir 4.444 toneladas de CO2.
Antes de apostar na energia solar, a ENN se tornou referência no país na produção de carvão gaseificado, chamado de "carvão limpo".
No momento, uma das pesquisas mais ambiciosas da companhia acontece em uma estufa que alimenta microalgas com carbono capturado pelo carvão em gás.

**Ciclo fechado**
O organismo absorve o dióxido de carbono mais rápido que as árvores. O gás, extraído com uso de energia solar e eólica, é fornecido às algas, que depois podem ser usadas como fertilizante, ração animal e biocombustível.
A empresa pretende continuar as pesquisas em um espaço de 100 hectares nos próximos três anos. Se for rentável, usinas de carvão poderão usar algas para absorver suas emissões.
A ENN assinou parceria com a americana Duke Energy para desenvolver pesquisas em diversas áreas e explorar o mercado solar americano. A empresa chinesa, que tem 20 mil funcionários e foi criada há 20 anos como distribuidora de gás, já abriu fábrica no Egito para a produção de metanol.

**Tecnologia de fora**
Mas mesmo a vitrine chinesa exibe as fraquezas do país nessa corrida pela liderança da energia limpa. A tal máquina de 250 toneladas foi produzida pela americana Applied Parts. O vidro TCO necessário na produção é importado do Japão, e os prometidos subsídios estatais ainda não chegaram.
"Há várias promessas de subsídios para popularizar a energia solar na China, mas esse

dinheiro ainda não chegou. Por enquanto, a China produz para o mercado europeu, a energia limpa ainda é cara para o bolso chinês", disse à **Folha** o vice-diretor da ENN, Ricky Wang, físico que estudou e morou nos EUA por 20 anos e voltou em 2006 para a China.

"O carvão sujo deveria ser taxado, regulado, sofrer limitações, o nosso futuro precisa de uma energia mais limpa e eficiente", diz.

As principais líderes do setor (ENN, Suntech, BYD) são privadas, mas a maior parte dos subsídios e créditos do pacote de estímulo lançado no ano passado pelo governo foi parar na conta das estatais chinesas, muito atrás na corrida tecnológica.

Executivos das três empresas já reclamaram publicamente sobre a falta de crédito e apoio para a produção em maior escala, o que poderia baratear o preço final. Por enquanto, 80% do faturamento da ENN acaba vindo mesmo da distribuição de gás natural. **(RJL)**

**Brasil terá 725 delegados na conferência do clima –** Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009

Com quase duas centenas de empresários e pouco mais de cem representantes de organizações não-governamentais, a delegação brasileira na conferência do clima, em Copenhague, será uma babel de discursos diferentes sobre as mudanças climáticas e terá cerca de 725 pessoas, segundo o Ministério de Relações Exteriores.

Entre os portadores de crachá de delegado brasileiro, há quem defenda a definição de um teto para as emissões de gás carbônico no planeta e quem critique a recente definição de metas pelo governo brasileiro.

Ontem, o Itamaraty insistiu em que a maior parte da delegação bancará seus próprios custos. O ministério informou que o tamanho da delegação reflete o estímulo do governo ao engajamento de vários setores da sociedade no debate climático.

O tamanho da delegação brasileira contribuiu para a superlotação da conferência. O espaço que abrigará a reunião tem capacidade para 15.000 pessoas - e foi subdimensionado, segundo os organizadores. Parte da delegação ficará hospedada na cidade de Malmö, Suécia.

Segundo o Itamaraty, foram credenciados na delegação brasileira representantes de 182 entidades, empresas e órgãos do governo. Empresários detêm a maior parte dos crachás.

Estarão em Copenhague representantes das confederações da indústria e da agricultura, que já manifestaram críticas às metas de redução de CO2 pelo Brasil. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) alega que, ao colocar números na mesa, o Brasil enfraquece as chances de negociação. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) teme a adoção de barreiras comerciais a produtos responsáveis por um nível alto de emissão.

Integram a lista de empresários representantes das grandes estatais brasileiras, das empreiteiras, de montadoras, de siderúrgicas e da área de energia, além de fabricantes de óleo e produtores de soja.

O governo federal será representado por cerca de cem pessoas, sobretudo dos

ministérios de Relações Exteriores, de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, mais envolvidos com a negociação. Mas os custos não foram divulgados, nem a lista completa dos delegados.
A delegação será chefiada pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Ela será acompanhada por três ministros: Celso Amorim (Itamaraty), Carlos Minc (Meio Ambiente) e Sergio Rezende (MCT).

**Marina defenderá "teto" de emissões em Copenhague –** Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2009

A senadora e candidata à presidência Marina Silva (PV-AC) defendeu ontem que a conferência do clima de Copenhague defina um "orçamento de carbono" para a humanidade, ou seja, uma cota fixa de quanto CO2 ainda se pode emitir para manter o aquecimento em níveis toleráveis.
"Na COP-15 [a conferência do clima] temos de nos dar conta de que só podemos emitir 18 bilhões de toneladas por ano e estamos em quase 50. O desafio é sair de lá com um orçamento de carbono, distribuído entre ricos e pobres e com princípio de equidade", afirmou.
A ideia do orçamento global de carbono vem sendo defendida por alguns cientistas e, no Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente. O Itamaraty é contra. O princípio é que exista um "teto" global de emissões neste século, que varia de 1 trilhão a 1,8 trilhão de toneladas, dependendo de como se calcula. Manter as emissões abaixo disso daria uma chance maior que 50% de evitar que o planeta aqueça além de 2C, limite "seguro". Marina chega a Copenhague no dia 12, e participa de uma manifestação da campanha TckTckTck.

**O grito de Belém –** Cristóvão Buarque – O Globo – Opinião – 05/12/2009

Nesta semana, das margens do Amazonas, no moderno centro de convenções de Belém, o mundo recebeu um grito de alerta entoado por representantes de 156 estados-membros da Unesco, entre eles 93 ministros da Educação. O cenário da floresta — cujo desmatamento simboliza uma das causas da grave crise ecológica — emoldurou o Grito de Belém, que trata do problema da educação e da alfabetização de adultos.

O Grito de Belém é o resultado da VI Confintea (Conferência Internacional de Educação de Adultos), convocada pela Unesco a cada 12 anos.

Desde 2003, o Brasil foi escolhido como sede da reunião, depois daquelas realizadas em Elsinore, Dinamarca, 1949; Montreal, Canadá, 1960; Tóquio, Japão,

1972; Paris, França, 1985; e o último em Hamburgo, Alemanha, 1997. É em Hamburgo que está a sede do Instituto da Unesco para Educação ao Longo da Vida, que organiza essas conferências. Como membro do Conselho desse Instituto há cinco anos, fiquei muito satisfeito com o início dos trabalhos da VI Confintea.

Também senti a força dos discursos de abertura que mostram o compromisso de tantas pessoas com a educação no mundo.

A nova diretora-geral da Unesco, Irina Bokova, lembrou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos incluiu o direito de cada um à educação, e que — 60 anos depois — ainda necessitamos reafirmar esse direito.

Disse que "nenhum país subiu a ladeira do desenvolvimento humano sem fortes investimentos em educação".

Concluiu o discurso citando Paulo Freire e dizendo: "Educação é condição para liberdade." A princesa Laurentien, da Holanda, representante especial da Unesco para Alfabetização, falou sobre a necessidade de esforço mundial pela educação de todos os adultos — especialmente na alfabetização. E disse: "Se quisermos educar uma vila, eduquemos suas mulheres." Alpha Konare, ex-presidente do Mali, concentrou sua fala na defesa do continente africano, onde o problema da falta de acesso à educação se mostra da forma mais drástica. Referiuse ao presidente Lula como "nosso patrimônio comum" e defendeu a ideia, nascida em 1998, em Brasília, de se fazer a troca da dívida por investimentos em educação.

O diretor do Instituto da Unesco para Educação ao Longo da Vida, Adama Ouane, propôs uma estratégia para que o mundo enfrente o problema do analfabetismo de adultos e ofereça educação continuada para todos.

No conjunto, os representantes de todos os países presentes defenderam a necessidade de um esforço mundial pela alfabetização e educação de adultos.

Esse Grito de Belém não receberá a divulgação do grito que esperamos que seja dado em Copenhague, na próxima semana, por uma redução nas emissões de CO2. Mas é a manifestação de pessoas comprometidas com a busca de um futuro a ser construído sobre dois pilares: educação de qualidade para todos e o equilíbrio ecológico para próximas gerações.

Ainda mais quando se sabe que a solução para o problema do meio ambiente está em uma revolução educacional para mudar a mentalidade viciada da civilização industrial, que mede o progresso pela produção industrial a qualquer custo — social ou ecológico.

A VI Confintea escolheu Belém por respeitar a importância da questão ambiental. Esperemos que a reunião de Copenhague abra um debate mundial sobre a educação de adultos e faça todos perceberem que ela só será solucionada quando as crianças forem educadas na idade certa.

Tenho defendido, e levarei a Copenhague, no encontro da União Internacional de Parlamentares, a idéia de que o mundo exige que cada político seja uma voz em defesa do mundo e não só dos interesses locais de onde exerce sua atividade política. É isso que me fez, nos últimos dias, falar sobre a imoralidade política no DF, mas sem deixar de usar esse espaço neste jornal para falar dos gritos de Belém e de Copenhague.

Esperamos que o Grito de Belém e o Grito de Copenhague se juntem em um Canto de Esperança para todo o mundo e todas as gerações do futuro, graças à educação de qualidade para todos e a um desenvolvimento sustentável para a civilização.

**Clima incerto em Copenhague –** Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/12/2009

Q uem diz que sabe como terminará a conferência mundial da ONU sobre mudanças climáticas que começa amanhãemCopenhague só pode estar mal informado. As incertezas que envolvem o evento não decorrem "apenas" da imensa variedade das complexas questões – técnicas, econômicas, políticas e jurídicas – sobre as quais representantes de 192 países terão de chegar a umconsenso se quiserem atingir o objetivo de reduzir a concentração de gás carbônico na atmosfera em 2050 a umpatamar que contenha na marca de 2˚C o aumento médio da temperatura terrestre no fim do século. É praticamente unânime a conclusão dos climatologistas de que essa é a margem máxima de segurança para manter em níveis ainda suportáveis as consequências do aquecimento global provocado pela atividade humana.

Uma fonte ainda maior de incertezas está no vaivém das posições e expectativas dos países "mais iguais que os outros" em material de responsabilidade, ou pela origem da catástrofe ambiental em curso, ou por seu previsível agravamento. Os Estados Unidos (o maior poluidor da história) e a China (a maior poluidora da atualidade) emitem em conjunto 40% dos gases que tendem a transformar o planeta numa estufa. De há muito se entregam a umjogo de empurra sobre a parte que deveria tocar a cada qual no combate à crise climática. Washington decerto não é mais a mesma de 2001, quando a Casa Branca de Bush e o Capitólio de maioria republicana se recusaram a ratificar o Protocolo de Kyoto por restringir aos países industrializados a obrigação de cortar as emissões de CO2, mediante metas quantitativas e abertas à verificação. Semanas atrás, o presidente BarackObamaprometeu levar a Copenhague a oferta de cortar as emissões americanas até 2020 em 17% sobre os valores de 2005, quando Kyoto entrou em vigor, mas para isso ele depende de um Congresso relutante. Os líderes chineses, por sua vez, contrariando a linha seguida há décadas, segundo a qual as considerações ambientais não podem obstruir o progresso das nações emergentes, anunciaram a intenção de reduzir em até 45% as emissões, tomandocomo base de cálculo a sua contribuição para o PIB do país. Pouco antes, curiosamente, os Estados Unidos, a China e outras nações haviam manifestado a sua oposição à ideia de que o ponto de chegada de Copenhague deveria ser a definição de metas compulsórias de redução. A conferência serviria para se chegar a umacordo de princípios que se traduziria mais adiante em compromissos obrigatórios.

Nesse meio tempo, o Brasil tambémmudou e posição. Antes refratário às metas – a não ser em relação ao desmatamento da Amazônia – e fixado na exigência de que as potências desenvolvidas precisam arcar com a parte do leão dos custos do combate ao aquecimento, o presidente Lula surpreendeu ao comunicar a redução em até 39% das emissões brasileiras previstas para 2020. (Uma coisa, a propósito, é emitir menos em números absolutos, outra é fazê-las crescer em ritmo menor.) Lula diria depois que "não temos o direito de permitir" que os Estados Unidos e a China se acertem entre si "com base apenas nas suas realidades". E previu que em Copenhague "todos terão que apresentar números".

Como a lhe dar razão, a até aqui inflexível Índia informou na última quinta-feira que pretende diminuir as emissões em até 25%, também em relação ao PIB.

Nesse mesmo dia, no entanto, o otimismo de Lula se evaporou. Em Berlim, depois de se reunir com a chanceler alemã, Angela Merkel, ele prognosticou que o acordo a que se chegar em Copenhague "não será o dos meus sonhos" nem dos da sua anfitriã. Ou seja, Lula perdeu a esperança de que a conferência culminassecoma definição de compromissos vinculantes – que os participantes teriam necessariamente

de cumprir. No lugar disso, o máximo a aspirar, conforme o comunicado assinado pelos dois chefes de governo, seria "um acordo político que, nos meses seguintes, se transformariaemumacordo jurídico" – este sim, mandatório – para alcançar ameta dos 2˚C de aumento máximo da temperatura do mundo. Mas o segundo acordo só verá luz do dia se houverumentendimento sobre a repartição dos gastos para mitigar a crise ambiental.

Nada foi ainda acertado a respeito. Nesse ritmo, os efeitos da mudança climática continuarão a superar a disposição da comunidade das nações em conter as suas causas.

**Cresce expectative para Copenhague –** Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2009

Ninguémpodeprever qual sera o resultado da Conferência do Clima de Copenhague, que começa amanhã e tentará definir as ações que os países tomarão para evitar o aquecimento global.

Maso fato équeas expectativasaumentaramsensivelmente nos últimos dias, depois que os principais países responsáveis pelas emissõesde efeito estufa no mundo colocaram na mesa, enfim, suas propostas.

O Estado ouviu diversos especialistas para saber se eles tinham um prognóstico sobre a reunião.AsenadoraMarinaSilva (PV), ex-ministra do Meio Ambiente, afirmou que, mais do que otimista ou pessimista,

ela está "persistente". "Euacho que ninguém que entende da agenda fica otimista. As pessoas ficam persistentes – eu acho que é a persistência da sociedade que tem levado aos resultados.

HátrêsmesesoBrasil não tinha meta, mas agora tem.

O(*presidenteBarack*)Obamaea Chinadisseramquenãotinham metas e agora têm." Areunião tratará otemasob diferentes aspectos. Mas há dois principais: as metas que os países adotarão parareduzir as emissões e o montante de dinheiroqueasnaçõesindustrializadas direcionarão para os países mais pobres conseguirem cortar emissões e se adaptar às mudanças climáticas.

O ministro Carlos Minc, sucessorde Marina, estámais otimista sobre o acordo do que há dois meses, quando havia um impasse grande entre os países ricos e os emdesenvolvimento.

"A chance de se chegar a um entendimentoaumentou50%", disse ominist ro.

Para ele, não serão resolvidas todas as questõesemCopenhague. Masjá existeumganho prévio à reunião, a partir das metas que foram apresentadas e que, se colocadas em prática, levarãoaumareduçãodasemissões.

"Os países não vão poder tirar a carta de cima da mesa."

Gilberto Câmara, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), também embarca mais animado. Mas ele prevê conflitos e considera queObama,principalmente,serábastantepressionadoaoferecer uma meta mais forte.

ParaTassoAzevedo,consultor do Ministério do Meio Ambiente, o fato de os compromissos dos principais países terem sido anunciados faz com que a discussão não fique vazia. "É possível definirumavisão compartilhada de onde se quer chegar, como limitar o aumento da temperatura a 2ºC e, depois, dividir as responsabilidades."

JáopesquisadordoInpeCarlosNobre se recusa a fazeruma aposta. "Os seres humanos têm livre-arbítrio. Podem mudar a trajetória sempre. Quem diria

duassemanasatrásqueObama apresentariaumameta?",questionou.

PESSIMISMO

David Victor, da Universidade daCalifórniaeautorde*OColapso do Protocolo de Kyoto*, é mais pessimista. Para ele, o que está acontecendo agora é similar ao queocorreuemKyoto."Hámuitostemasnamesae países muitodiferentesparaoprocessoda ONUprogredir." ●

**'Mudança climática deixou de ser assunto de ambientalista' –** Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & 0 06/12/2009

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), considera que o Estado está se transformando em referência na questão ambiental, assim como ocorre com a Califórnia, nos Estados Unidos. Ele irá à Conferência do Clima de Copenhague para apresentar a meta paulista de reduzir em 20% as emissões de gases-estufa até 2020, em relação a 2005, e participar de eventos paralelos.

Pretende dialogar, principalmente, com o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger.

Veja, a seguir, a entrevista concedida pelo governador ao Estado, por e-mail.

Ao adotar uma meta, São Paulo deu o empurrão para o governo federal assumir um compromisso em Copenhague. O que o senhor espera do Brasil nas negociações?

O Brasil em boa hora mudou sua posição, levando uma proposta de redução de emissão até 2020, usando uma metodologia diferente de São Paulo. A minha opinião é que a mudança do clima se transformou em um tema econômico e isso significa que teremos que rapidamente tornar a economia de São Paulo e do Brasil em economia de baixa intensidade de carbono. Em outras palavras, posso afirmar, como economista, que quanto antes nos preparamos, mais estaremos aptos a competir na economia mundial.

São Paulo está fazendo a sua parte.

Qualé oobjetivodesua ida aCopenhague?

Estou indo com vários objetivos, entre eles o de mostrar que São Paulo e o Brasil compreendem a urgência da mudança do clima. Não podemos esquecer que São Paulo tem um PIB equivalente ao da Argentina, e que isso nos coloca numa posição equivalente aos maiores países do mundo. Por essa razão, participarei de alguns eventos paralelos e, especialmente, com o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger.

De alguma forma, São Paulo está para o Brasil como a Califórnia para os EUA.

Ao implementarmos a política estadual, estaremos uma vez mais nos transformando em referência.

São Paulo é o grande mercado comprador do Brasil, a exemplo da Califórnia, e tenho a consciência de que isso traz para nós uma enorme responsabilidade nesse tema.

O senhor acredita que haverá um acordo climático global ou que sera difícil chegar a umconsenso?

Estou otimista. Basta ver que a China, os Estados Unidos e até mesmo a Índia mudaram de posição nos últimos dias, basicamente em função da opinião pública e do esforço da sociedade civil. Estou convencido que esta reunião já é um sucesso à medida em que traz a maior mobilização das ONGs. Isso aconteceu desde a Conferência do Rio, em 1992. Além do mais, em contatos com o empresariado, percebi que o setor também compreendeu que não sera possível sair de Copenhague sem avanços, ainda que os EUA

dependam do Senado para ter um mandato negociador. O presidente Obama está evitando cometer o erro da administração Clinton, ou seja, negociar um acordo sem a certeza de que terá respaldo do Congresso Americano.

Três possíveis candidatos à Presidência irão para Copenhague: o senhor,a ministra DilmaRousseff e a senadora Marina Silva.

Isso demonstra que o tema ambiental será relevante nas próximas eleições presidenciais?

As mudanças climáticas deixaram de ser um quase monopólio dos ambientalistas. O tema é tão urgente que requer da sociedade uma resposta em curtíssimo prazo.

Desse modo, acredito que deverá estar na agenda eleitoral em 2010. Creio que isso é um sinal muito positivo de amadurecimento da sociedade brasileira, à medida em que permite que nessas eleições se discuta conteúdo programático. Tenho no meu curriculum o que mostrar, especialmente na minha gestão na Prefeitura e agora no Estado de São Paulo.

Como disse, creio que daqui para diante teremos que pensar em uma economia de baixa intensidade de carbono e a lei paulista é o primeiro passo nessa direção.

Brasil levará a Maiordelegação

A delegação brasileira deve seramaiorentretodosospaíses, com 625 pessoas. Mas a maioria não faz parte do governo – são integrantes de ONGs, políticos e empresários, entre outros. O interesse em ser credenciado como parte da delegação oficial é que, dessa forma, é possível participar de mais reuniões, já que algumas são exclusivas para os grupos oficiais.

Não existeuma regra formal, mas as pessoas que não são, de fato, as escaladas pelogovernoparanegociarrespeitam um código moral de nãofalarnasreuniõesemnome do País. Elas sabem que, caso quebrem esse voto de confiança, perderão a chance de integrarem a delegação no futuro.

Das625pessoasdadelegação, 75 são do governo federale28deempresasestatais, comoa Petrobrás.Onúmero nãoincluiostaffdopresidente. Duranteoencontro,osministros tomarão as principaisdecisões.

Estarãolá: DilmaRousseff(CasaCivilechefe da delegação), CelsoAmorim (Relações Exteriores), Carlos Minc (Meio Ambiente) e Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia).

O negociador-chefe do Brasil é o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Ele contará com outros cinco negociadores principais, comoThelmaKrug(assuntos florestais) e José Miguez(temasligadosaoProtocolo de Kyoto). Outros oito negociadores trabalharão no processo de definição de cada palavra dos textos que estarãonamesa.Haveráainda cinco pessoas que não negociarão pontos específicos, mas cuidarão da articulação entre os órgãos do próprio governo, cientistas e a sociedade civil para chegar auma posição do País.

SHOWS

Quem estiver em São Paulo poderáparticiparhoje,apartirdas10horas, doeventoTô noClimaparaSalvaroPlaneta, da campanha TicTacTic- Tac, no parque do Ibirapuera. Haverá pocket shows de Zélia Duncan, Simoninha e Gabriel,O Pensador. ●

**A sustentável intensidade do CO2 –** Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2009

Na véspera da conferência sobre mudança do clima em Copenhague, nada mais apropriado do que falar de sua estrela, o carbono. É o apelido genérico dos gases do efeito estufa (GEE), como o dióxido de carbono (CO2) e metano (CH4). Esses compostos contribuem para aquecer o planeta retendo radiação solar junto da superfície. Se esquentar muito, o clima pode endoidar. Para prevenir essa mudança, que poria em polvorosa a agricultura e as populações litorâneas, é preciso reduzir a emissão de GEE.

Como ninguém quer voltar para a Idade da Pedra, muito menos em países pobres como Brasil, Índia e China, o crescimento econômico não pode parar. Produzir mais e emitir menos implica "descarbonizar" a economia, reduzir sua "intensidade carbônica". Isso só pode ser conseguido diminuindo a participação de combustíveis fósseis na matriz energética de cada país. Gasolina, diesel, gás natural e carvão, quando queimados, lançam na atmosfera carbono que ficou estocado por milhões de anos sob a terra. A alternativa são fontes renováveis de energia: hidrelétricas (os rios continuam a correr e encher reservatórios), biocombustíveis (a cada safra as plantas reabsorvem CO2 emitido na combustão), energia eólica (afinal, os ventos sopram sempre, com maior ou menor força) e solar.

O Brasil apresenta um perfil peculiar, no mundo, nesse quesito. Se computada toda a energia consumida no país, da eletricidade aos combustíveis dos transportes, 46% têm origem renovável, segundo a EPE (Empresa de Pesquisa Energética, estatal). A média mundial é 13%, e a dos países desenvolvidos, ainda mais modesta, 7%.

Se considerada só a geração de eletricidade, o desempenho brasileiro melhora consideravelmente: 87% de fonte renovável. No mundo, só 18%. O problema é que essa matriz está "se sujando", com aumento da participação de combustíveis fósseis. Está lá no "Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017" da EPE: termelétricas a óleo combustível passarão a responder por 5,7% da eletricidade gerada, contra 1,3% atuais. As hidrelétricas cairiam para 71%.

Em outras palavras, a tendência brasileira, no momento, é "carbonizar" sua matriz exemplar. A não ser que aumente significativamente a eficiência energética (quantidade de energia gasta para produzir uma unidade de PIB), emitirá mais carbono para cada uma dessas unidades. Caminhamos, portanto, na contramão de países como Índia e China, que conseguem crescer -e muito- diminuindo a intensidade carbônica. Tanto é que se disseram dispostos a cortá-la em até 25% e 45%, respectivamente, em dez anos. De todo modo, a posição do Brasil ainda é invejável no grupo Bric. A intensidade carbônica da economia indiana é 20% maior que a brasileira. A russa, 80%. A chinesa, 100% (só de geração por termelétricas a carvão, pior fonte de carbono, a China agregará até 2030 o equivalente a quatro vezes o que o Brasil produz hoje).

"É um desafio evitar que esse indicador cresça sem que o setor se torne um gargalo e sem impedir que a população consuma mais energia no Brasil", afirma Mauricio Tolmasquim, presidente da EPE. Tolmasquim informa que o próximo plano decenal vai incorporar o conceito de intensidade energética com vistas a diminuir emissões. Os dados em preparação, segundo ele, já foram utilizados no cálculo da contribuição do setor energético para as metas de redução anunciadas no dia 13. A ficha de Copenhague, parece, começou mesmo a cair.

**Barack Obama vai à cúpula do clima na semana decisiva –** Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2009

O presidente dos EUA, Barack Obama, anunciou anteontem que comparecerá à conferência do clima de Copenhague na segunda semana do evento, quando o debate do novo acordo para redução dos gases de efeito estufa estará em fase decisiva.
A notícia foi bem recebida por ambientalistas, que reclamavam da data escolhida anteriormente por Obama. A ideia anterior era a de aproveitar sua viagem a Oslo para receber o Prêmio Nobel da Paz e passar pela Dinamarca também, mas essa agenda foi alvo de críticas, pois poucos chefes de Estado estarão no evento em seu início.
"O presidente crê que uma liderança contínua dos EUA seria mais produtiva com sua participação no fim da conferência, em 18 de dezembro", disse o porta-voz da Casa Branca, Robert Gibbs, na sexta-feira à noite.
A mudança não amplia porém a margem de manobra de Obama para negociar um tratado internacional de força legal. Sua proposta de lei para reduzir as emissões de gases-estufa nos EUA está parada no Congresso. Sem sua aprovação, o presidente não pode se comprometer ainda com uma meta de corte expressa em números.

**Clima vai mudar a economia –** O Globo – Capa – 06/12/2009

Mesmo que a cúpula do clima que começa amanhã em Copenhague termine sem acordo, especialistas dizem que a mudança para uma economia de baixo carbono e com novas tecnologias já começou e é irreversível.

**Marco zero –** O Globo – Opinião – 06/12/2009

A COP-15, a conferência de Copenhague, começa amanhã em condições muito diferentes das de um ou dois meses atrás, quando parecia um fracasso já contratado.

Nesse curto período, muita coisa improvável aconteceu. Os EUA adotaram a meta de corte das emissões de 17% até 2020 sobre os níveis de 2005 — e de 83% até 2050. A China, que vinha resistindo a adotar qualquer alvo, comprometeuse a reduzir de 40% a 45% até 2020, sobre os níveis de 2005, a quantidade de dióxido de carbono emitida por unidade de PIB. Até a recalcitrante Índia mudou de tom e levará à conferência a promessa de reduzir em 25% as emissões de gases-estufa até 2020. A União Européia já tinha se comprometido com metas de corte de poluentes, e o Brasil anunciou o compromisso voluntário de reduzir a produção de gases-estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020, a partir de uma projeção de quanto o país emite hoje.

Dito isso, é bom lembrar que não faltam problemas pela frente. Cada país adota uma fórmula diferente para calcular metas. E, mesmo na remota hipótese de todas serem cumpridas, serão insuficientes, segundo estudo da consultoria Ecofys, para quem as emissões vão quase dobrar até 2040, em relação aos níveis de 1990.

É possível e preocupante. No entanto, o encontro de Copenhague não pode ser visto como o fim da linha, mas como o marco zero. Mesmo com todas as dificuldades e as limitações das propostas, está criado o consenso de que é preciso deter o aquecimento global e lutar contra as mudanças climáticas. Cabe a todos os participantes trabalhar a fundo para que a COP-15 estabeleça a agenda para os próximos anos. É muito importante que as nações desenvolvidas assegurem financiamentos a fim de que os países pobres possam tomar as medidas necessárias para adequar suas economias às novas exigências antipoluição.

É preciso também desenvolver mecanismos de monitoramento confiáveis para assegurar que os compromissos sejam cumpridos.

Há muito trabalho pela frente, mas pode-se dizer que a conferência começa com uma vitória: a da sociedade e suas instituições que, num mundo globalizado, usaram o poder de pressão para obrigar os líderes mundiais a assumir suas responsabilidades diante das próximas gerações.

**Pressão da sociedade garante esperança sobre o clima**

**Desafio à economia –** Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 06/12/2009

Redução do uso de fontes fósseis seria irreversível, mesmo com um acordo em Copenhague

A transição para uma economia de baixo carbono, mais limpa e menos ameaçadora ao futuro da Humanidade, já começou e é irreversível, garantem especialistas. Mesmo que um acordo global não seja alcançado na Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas que começa amanhã, em Copenhague, o mercado promete ser o grande regulador das metas de redução de gases causadores do efeito estufa. Barreiras comerciais climáticas, ligadas ao volume de emissões, tendem a se impor. E quem não mudar, perderá dinheiro.

— Exatamente o que o mundo vai decidir em Copenhague está em aberto. Mas é certo que a descarbonização, a mudança para uma economia de baixo teor de carbono, ocorrerá e será uma das transições tecnológicas mais aceleradas de toda a história econômica — afirma o economista Sérgio Besserman, presidente da Câmara de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio. — Isso é imposto pela realidade da mudança climática; não há alternativa, salvo ocorrer em custos altíssimos um pouco mais à frente.

Para José Eli da Veiga, do Departamento de Economia e da pós-graduação em Relações Internacionais da USP, a transição começou antes mesmo da consciência do aquecimento global, por razões de segurança energética, e vai continuar, seja qual for o resultado da conferência.

— As fontes de energia são muito mal distribuídas no mundo — constata.

— Há uma dependência séria dos países desenvolvidos em relação ao Oriente Médio e à Rússia por causa do petróleo e do gás natural.

**Ricos disputam novas tecnologias**

Além disso, acredita Veiga, os países ricos já veem oportunidades únicas de investimento.

— As elites dos países centrais perceberam há mais tempo a grande oportunidade para um novo ciclo de negócios — diz Veiga. — Para países como os escandinavos, o Japão e os EUA, a questão se coloca da seguinte forma: já está acontecendo, não podemos perder tempo ou perderemos liderança tecnológica.

Quando surge esse ímpeto, de uma grande oportunidade para o país, as forças favoráveis à transição ficam mais fortes.

Com ou sem acordo global para a redução das emissões, se os EUA aprovarem a Lei do Clima que tramita no Senado — que prevê um corte de 17% em relação aos números de 2005 — imporão uma mudança nas relações comerciais.

— Com as metas mandatórias, eles estarão impondo aos negócios um custo a mais, o produto americano vai ficar mais caro — destaca Besserman.

— Ao fazer isso, não tem lógica permitir que o consumidor americano passe a comprar o mesmo produto em outro país que não tenha o mesmo ônus em sua produção.

Para ele, ou todos os países concordam num acordo ou a "tentação protecionista será muito forte, respaldada pela própria lógica da economia e das mudanças climáticas".

Para os especialistas, a ideia de que um país emergente possa decidir não ter meta de desaceleração de emissões de CO2 é irreal.

— Toda a dinâmica tecnológica estará seguindo na direção da economia de baixo carbono. Ficar de fora disso é se condenar ao anacronismo — diz Besserman. — Além disso, não será possível escapar de retaliações protecionistas.

A própria lei americana que tramita no Senado deixa uma margem para práticas protecionistas. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, já chegou a propor medidas protecionistas. E a Organização Mundial do Comércio (OMC) adotou como parâmetro para as suas decisões as conclusões do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU.

— Ainda não aconteceu na prática, mas já existe uma determinação da OMC de não considerar prática desleal de comércio a imposição de uma barreira para um outro parceiro em razão de clima — explica o cientista político Sérgio Abranches, especializado em política climática. — A OMC entenderá que o país que não faz redução de carbono tem uma vantagem desleal no comércio.

**O grande show verde conferência –** O Globo – Ciência – 06/12/2009

A 15ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-15) começa amanhã e termina dia 18, em Copenhague, na Dinamarca. Seu principal objetivo é produzir um tratado que substitua o Protocolo de Kioto, que expira em 2012. As conferências das partes acontecem regularmente, mas esta ganhou importância devido à necessidade de um novo pacto climático mundial

**A AGENDA**

Haverá centenas de sessões técnicas nas próximas duas semanas. Mas os dois dias finais serão decisivos. Dia 17, os ministros fazem a última rodada de negociação. E é provável que líderes de países aproveitem até o jantar de gala oferecido pela rainha Margaret II da Dinamarca para continuar a discutir. No cenário ideal, um acordo global seria anunciado na manhã do dia 18

**DELEGAÇÃO DO BRASIL**

Terá cerca de 700 pessoas e será liderada pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Fazem parte desde membros do governo a representantes de ONGs e indústrias. Além de Dilma, irão outros três ministros: Carlos Minc, do Meio Ambiente; Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia; e Celso Amorim, das Relações Exteriores. Da delegação fazem parte organizações com posição diferente da do governo, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

**GOVERNOS**

Mais de cem líderes e chefes de Estado já confirmaram presença. O presidente americano Barack Obama disse na sexta-feira que irá no último dia, certo de que haverá avanços. Ontem, o premier indiano, Manmohan Singh, confirmou presença. Chegará dia 17. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também irá para os últimos dias. Todos os líderes dos principais países poluidores irão a Copenhague

**CELEBRIDADES**

Está na moda ser verde e não faltarão celebridades ambientais. A lista inclui do príncipe Charles a Leonardo DiCaprio, passando pelo bispo sul-africano Desmond Tutu. Estarão lá a estilista britânica Vivienne Westwood, a modelo Helena Christensen e o casal Sting e Trudie Styler. O astro de Bollywood Rahul Bose disse que vai para chamar a atenção para o drama ambiental de seu país, a Índia

**MANIFESTAÇÕES**

Há centenas de eventos programados em Copenhague e no resto do mundo. Por exemplo, dia 13, às 15h (hora local), sinos de igrejas de toda a Dinamarca darão 350 badaladas para simbolizar as 350 partes de CO2 por milhão que representam o limite considerado tolerável do gás na atmosfera. Membros do Camp for Climate Action planejam ocupar o Bella Centre no dia 16, quando acontecem reuniões de ministros, “usando apenas a força de seus corpos”. Amanhã, cinco dublês de Hollywood vão incendiar o corpo (espera-se que controladamente) em frente à sede da ONU em Nova York

**SEGURANÇA**

A Dinamarca montou o maior esquema de sua História.

Instalou um gigantesco canhão d’água em frente ao centro de conferências e aprovou uma lei que pune com 40 dias de prisão “qualquer um que obstrua o trabalho da polícia” **OS**

**NEGADORES DO CLIMA**

Os grupos que negam a existência do aquecimento global também vão a Copenhague. Lidera o grupo americano o senador republicano James Inhofe. Ele vai pressionar o Senado americano a não aceitar qualquer acordo obtido em Copenhague. Também é esperado Bjorn Lomborg, o cientista dinamarquês que considera perda de dinheiro lutar contra as mudanças climáticas. E blogs americanos de direita especulam que Sarah Palin, a ex-candidata a vice-presidente dos EUA, também irá

**PRÓXIMOS PASSOS**

Mesmo que seja firmado algum acordo, se considera inevitável que as discussões continuem na próxima reunião climática da ONU, de nível técnico, marcada para Bonn, na Alemanha, em junho de 2010. Elas poderão se estender até a COP-16, na Cidade do México, em dezembro de 2010. E se prolongar numa possível COP-17, em alguma cidade da África do Sul em 2011. E só terminar às vésperas do fim do Protocolo de Kioto, numa COP-18, em algum lugar da Ásia, em dezembro de 2012

**O CENTRO DE CONFERÊNCIA**

Chama-se Bella Centre, foi construído nos anos 70 e totalmente reformado para a COP-15. Fica no sul de Copenhague. Já se sabe que será pequeno para tanta gente

**MALMO**

É o nome da cidade sueca vizinha a Copenhague (as duas são ligadas por uma ponte futurista) e que acomodará as milhares de pessoas que não conseguiram se hospedar na capital dinamarquesa. A COP-15 atraiu tanta gente que não há mais vagas em hotéis ou apartamentos para alugar já há alguns meses

**Buracos nas metas do Brasil –** Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 06/12/2009

Integrantes do próprio governo questionam viabilidade da proposta

BRASÍLIA. Elogiado no exterior, o plano climático do Brasil, de cortar entre 36,1% e 38,9% dos gases de efeito-estufa com relação ao projetado para 2020, esbarra em questionamentos sobre sua viabilidade. Para integrantes do governo, a elaboração do plano que será apresentado em Copenhague foi feita em dissonância com o que acontecia nas negociações da Convenção de Clima da ONU. Isso porque o governo listou uma série de ações com as quais pretende chegar à redução final de 1 bilhão de toneladas de CO2.

O problema é que essas Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas (Namas, da sigla em inglês) sequer foram regulamentadas na convenção.

E sem regulamentação não há garantia de que haverá recursos internacionais para bancar parte das ações que o país pretende adotar.

— É fundamental que a gente avance na negociação de Namas, porque, se não, a oferta do Brasil e todo o esforço que fizemos para chegar a esses números vai cair no vazio — avalia Suzana Khan, secretária nacional de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O ambientalista Alfredo Sirkis, deputado estadual pelo PV, critica também o fato de a meta brasileira ser baseada em uma projeção, o que o próprio ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, admitiu ter um alto grau de incerteza: — O critério da projeção é frágil e impreciso. Para ser um compromisso internacional teria que estar amarrado a um marco mais consistente. Outra pedra no sapato brasileiro é o financiamento. O governo estima que suas ações custem cerca de R$ 98,9 bilhões, mas não espera pagar toda a conta sozinho. O país espera receber apoio financeiro das nações ricas. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, trabalha com a expectativa de que algo entre R$ 50 bilhões a R$ 80 bilhões venham de fora.

De recursos nacionais, o Brasil contaria com um montante de cerca de R$ 1 bilhão por ano, somente do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que falta ser aprovado pelo Congresso, mas prevê investimentos de um percentual do lucro do pré-sal.

**Reduzir desmatamento é o fator mais importante**

O principal compromisso do Brasil é reduzir 80% do desmatamento da Amazônia, o que representaria cerca de 570 milhões de toneladas de CO2 a menos lançadas na atmosfera. Só isso responderia por metade da meta de reduções de 2020.

Com base na média de 19.500 quilômetros quadrados desmatados entre 1996 e 2005, o desmatamento em 2010 não poderá ultrapassar 9.500 quilômetros quadrados. Em 2015, terá de cair para 6.500 quilômetros quadrados e, em 2020, para 3.500 quilômetros quadrados.

O cálculo é do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

A destruição do Cerrado também será combatida. O objetivo é cortar em 40% o desmatamento no Centro-Oeste. Fora isso, o pacote climático inclui ações em agricultura, energia e siderurgia. Minc acha que cumprir esses objetivos é possível.

— É claro que depende de muita coisa: chegar recursos, deter o desmatamento do Cerrado, segurar as térmicas. Eu não vou deitar na rede e dizer que está tudo resolvido.

**Mobilização popular foi fundamental para o Brasil definir metas –** Sítio Eletrônico do MMA - 06/12/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, participou da mobilização "Tô no Clima", neste domingo (6/12), no Parque Ibirapuera, em São Paulo. O evento reúne milhares de pessoas para pressionar líderes mundiais para que não seja adiado o compromisso de firmar o acordo climático mundial, que define metas justas de redução de emissões de gases de efeito estufa, durante a Conferência do Clima (COP-15), que começa no dia 7 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

Em seu discurso, Minc elogiou a campanha Tic Tac e ressaltou que é importante a população continuar se mobilizando contra o aquecimento global, inclusive "fazendo sua parte" nas ações do cotidiano, como a coleta seletiva de lixo.

Para o ministro, a mobilização popular foi fundamental para o Brasil definir as metas voluntárias de redução de emissões, que serão apresentadas na COP-15. "O Brasil assumiu metas fortes. Isso foi graças a mobilização da população, cientista e ambientalistas", destacou.

Ele ainda elogiou o estado de São Paulo e o município do Rio de Janeiro pela elaboração de seus planos de redução de emissão.

Minc contou "três notícias boas" aos participantes do evento Tô no Clima, que acontece às vésperas da COP-15. A primeira novidade foi o Programa de Certificação de Produção Responsável na Cadeia Bovina, que será lançado nesta segunda-feira (07/12), em São Paulo. O programa faz parte de um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) para garantir que a carne distribuída aos consumidores brasileiros tenham origem em fazendas compromissadas com o fim do desmatamento.

A segunda notícia é que foram aprovados os primeiros projetos do Fundo Amazônia, na última sexta-feira. Como a terceira novidade, ele anunciou que o presidente Lula vai sancionar esta semana o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que vai alavancar recurso para ser usado em ações de combate aos efeitos das mudanças climáticas. Minc ainda salientou o pioneirismo desse fundo, que é o primeiro no mundo a utilizar dinheiro do petróleo para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, principalmente no nordeste, que será uma das áreas mais afetadas pelo aquecimento

global.

A campanha Tic Tac é organizada por organizações não governamentais de todo o mundo e recebe apoio de governantes, modelos, atores, cantores, atletas. Durante todo o domingo são apresentados vídeos de lideranças globais e depoimentos de pessoas que vivem em áreas vulneráveis aos efeitos do aquecimento global falando sobre a importância da reunião em Copenhague. Também acontecem apresentações de música e teatro.

De 7 a 18 de dezembro, a atenção do mundo estará voltada para Copenhague, na Dinamarca, onde líderes mundiais vão discutir a segunda fase do protocolo de Kyoto. O Brasil vai apresentar na reunião suas ações de mitigação às mudanças climáticas, como o menor desmatamento registrado nos últimos 21 anos, e a meta voluntária de reduzir em até 39% a emissão de gases de efeito estufa até 2020.

**País amplia fundo para mudanças climáticas –** Estado de São Paulo – Capa – 07/12/2009

O Brasil pretende flexibilizar o uso de um fundo com recursos dos royalties do petróleopara combateros efeitos das mudanças climáticas. O fundo ambiental, que ainda depende de lei, pode chegar aR$ 1 bilhão por ano.

EmCopenhague,começahoje a cúpula climática COP15, quandolíderesmundiaistentarão estabelecer novas metas para reduzir o aquecimento global.

**Royalties do petróleo podem ir para clima -** Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & -07/12/2009

O presidente Luiz In.cio Lula da Silva sancionar. nos pr.ximosdias a flexibiliza..o do uso deumfundoquehoje .reservado para sanar danos ambientais causados por vazamentos de petr.leo. Aprovada pelo Congresso com o plano nacional de combate aos efeitos das mudan.asclim.ticas,aproposta permitir. que o Minist.rio doMeioAmbiente(MMA)utilize o fundo, criado com royalties do petr.leo, para a..es de redu..o dos impactosdo aquecimento global.

Como os vazamentos de petr.leo s.o cada vez mais raros, os recursos, equivalentes a 10% dos royalties recolhidos a cada ano, ficam parados no Tesouro.

Com a san..o da lei, 60% do montante poder. ser usado em projetos que preparem o Pa.s para os efeitos do aquecimento global.Deacordocomestimativas do MMA, a verba deve chegar a R$ 1 bilh.o por ano.

Adefini..odofundofoianunciada ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, emS.oPaulo.Ele participoudo eventoT.noClima,organizado no Parque do Ibirapuera, zona sul, para divulgar a confer.ncia deCopenhague,quecome.ahoje.

“O Brasil vai chegar a Copenhague como o primeiro pa.s com um fundo para

mudan.as clim.ticas com recursos do petr.leo", afirmou Minc.

Ouso dos recursos do fundo, noentanto,aindan.oest. detalhado. Ainten..o do minist.rio . utiliz.-los principalmente em .reas de litoral e de baixadas, sujeitasainunda..es,mastamb.memregi.espropensas.desertifica..o.

Osextremosdoclima–secas eenchentes –podem ser agravados com a eleva..o datemperaturadoplaneta causadapeloefeito estufa.Emfevereiro de 2010, Lula dever. sancionartamb.mumplanodemitiga..o do efeito das mudan.as clim.ticas no Nordeste.

EmS.oPaulo,Mincanunciou outras duas medidas: a assinatura do Pacto da Carne Legal e Sustent.vel, com a Associa..o Brasileira de Supermercados (Abras), na segunda-feira; e a aprova..o, na ter.a, de mais seis projetos do Fundo Amaz.nia.

O Fundo Amaz.nia j. possui em caixa US$ 110 milh.esvindosdaNoruega–valor

que pode alcan.ar US$ 1 bilh.o em sete anos – e deve ganhar 18 milh.es de euros (R$ 46,5 milh.es) da Alemanha em 2010.

PRIMEIROS PROJETOS

Os primeiros tr.s projetos que receber.o recursos do Fundo Amaz.nia foram aprovadospelocomit.orientador na semana passada.

Munic.pios Verdes, coordenadopelaONGImazon, receber. R$ 12 milh.es e ter.

a..es no Par.. J. o projeto coordenadopelaTheNature Conservancy receber. R$16 milh.es para atividades comorecupera..ode.reas degradadasemMatoGrosso.

O terceiro projeto, da Funda..o Amazonas Sustent.vel, ser. beneficiado com R$ 20 milh.es para o pagamento de servi.os ambientais em comunidades extrativistas,

de seringueiros e de quilombolas, no Amazonas.

Tamb.m na semana passada, Minc disse ao Estado que criar. o Fundo Cerrado, semelhante ao que existe para a Amaz.nia. Com isso, o minist.rio espera conseguir doa..es de outros pa.ses para promover a conserva..o de florestas e reduzir o desmatamento.

Segundo Minc, o Cerrado tamb.mser.importantepara que o Pa.s consiga atingir ameta volunt.ria de reduzir entre 36% e 39% as emiss.es de gases de efeito estufa em

2020, em rela..o ao projetado, se nada fosse feito.Ameta, que ser. apresentada em Copenhague, prev. cortar em 80% o desmatamento da Amaz.niaem40%odoCerrado. ● COLABOROU KARINA NINNI,

ESPECIAL PARA O ESTADO

COP deve responder a desafio

ambicioso, diz líderdoencontro O secret.rio executivo da Conven..o do Clima das Na..es Unidas, Yvo de Boer, pediu ontemumacordo ambicioso e efetivoquerespondaaummomento pol.tico .nico. "Nunca em 17 anos de negocia..es clim.ticas tantas na..es fixaram compromissos firmes juntas. . espera de mais passos, Copenhague j. . um ponto de inflex.o na resposta internacional .mudan.a clim.tica", afirmou De Boer, ementrevista nocentro de congressos Bella Center,queapartirdehojesediaac.pula, conhecida como COP15.

DeBoerpediuquegovernantes respondam ao "desafio urgente" da mudan.a clim.tica e lembrouqueagoracontamcom o "sinal mais claro nunca antes dado" para pactuar propostas s.lidas que possibilitem uma a..o r.pida. Para De Boer, devehaverconsensoemtr.scampos: implementa..o r.pida e efetiva de a..es contra mudan.as clim.ticas; compromissos ambiciosos para limitar e cortaremiss.es, incluindofinanciamento no curto e longo prazo; e umavis.ocompartilhadasobre um futuro de baixas emiss.es de di.xido de carbono (CO2).

O financiamento da mitiga..o e da adapta..o dos pa.ses ricos .s na..es em

desenvolvimento deve ser “um dinheiro real e significante, imediato e adicional, n.o reproduzir compromissos pr.vios”, afirmou ele. O secret.rio executivo da conven..o destacou os sinais “encorajadores”nocampomostrados pelo Jap.o e pela Uni.o Europeia (UE).

A presen.a do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama,nos.ltimosdiasdaconven..o permite supor que o pa.s tamb.m anunciar. Uma contribui..o importante no financiamento, segundo De Boer.Nasexta-feira,comunicado da Casa Branca informou queosEstadosUnidosest.odispostos a contribuir com “sua parte justa” no fundo.

Pa.ses em desenvolvimento precisar.o de ajuda anual de US$ 10 bilh.es a partir de 2012 parainiciar planos dea..o imediata de redu..o de emiss.es e estrat.gias de adapta..o energ.tica.

O secret.rio-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou ontem tamb.m estar otimista com os resultados da conven..o. “Sou muito otimista sobreCopenhague.Chegaremos a um acordo e acredito que ele ser. assinado por todos os pa.ses membros da ONU,oqueseriaumfato hist.rico”, disse.“Todosos l.deres concordam que temos o mesmo objetivo, que . combateroaquecimentoglobal.”

Ele afirmou que pretende criarumgrupodeespecialistas em aquecimento global, formado por acad.micos, presidentesemexerc.cioedirigentes econ.micos ap.s a confer.ncia. “Desejamos que esse grupo seja capaz de decidir san..es”, disse.

VATICANO

O papa Bento XVI tamb.m se pronunciou sobre a confer.ncia. O pont.fice afirmou que espera que governantes presentes ao evento cheguem a solu..es que promovam o desenvolvimento levando em conta a dignidade humana.

**A batalha mundial em Copenhague -** Gilles Lapouge – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2009

Hoje, Copenhague come.ar.aserpalco da batalha mundial conta o aquecimentoglobal. Quinze mil cientistas, 3 mil jornalistas, 2mil reuni.es. A confer.ncia durar. 10 dias.Oque produzir.o todos esses especialistas, todos esses c.rebros? Veremos.

Nessas enormes confer.nciasplanet.rias, sempreseprev.uma “anticonfer.ncia”, dita “off”. A de Copenhague se chamar. “Klimatorum” e apresentar., sobencomenda,umafricano do Mali amea.ado pela seca e uma camponesa de Bangladesh amea.ada pela inunda..o.

Nas ruas, haver. Milhares de anarquistas, agitadores, arruaceirose“ radicaisdoresfriamento”. Nadadep.nico!Apol.cia montou em toda a cidade grandes gaiolas nas quais trancafiar. os manifestantes mais a.odados.

Esseclima febriltamb.mest. presente entre oscientistas e especialistas. Uma guerra de uma viol.ncia inaudita se trava nos bastidores e nos laborat.rios, entre os climatologistas que acreditam no aquecimento e os que n.o acreditam.

O cl. dos “climatoc.ticos” . virulento. Ele assegura que o\ aquecimento.a“balelados.culo”. Ele possui uma arma de guerra: gr.ficos provando que

as temperaturas mundiais declinam desde 1998. Os outros zombam: “Esse gr.fico . uma farsa, uma impostura”. Advers.rios de chamam de mentirosos, manipuladores, escroques e piratas.

Umdoschefesdalutacontra o aquecimento, o importante cientista ingl.s James

Hansen, do Goddard Institute of Space Studies, desejou solenemente “o fracasso de Copenhague”. Porqu.? Porqueesta confer.ncia, realizada nessas condi..es, seria um fracasso. Seriam adotadas medidas m.nimas e elas n.o seriam respeitadas.

Os pol.ticos n.o s.o mais tranquilizadores. O presidente franc.s Nicolas Sarkozy, que adora“salvaroplaneta”detemposemtempos, decidiuagarrar otouroaunha.Elecome.oupor censurar o fato de o presidente americanoBarackObama“passar voando” por Copenhague, antes de ir receber seu pr.mio NobelnaSu.cia.Tamb.mquestionou o fato de Obama comparecer no in.cio da confer.ncia, em vez de ir nos dois .ltimos dias do encontro, como os outros chefes de Estado, quando ser.precisotomardecis.esdif.ceis, heroicas.

. preciso reconhecer que o presidente franc.s n.o mediu as palavras.

Com seu ministro da Ecologia, Jean-LouisBorloo,eleapresentar.umrelat.rio explosivo. Esse relat.rio n.o esconde que o salvamento do planeta custar.muitocaroporqueser.preciso investir muito dinheiro nos pa.ses pobres para ajud.-los a lutar contra o CO2: 500 bilh.es de euros logo de cara.

Felizmente, Sarkozy n.o se afoba. Ele previu um mecanismopara financiar essa fortuna: bastar. criar um imposto de 0,01% sobre todas as transa..es financeiras mundiais. Ser. uma boa ideia? Certamente, embora pouco perigosa porque inaplic.vel.

Sarkozyempunhoutamb.m seu “cajado de peregrino” para pregaraomundoalutacontrao aquecimento, j. que Obama, que nem sequer foi capaz de convidar Sarkozy . Casa Branca depois de um ano no cargo, n.o faz grande coisa. O ministro Borloo est. encarregado dos pa.ses asi.ticos.

SarkozyreservouaAm.rica para si. Ele foi aManaus em 14 denovembroparase encontrar comLulaereuniremtornodesi os chefes de Estado da regi.o. “Ele devia arrastar toda a Am.ricadoSul”, diz ojornal sat.rico *Le Canard Enchainé*. “Ele esperava uma recep..o triunfal, como Bol.var libertando o continente dos espanh.is. Encontrou apenas o representante da Guiana para aplaudi-lo.

TodososdemaischefesdeEstado haviam cancelado sua presen.a.

Um desses fiascos que marcam uma carreira.”

**ONU pede "virada" na conferência do clima –** Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2009

Encontro começa hoje em Copenhague recebendo mais que o dobro do número de participantes previsto inicialmente

Secretário da convenção do clima pede metas a países ricos, transparência a países pobres e definição sobre pacotes de ajuda financeira

Ainda não se sabe se a conferência do clima que começa hoje em Copenhague com a ambição de salvar o planeta será a "virada" histórica que o secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, reivindica dos líderes mundiais. Mas um sucesso o encontro que vai até o próximo dia 18 já pode contar: o de público. Segundo os organizadores da chamada COP-15, entre membros das delegações nacionais, de organizações não-governamentais, de entidades internacionais e da mídia,

34 mil pessoas pediram credenciais para os eventos oficiais. No Bella Center, sede da conferência, cabem 15 mil. Tal público não era esperado, e os problemas já pipocaram (leia texto abaixo).
Não foi à toa que Michael Cutajar, do grupo de trabalho de Ações Cooperativas de Longo Prazo, chamou a COP-15 de "maior show da Terra".
Ressaltar a atenção sobre o evento foi o meio de exortar os 96 chefes de Estado que anunciaram sua presença na próxima semana -Luiz Inácio Lula da Silva entre eles- a fecharem um compromisso, ainda que este, como anunciado pelos líderes, não tenha força legal.
A mensagem parece ter tido eco. Barack Obama decidiu postergar sua ida, antes planejada como uma escala de viagem rumo a Oslo na quinta, para se reunir com os demais chefes de Estado só na semana que vem. Ontem o indiano Manmohan Singh confirmou sua ida.
"As pessoas estão aqui para negociar", disse De Boer em entrevista coletiva ontem, na qual celebrou a decisão de Obama ("É importante ele ouvir as preocupações dos pequenos países insulares e dos países em desenvolvimento") e cobrou-lhe ação mais efetiva ("Espero que venha com uma meta ambiciosa para os EUA e um forte compromisso financeiro").
A meta de redução de emissão de gases-estufa dos EUA para 2020, 17% sobre 2005, representa redução em torno de apenas 5% sobre 1990, o ano-referência. E é um dos impasses no legislativo americano.
Mas o holandês De Boer repetiu seu novo mantra de que a COP-15 deve se ater a objetivos "simples" e evitou avaliar metas citadas ou aventadas por países ricos e grandes emergentes (o Brasil propõe corte de até 39% no crescimento de emissões previsto até 2020).

**Papai Noel**

Mas De Boer não foi de todo modesto. "Quero uma lista de metas ambiciosas dos países ricos; claridade sobre o que os países em desenvolvimento vão fazer para limitar o crescimento de suas emissões e uma lista de promessas financeiras que tornem possível, para um escopo mais amplo de nações em desenvolvimento, reverter a direção de seu crescimento econômico e se adaptar ao impacto inevitável da mudança climática", declamou. "É isso que eu pedi ao Papai Noel."
Por ora, para ter os três itens da lista seria preciso um milagre natalino. As metas dos ricos variam entre inócuas (em relação ao que já tem sido feito) e insuficientes; os grandes países em desenvolvimento carecem de planos de ação consistentes -e nos casos da China e da Índia, de metas que realmente cortem as emissões-; e as promessa de ajuda aos países menores são vagas, quando não maquiadas.
Uma discussão de dois dias sobre uma estratégia de negociação comum para a China e os países em desenvolvimento do G-77 patinava ontem sem consenso, segundo delegados que deixavam a sala entediados.
Para piorar, De Boer ainda é confrontado com o "climagate" -os e-mails de climatologistas recém-vazados nos quais céticos do aquecimento global veem prova de uma conspiração dos cientistas para atribuir causa humana ao fenômeno.
O holandês disse que o episódio será tratado no evento, mas que a conclusão sobre a culpa humana não está em discussão. Ela está "em quatro relatórios do painel do clima da ONU, que indicam tendência constante".

**De Boer critica ajuda financeira "reciclada" –** Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2009

O secretário-executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas, Yvo de Boer, reclamou ontem da tentativa de países ricos "reetiquetarem" com o selo "clima" os pacotes de ajuda que já existem para ajudar nações pobres. Segundo ele, a transferência de recursos a ser definida no na conferência de Copenhague precisa ser adicional aos esforços já previstos para combater a pobreza.
"Acho muito importante que esta conferência não tenha como resultado a reciclagem de ajuda", disse De Boer em entrevista coletiva, sem mencionar a quem estava se referindo.
A declaração foi dada no mesmo dia em que a ONG Oxfam lançou campanha contra o que chama de "canibalização" de pacotes de ajuda, sobretudo na União Europeia. Um documento vazado na Suécia, que detém agora a presidência da UE, diz que, "fundos já existentes precisam ser usados para ações de desencadeamento rápido" para ajudar pobres a lidarem com a mudança climática.
Contudo, Anders Turesson, negociador da Suécia para a conferência de Copenhague, nega que haja essa intenção. "Muitos países, incluindo o meu, se planejaram para Copenhague, e o dinheiro já está nos orçamentos estatais", disse.
A Oxfam estima que países pobres precisem de US$ 200 bilhões por ano de ajuda adicional para lidar com a mudança climática até 2020, enquanto a UE fala em até US$ 50 bilhões.
Ainda assim, De Boer se disse "estimulado" com conversas que tem mantido com autoridades da UE. Com números, só falou sobre o Japão, de quem espera ajuda "perto de US$ 10 bilhões". Os EUA, que chegam a Copenhague sem propor uma meta de corte de emissões, têm como seu único trunfo a proposta do senador John Kerry de liberar US$ 3 bilhões para um fundo de ajuda a países pobres já em 2011, mas não falam ainda no longo prazo. **(LC)**

**Excesso de inscritos faz evento restringir as vagas para ONGs –** Luciana Coelho – Folha de São Paulo – 07/12/2009

DA ENVIADA A COPENHAGUE

Os organizadores da conferência do clima em Copenhague sucumbiram a uma lei da física: 34 mil corpos não podem ocupar 15 mil espaços.
Às voltas com mais do que o dobro de pedidos de credencial do que o local do evento pode comportar, a coordenação decidiu ontem criar um "sistema de cotas" para as organizações não-governamentais, que poderão levar apenas um percentual de seus membros à conferência. O credenciamento de mídia foi interrompido dia 29.
Com a cidade lotada, os quartos de hotel que restam inflacionaram, e os moradores locais estão engordando o orçamento oferecendo suas casas.
No aeroporto, recepcionistas confusas da COP-15 diziam aos recém-chegados que o

Bella Center estava fechado por ameaça de segurança (não estava, mas a inspeção para entrar no local leva mais de uma hora).
Alerta maior, as redes de celular e internet na cidade já davam sinal de exaustão, com falhas pontuais pelo dia. **(LC)**

**IPCC critica posição americana na COP-15 –** Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 07/12/2009

Mas secretário-geral da conferência vê grande chance para avanços concretos

COPENHAGUE. A 15 ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-15) começa hoje em Copenhague sob críticas à posição americana. O presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), Rajendra Pachauri, afirmou ontem que os Estados Unidos podem fazer mais do que prometeram pela redução das emissões de dióxido de carbono e de outros gases causadores do efeito estufa.

Para o indiano, Nobel da Paz em 2007, "há espaço para ir além daquilo que será legislado", referindose à Lei do Clima emperrada no Senado americano. Em entrevista, Pachauri disse que o poder executivo dos EUA pode agir para melhorar a eficiência energética e oferecer incentivos para que se invista em transporte público limpo.

**"A mais importante cúpula desde o fim da II Guerra"**

Mais de 17 mil participantes de 192 países começaram a chegar a Copenhague para a conferência, que termina no dia 18. Ontem, o economista britânico Nicholas Stern, autor do mais significativo estudo sobre o impacto econômico das mudanças climáticas, afirmou que "a COP-15 é a mais importante cúpula mundial desde o fim da Segunda Guerra".

Stern apresentou ontem outro estudo, de tom mais otimista, dizendo que as promessas de metas de países desenvolvidos avançaram e se aproximaram mais das necessárias.

O diretor do Programa de Meio Ambiente da ONU, Achim Steiner, disse estar confiante de que dezembro verá o mundo selar um acordo importante.

— Estavam errados aqueles que diziam que um acordo em Copenhague era impossível — declarou Steiner.

O secretário-executivo da COP15, Yvo de Boer, disse ter certeza de que o encontro vai resultar em um abrangente e ambicioso pacto climático internacional.

— A hora é essa. Nas próximas duas semanas esperamos que os governos atuem. E estou otimista.

Nunca, em 17 anos de negociações do clima, tivemos tantos governos comprometidos — afirmou o secretáriogeral da CO-15.

De Boer disse que o momento político para se alcançar um acordo global é sem precedentes.

— Os negociadores agora contam com os indícios mais claros dos líderes mundiais de que eles estão dispostos a elaborar propostas sólidas para implementar ações rápidas — disse o secretárioexecutivo.

De Boer listou os compromissos que os governos têm que firmar nas próximas semanas: implantação de ações contra os efeitos das mudanças climáticas; empenho nos

cortes de emissões de gases, incluindo o direcionamento de fundos para esse fim; e um futuro de baixas emissões para todos.

Em termos práticos, os compromissos apontados pelo secretárioexecutivo da conferência exigirão das nações desenvolvidas financiamentos na ordem de US$ 10 bilhões por ano até 2012 para que países em desenvolvimento lancem as bases de seu plano de baixas emissões.

Para garantir a segurança nos 12 dias da conferência climática, um enorme aparato de segurança foi montado na capital dinamarquesa.

A cidade vai receber 100 líderes de países, mas o esquema de segurança é tão rigoroso que já suscita acusações de exagero por alguns críticos.

— Essa é certamente a maior operação policial que já tivemos na história da Dinamarca — afirma PerLarsen, o coordenador-chefe da polícia da Copenhague.

**Pessoas podem ser presas sem acusação formal**

Segundo Larsen, US$ 122 milhões serão gastos para assegurar a segurança na cidade, especialmente no Bella Centre, quartel-general da COP-15, onde veículos só poderão entrar depois de atravessar postos policiais altamente equipados.

Por leis recém-aprovadas, pessoas podem ser presas por até 40 dias por "obstruir a ação policial".

E manifestantes considerados problemáticos podem ser detidos por até 12 horas sem acusação formal.

A polícia preparou ainda um centro de detenção de emergência, nas redondezas da capital.

**Sabotagem contra o clima –** O Globo – Ciência – 07/12/2009

ONU diz que hackers participaram de ação orquestrada para enfraquecer cúpula

Na véspera da 15ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-15), que começa hoje em Copenhague, a ONU chamou a atenção ontem para uma ação criminosa orquestrada para prejudicar a cúpula.

O caso pode envolver até o serviço secreto russo. O vice-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Jean-Pascal van Ypersele, declarou que o roubo de milhares de e-mails da Universidade de East Anglia (Inglaterra) não foi trabalho de céticos do clima amadores, mas de uma sofisticada tentativa de desacreditar os fundamentos científicos das mudanças climáticas provocadas pela ação humana, base das discussões da COP-15.

O roubo de e-mails vem alimentando blogs e sites a porem em dúvida a credibilidade das pesquisas. A liberação parcial das mensagens dá a entender que dados foram manipulados para associar o clima à ação humana.

Na sexta-feira, o caso levou dois dos 5.835 membros da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood a propor que o Oscar dado a Al Gore por "Uma verdade inconveniente", em 2007, fosse retirado, numa manobra para chamar atenção mas sem validade na prática, já que o documentário não se baseia em dados de East Anglia e dois em mais de cinco mil membros não teriam como retirar um prêmio.

**Agência russa estaria envolvida**

Segundo o jornal inglês "The Independent", há indícios de participação da FSB, agência russa de inteligência que sucedeu a KGB, no vazamento de e-mails. O serviço

secreto russo costuma patrocinar hackers e seu escritório em Tomsk, na Sibéria — cidade de onde foram disseminados os emails roubados — tem um histórico de estimular estudantes locais a invadir sites de opositores da Rússia.

Muitas das informações sobre os e-mails de East Anglia foram distribuídas pelo negociador da Arábia Saudita em Copenhague, Mohammad al-Sabban. A Arábia Saudita é um dos países que tem combatido limitações aos combustíveis fósseis. Segundo a ONU, os primeiros ataques de hackers ocorreram em outubro, mas os e-mails só começaram a ser divulgados em meados de novembro. Grupos que contestam as mudanças climáticas alegam que os cientistas manipularam informações e omitiram opiniões diferentes das deles. Ontem, a ONU voltou a destacar que seus relatórios são baseados em milhares de estudos de centenas de universidades de todo o mundo e que East Anglia é só uma delas.

— Isso não muda em nada as conclusões do IPCC. Não se trata de um climagate, mas um hackergate — afirmou o diretor do Programa de Meio Ambiente da ONU, Achim Steiner.

Yvo de Boer, secretário-executivo da COP-15, disse que o caso está sendo investigado: — Acho bom que tudo seja feito de forma transparente. Se qualidade e integridade estão sendo questionadas, isso tem que ser examinado.

Os e-mails roubados começaram a ser postados em 17 de novembro no site realclimate.org, lido por cientistas. O site foi invadido por hackers usando um computador na Turquia. Em minutos, as mensagens foram tiradas do ar. Mas, em seguida, os mesmos e-mails foram postados no The Air Vent, blog de céticos do clima. Desta vez, a origem dos hackers era a Arábia Saudita.

Mas uma investigação revelou que o computador saudita transmitia arquivos armazenados em computadores da Rússia.

**Cadeia bovina adere à certificação responsável –** Sítio Eletrônico do MMA - 07/12/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, participou, nesta segunda-feira (07/12), em São Paulo, do lançamento do projeto de Certificação de Produção Responsável na Cadeia Bovina da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O objetivo é promover a sustentabilidade ambiental econômica e social das empresas do setor, bem como controlar a origem da carne consumida pelos brasileiros.

Minc destacou a importância da consciência ambiental desde o início da produção até chegar à mesa do consumidor. "Um acordo como esse vale mais que mil fiscais. O consumo consciente é que faz a diferença. A Abras com esse acordo está estimulando o consumidor a só comprar carne de origem garantida", enfatizou Minc.

A Abras vai incentivar cada empresa da cadeia de abastecimento de carne bovina a fazer a adesão ao programa. A certificação é imparcial e independente e identifica ações de proteção ao meio ambiente, respeito ao consumidor e respeito às questões sociais, trabalhistas e de saúde. "É uma coisa histórica isso está acontecendo hoje, no dia em que começa a Conferência do Clima (COP-15), em Copenhague".

Para Minc, é uma coisa histórica o lançamento da Certificação acontecer no dia em que começa a Conferência do Clima (COP-15) e ressaltou a importância desse tipo

de iniciativa. A Abras tem participado de campanhas ambientais como a Saco é um Saco, do Ministério do Meio Ambiente.

Minc ainda elogiou a Abras por ter "tomando uma posição tão proativa" para a proteção das florestas brasileiras, como esse acordo. Para ele, a médio prazo todos ganham ao certificar o elo da produção e o consumidor não comprar produtos que sejam de áreas degradadas. "Daqui a pouco o pecuarista que não tá legal vai se modernizar, proteger os biomas. No fundo, todo mundo ganha, melhora a qualidade do produto".

O acordo foi assinado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e pelo presidente da Abras, Sussumu Honda, que também fecharam parceria para elaboração de um banco de dados e acesso às informações.

Preliminarmente, algumas empresas já aderiram à Certificação. Cerca de 20 supermercados, como Carrefour, Pão de Açúcar e Walmart, e oito frigoríficos, entre eles JBS e Bertin, já são signatários do programa. A Abras tem mais de 70 mil empresas associadas.

O Certificado será colocado na embalagem da carne exposta aos consumidores. Os frigoríficos terão de contratar empresas certificadoras pré-selecionadas pela Abras, para garantir que o produtos tenha o selo comprovando ser de processo de produção sustentável.

Os supermercados e frigoríficos podem solicitar a certificação no site da Abras (*www.abras.com.br*). Cada certificado tem a validade de três anos, no entanto serão realizadas auditorias de manutenção. A Abras será responsável por qualificar os organismos de certificação.

**Quem negociará pelo Brasil em Copenhague? -** Por Juliana Russar – Sitio Eletrônico do MST – 07/12/2009

7 de dezembro de 2009

Amanhã (8/12) começa a reunião da ONU sobre mudanças climáticas, cujo nome oficial é 15ª. Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (CoP-15-UNFCCC), em Copenhague, na Dinamarca. Na verdade, nas próximas duas semanas, acontecerão, no Bella Center, 6 encontros diferentes, divididos em vários sub-grupos, cada um com uma longa agenda a ser cumprida (é…complexo!), todos sob o guarda-chuva da Convenção de Clima. No entanto, os holofotes estarão voltados para dois grupos de trabalho que vêm se reunindo, nos últimos dois anos, para discutir e decidir que medidas serão adotadas para fortalecer a implementação da Convenção de Clima, de modo a serem compatíveis com as evidências científicas mais recentes, obedecendo o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas (os países desenvolvidos contribuíram mais para o problema, portanto devem liderar a busca por solução e se responsabilizar pela maior parte do corte de emissões) e que assegurem recursos para os países em desenvolvimento, principalmente os mais vulneráveis, de uma maneira que eles

consigam reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e implementar medidas de adaptação.

Quem vai negociar pelo Brasil durante a CoP-15? Esse é um ponto importante a ser esclarecido, pois a delegação brasileira oficial é formada não só por negociadores, mas também por representantes do governo federal, governos estaduais e municipais, além de parlamentares, representantes do setor privado, organizações não-governamentais que, apesar de usaram o crachá rosa (identificação das delegações oficiais), não podem negociar em nome do país, mas estão aqui para influenciar a posição do governo. O Ministério das Relações Exteriores recebeu por volta de 700 pedidos para participar da delegação. É muita gente! Para vocês terem uma ideia, nas duas últimas reuniões em Bangkok e em Barcelona, das quais eu participei, apenas 30 pessoas constavam na lista de participantes, como poderão ver aqui.

Desta vez, representantes de diversos setores da sociedade brasileira estarão representados, como podem observar a seguir, em ordem alfabética: Aprosoja; Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa); Bovespa; Bradesco; Braskem; Câmara Internacional de Comércio; Camargo Corrêa; Casa Civil; Coca-Cola; Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Fiat; Fundação Roberto Marinho; Governo do Estado de São Paulo; Greenpeace; Iniciativa Verde; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama); Instituto Ethos; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Natura; Partido Verde; Petrobras; Santander; Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool (Sindaçúcar); União da Indústria de Cana-de-açúcar (Única); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Campinas (Unicamp); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Vale do Rio Doce; Votorantim e WWF.

Mas entre essas 700 pessoas, quem tem mandato para falar sobre o Brasil nas mesas de negociação? Pensando nisso, preparei uma tabela com os negociadores brasileiros e os temas pelos quais são responsáveis nos dois grupos de trabalho que mencionei. Fiz uma tradução livre dos termos técnicos.

AWG-LCA – Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo no âmbito da Convenção

O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado é o chefe da delegação brasileira e também vice-chair do AWG-LCA.

Adaptação (adaptation) - Andrea Souza Santos, coordenadora de mudança do clima e sustentabilidade da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Haroldo de Oliveira Machado Filho, assessor especial da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (MCT)

Tecnologia (technology) - Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT) e Maria Clara Cerqueira, da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Desenvolvimento de capacidades (capacity building) - Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT)

Financiamento (financing) - Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT) e Maria Clara Cerqueira (MRE)

Mitigação (mitigation)

Mitigação de países desenvolvidos / 1(b)(i) (mitigation by developed countries) - André Odenbreit Carvalho, chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DPAD) do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ciro Marques Russo, do DPAD (MRE) e Branca Bastos Americano, diretora de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Mitigação de países em desenvolvimento / 1(b)(ii) (mitigation by developing countries) - André Odenbreit Carvalho (MRE); Ciro Marques Russo (MRE) e Branca Bastos Americano (MMA)

Redução das emissões de desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento – conservação, manejo florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD-plus) /1(b)(iii) on reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries – conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks (REDD-plus) - Thelma Krug, do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); Adriano Santhiago,da coordenação de Mudanças Globais do Clima (MCT) e Thais Linhares Juvenal, diretora do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Abordagens setoriais /1(b)(iv) on sectoral approaches -Leandro Waldvogel, da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Diversas abordagens para aumentar o custo-efetividade de ação de mitigação, incluindo mercados / 1(b)(v) on various approaches to enhance the cost-effectiveness of

mitigation action, including markets - Leandro Waldvogel (MRE) e Adriano Santhiago (MCT)

Consequências de medidas de resposta / 1(b)(vi) consequences of response measures - Leandro Waldvogel (MRE)

Visão compartilhada (shared vision) - Ciro Marques Russo (MRE)

AWG – KP – Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Compromissos Adicionais no âmbito do Protocolo de Quioto para os Países do Anexo I

Reduções de Emissão do Anexo I (Annex I emission reductions) - Leandro Waldvogel (MRE) e José Domingos González Miguez, Coordenador Geral de Mudanças Globais do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Outros assuntos (other issues)

Mecanismos de flexibilização (flexibility mechanisms) – Leandro Walvogel (MRE) e José Domingos González Miguez (MCT)

Uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (land use, land-use change and forestry – LULUCF) – Thelma Krug (MCT), Marcelo Theoto Rocha, do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Thais Linhares Juvenal (SFB/MMA)

Cesta de questões metodológicas (basket of methodological issues) – José Domingos González Miguez (MCT) e Newton Paciornik, assessor técnico da Coordenação de Mudanças Globais do Clima e Diretor do Inventário Brasileiro de Gases de Efeito Estufa

Medidas de resposta (response measures) - Leandro Walvogel (MRE) e José Domingos González Miguez (MCT)

Aspectos jurídicos (Legal matters) – Leandro Walvogel (MRE) e José Domingos González Miguez (MCT)

Solidariedade continental aos direitos Guarani

**Juliana Russar é graduada em relações internacionais, atuou como assistente de pesquisas do Vitae Civilis de maio de 2007 a abril de 2009. É autora do relatório "Panorama de atores e iniciativas no Brasil dobre mudanças de clima", publicado pelo Vitae Civilis em outubro de 2008.*

**Cúpula do clima racha governo do Brasil –** Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2009

Minc quer que país defenda um limite global de corte de CO2; posição não consta de documento distribuído por Dilma

Delegação define hoje sua posição; parte do grupo propõe prestar contas só dos projetos contra emissão bancados por estrangeiros

Existe um racha no comando da delegação que representará o Brasil na conferência do clima, em Copenhague, e o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) insistirá que o país defenda um limite global para a emissão de gases de efeito estufa, além de um monitoramento melhor da quantidade de carbono lançada pelo país na atmosfera.
Embora a cúpula do clima tenha começado ontem, a delegação chefiada pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) só define hoje em que termos se dará a participação brasileira em Copenhague. A reunião com os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia) e Minc será à tarde. O resultado será o que a linguagem diplomática chama de "instrução" para Copenhague, o conjunto de posições que o Brasil defenderá no encontro.
As divergências até aqui não são só retóricas. A principal tem a ver com a contribuição de países em desenvolvimento para o corte das emissões.
A versão preliminar da "instrução" brasileira foi distribuída aos demais integrantes da cúpula da delegação só na sexta-feira passada. No texto, o Itamaraty até acata o objetivo, definido pelos 17 maiores poluidores, de que 2C seria o limite tolerável de aquecimento do planeta até 2100, tendo como base a temperatura de antes da Revolução Industrial.
Para o Ministério de Meio Ambiente, no entanto, não basta que Copenhague endosse o diagnóstico do IPCC. Minc diz querer que o Brasil defenda um "espaço global de carbono", com limites de emissões para os países desenvolvidos e em desenvolvimento.
Segundo estudos, para conter o aquecimento a 2C, o mundo poderá emitir durante o século até 1,8 trilhão de toneladas de carbono. Se o atual ritmo das emissões de gases-estufa não mudar, esse limite será ultrapassado já em 2030. Para o debate de amanhã, Minc levará proposta similar à contida no projeto em trâmite no Congresso dos EUA, de reduzir em 80% as emissões registradas no mundo em 2005 até 2050.
"Existem resistências a isso na área diplomática", reconhece Minc. "É justo que os países desenvolvidos tenham a maior parte de responsabilidade nisso, mas a responsabilidade não é só deles", completa o ministro do Meio Ambiente.
Minc enfrentou resistências semelhantes ao defender a proposta de o Brasil levar metas de redução de emissões para Copenhague. Como país em desenvolvimento, o Brasil não está obrigado por ora a estabelecer nem cumprir metas.
O corte "voluntário" entre 36,1% e 38,9% em relação às projeções para 2020 foi fixado há menos de um mês pelo presidente Lula, apesar da oposição do Itamaraty e da ministra Dilma Rousseff. Lula, que evitou o adiamento de uma definição das metas, ainda não está em Copenhague.
Outra divergência relevante alcança o monitoramento das emissões de gases de efeito estufa no país. O Itamaraty defende que apenas as ações de redução financiadas sejam objeto de monitoramento e verificação. Novamente, o Ministério do Meio Ambiente é

contra. E defende que sejam monitoradas todas as ações, independentemente de receberem financiamento externo.

**Lula planeja ajuda a quem não desmatar –** Marta Salomon – Estado de São Paulo – Ciência – 08/12/2009

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Às vésperas de viajar para Copenhague, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu conceder ajuda financeira a proprietários rurais dispostos a cumprir o limite de desmatamento fixado em lei. Inicialmente, o registro da chamada reserva legal e a preservação de florestas contarão com financiamento estimado em R$ 100 milhões. Lula tem até sexta-feira para editar os dois decretos negociados no governo. Nesse dia, entraria em vigor a punição a proprietários rurais que descumprem a legislação. A punição -entre elas multa de R$ 500 por dia, caso o proprietário não se comprometa a recuperar a área desmatada- deverá ser adiada até 2011. Segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), mais de 90% dos produtores rurais do país não têm reserva legal em suas terras.
"Haverá facilidades para cumprir a lei", adiantou ontem o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). Segundo o ministro, Lula teria arquivado a ideia de editar medida provisória com mudanças no Código Florestal. As mudanças serão propostas por meio de projeto de lei.
O desmatamento responde por mais de metade das emissões brasileiras de gás carbônico, estimadas pelo governo em 2,2 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2005. Sua redução forma o grosso da oferta brasileira de corte de emissões. **(MS)**

**Especialista contesta meta de redução de CO2 –** André Palhano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/12/2009

Para professor da USP, emissões de gases do efeito estufa são menores em proporção do PIB, mas maiores em termos absolutos

José Eli da Veiga diz que países com altos padrões de vida poderiam abrir mão do crescimento econômico em troca de avanço sustentável

Grandes negociações internacionais sobre a questão climática terão pouco efeito prático se os países continuarem a seguir o modelo de crescimento econômico acelerado como norte de suas políticas.
Essa é uma das principais conclusões do livro "Mundo em Transe - Do Aquecimento Global ao Ecodesenvolvimento", de José Eli da Veiga, economista e professor da FEA-USP, que será lançado na próxima semana em São Paulo.
Reconhecido como um dos maiores especialistas do tema no país, o professor chama a atenção para um detalhe que, em sua opinião, tem recebido pouca atenção no debate

climático: o fato de o crescimento econômico gerar, em termos absolutos, aumento das emissões totais de gases causadores do efeito estufa. Mesmo que dentro de um contexto de redução das emissões como proporção do PIB, a chamada "intensidade-carbono". "Mesmo em economias de altíssima ecoeficiência, por exemplo com a redução maciça no uso de combustíveis fósseis na geração de energia, podemos ver que, em termos absolutos, com o crescimento econômico, as emissões aumentam", disse Veiga à Folha.
Os números ajudam a clarear o raciocínio. Entre 1980 e 2006, o declínio global da intensidade-carbono (a utilização do carbono como proporção do PIB) caiu aproximadamente um quarto. O CO2 emitido por uso de energias fósseis por dólar de PIB no período saiu de pouco mais de um quilo para 770 gramas.
Esse ganho de eficiência não resultou, no entanto, em redução das emissões de carbono oriundas de energias fósseis em termos absolutos. Ao contrário. Elas hoje são 60% superiores às de 1980. "O resultado é que as emissões de carbono e o aquecimento global continuam aumentando em termos absolutos, apesar do descolamento relativo. Essa desmaterialização da economia sem o devido alívio ecossistêmico, que também vale para outros recursos naturais, deveria ser a questão central no debate sobre desenvolvimento sustentável", defende o economista.
A inovação tecnológica e a alta produtividade não aliviam esse problema? "A inovação tecnológica não pode estar dissociada do aumento da população e dos padrões de consumo. Se a população continua crescendo, se o consumo também aumenta, em termos absolutos isso mais que compensa a queda relativa que se tenha com ganhos de produtividade, que, nesse caso, podemos chamar de ganhos de ecoeficiência."

**Crescer x sobreviver**

Em seu livro, Veiga coloca como consequência natural desse dilema um debate que, ele mesmo admite, ainda é tratado como uma verdadeira "heresia" entre os economistas: repensar o próprio modelo econômico lastreado em crescimentos contínuos -e, de preferência, sempre maiores na margem.
"Esse é um debate muito difícil, mas que já começa a ganhar espaço em alguns países. Se mesmo nas economias mais ecoeficientes a pressão por recursos naturais aumenta, entre elas a do carbono, isso só pode ser explicado como um efeito do crescimento dessas economias. A questão é que a prosperidade de uma nação não pode ser reduzida à produção ou ao consumo, ou seja, não pode ser entendida simplesmente como sinônimo de crescimento econômico", ilustra Veiga.
Na prática, isso quer dizer que países que alcançaram elevados padrões de vida e consumo, como os escandinavos, poderiam abrir mão do crescimento econômico em troca de um modelo de desenvolvimento realmente sustentável. Num futuro distante, essas economias poderiam até "encolher", sem que isso representasse perda dessa condição próspera.
"Obviamente, esse é um conceito que ainda levará tempo, que é aplicável hoje apenas para países sem desigualdades. No entanto, vemos um esforço grande de governos nesse sentido, sobretudo os que estão olhando não para os próximos 10 ou 15 anos, mas para daqui 50 ou 60 anos. A busca por novas métricas que substituam o PIB como parâmetro de desenvolvimento econômico, como a do governo francês, é um ótimo exemplo nesse sentido."

**Europa: entre o avanço e a discórdia –** Débora Berlinck – O Globo – Ciência – 07/12/2009

Ainda que na vanguarda ambiental, União Europeia enfrenta divisões internas sobre os cortes de CO2 **Deborah Berlinck**

PARIS. A Europa largou na frente, há quase uma década. E quando muitos nos Estados Unidos resistiam a alterar seu modelo poluente, o continente investia na mudança. Mas agora, na COP-15, os europeus correm o risco de assistir impassíveis aos dois maiores poluidores da Terra — Estados Unidos e China — roubarem o palco e se unirem para ditar o tom Copenhague.

Um tom menos ambicioso do que eles gostariam.

E os europeus chegam a Copenhague divididos. Alguns países estariam preparados a ir além da proposta da União Europeia de cortar, até 2020, as emissões de carbono em 20% em relação a 1990.

Holanda e Dinamarca, por exemplo, propõem que a meta se eleve para 30%, mas com a condição de que outras nações, especialmente os EUA, aumentem também sua cota. Outros, como Itália e Polônia, que têm uma forte indústria de carvão, acham que já se foi longe demais. — A UE não opera como um bloco homogêneo. É muito difícil chegar a um consenso, sobretudo agora, com a crise econômica — diz Reinhilde Veugelers, do Bruegel, um centro de pesquisa em Bruxelas.

O bloco dos 27 países também não consegue se entender sobre questões cruciais na pauta de Copenhague, como a ajuda necessária para que países em desenvolvimento cortem suas emissões de gases.

— Os que defendem 30% estão bem silenciosos. Eles (os europeus) estão esperando. A atitude é: já fizemos, agora cabe aos outros — diz Veugelers.

Além dos cortes, a proposta europeia, aprovada em dezembro do ano passado, prevê 20% de aumento no uso de energia renovável e 20% de corte no consumo de energia através de melhor eficiência energética até 2020. Mas cientistas dizem que seria necessária redução de 25% a 40% para o plano europeu — classificado de "o mais ambicioso do mundo" pelo presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso — ter impacto real.

Há ainda, entre os europeus, resistências de poderosos setores industriais. A atual proposta da UE de diminuição das emissões foi fechada depois de uma batalha: alemães ameaçaram derrubar o projeto e italianos fizeram exigências. Várias concessões foram feitas para acalmar indústrias que temem que novas regras ambientalistas as tornem, no curto prazo, menos competitivas em relação aos concorrentes nos EUA e nos países emergentes.

O bloco tem desenvolvido uma série de regras nos últimos anos, para impulsionar empresas a embarcarem num modelo mais limpo, como subsídios e taxação de carbono. A UE opera desde 2005 um esquema de troca de direito de emissões — ETS, na sigla em inglês — que permite a indústrias usarem, venderem ou trocarem cotas de emissões de CO2.

Reinhilde Veugelers diz que, talvez por conta do baixo nível de subsídios, todos estes esquemas ainda não impulsionaram a indústria europeia a investir no desenvolvimento de tecnologia limpa, como se esperava. E agora algumas, como Arcelor Mittal, a gigante do aço, e a petrolífera Royal Dutch Shell, estão ameaçando diminuir o investimento no continente.

Com todos os tropeços, a Europa está na frente na batalha ambiental. Pelo Protocolo de Kyoto, a EU tem que reduzir em 8% suas emissões de dióxido de carbono até 2012.

O último relatório da Agência Europeia para o Meio Ambiente (EEA, em inglês) mostra que a esmagadora maioria dos 27 países membros da UE, com exceção da Áustria, estão no caminho para cumprir as metas do protocolo. Desses, 14 já atingiram a meta, incluindo França, Alemanha, Grécia, Suécia e Reino Unido. As últimas projeções dizem que em 2012 os 15 principais países europeus terão até avançado além da meta: corte de 13%.

Em 2008, as emissões da UE caíram pelo quarto ano consecutivo, a seu mais baixo nível desde 1990: cerca de 5 bilhões de toneladas de CO2. As emissões da UE representam hoje entre 11% e 12% do total mundial, com uma média de 10,2 toneladas por habitante, acima da média mundial (6,7 toneladas), mas bem abaixo da média americana (23 toneladas).

**Década atual é a mais quente da história –** Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009

Temperaturas entre 2000 e 2009 estão, em média, 0,4°C mais elevadas, afirma Organização Meteorológica Mundial

Este ano caminha para ser o quinto mais quente; Sul do Brasil, Índia e China tiveram ondas de calor severas, diz estudo divulgado ontem

Os anos que vão de 2000 a 2009 correspondem, por enquanto, à década mais quente da história desde que medições confiáveis começaram, em meados do século 19. A década de 2000 supera com folga os anos 1990, derrubando a tese de que o aquecimento global teria "estacionado" ou até "começado a diminuir" a partir de 1998 - ano que, isoladamente, é o mais quente já registrado.
Os dados, divulgados durante a conferência climática de Copenhague pela OMM (Organização Meteorológica Mundial), indicam que 2009 provavelmente será o quinto ano mais quente da história, com temperatura 0,44°C superior à média do período de referência, que vai de 1961 a 1990. Este ano registrou um dos outonos mais quentes da história no Sul do Brasil, e temperaturas acima de 40°C no centro da Argentina.

**"Sólido"**
"Ainda temos um mês até o fim do ano, e esperamos divulgar os dados totalmente consolidados em março de 2010, mas podemos dizer que o resultado até aqui é bastante sólido", disse Michel Jarraud, secretário-geral da OMM. "Certamente 2009 estará entre os dez anos mais quentes da história."
Um fator importante para o calor de 2009 é a ação de um El Niño, fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas equatoriais do oceano Pacífico. O mesmo tipo de evento contribuiu para os termômetros em alta durante 1998. Nos últimos meses, as consequências foram sérias para vários países em desenvolvimento.

Na Índia, uma onda de calor matou 150 pessoas em maio, enquanto o norte da China viveu o ano mais quente de sua história, com temperaturas de verão acima de 40°C. "Os dados não surpreendem", disse à **Folha** o físico Paulo Artaxo, especialista em mudanças climáticas da USP. "O que esses e outros dados mostram, sem praticamente nenhuma exceção, é que o aquecimento supera muito o que esperaríamos de fatores naturais, de qualquer lado que você olhe a questão."
Para Artaxo, a média de temperaturas elevadas ao longo das décadas de 1990 e 2000 "é muito mais representativa" do que anos quentes isolados. "Mas é claro que o ideal é você ter uma série histórica de 30 anos, 50 anos, um século", diz.
Apesar da aparente robustez dos resultados, a primeira pergunta feita por jornalistas a Jarraud ontem envolvia o uso de dados da Universidade de East Anglia (Reino Unido). Os climatologistas da instituição foram afetados por um roubo de e-mails, perpetrado por hackers, os quais tentaram usar as mensagens como prova de que os pesquisadores manipulavam seus estudos.
"Sim, usamos os dados deles, mas também utilizamos dois conjuntos independentes de dados [da Nasa e da Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera dos EUA]. E, como vocês podem ver, as três curvas são quase idênticas", afirmou.
Jarraud reforçou que "passamos por uma tendência clara de aquecimento", mas disse que ainda é cedo para dizer se a próxima década será mais quente que as últimas duas.
**(REINALDO JOSÉ LOPES)**

**Brasil pede corte de CO2 aos ricos, sem meta para os pobres –** Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009

País quer ajuda financeira, mas diz poder cumprir promessa de redução de gases sem auxílio externo

Os sinais de recuo nos compromissos de corte nas emissões de países desenvolvidos e tentativas de dividir o bloco dos países em desenvolvimento monopolizaram a reunião de ontem da cúpula da delegação brasileira que irá a Copenhague. O negociador brasileiro, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, participou por teleconferência da reunião coordenada pela ministra Dilma Rousseff, chefe da delegação.
A exposição de Figueiredo durante quase duas horas de reunião deixou em segundo plano a proposta defendida pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio de ambientalistas, de que a conferência do clima fixasse um limite global para as emissões de carbono.
Essa proposta pressupõe um esforço dos países em desenvolvimento. E, no momento, a prioridade da estratégia brasileira é cobrar compromissos mais firmes dos países desenvolvidos, responsáveis históricos pela maior parcela de emissão de gases de efeito estufa.
"Há países europeus amarelando, puxando suas metas para baixo para atrair os Estados Unidos para um acordo", disse o ministro Carlos Minc após a reunião na Casa Civil. Minc relatou que o Brasil participa, ao lado de outros países, da tentativa de elaborar uma nova proposta de acordo. Essa proposta poderia substituir o esboço feito pela Dinamarca. O documento do país anfitrião da conferência, que vazou anteontem, foi criticado.

Na avaliação feita ontem, o estabelecimento de metas "voluntárias" pelo Brasil permitiu aos negociadores brasileiros cobrar compromissos mais relevantes dos países desenvolvidos. A delegação insistirá na criação de um fundo global para financiar ações de corte das emissões e de adaptação.
O país espera contar com parte dos recursos desse fundo, embora não condicione o cumprimento de suas metas voluntárias ao financiamento externo. Também participaram da reunião de ontem os ministros Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia) e Celso Amorim (Relações Exteriores).
A chefe da delegação brasileira chegará a Copenhague no domingo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá depois e deverá discursar no dia 17, penúltimo dia da conferência.

**Proposta de anfitriões vaza e cria celeuma em cúpula –** Luciana Coelho - Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009

Texto proposto pela Dinamarca cede aos EUA ao tirar do horizonte acordo legal

Ao mesmo tempo, grandes emergentes circulam texto "concorrente" que cobra engajamento americano nas mudanças climáticas

O vazamento de um texto preliminar proposto pela Dinamarca na cúpula clima em Copenhague indicou a disposição do anfitrião da conferência em ceder aos apelos dos Estados Unidos por um acordo frouxo antes mesmo do início formal das negociações.
O rascunho dinamarquês, que emergiu ontem na versão on-line do jornal britânico "The Guardian", circula há dez dias e chegou a ser submetido para consulta na semana passada ao Brasil e outros países, que discordaram da versão.
Ele tira do horizonte um acordo com peso legal e restringe o financiamento dos países desenvolvidos aos "mais pobres e vulneráveis" -o que exclui da lista de destinatários os grandes emergentes.
Em contrapartida, China, Brasil, Índia e África do Sul, com o primeiro à frente, circulam entre os emergentes uma versão alternativa que prevê cobrar mais Washington.
Mas o texto, segundo fontes ouvidas pela **Folha**, não agradou aos demais países em desenvolvimento do G77 e deixou o Brasil em posição desconfortável.
O negociador-chefe do país, Luiz Alberto Figueiredo Machado, minimizou. "O texto está sendo circulado pela China. Ele contêm algumas ideias que podem constar da declaração final, mas não há consenso [de todos os quatro] sobre todos os pontos", disse à **Folha**.

**"COPXX"**
Já o texto dinamarquês cita um compromisso em auxiliar os países mais pobres a se adaptarem à mudança climática. Ele não cita assistência aos países em desenvolvimento com emissões a mitigar -e, nesse ponto, é uma ruptura com o Plano de Ação de Bali, documento que serve de base à discussão em Copenhague.
Mas cobra deles metas. No Protocolo de Kyoto (1997) só os países desenvolvidos, maiores responsáveis pelo aquecimento global, tinham de se comprometer com o corte.

Dos quatro grandes emergentes, o Brasil prevê um desvio de até 39% de suas emissões projetadas para 2020 e a África do Sul propõe cortar 34% das suas. China e Índia propõem uma"redução da intensidade de gás carbônico" em suas economias - camuflagem retórica para aumento nas emissões.
Segundo uma fonte europeia, a versão que vazou no "Guardian" já sofreu modificações. Mesmo assim, ela foi suficiente para causar ruídos e virar o foco do dia de ontem por indicar a tendência prematura do anfitrião da cúpula, o premiê Lars Rasmussen, de desistir de um acordo forte. De saída, por exemplo, ele declara o resultado de Copenhague "um acordo político" e remete a decisão sobre o acordo legal para a "COPXX", ou seja, alguma conferência do clima futura (Copenhague é a COP-15).
"O documento deslegitima o governo da Dinamarca por fazer uma coisa tão tendenciosa", disse Kátia Maia, da ONG Oxfam. "O texto atropelou um pouco as negociações que estavam em curso", afirmou Sérgio Serra, o embaixador brasileiro para mudança do clima.
Segundo Luiz Gylvan Meira Filho, especialista em negociação climática da USP, o texto dinamarquês tem um único defeito: existir. "Ele perpetua uma clivagem entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que está na origem de vários problemas da negociação", afirmou. "Ao mesmo tempo, reconheço que ele terá um impacto na negociação."
As expectativas agora se voltam para um terceiro texto, que vem sendo preparado por Michael Zammit Cutajar, líder do grupo de trabalho de Ações Cooperativas de Longo Prazo.
Diferente dos outros dois, ele é resultado do que tem sido discutido por todos os países e sua elaboração foi autorizada pelas demais partes. Estaria, portanto, mais próximo do que pode ser o acordo final.

**Brasil quer dinheiro para país pobre, mas espera pouco para si –** Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2009

Nações ricas resistem a financiar redução de CO2 em grandes emergentes; país diz que manterá meta

DA ENVIADA A COPENHAGUE

O Brasil defende um compromisso de financiamento para os países mais pobres lutarem contra a mudança climática, mas não conta com um valor significativo para si mesmo ao fim das negociações em Copenhague, no próximo dia 18.
"O Brasil não condiciona sua ação [para mitigar as emissões de gases-estufa] à existência de ajuda externa. Isso está claro", disse à **Folha** o negociador-chefe do país para clima, Luiz Alberto Figueiredo. "Dinheiro é fundamental do ponto de vista do acordo, mas não para custear o que já está na mesa."
Na mesa está uma proposta de desviar entre 36% e 39% menos as emissões previstas para 2020. A maior parte desse objetivo seria alcançada com a redução do desmatamento.
Ainda assim, o Brasil marca posição política e continua a defender a importância de os países ricos custearem as ações dos países pobres tanto em adaptação aos efeitos da

mudança climática quanto em mitigação de suas emissões -neste último ponto se encaixam os grandes emergentes.
"Se não houver dinheiro não há acordo", repete Figueiredo.
Mas Sérgio Serra, o embaixador extraordinário para o clima, abre a brecha: "É possível que os números não sejam bem aqueles que nós desejamos", afirmou à **Folha**.
Os países desenvolvidos têm se mostrado reticentes a um compromisso de longo prazo com o financiamento. O que se fala é do chamado "fast money" -dinheiro imediato, até 2012, para os países mais pobres se adaptarem ao aquecimento global. Foi nisso que insistiram os EUA anteontem. É nisso também que fala o Japão.
Só que até 2012 as cifras cogitadas são US$ 10 bilhões ao ano. A grande questão é 2020 e além, quando se prevê que os países em desenvolvimento precisarão de pelo menos US$ 150 bilhões anuais. Os europeus trabalham com esse horizonte, mas ainda não colocaram nenhum número na mesa.
"Precisamos de um prazo [de financiamento] pelo menos até 2020, a duração do compromisso [de redução de emissões que deve ser assumido]", disse Serra. "Financiamento de dois ou três anos não resolve."

**Prestação de contas**

A retórica dos países desenvolvidos -ecoada, de certa forma, pelo presidente da Conferência do Clima da ONU, Yvo de Boer- é a de que não é possível se comprometer com financiamento sem que os países em desenvolvimento esclareçam como usarão o dinheiro.
Os europeus também relutam em custear os grandes emergentes, que teriam mais condições de captar o dinheiro no setor privado. Por isso, segundo uma pessoa próxima às negociações, discute-se modos de incluir no acordo final critérios que criem barreiras para que eles se beneficiem.
Para Serra, "não há uma maneira objetiva de classificar os países". O embaixador ainda discorda que o país não teria por que exigir dinheiro público dos mais ricos, citando ações de mitigação em desmatamento, agricultura e indústria da bioenergia são candidatas à verba.
De Boer concorda com a discriminação, mas não prevê que ela chegue à exclusão. "Mecanismos diferentes de financiamento funcionam para países diferentes de modos diferentes. Mas o mundo não é preto e branco", diz. "Claro que espero que esses países também recebam financiamento." **(LC)**

**Conferência começa a esquentar –** O Globo – Capa – 09/12/2009

Propostas divergentes elaboradas pela Dinamarca (em nome dos países ricos) e por Brasil, China, Índia e África do Sul causaram a primeira grande queda de braço na Conferência do Clima.

Os ricos querem reduzir suas obrigações e enfraquecer a ONU. Os emergentes impõem aos ricos mais custos e metas rigorosas.

**Página 33 e Míriam Leitão**

**Guerra de papéis –** Miriam Leitão – O Globo – Economia – 09/12/2009

Uma guerra de papéis foi detonada em Copenhague.

A China contra-atacou o documento da Dinamarca e fez o dela, que circula como sendo do Brasil também. É um texto péssimo. A Europa também fez o seu e propõe que nos recursos de curto prazo, o chamado fast start, não haja dinheiro novo. Ontem, eu li os documentos da China e da Europa, que são confidenciais.

O da Dinamarca vazou na véspera. Todos são ruins e minam a conferência. Todos são estranhos. Circulam sem procedência, prometem nos primeiros parágrafos os melhores propósitos.

Depois, nas entrelinhas, colchetes e eufemismos revogam avanços conseguidos.

São criaturas desse mundo diplomático: são non papers, ou seja, oficialmente não existem. "O documento dinamarquês realmente existe e ameaça a conferência", disse o presidente do Grupo dos 77, Lumumba Stanislas Dia Ping, do Sudão.

O ambiente ficou péssimo.

Lumumba disse que o outro texto, a contraproposta, pertence aos Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China). Na verdade, a fonte que me passou o documento disse que o texto é genuinamente chinês.

O que pode parecer mais um capítulo da velha briga entre países ricos e pobres é mais complexo. Há vários interesses em jogo, há divisões entre grupos de países que parecem unidos, e há divisões dentro dos próprios países. A Dinamarca tem um racha entre o primeiroministro, Lars Loekke Rasmussen, e a presidente da COP-15, Connie Hedegaard.

O primeiro quer agradar os maiores países; Connie, uma ex-jornalista de 49 anos, quer algum cargo na burocracia multilateral.

A China preparou o texto como sendo dos países em desenvolvimento e pobres.

Fontes aqui garantem que os negociadores brasileiros não gostaram, mas em Brasília caiu bem a ideia de haver um texto curto de compromissos gerais pelos chefes de Estado.

Uma das criticas feitas ao documento dinamarquês é que ele teria proposto que os recursos de financiamento sejam administrados pelo Banco Mundial. Na verdade, a proposta foi feita de forma vaga.

O texto fala em "organismos multilaterais".

Já a China escreveu com todas as letras que o dinheiro seja gerido pelo Global Environmental Facility (GEF), um mecanismo de empréstimo do Banco Mundial para meio ambiente. O texto diz que o GEF seria "renovado" e "poderia ser designado como a entidade operacional do Fundo". É a China que põe o Banco Mundial, tirando da ONU o poder de definição desses recursos.

E por que a China faz isso? Talvez como primeiro movimento para uma futura presidência do Banco Mundial, dizem observadores presentes ao encontro.

Agitação, rumores e bochichos tomaram conta ontem da conferência que está ainda no começo do primeiro tempo. O documento chinês tira responsabilidades dos grandes emergentes e consolida a ideia de compromissos apenas voluntários; o da Dinamarca dá aos países ricos o direito de emitir mais per capita do que os países não desenvolvidos. O da Europa torna mais vaga a referência aos recursos de longo prazo e afirma com todas as letras que "para as ações de curto prazo (fast start) os recursos existentes podem ser usados".

A história do documento dinamarquês é misteriosa.

Por que ela teria feito um texto que pode minar a conferência que ela mesmo está sediando? O que me contaram duas fontes diferentes: o primeiro-ministro dinamarquês queria um texto para ter em mãos para apresentar na segunda semana da negociação, se houvesse um impasse. Teve a ajuda dos Estados Unidos.

O texto final foi mostrado tanto à China quanto aos Estados Unidos naquela reunião em Cingapura.

A China naquela ocasião viu o texto e não gostou.

Fez seu próprio documento e veio pra cá preparada.

No final das contas, o que pega em qualquer negociação internacional é de onde virá o dinheiro e para onde ele vai. O Brasil pelo tamanho não receberá recursos do "fundo de adaptação" porque ele existe para ajudar os muito pobres a se adaptar aos efeitos da mudança climática.

Não somos pobres. Mas podemos receber dinheiro para a proteção da floresta.

Comparando os documentos, eles têm os mesmos defeitos.

Todos melam a negociação, nenhum deles resolve os impasses, em alguns pontos retrocedem à fase de antes de Bali, há dois anos. O da China garante a manutenção da situação em que os grandes emergentes não são obrigados a terem metas. A pior parte do documento chinês é a que diz que "uma janela para o financiamento da adaptação deve ser aberta no interior do mecanismo da convenção que apoia as ações de adaptação nos países em desenvolvimento". Ou seja, o dinheiro dos pobres fica mais incerto.

Enquanto isso, no Brasil, a luta continua. O Ministério do Meio Ambiente que forçou o anúncio das metas — o que se provou a estratégia acertada — brigou depois para fazer parte do grupo que iria "instruir" a delegação. Quem instrui transforma em coisa concreta o que é apenas uma vaga promessa. Para a chefe oficial da delegação, Dilma Rousseff, a chance é de ouro para se apresentar como estadista.

Quer brilhar em Copenhague.

Mas só chega na reta final, e tudo já começou a acontecer.

**COM ALVARO GRIBEL**

**O entendimento possível na Conferência do Clima –** Valor Econômico – Opinião - 09/12/2009

Representantes de 192 países que se reúnem desde ontem na Conferência do Clima em Copenhague têm diante de si a difícil tarefa de construir um verdadeiro acordo global, mais abrangente e eficaz que o de Kyoto, de 1997. É quase impossível que se chegue a um tratado, com todas as condições, metas e obrigações estabelecidas, mas isto não será certamente um fracasso se um entendimento firme sobre os principais pontos para o combate ao aquecimento global for selado. Um impasse total não está fora do roteiro e ele teria consequências desastrosas. Os sinais dos principais atores na Conferência continuam sendo animadores, embora as discordâncias a aparar sejam grandes e variadas.

Após relutarem por vários meses, todos os países relevantes para um acordo do clima apresentaram metas para redução das emissões - a dos países desenvolvidos serão cortes verdadeiros e mandatórios; a dos em desenvolvimento, serão ações que joguem

para baixo as emissões em relação à trajetória que elas teriam se nada fosse feito. Os maiores emissores de gases-estufa demonstraram graus diversos de boa vontade. O presidente Barack Obama vai às reuniões finais em Copenhague e, amarrado pelo Senado, que não votou sua lei ambiental, tem pouco a oferecer além de 17% de corte em relação aos níveis de 1990, algo como 4% em relação a 2005. Por outro lado, os EUA deram novos acenos encorajadores à Conferência quando a EPA, a agência ambiental do país, decidiu que os gases-estufa são nocivos para a saúde e o bem-estar dos americanos. A EPA agora tem o poder de regulação das emissões nas mãos. Com isso o Senado será incentivado a não procrastinar a votação da lei, aprovando o comércio e limite de direitos de emissão de carbono, que dá ao mercado grande parte do poder regulatório, em vez de deixar tudo à discricionariedade de uma agência governamental. A decisão da EPA não poderia ter vindo em melhor hora e não foi coincidência.

Não está claro ainda o resultado da complexa matemática das emissões de CO2 . Mesmo os cálculos mais otimistas, porém, indicam que faltam concessões maiores dos grandes emissores, como China, EUA e Índia, enquanto que o Brasil colocou objetivos ousados de corte de até 39% no CO2 que despejará na atmosfera em relação à trajetória projetada. Uma dura barganha se desenrolará nos próximos dias para se chegar a uma meta global, de 44 bilhões de toneladas de redução, com pressões de todas as partes. Tanto os EUA quanto a China podem fazer mais e um compromisso é factível.

Outra batalha igualmente difícil será travada em torno dos recursos que os países desenvolvidos terão de oferecer para financiar a adaptação e mitigação nos demais países. As equações dessa discussão chegam a ser tão ou mais complicadas do que as dos cortes das emissões. Há estimativas com alto grau de arbitrariedade de quanto dinheiro seria necessário para isso. O Banco Mundial estimou algo entre US$ 75 bilhões em US$ 100 bilhões em 2030. Este é apenas um dos problemas. É impossível definir todas as ações de mitigação e adaptação que serão contempladas, e será preciso delimitá-las e eleger prioridades, outra fonte óbvia de escaramuças previsíveis.

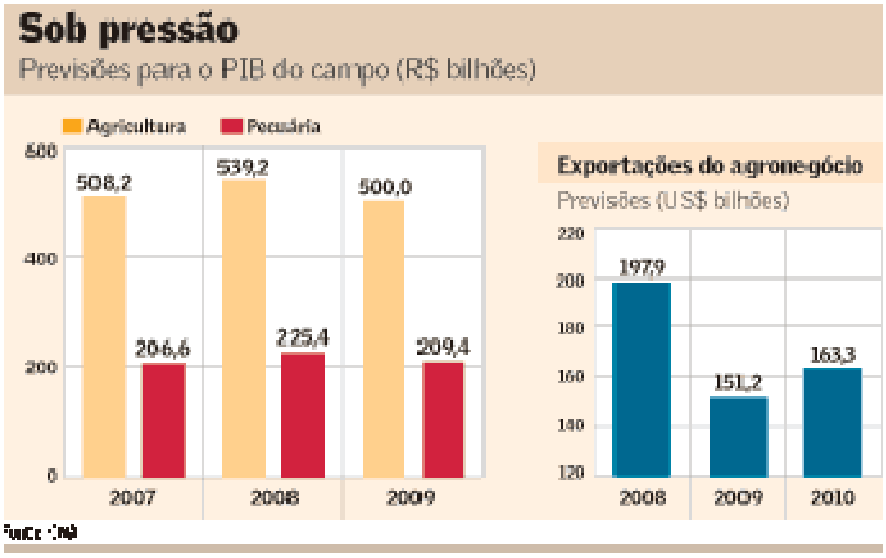
Os países desenvolvidos apresentaram um esboço de proposta em que oferecem inicialmente US$ 10 bilhões anuais aos países pobres até 2012. A quantia é acanhada e conta com o engajamento de europeus e dos EUA, mas a oferta deve ser melhorada nas negociações. Até mesmo porque em vez de se brigar por uma montanha de dinheiro com cálculos arbitrários, que supostamente cobriria todas as possíveis ações humanas de adaptação e redução de emissões, seria bastante razoável a fixação de valores provisórios, que seriam revistos de acordo com as necessidades. A favor dessa provisoriedade conta outro fator que coloca ainda mais obstáculos em uma rota já cheia de barreiras - dificilmente haverá uma pior época que agora para se discutir dinheiro com os países desenvolvidos. Eles já gastaram fortunas para salvar bancos e combater a recessão, e têm contas astronômicas a acertar.

Sobra ainda a criação de um organismo que gerencie os recursos, selecione e aprove projetos e verifique seu cumprimento. A urgência colocada pelo aquecimento global e a firme compreensão da necessidade de agir contra ele tornam todas as dificuldades superáveis.

**Crise financeira fará PIB do campo diminuir 7,2% -** Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 09/12/2009

A conta da crise financeira global iniciada nos Estados Unidos no fim de 2008, enfim, chegou ao campo. O Produto Interno Bruto do agronegócio deve recuar 7,2% neste ano, estimou ontem a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) a partir de dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP).

A soma de todas as riquezas geradas pelo setor rural, projetada em R$ 709,3 bilhões, sofrerá uma redução de R$ 55,3 bilhões em apenas um ano - R$ 16 bilhões na pecuária e R$ 39,4 bilhões na agricultura. Desidratado pelos maus resultados do setor primário e agroindústria de insumos, o PIB poderia ter recuado ainda mais. "Foi uma surpresa não ter sido tão ruim quanto se esperava no início do ano. E 2008 tinha sido muito bom para o setor", resumiu a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).




A manutenção da demanda interna atenuou o impacto da quebra de 6,4% na safra nacional de grãos e o recuo dos preços internacionais das commodities. Mas a aversão dos bancos ao risco, traduzida pelo enxugamento do crédito rural, e a forte elevação dos custos de produção minaram a rentabilidade dos produtores rurais neste ano.

Para 2010, ano de eleições presidenciais e parlamentares, os produtores estão bastante otimistas. Preveem uma "recuperação dos resultados" por meio do aumento da oferta com a safra maior, faturamento em alta e crescimento da receita do setor. O PIB deve voltar aos níveis de 2007, quando chegou a R$ 715 bilhões. "A recuperação dos países ricos ainda é pouco convincente e os preços das commodities não decolaram. Mas há previsão de boas safras, aqui e no mundo", disse Kátia Abreu.

A CNA prevê uma elevação no faturamento das principais atividades agropecuárias em 2010. O Valor Bruto da Produção (VBP) deve saltar de R$ 233,2 bilhões para R$ 245,2 bilhões, um crescimento de 5%. "Teremos preços melhores, aumento da área plantada e recuperação da pecuária", estimou a economista Rosemeire dos Santos.

Mas há incertezas no horizonte. As principais interrogações são o impacto do clima sobre as lavouras, o ritmo de recuperação da economia mundial, a manutenção do consumo interno, a demanda nos países asiáticos (sobretudo a China) e a taxa de câmbio, além do descasamento entre custos e receitas.

Mesmo com o otimismo para 2010, os produtores mantêm algumas demandas históricas em relevo. E devem entrar o último ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva cobrando uma nova política agrícola. "O modelo do crédito rural apodreceu. Queremos 100% de seguro para os produtores, como se faz nos Estados Unidos", disse a senadora Kátia Abreu.

Ela também informou que "estão avançadas" no governo as negociações para um novo desenho tributário para o setor. "Estamos tentando encontrar uma fôrma para cada tamanho de produtor. Do minifúndio à agricultura empresarial.", disse. Abreu criticou, ainda, a recomposição florestal em estudo no governo. "Os produtores são conscientes, mas não queremos achismos nem radicalização do Ministério do Meio Ambiente", acrescentou.

Ainda na "agenda antiga", os produtores insistem em uma solução para o endividamento do setor e as graves deficiências logísticas do Brasil Central. "O produtor não pode pagar pela ineficiência do Estado", disse Kátia Abreu. E defendeu a concessão de subsídios ao setor. "Não podemos bancar o jogo da comida barata sempre. Precisamos de mecanismos que ajudem o produtor antes do fundo do poço, algo que evite um apagão da agricultura, como as termelétricas fazem na energia", pregou.

**Confronto em Copenhague –** Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/12/2009

O secretário executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas, Yvo de Boer, correu a negar a importância do esboço de declaração final da Conferência de Copenhague preparado pela Dinamarca, com o endosso extraoficial dos EUA e da Grã-Bretanha, revelado pelo jornal londrino The Guardian.

Trata-se de uma proposta que colide com o próprio espírito da reunião que congrega delegações de 192 países. O texto consagra os interesses das potências industrializadas – os principais emissores dos gases tóxicos responsáveis pelo aumento da temperatura terrestre –, esvazia o papel da ONU nas futuras negociações sobre mudanças climáticas, divide os países pobres entre menos e mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global e desobriga as nações desenvolvidas de assumir compromissos financeiros de longo prazo para ajudar o resto do mundo amitigar e se adaptar às conseqüências do efeito estufa.

Numa tentativa de pôr panos quentes no mal-estar provocado pela divulgação do rascunho de 13 páginas que leva as digitais do primeiro-ministro dinamarquês, Lars Rasmussen, o anfitrião da cúpula, De Boer disse que a proposta não passava de um "texto informal", apresentado para consultas antes do início da conferência – um balão de ensaio, em outras palavras. De fato, o documento circulou discretamente na semana passada entre diplomatas de uma dezena de países, o Brasil entre eles.

Diante da reprovação geral, foi engavetado. Mas o seu mero preparo deixa claro que omundo rico se recusa a pagar a conta, em sentido literal e figurado, da degradação

acelerada do clima mundial. O chamado “texto dinamarquês” chega a ser um retrocesso em relação ao pouco que se fez até aqui para prevenir o pior.

A proposta sepultaria o Protocolo de Kyoto, de 1997, o único tratado internacional que compromete os países desenvolvidos com metas de corte das emissões de gases estufa. A ideia agora é torná-las obrigatórias também para os países em desenvolvimento. Há dois anos, uma conferência da ONU em Bali, que preparou o terreno para Copenhague, ratificou o princípio das metas voluntárias de redução do crescimento das emissões no caso dos emergentes – com garantia de assistência financeira internacional, qualquer que seja o seu grau de exposição aos efeitos do aquecimento. A alternativa dinamarquesa reservaria apenas aos mais vulneráveis essa ajuda – a bagatela de US$ 10 bilhões anuais de 2012 a 2015, via Banco Mundial e não pela ONU, além do mais. O negociador-chefe da China, Su Wei, calcula que isso equivale a US$ 2 por ser humano. “Com US$ 2”, comparou, “não compro nem um café em Copenhague.”

Perversamente, porém, os países ricos teriam o direito de emitir até 2050 mais carbono per capita do que os outros: 2,67 toneladas, ante 1,44. Não admira que o presidente do Grupo dos 77, que reúne os países em desenvolvimento, Lumumba Stanislas Dia Ping, do Sudão, considere que o documento destruiria a Convenção do Clima das Nações Unidas de 1992, ponto de partida de todos os ensaios de contenção do aquecimento. A meta é não permitir que a temperatura suba mais que 2% no fim do século.

Para tanto, as potências industriais teriam de cortar até 2050 entre 25% e 40% de suas emissões. O esquema dos ricos passa longe disso. De seu lado, o grupo denominado Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) tentou, mas aparentemente não conseguiu chegar a um consenso sobre uma proposta alternativa de origem chinesa que, em linhas gerais, resgata a filosofia do Protocolo de Kyoto, cria um Fundo Global do Clima e um sistema de transferência de tecnologia antiaquecimento dos ricos para os pobres.

Os dois esboços configuram posições antagônicas diante das questões nascidas da convicção de que o aquecimento global é uma realidade que resulta da ação humana. A primeira questão é quando e em quanto tempo os países avançados precisam cortar suas emissões.

A segunda é se e com que intensidade os países emergentes como a China, a Índia e o Brasil devem fazê-lo também. E a terceira questão é como estes podem persuadir aqueles a subsidiar a sua transição para uma economia menos dependente de carbono. Será uma surpresa se Copenhague der respostas satisfatórias a esses dilemas.

**Impasse em acordo do clima divide países ricos -** Andrei Netto e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 10/12/2009

Os impasses entre as nações ricas tornaram-se públicos ontem, no terceiro dia da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15), em Copenhague.

AUniãoEuropeiacondicionou a sua presença no acordo que deve entrar em vigor após 2013àentradadosEstadosUnidos, Japãoedeoutros países industrializados.

Emresposta,ToddStern,assessor para assuntos climáticos da Casa Branca, descartou a hipótese de que os termos de Kyotosirvamdebaseparaonovo protocolo, com

a participação dos EUA. Stern admitiu que elementos do atual acordo, comoomercadodecarbono,podemser aceitos.Masnadaalém disso. “Se estamos falando em pôroutronomenoProtocolode Kyoto, não vamos aceitar.”

Em público, Anders Turesson, negociador-chefe da Suécia, país que preside a UE, não descartou que o bloco abandone o Protocolo de Kyoto em favor de outro acordo climático, ainda inexistente. “O essencial é manter o sistema de Kyoto, sua arquitetura”, argumentou. Minutos depois, na mesma sala, Todd Stern – principal assessor do presidente Barack Obama para assuntos climáticos – foi taxativo: “Não vamos fazer parte de Kyoto. Essa proposta não está sobre amesa.”

Os EUA e a China também pressionaram um ao outro. O negociadorchinês,SuWei,classificoudeinsuficiente a propostadosEUAdecortaremem17% as emissões de CO2 até 2020 e pediu uma meta mais ambiciosa. O governo americano tambémexigiu compromisso e afirmou que os EUA não transferirão recursos para a China.

“Nãohánenhumachance. Queremos direcionar os nossos dólares para os países mais pobres. A China tem uma economia dinâmica, está sentada em uma reserva de US$ 2 bilhões. Não creio que seja a primeira candidata para receber recursos públicos”, declarou Stern. Stern também demonstrou intransigência sobre a transferência de recursos para nações em desenvolvimento, prevista por Kyoto. Na segunda, o EstadorevelouqueaUElideraogrupo dos países que quer vetar dinheiro para emergentes, como Brasil,ChinaeÍndia.Questionado sobre até que ponto os EUA estão dispostos a repassar recursos para os fundos de AdaptaçãoeMitigação–quefinanciariam ações de redução de emissõesdeCO 2empaísesemdesenvolvimento –, Stern afirmou que está disposto a aceitar o financiamentodecurtoprazo, válidoaté2013eestimadoemUS$ 10 bilhões. Mas apenas para as nações mais pobres. Ele não fez referências a compromissos de médio prazo, até 2020.

Nos bastidores, europeus e latino-americanos dizem não acreditar em um acordo financeiro– arigor,omaisimportante tema da COP-15. Criador de ummecanismodefinanciamento baseado no mercado de carbono, Leif K. Ervik, da Noruega, disse:“Achancedeumcompromisso que inclua recursos por parte dos ricos é zero.”

APREENSÃO

ApolíciadaDinamarcaapreendeu um arsenal de bombas de tinta, escudos e outros itens que supostamente seriam usadosematos violentas durante a conferência. Ninguém foi preso.

● COMAGÊNCIASINTERNACIONAIS

URGÊNCIA–Ativistaspedemajudaàsilhas, vulneráveisaoaquecimento

Financiamento não avança

Não houve avanço na área de financiamento nas negociações climáticas de Copenhague. A avaliação é do embaixador Luiz Alberto Figueiredo, principal negociador do Brasil. Os países pobres aguardam as nações ricas anunciarem os recursos que destinarão para que seja possível reduzir as emissões de gases-estufa e a adaptação às mudanças provocadas pelo aumento da temperatura.

Enquanto isso não ocorre, há um impasse.

“Isso é uma questão preocupante em Copenhague”, afirmou Figueiredo. Ele avalia que, sem um pacote financeiro robusto, será difícil chegar a umconsenso.

"Já que todos estão de acordo, felizmente, que mudança do clima é urgente, também existe urgência nos meios de financiamento das ações de combate às ações do clima." O embaixador voltou a dizer que "o Brasil usará dinheiro próprio para seus fins próprios", ou seja, para tentar cumprir a meta de cortar entre 36% e 39% as emissões de gases-estufa em relação ao projetado para 2020 se nada fosse feito. Mas destacou que "a cooperação externa vai ser bem vinda" para o País ultrapassar os objetivos.● A.B. e A.N.

**Grupo tenta acordo "de baixo para cima" –** Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009

A delegação brasileira na conferência de Copenhague está articulando com o chefe do principal grupo negociador na conferência do clima para tentar dissolver o impasse na negociação do novo tratado. A ideia é ter até amanhã um texto que sirva de base à declaração final do encontro.
"Estamos trabalhando para destravar a negociação. Mas o texto não existe ainda", disse à **Folha** Luiz Alberto Figueiredo, embaixador brasileiro que é vice-chefe do LCA, grupo que discute as ações de longo prazo -entre elas o novo acordo.
Ele redige ao lado do chefe do grupo, o maltês Michael Zammit Cutajar, uma proposta bastante aguardada, pois foi solicitada pelos demais países na cúpula, diferentemente de outros textos que circulam. Embora uma sintonia plena não exista, a versão em preparação tenta captar posições de diferentes partes em vez de contrapô-las.
"A ideia", sintetizou o brasileiro, "é produzir algo que venha de baixo para cima".
Mas ainda ontem Cutajar penava para formar os grupos de contato encarregados de tratar de cada um dos pilares da negociação (corte de emissões, adaptação, transferência de tecnologia e financiamento). Uma fonte envolvida no processo negociador disse que está difícil chegar a um consenso entre todas as partes.
A questão mais espinhosa a ser incluída no texto é o financiamento de médio prazo. A **Folha** apurou que a proposta deve pedir um compromisso dos países desenvolvidos em custear ao menos até 2020 parte das ações de adaptação e de corte de emissões de gases-estufa a serem tomadas pelos países em desenvolvimento.
China, Brasil, Índia e África do Sul não aceitam que o documento crie critérios que limitem sua qualificação para receber ajuda. Mas ontem os EUA voltaram a afirmar, por exemplo, que não entregarão recursos aos chineses (aliás, seus maiores credores).
O texto não deve exigir dos países pobres, grandes ou pequenos, metas de cortes na emissão de gases-estufa. Já sobre os limites de emissão, não é esperada mudança em relação ao que já tem discutido.
Na avaliação de Sérgio Serra, o embaixador extraordinário do Brasil para o clima, as metas em boa parte dos casos são tímidas, mas já estão na mesa. O país defende que, se for para ter um acordo ralo, é melhor ele não ter força legal para não engessar novas negociações.
Sem os grupos de contato formados, o que correram até agora foram consultas informais. O tempo é curto. No sábado, haverá uma reunião plenária na qual o LCA deve avaliar a proposta para apresentá-la.
Os dinamarqueses teriam então um dia para rever o texto e decidir se, na terça, apresentarão ele ou sua própria proposta (uma versão modificada do documento vazado

que provocou alvoroço por cobrar metas de países emergentes e restringir a contribuição financeira das nações desenvolvidas só aos países mais pobres).
No dia 16, começa a reunião de alto nível com ministros e, depois, chefes de governo e Estado. Nesse momento, as propostas terão de estar prontas.

**Obama ainda quer aprovar lei, diz Stern –** Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009

O principal negociador americano para clima, Todd Stern, baixou expectativas de que o presidente Barack Obama tire o tema das mãos do Congresso, onde ele está parado, e melhore a proposta dos EUA por decisão do Executivo.
Essa possibilidade havia sido levantada após a agência ambiental dos EUA ter decretado que gases-estufa são uma ameaça à saúde. Isso lhe daria poder para regular as emissões de gás carbônico no País sem passar pelo Legislativo, conforme defendeu ontem a chefe da agência, Lisa Jackson.
Mas, "inevitavelmente este é um tema que vai ter de ser regulamentado por legislação", afirmou o diplomata em Copenhague.
Deputados e senadores de oposição irão à COP-15 para pressionar Obama a diminuir ainda mais sua proposta de 4% de corte de emissões sobre 1990 e de ajuda a países pobres. **(LC)**

Com agências internacionais

**Europeus podem pôr até US$ 75 bi na mesa –** Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009

A União Europeia se reúne hoje em Bruxelas para decidir quanto porá na mesa como oferta de financiamento para os países em desenvolvimento lidarem com a mudança climática e cortarem emissões. O número, esperadíssimo em Copenhague, pode desatar o nó mais complexo de um acordo.
Até agora não vazaram cifras, e mesmo pessoas envolvidas na discussão alegam não saber dar um parâmetro. Mas a UE, diferentemente dos EUA e do Japão, fala de financiamento até 2020, e não apenas até 2012 (o chamado "fast money").
A ONG Oxfam estima que o bloco possa contribuir com cerca de US$ 50 bilhões anuais a partir de 2013. Isso representa um terço do que os europeus estimam necessário para custear as ações nos países pobres.
A UE calcula a parcela que cabe aos governos dos países ricos entre 22 bilhões e 50 bilhões (US$ 37 bilhões a US$ 75 bilhões), o que significa que o número da Oxfam a faria responsável por metade das doações se o teto da estimativa for atingido. Ainda assim, uma fonte europeia vê a cifra da ONG como viável e coerente.
O principal entrave a uma proposta europeia até agora têm sido os países centro e leste-

europeus, mais pobres, e que temem ver ameaçada a ajuda financeira que recebem dentro do próprio bloco.
São eles que precisarão ser persuadidos hoje -caso contrário, a discussão pode acabar protelada para a última hora, quando os chefes de Estado e de governo chegarem a Copenhague, na próxima semana.
Mas o dinheiro, seja quanto for, não será restrito a determinados países, afirmou ontem o principal negociador europeu, Artur Runge-Metzger. "Nos grandes países emergentes vivem muitas pessoas pobres, o que significa que vamos considerar auxiliá-los também", disse, citando Brasil e Índia.
Segundo Runge-Metzger, no entanto, esses países e a China não devem contar com ajuda para adaptarem-se à mudança climática, mas ele não exclui ajudá-los com dinheiro público a mitigarem suas emissões.
E insistiu na necessidade de clareza sobre os programas. "O que temos de fazer cada ano ao dar o dinheiro é ver quem precisa mais, como vai ser usada a verba e que propostas foram colocadas pelos países para apoiar as famílias vulneráveis", disse. "Mas não vamos dividir os países em caixas."
A UE não é a única a se mexer na questão do financiamento. Um grupo de quatro países (Noruega, México, Reino Unido e Austrália) propôs uma série de princípios para "fundos verdes", com base em uma proposta mexicana pela qual todas as nações contribuiriam, de acordo com seu PIB e suas emissões.

**Lula deixa para 2011 multa a desmatadores ilegais –** Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009

Governo proporá mudanças no Código Florestal depois da cúpula de Copenhague

Vantagens para fazendeiro que desmatou a mais repor sua floresta serão menores quanto mais recente for a derrubada, prevê decreto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adiar mais uma vez -e para depois das eleições presidenciais de 2010- a cobrança de multas aos proprietários rurais que não registrarem a área de reserva legal das propriedades nem se comprometerem a compensar a área desmatada.
As multas diárias de até R$ 500 por hectare só deverão ser aplicadas no final de 2011, segundo os prazos previstos em texto discutido na noite de ontem por Lula e ministros, segundo apurou a **Folha**.
O artigo do decreto que trata das multas entrará em vigor em 11 de junho de 2011 e, a partir disso, o proprietário autuado pela fiscalização terá mais 120 dias para legalizar a sua situação. A assinatura do novo decreto, com estímulos ao enquadramento dos proprietários rurais, ocorrerá hoje.
Também ficou acertado ontem que o governo proporá mudanças no Código Florestal. Mas as mudanças só serão encaminhadas ao Congresso depois que o presidente voltar da conferência de Copenhague.
De acordo com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), mais de 90% dos proprietários rurais do país não registraram a área de reserva legal, na qual

deveriam preservar a vegetação nativa. A reserva legal varia de 20% a 80% das propriedades, dependendo da região do país.
Além de adiar novamente a punição aos proprietários rurais que descumpriram a lei, o novo decreto do governo oferece alternativas à simples recomposição de área desmatada acima dos limites legais.
Uma das alternativas é a doação em dinheiro do proprietário rural a unidades de conservação ainda pendentes de regularização fundiária, de forma a que os gestores dessas áreas de conservação possam indenizar eventuais ocupantes.
Outra possibilidade aberta pelo decreto é a aquisição de cotas de reserva florestal emitidas por quem detém área extra de vegetação nativa. O decreto prevê ainda a chance de compensar a área desmatada por meio de arrendamento de área preservada na mesma microbacia hidrográfica.
Nem todos os proprietários terão acesso às alternativas. Isso dependerá da data do abate das árvores: quanto mais recente, menores as vantagens.

**BNDES começa a liberar verba para a floresta em janeiro –** Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ao anunciar a aprovação dos cinco primeiros projetos financiados pelo Fundo Amazônia, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, disse que espera poder "mais do que dobrar" o volume de dinheiro disponível para o combate ao desmatamento e recuperação de áreas degradadas. A partir de janeiro, o banco começa a liberar em parcelas os primeiros R$ 70,3 milhões já contratados.
"O controle de qualidade na análise dos projetos fez com que demorasse um pouco. Mas é melhor isso do que fazer atabalhoadamente e prejudicar a imagem do fundo", disse Coutinho.
O modelo de captação do Fundo Amazônia será apresentado na conferência de Copenhague. O fundo foi criado em agosto do ano passado e recebeu, por ora, US$ 110 milhões, primeira parte de um compromisso de doação de US$ 1 bilhão da Noruega. A liberação do dinheiro está condicionada à queda do desmatamento.
Uma segunda doação já prevista é da Alemanha, no valor de 18 milhões. Duas novas doações deverão ser anunciadas em Copenhague.

**Publicação divulga na COP-15 ações do governo contra o desmatamento –** Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2009

A política de controle e prevenção do desmatamento na Amazônia, empreendida pelo governo federal desde 2004, é tema principal de uma publicação que o Ministério do Meio Ambiente leva à COP-15, iniciada esta semana em Copenhague (Dinamarca).

Em 28 páginas, a publicação detalha os esforços bem-sucedidos empreendidos pelo governo brasileiro para enfrentar as causas do desmatamento na região, o que propiciou ao país alcançar a menor taxa de desmatamento anual da história no período de agosto de 2008 a julho de 2009, de 7 mil km2.

A publicação também destaca outras iniciativas, como o Plano Nacional de Mudança do Clima (PNMC), a meta voluntária de reduzir em 80% o desmamento do bioma Amazônia até 2020 e a implementação do Fundo Amazônia que, juntos, compõem a estratégia brasileira para mitigar as emissões de gases de efeito estufa oriundas da mudança do uso do solo.

**Decreto estabelece regularização ambiental de propriedades -** Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta quinta-feira (10/12), um decreto para a regularização ambiental das propriedades rurais. A legislação já foi encaminhada para publicação no Diário Oficial e determina a todos os proprietários que demarquem suas reservas legais e áreas de proteção ambiental.

"O presidente optou por um caminho equilibrado, ao dar condições de cumprimento da lei. Essa posição combina mais produção de alimentos com mais preservação ambiental", anunciou o ministro Carlos Minc, durante abertura da Conferência Nacional de Saúde Ambiental, que começou hoje em Brasília.

Os proprietários terão um prazo de três anos para aderir ao programa de regularização, denominado Mais Ambiente, mas se não o fizerem serão multados a partir do décimo-oitavo mês de vigência da lei. "O programa ajuda o agricultor a se legalizar, com educação ambiental, apoio técnico, extensão rural, crédito, apoio financeiro. Dá uma mão para quem quer proteger a natureza, o que é obrigatório", explicou o ministro.

Carlos Minc ainda enfatizou que a legislação é para todos, mas traz diferenças entre grandes e pequenos proprietários. "O apoio técnico é para todos, a simplificação, a desburocratização da averbação das propriedades (registro em cartório), mas a averbação será gratuita para as pequenas propriedades. O apoio financeiro será para quem precisa."

**Relatório mostra que mudanças climáticas forçam migração humana –** Sítio eletrônico do MST – 10/12/2009

10 de dezembro de 2009

As mudanças climáticas devem levar até 1 bilhão de pessoas a deixarem suas casas nos próximos quarenta anos, apontou um estudo divulgado nesta terça-feira (8/12) pela Organização Internacional para a Migração (OIM).

O relatório, lançado no segundo dia da conferência climática da ONU em Copenhague, estima que 20 milhões de pessoas já ficaram desabrigadas no ano passado

por causa de desastres naturais, que devem se agravar em função das mudanças climáticas. O estudo aponta, também, que a maioria destas migrações é interna ou voltada para países vizinhos, opondo-se à tese de que pessoas pobres afetadas pelas mudanças climáticas se refugiem nos países ricos.

Segundo a OIM, os países pobres correm o risco de serem os mais expostos a estas ameaças. Em nações como Etiópia, Mali, Burkina Faso e Senegal, já são registrados movimentos de populações inteiras por causa da seca, afirmou o relatório.

Nesta semana, a Via Campesina participa das atividades do Clima Fórum, uma reunião de movimentos sociais e organizações não-governamentais paralela à COP-15, em Copenhague. Para a entidade, "está cada vez mais claro que não haverá alternativa para o planeta enquanto perdurar o sistema capitalista. Os povos do mundo ainda buscam consensuar o que será essa nova sociedade sustentável, mas em Copenhague muitas são as forças que dizem abertamente que o único caminho é o socialismo".

Com informações da AFP

**As tempestades de Copenhague –** Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/12/2009

Eventos extremos, como as chuvas dramaticas, nao estão acontecendo apenas em São Paulo, no Sul e em outras partes do Pais. Outros tipos de tempestade estao acontecendo tambem em Copenhague, na reuniao da Convencao do Clima – de onde estas linhas estão sendo escritas na quintafeira.

Elas acontecem ate mesmo nas negociacoes para um acordo que possa levar todos os paises a reduzir suas emissões de gases que contribuem para o aquecimento da Terra e a intensificacao das mudanças climaticas.

A primeira tempestade maior aqui aconteceu com o vazamento, pelo jornal *The Guardian*, do texto de um documento confidencial submetido pelo governo da Noruega a uns 15 paises, entre eles Estados Unidos, China, Brasil, India e vários europeus, com propostas muito polemicas:

- Criar um grupo intermediário entre paises industrializados e subdesenvolvidos, para China, Brasil, India e outros “emergentes” (o que quebraria a unidade do G-77);
- exigencias maiores de redução de emissoes pelos subdesenvolvidos, mas sem criar obrigacoes maiores de financiamento para os paises mais ricos;
- nenhuma proposta de um acordo obrigatorio, como o de Kyoto, para o periodo após 2012, quando termina a vigência da fase atual.

O documento confidencial foi recolhido pela Dinamarca, diante das dissensoes, mas a tempestade inevitavel foi forte e obrigou a muitas explicações e tomadas de posicao, inclusive do Brasil, que discordou das propostas.

A segunda tempestade veio dois dias depois, com uma proposta do pais-ilha Tuvalu (um dos mais de 30 ameacados de desaparecer com a elevação do nivel dos

oceanos), apoiada por varias nacoes africanas e outros paises-ilhas, que exigem a aprovacao, aqui, de um documento vinculante, obrigatório para todos os paises e mais duro que o Protocolo de Kyoto. E isso e praticamente impossivel, nao apenas por causa de discordancias de muitos paises, mas tambem porque os Estados Unidos nao poderiam assina-lo em Copenhague, ja que nem a proposta do presidente Barack Obama para a area do clima foi ainda aprovada pelo Senado – o que e indispensavel. Estabelecida a discordia, as negociacoes tiveram de ser suspensas no plenário mais amplo. E so continuam nos varios grupos de trabalho (implementacao, cooperação a longo prazo, assessoramento tecnico e cientifico, novas metas para os paises industrializados, etc.). Mas a suspensão ameaca o resultado final da convencao, porque um acordo teria de ser alcancado ate o comeco da proxima semana, para ser submetido aos chefes de Estado que chegarao. E nas convencoes da ONU qualquer decisao tem obrigatoriamente de ser aprovada por consenso – basta um voto para impedir.

As alternativas sao dificeis. A primeira, convocar para o primeiro semestre de 2010 uma prorrogacao desta reunião (chamada COP 15), na pratica seria quase impossivel, por coincidir com a Copa do Mundo de Futebol prevista para a Africa do Sul, que e um dos paises importantes do grupo dos “emergentes”. A segunda, deixar tudo para a COP 16, em dezembro de 2010, no Mexico, certamente provocaria uma enorme decepcao aqui e em toda parte, dadas a urgencia das questoes e as pressões crescentes da sociedade em toda parte. E isso no momento em que ate representantes de ONGs em Copenhague (ha milhares de todo o mundo na COP15) se mostram cautelosos nas palavras, preocupados com nao serem acusados de estar acentuando o pessimismo num momento crucial. E tudo isso sem falar ainda em condições apresentadas por vários paises, como a norte-americana de nao aceitar outro protocolo como o de Kyoto ou homologar o atual – alem de não aceitarem financiar a China.

O Brasil tem aproveitado a enorme afluencia de pessoas na reuniao para ganhar apoio para programas de bioenergias, fundo amazonico gerido pelo BNDES ou o fundo REDD (com doacoes de outros paises para projetos que evitem desmatamento).

Da mesma forma, tem capitalizado a boa repercussão de suas metas voluntárias para reducao de emissoes. Mas sua delegacao esta muito preocupada, inquieta, com o impasse mais amplo nas negociacoes, que pode dificultar tudo.

Os impasses trazem de volta discussoes antigas, sobre formas de superar problemas como a exigencia de consenso para decisoes. Mas as alternativas ja foram discutidas em outras COPs, como a de criar uma organizacao mundial so para o meio ambiente, separada da ONU. So que ela enfrentaria problemas semelhantes: como ter regras universais sem a concordancia de todos os paises? E a urgencia de decisões e implacavel. Ainda há poucos dias a Organizacao Meteorológica Mundial advertiu que esta primeira decada do seculo 21 esta sendo e sera a mais quente desde 1850, com temperatura media superior a da decada de 1990, que ja fora mais quente que a de 1980.

Ha uma corrida contra o tempo, que nao esta sendo ganha.

Nao tem mudado o rumo nem mesmo advertências dramaticas, como as do ex-secretario- geral da ONU Kofi Anan, mais de uma vez citado neste espaco: hoje, a maior ameaca global nao esta no terrorismo, como parece; esta nas mudancas climáticas e nos padroes de consumo vigentes, ja alem da capacidade de reposicao do planeta; essas questoes e que ameacam “a sobrevivência da especie humana”. Palavras que, na boca de um diplomata experiente e competente, nao podem ser postas de lado. Quem esta vivendo os dramas do clima em São Paulo ou no Rio Grande do Sul sabe disso. Quem conhece os diagnosticos para o Brasil, feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais – para a hipotese de as emissões globais continuarem crescendo –, tambem teme o que possa acontecer sem novas regras. ●

**Pecuaria emite 50% do carbono do Pais –** Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2009

A pecuaria e responsavel por metade das emissoes de gases do efeito estufa no Brasil, segundoumestudodivulgado ontem por pesquisadores brasileiros.

Os resultados destacam o setor como o que mais contribui para o aquecimento global na economia do Pais e, consequentemente,comoapecamaisimportanteemumaestrategia nacional de redução de emissoes.

"Mais do que apontar um grandevilao, oestudo apresenta uma grande oportunidade", disse ao **Estado** uma das coordenadorasdotrabalho, Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasilia.

"Eumpratocheioparareduzir emissoes", afirmou o diretor da organizacao Amigos da Terra,Roberto Smeraldi,também responsavel pela pesquisa, que sera apresentada amanha na Conferencia do Clima de Copenhague.

Segundo os cientistas, a pecuária emitiu cerca de 1 bilhao de toneladas de gases do efeito estufa (GEEs) em 2005. Isso equivale a metade das emissões totais do Pais naquele ano (2 bilhoesdetoneladas), segundo estimativas do pesquisador Carlos Cerri, da Universidade de Sao Paulo, ou um pouco menos da metade (2,2 bilhoes de toneladas), segundo dados do Ministerio da Ciencia e Tecnologia.

A outra metade refereseaemissoesdosetor energetico, industrial, edeoutras atividades do setor agropecuario.

O estudo leva em conta três grandes fontes de emissao relacionadas diretamente a pecuaria: o desmatamento para abertura de pastagens (tanto no Cerrado quanto na Amazonia), as queimadas para manejodepastagens eometanoexalado pela fermentacao de biomassa no estomago dos animais.

O fator que mais pesa no bolo e o desmatamento da Amazonia, responsavel por 65% das emissoes do setor em 2005.

A pesquisa tambem confirmaapercepcaodequeapecuaria e responsavel pela maior parte (75%) da area derrubada de floresta no bioma. "E algo que ja se sabia qualitativamente, mas que agora temos os numeros para provar quantitativamente", disse Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), terceiro coordenador do estudo. Outros sete cientistas ligados ao Inpe, Embrapa, AmigosdaTerraeUniversidade Federal de Goias assinam o trabalho.

No caso do Cerrado, a aberturadepastagensfoi responsável por 56% do desmatamento do bioma e 13% das emissões do setor em 2005. O calculo considera apenas o carbono emitido imediatamente pela queima da vegetacao superficial e das respectivas raizes.

Nao inclui outra grande fonte deemissao,queea decomposicaodamateria organica misturadaaosolo –umaemissaolenta e gradual, mas que, com o tempo, pode chegar ao dobro doque e emitido pelo desmatamento.

"No Cerrado, o maior estoque de carbono esta no solo, nao na vegetacao", explica Mercedes.

Os calculos de emissao do solo, segundo ela, serao incluídos numa proxima versao do estudo.Tambemnao foi contabilizado o carbono emitido pelo transporte de animais e por atividades industriais ligadas ao setor. A prioridade era divulgar os numeros principais em tempo para Copenhague.

O periodo total avaliado no estudo foi de 2003 a 2008. O pico de emissoes da pecuária foi registrado nos tres primeiros anos, quando o desmatamento da Amazonia estavaem alta. De la para ca, com a queda nas taxas anuais de desmate, as emissoes do setor também cairam, chegando a 813 milhoes de toneladas de GEEs em 2008.

O dado mais atual sobre as emissoes totais do Pais e de 2005, por isso nao e possível fazer uma comparacao direta com os numeros do setor em 2008. “Seja como for, a pecuária certamente continua a ser uma fonte de emissao importante”, avalia Mercedes.

SOLUÇÕES

Os pesquisadores concluem o estudo com uma lista de recomendações para reduzir as emissoesdosetorsemprejudicar a producao de carne e leite do Pais. Ela inclui a melhoria da qualidade das pastagens, da genetica e da alimentação animal, como formas de aumentar o numero de cabeças porhectare, reduziraareaocupada, elevar a produtividade e encurtar o periodo de abate.

Todas as tecnologias para isso ja existem, segundo os cientistas.

So falta coloca-las em pratica. “E uma situacao de ganhaganha”, diz Smeraldi. “A produtividade aumenta e as emissoes, diminuem.” Da maneira como esta, segundo ele, a mediadeemissaopor quilodecarne produzida e de 300 quilos de carbono.Aumpreco médio deUS$20 por tonelada de carbono, o “custo climatico” de umbifepodeserotriplodocusto pago pelo consumidor no balcao do acougue. “Teoricamente, o pecuarista poderia ganhar mais com carbono do que carne.”

**Acordo propõe corte mínimo de 25% -** Afra Balazina e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2009

Umdocumento de sete paginas colocado ontem na mesa de negociacao em Copenhague tornou concreta a chance de um acordo global na ConferenciadoClimadasNacoes Unidas. Ele substitui umtexto de cerca de 200 paginas sobre o qual seria dificilobterconsensoemumasemana, prazoemqueseencerra a reuniao na Dinamarca.

Odocumento esta repleto de frases e numeros entre colchetes –pontosqueprecisam ser discutidos ate haver um consenso. O texto seria uma proposta de protocolo, ou seja, os paises passariam asercobradosinternacionalmente para cumpri-lo (“juridicamente vinculante”).

Mas ha lacunas, como a falta de numeros para financiamento das acoes para combateroaumentodatemperatura no mundo. Segundo o rascunho, cujas linhas gerais o **Estado** antecipou ontem, os envolvidos na negociação precisam decidir sequeremlimitar oaumento da temperatura a 1,5˚C ou a 2˚C. No caso das metas para os paises industrializados cortarem as emissoes de gases-estufa ate 2020, o patamar minimo proposto e 25%.

Ha quatro opcoes, todas em relacao as emissoes de 1990.

Aprincipal ecorte entre25% e 40%. As outras opcoes são reduzirem30%,40%ou45%.

Dessa forma, muitas nações que ja anunciaram seus compromissos precisarão aumentara ambicao.Ameta dos Estados Unidos, de cerca de 4%, emuito menor que o porcentual minimo incluidonotexto.
Para2050,ocorte minimo sugerido aos ricos e 75% e o maximo, mais de 95%. O mundo todo deve reduzir em pelo menos 50%.
Ontem, a Uniao Europeia anunciou que sua meta passa a 30% de reducao.
Ja os paises em desenvolvimento terao de fazer ações nacionais para reduzir as emissoes projetadas para 2020.Ovalordocortesugerido e uma variacao entre 15% e 30%.Noentanto, para agir, o grupo deve receber financiamento, tecnologia e capacitacao dos paises desenvolvidos.
Orascunhofoielaboradopelopresidenteevice- presidente do grupo que discute acoes de longo prazo para o clima:omaltesMichaelCutajar e o brasileiro Luiz Alberto Figueiredo.
Entre os que se mostraram mais refratários ao texto de ontem estão EUAe Japao.
ApropostamantemoProtocolodeKyoto, quedeterminou metas para os paises industrializados de cerca de 5%de corte nas emissoes ate 2012.Otratadovemsendocolocado em xeque por países industrializados. Mas as nações em desenvolvimento consideram que ele e o único mecanismoeficazestabelecido ate agora e que deve ter continuidade.
Umpontoquedeveprovocar controversia e a questão de quem devera financiar as acoes de combate as mudanças climaticas a partir de 2013. O documento coloca duas opcoes: so os paises ricos ou todos os paises, com excecaodosmenosdesenvolvidos.
Na segunda hipotese, nacoes como Brasil, China e India precisarao colaborar com recursos. ●

**Tesouro perderá R$ 10 bi com anistia a desmatador –** Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009

Meio Ambiente diz que medida não estava prevista em acordo com Agricultura

Decisão foi incluída em programa que também adia punição a produtor rural com desmate ilegal; "Vou pedir para mudar" diz Minc

Além de adiar até 2012 a punição de proprietários rurais que desrespeitaram o limite de corte de vegetação nativa em suas terras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu suspender a cobrança de multas aplicadas aos desmatadores que passarem a cumprir a lei. O valor da anistia é estimado em R$ 10 bilhões e é similar à despesa anual do Bolsa Família.
O cálculo foi feito com base nas multas aplicadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O instituto cobra cerca de R$ 13 bilhões em multas, e a maior parte delas pune desmate ilegal.
A anistia faz parte do programa Mais Ambiente, criado por decreto presidencial a ser publicado na edição de hoje do "Diário Oficial da União".
O programa é a resposta de Lula à pressão de ruralistas, que resistiam a cumprir a

exigência de registro da área de reserva legal de suas propriedades. A reserva varia entre 20% e 80% do tamanho da propriedade, dependendo da região do país. Na Amazônia é de 80%.

As punições deveriam ter entrado em vigor no ano passado. Decreto presidencial já havia adiado o prazo em um ano. Amanhã, o diário oficial dará mais tempo aos ruralistas.

Até junho de 2011, não haverá nenhuma punição. A partir daí, o decreto ainda prevê prazo de até um ano e quatro meses para a notificação dos infratores e a adesão ao programa de regularização. Só depois haverá cobrança de multas diárias de até R$ 500 por hectare de terra desmatada ilegalmente.

A intenção do decreto é abrir caminho para que proprietários de terra do país comecem a cumprir o que diz o Código Florestal, desde 1965. Segundo a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), mais de 90% dos produtores não registraram a reserva legal porque não detêm mais áreas equivalentes de vegetação nativa em suas propriedades.

Os ruralistas pressionavam pelo fim da exigência da reserva legal. O ministro Reinhold Stephanes defendia adiar todo o decreto de punição de crimes ambientais por dois anos. Os ambientalistas resistiam. A decisão final de Lula foi tomada em reunião anteontem à noite.

**Verdade inconveniente**

Ontem, ao tomar conhecimento de detalhes do decreto lidos pela assessoria da Casa Civil à Folha, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) reagiu à anistia aos produtores multados. "Se for isso, vou pedir para mudar, o acordo não era esse, isso vai ter de ser corrigido."

Segundo a Casa Civil, ao firmar compromisso de recompor a reserva legal ou compensar o desmatamento, o proprietário rural "terá suspensa a cobrança de multas aplicadas" em várias situações de desmatamento, e não apenas a falta de registro da reserva legal.

Minc defendeu as demais facilidades aos proprietários que aceitem regularizar suas terras. "É desagradável adiar, mas a verdade inconveniente é que não se cumpria a lei no país." Procurado pela Folha, Stephanes disse que só se manifestará após a publicação do decreto.

O combate ao desmatamento responde pela principal parcela da meta de corte das emissões de gases de efeito estufa do país. A meta só aguarda a sanção de Lula para virar lei.

**Dinheiro do FMI pode bancar fundo do clima, afirma George Soros –** Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009

DA REUTERS

O financista bilionário George Soros diz ter descoberto uma maneira de destravar as negociações sobre o financiamento das disposições de um futuro acordo do clima. Bastaria usar dinheiro "parado" do FMI (Fundo Monetário Internacional), disse Soros em Copenhague.

Os países mais pobres querem que os ricos ajudem a financiar a implementação de tecnologias limpas e a adaptação das áreas mais vulneráveis às mudanças climáticas que forem inevitáveis. Mas o dinheiro oferecido por enquanto pelos desenvolvidos não chega nem perto do necessário, dizem as nações em desenvolvimento.
"Descobri uma maneira de mobilizar recursos que estão parados", afirmou Soros. Trata-se de US$ 100 bilhões de um fundo total de US$ 283 bilhões, criado pelo FMI como fonte de financiamento para a crise financeira internacional do ano passado.
Os fundos liberados teriam como garantia as reservas de ouro do FMI, propõe Soros. Ele reconheceu que, para funcionar, a ideia teria de receber a aprovação do fundo. O financista, no entanto, recebeu elogios do Greenpeace pelo plano.
"George Soros sugeriu uma maneira de levantar o dinheiro necessário. Todos os líderes mundiais deveriam estudar essa proposta", afirmou Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace Internacional.

**Gado gera 50% da emissão do país –** Rafael Garcia, Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009

Pecuária brasileira emitiu entre 812 milhões e 1,1 bilhão de toneladas de gases-estufa desde 2003

Estudo calculou impacto do boi em desmate, queimadas e gases de digestão; Brasil não tem plano específico para lidar com problema

Pelo menos metade das emissões brasileiras de gases do efeito estufa é causada pela pecuária bovina, indica um estudo interdisciplinar divulgado ontem. A maior parte do problema se deve ao desmatamento para abrir pastagens na Amazônia e no Cerrado, afirma o trabalho, mas a fermentação entérica do gado (metano exalado pelos bois) e as queimadas nas áreas de pastagem dão uma dimensão maior ao problema.
O estudo, divulgado ontem em São José dos Campos no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais), será objeto também de apresentação na conferência do clima de Copenhague. O plano de corte de emissões que a delegação do país leva ao encontro, porém, não tem uma abordagem específica para cuidar dos bois.
O problema, claro, já era conhecido, mas é a primeira vez que uma pesquisa compila as informações para medir o impacto particular da pecuária nas emissões. "Se você desmata o cerrado e a mata amazônica para criar bois, aquele desmatamento está associado à pecuária", diz Carlos Nobre, do Inpe, um dos líderes do estudo.
Segundo o trabalho, a pecuária é responsável em média por 75% do desmate na Amazônia e 56% no Cerrado. A estimativa se refere ao período de 2003 a 2008. No último ano, a emissão total de gases-estufa pela pecuária nacional foi equivalente a 813 milhões de toneladas de CO2. Em 2003, sob desmatamento maior, era de 1,1 bilhão.
Segundo um dos autores do estudo, Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, os valores podem parecer altos, mas são conservadores. "Aspectos da emissão de gases-estufa do solo por conta de degradação de pastagens, de transporte do gado e do uso de energia pelos frigoríficos não entraram nesta conta", afirma. "Vamos avaliar isso depois."

**Sem planos**

Indagado sobre o resultado do estudo, o embaixador extraordinário do Brasil para clima, Sérgio Serra, afirmou que ele não é tratado dentro da proposta brasileira de redução de emissões. O plano apoia-se majoritariamente na coibição do desmatamento -sem discriminar quem está desmatando- e prevê ações no setor agrícola, mas em nenhum dos dois pontos a pecuária é abordada como uma questão específica.

"No plano nacional da mudança do clima do qual emanou essa política nacional que foi aprovada agora no Congresso, ela [política pecuária] deve até entrar em algum detalhamento", disse Serra em Copenhague. "Mas não está nesse pacote que estamos oferecendo aqui. Não há um acordo específico."

Para Gilberto Câmara, diretor do Inpe, mitigar as emissões resultantes da criação de gado não cabe à conferência, mas ao país. "Acho que em nenhum outro lugar o desmatamento é associado com a pecuária tanto quanto no Brasil", disse.

A revelação do peso da pecuária nas emissões brasileiras é uma má notícia do ponto de vista comercial, uma vez que o gado brasileiro já enfrenta restrições não tarifárias para entrar em mercados externos. Países europeus que assumirão meta de corte de emissões podem querem taxar a entrada de carne brasileira, já que vão arcar com o ônus da mitigação.

A depender do resultado de Copenhague, porém, o Brasil sairá em vantagem. Com mecanismos que atribuam valor ao carbono que um pecuarista deixa de emitir (ao evitar desmatar ou ao mudar a dieta do gado), um país rico poderia "comprar" essa emissão. Ainda não está claro como fazer isso, mas o potencial é grande. "O custo das emissões de carbono por unidade de produto [a carne] supera o próprio custo do produto no atacado", diz Smeraldi.

**Inpe ajudará a ONU a monitorar desmate –** Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) fechou um acordo com a FAO (agência da ONU para agricultura e alimentação) para fornecer tecnologia de monitoramento de florestas em 20 países da bacia do Congo a partir de 2010. Responsável por 17% do gás carbônico emitido no mundo, o desflorestamento é um ponto-chave na redução das emissões. Estima-se ações em florestas e agricultura possam responder por 80% do que é necessário em mitigação dos gases-estufa.

"A longo prazo, o Brasil quer ser um centro de tecnologia avançada em monitoramento de áreas tropicais do planeta por sensores de satélite", afirmou à Folha Gilberto Câmara, o diretor do Inpe.

Inicialmente, o programa estabelecido no acordo deve custar em torno de US$ 20 milhões para treinamento e capacitação da estrutura local. O dinheiro virá de um fundo norueguês. Segundo Câmara, a expectativa é ter os primeiros resultados em três anos.

O mecanismo de monitoramento e verificação é uma das bases do programa da ONU de Redd (redução de emissões por desmatamento e degradação florestal). "O trabalho feito pelo Inpe abre caminho para o monitoramento de larga escala do desmatamento e da

degradação florestal, provendo dados precisos e transparentes para o público", disse a FAO.
Câmara afirmou que em um segundo passo a transferência tecnológica se estenderia a outros países da América Latina -ele não cita prazos nem custos, no entanto. O Brasil já coopera com o Peru e a Bolívia na região amazônica. **(LC)**

**Copenhague poderá ter dois documentos** – O Globo – Capa – 11/12/2009

O secretário-geral da Conferência do Clima, Yvo de Boer, revelou que trabalha com a possibilidade de prorrogar o Protocolo de Kioto e criar um tratado provisório para incluir os EUA.

Página 40 e Míriam Leitão

**Dois acordos para o clima –** Yvo de Boer entrevista de Deborah Berlinck e Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 11/12/2009

Secretário-geral da COP-15 diz que Kioto poderia ser ampliado

Yvo de Boer

A Conferência de Clima da ONU (COP-15), em Copenhague, poderá ter dois documentos finais em vez de apenas um, segundo afirmou ontem o secretário-executivo da cúpula, Yvo de Boer, em entrevista exclusiva ao GLOBO. Um deles seria uma extensão do Protocolo de Kioto, com metas de redução para os países ricos e de ações de mitigação para as nações em desenvolvimento, aceito por todos e com valor legal. O outro seria um tratado totalmente novo, feito com base na Convenção do Clima, com o objetivo específico de abarcar os Estados Unidos, que não ratificaram Kioto.

Um consenso sobre os documentos, segundo de Boer, ainda não foi alcançado, mas, para ele, este será o desfecho mais provável do encontro.

Enviadas especiais • COPENHAGUE **O GLOBO:** O senhor disse que há um consenso de que Copenhague terá que produzir um documento legalmente vinculante (acordado por todos os países e com valor legal).

Mas como convencer os EUA a participarem? YVO DE BOER: Há consenso que um acordo tem que ser juridicamente vinculante, mas países têm definições diferentes sobre o que isso quer dizer. Todos concordam que um segundo período de compromissos do Protocolo de Kioto seria legalmente vinculante; uma grande maioria quer que este encontro resulte numa prorrogação de Kioto. Mas também são muitos os que acham que é preciso um outro tratado, um novo instrumento legal.

Os EUA querem um segundo tratado, não? **BOER:** Sim. Mas muitos negociadores falam em adotar um passo intermediário, em que seriam tomadas decisões sobre metas (de redução de emissões) e ações (de mitigação) a serem adotadas pelos principais países em desenvolvimento, decisões sobre financiamento, criação de novos órgãos para financiamento e de transferência de tecnologia, decisões para lançamento de novos programas para adaptação.

E, em 2010, estas decisões seriam oficialmente transformadas num tratado.

É a saída para trazer os EUA para um tratado? **BOER:** Sim, incluiríamos os EUA, num acordo sob a convenção. E, ao mesmo tempo, continuaríamos com Kioto. Lembre-se que Kioto já existe e é o único instrumento legal que temos. Um novo instrumento legal sob a convenção teria que ser desenvolvido, acordado, ratificado e ainda entrar em vigor (Kioto levou oito anos para entrar em vigor). Portanto, para muitos países, é muito importante que o Protocolo de Kioto seja mantido para termos continuidade e uma base legal, enquanto este novo instrumento está sendo construído.

Como seria um instrumento legalmente vinculante sob a Convenção do Clima? Como os EUA podem ter metas que sejam legais? **BOER:** Vejo um tratado sob a convenção tendo uma lista de metas. A questão é: essas metas serão legalmente vinculantes internacionalmente ou domesticamente? O que os EUA dizem é que, se assumirem uma meta num novo tratado, eles a transformariam em lei nacional.

É possível fazer países em desenvolvimento, como a China, assumirem metas neste novo tratado da convenção? **BOER:** China e outros países em desenvolvimento dizem que não querem compromissos com metas, mas com ações. Mas os países em desenvolvimento também dizem que transformarão suas ações em leis. A primeira questão, então, é: (o novo tratado) vai ser legalmente vinculante no plano internacional ou doméstico? Ou vamos ter níveis diferentes de vinculação legal? E é isso que precisa ser decidido na próxima semana.

Teríamos dois acordos: um novo tratado, com os EUA e metas; e outro de prorrogação de Kioto? **BOER:** Correto. Temos que ter acordos paralelos, se não a COP-15 fracassará. Se, com o tempo, estes dois processos vão convergir, isso ainda vamos ver. Vocês estão me perguntando o que vai acontecer em 2020.

Eu não sei nem o que vai acontecer até sexta-feira.

Quais os pontos mais difíceis? **BOER:** Vejo dois pontos difíceis. O primeiro é que as metas dos países desenvolvidos não são suficientemente ambiciosas. O segundo é dinheiro, a curto e a longo prazo Qual seria um montante mínimo aceitável? **BOER:** Se países em desenvolvimento dizem que não são suficientes US$ 10 bilhões por ano (no curto prazo), que nos digam o que é suficiente. A longo prazo, estamos falando em talvez US$ 200 bilhões por ano para mitigação, e talvez US$ 100 bilhões por ano para adaptação.

E quanto às promessas de redução de emissões de CO2 do Brasil e China? **BOER:** Acho que todos concordam que, se receber financiamento internacional, tem que haver escrutínio internacional. A questão é: o que fazer com uma ação que o Brasil tomar sozinho? O Brasil diz: se estamos fazendo sozinhos e nos mesmos estamos pagando, não precisamos de ninguém para vir examinar.

O senhor concorda? **BOER**: Não é importante se eu concordo ou não. Mas existem os relatórios nacionais (no qual países relatam o que estão fazendo).

Há acordo de que estes relatórios nacionais devem ser mais frequentes. Talvez esta seja a solução.

**Metade dos gases-estufa vem da pecuária -** Renato Grandelle – O Globo – Ciência – 11/12/2009

Até 50% das emissões brasileiras de gases-estufa vêm da pecuária, segundo estudo apresentado ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), considerando o período entre 2003 e 2008. O levantamento foi o primeiro a medir o impacto de toda a cadeia produtiva dessa atividade sobre o volume de emissões de gases-estufa do país. Embora os índices de desmatamento tenham regredido, a equipe responsável pelo trabalho critica a baixa produtividade por hectare — o que contribui para a expansão de queimadas — e a falta de regulamentação dos frigoríficos, que compram carne de áreas exploradas ilegalmente.

Na Amazônia, segundo o Inpe, 75% do desmatamento devem-se à implantação de novas pastagens.

No Cerrado, este índice é de 56%.

A emissão total associada à pecuária nesses biomas pode ter chegado a 1,09 bilhão de toneladas de CO2 no período estudado.

Em outubro, o Ministério do Meio Ambiente anunciou que a agropecuária seria responsável por 25% das emissões de dióxido de carbono do país. A diferença em relação àquele levantamento é que este considera não apenas a criação de gado, como o desmatamento necessário para viabilizar a atividade.

— Mesmo em anos de menor desmatamento, a pecuária é responsável por, pelo menos, 40% das emissões de gases-estufa do Brasil — alerta o climatologista do Inpe Carlos Nobre, um dos coordenadores do estudo. — Por isso acreditamos que este setor econômico oferece a maior oportunidade de mitigação.

É preciso investir na eficiência da cadeia produtiva e na recuperação das pastagens. Segundo a ONG Amigos da Terra/Amazônia Brasileira, que participou da elaboração da pesquisa, hoje a ocupação média no país é de uma cabeça de gado por hectare, embora exista tecnologia para que este índice seja triplicado.

— O melhor uso do espaço implicaria em um investimento com retorno econômico direto — garante Roberto Smeraldi, diretor da ONG. — O animal chegaria à engorda mais rapidamente, faria menos fermentação e, por isso, liberaria menos gases-estufa.

**Decreto desagrada a ambientalistas e ruralistas pedem mais -** Paulo de Tarso Lyra e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 11/12/2009

***Zequinha Sarney: "Se tivesse concessão, tinha que ser na recomposição da reserva legal, via prazo e financiamento"***

O novo decreto de crimes ambientais, publicado hoje no Diário Oficial da União, concederá "moratória" até abril de 2012 somente a desmatamentos feitos em áreas de reserva legal, apurou o **Valor**. As infrações cometidas em áreas de preservação permanente (APPs), como margens de rios, nascentes e cursos d'água, continuarão passíveis de punição imediata com multas de até R$ 50 milhões, apreensões de bens e produtos e embargos de obras. Mas os proprietários dessas poderão evitar as sanções legais se aderirem imediatamente ao programa de regularização ambiental, batizado pelo governo como "Mais Ambiente". A adesão ao compromisso garantirá, segundo uma fonte do governo, "anistia" a todos os crimes cometidos em qualquer área. A nova

regra valerá de igual maneira para todas regiões do país. As reservas legais da Amazônia terão o mesmo tratamento dispensado a áreas do Sul ou Centro-Oeste.

Em meio às acaloradas discussões sobre a contribuição do desmatamento para as mudanças climáticas, o decreto desagradou a lideranças ambientalistas e foi recebido com desconfiança pela bancada ruralista no Congresso. "A decisão sinaliza uma condescendência com a situação, criando problemas para nós", disse o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). "Como todo governo, não entrou em bola dividida. Dividiu a bola ao meio para atender as duas partes". A decisão mais correta, avalia, seria "flexibilizar" as formas da recuperação florestal. "Mas, às vésperas de Copenhague, o governo lançou medidas indicando a redução das emissões de gases do efeito estufa e sentiu-se à vontade para dar esse passo atrás".

De malas prontas para embarcar à Dinamarca, o coordenador da Frente Ambientalista, o deputado Sarney Filho (PV-MA) também criticou o novo decreto. "É lamentável porque empurra com a barriga sem resolver problemas estruturantes. Se tivesse concessão, tinha que ser na recomposição da reserva legal, via prazo e financiamento, e não com adiamento do decreto". As ONGs também rejeitaram a solução, "vendida" como vitória pelo ministro Carlos Minc. "Ele (Minc) 'comprou' que precisava alterar o Código Florestal. É muito ruim. Ajustes têm que ser feitos, mas não adianta remendos para dificultar aplicação. Não resolve o problema", avalia a secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos. Interlocutora no Congresso, a TNC é contra a medida: "O decreto era uma adição de força para regularizar a situação", diz a representante da ONG no Brasil, Ana Cristina Barros. "O produtor pode entender que isso significa muito mais tempo. Pode ter sido vitória política, mas na prática terão que fazer a mesma coisa lá na frente". O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), que pregava um período de transição para um novo modelo, rechaçou a "moratória" do governo. "Ou se faz estratégia para colocar produtor dentro das regras ou será apenas para inglês ver. O programa pode ajudar a regularizar, mas tem que separar grandes de pequenos", afirma o coordenador de Políticas Públicas do Ipam, André Lima. O Greenpeace concorda: "Toda vez que se adia uma solução, há um estímulo á repetição dos problemas", diz Marcio Astrini, coordenador da campanha da Amazônia da ONG.

A bancada ruralista, que criou uma comissão especial para reformar o Código Florestal, recebeu com cautela a decisão do governo Lula. "Esse novo decreto é uma medida excepcional, paliativa", diz o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "Vai apenas aliviar o vexame de transformar os produtores em criminosos ambientais". O presidente da Frente Agropecuária, Valdir Colatto (PMDB-SC), aposta em mais concessões do governo após a conferência de Copenhague. "As pessoas não precisam fazer a averbação. Vamos ter uma legislação nova, que vai resolver essa questão ambiental", afirma. Colatto é autor da proposta do Código Ambiental, que muda radicalmente a legislação do setor no país. Ele aguarda o envio de novas medidas do governo ao Congresso para reformar o Código Florestal, mas argumenta ser necessário alterar conceitos como a reserva legal e ampliar à área urbana a abrangência da legislação ambiental.

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), coordenador de uma ampla reunião sobre Código Florestal, hoje, em Porto Alegre (RS), afirma que a prorrogação do decreto "facilitará" o debate sobre as mudanças na legislação ambiental. E também reduzirá os impactos econômicos e sociais de uma exigência de averbação no setor rural. "Essa alteração contribui para se discutir com calma a reformulação das leis no

Congresso. Nesses 18 meses teremos tempo para aprofundar as discussões e elaborar uma legislação que equilibre produção e meio ambiente", aposta.

**Governo reforça Ibama para acelerar licenças ambientais –** Estado de São Paulo – Capa - 12/12/2009

O presidente do Ibama, RobertoMessiasFranco, informaque o Ministério do Planejamento autorizou a ampliação do quadro de técnicos encarregados de conceder licenças ambientaisde300para350.“ Setivéssemos 600, seria muito melhor”, diz, acrescentando que é preciso ter gente treinada, e bempaga, para acelerar os trabalhos comqualidade.Ementrevistaa

**Lourival Sant'Anna**, Messias conta que o Ibamavemperdendo técnicos de nível superior, engenheiros bem preparados, até para a Polícia Rodoviária.E afirma que o licenciamento da hidrelétrica Belo Monte, no Pará, é o mais difícil em seus 35 anos de carreira. As conversas com a Eletrobrás começaram nofinalde2008,quandofoiconcedido o termo de referência.

Mas Franco afirma que, se não forem cumpridas todas as regras, a obra não sai. Segundo ele,opresidenteLuiz InácioLuladaSilva consideraque“valea penaperderdias,mesesquesejam, paraterumacoisadequalidade incontestável”.●

**COP-15 traz emergentes para a linha de frente –** Andrei Netto e Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2009

Mais de uma centena de chefes deEstado ede governotem seis dias,osúltimosda15ªConferência do Clima (COP-15) das Nações Unidas, na Dinamarca, paradecidirograudecompromisso da comunidade internacional contra o aquecimento global.

Entre eles, nomes como o de Luiz Inácio Lula da Silva tornaram- se protagonistas. Antes figurantes, os países emergentes, liderados por China, Índia, Brasil e Áfricado Sul, agora são peças-chave para dois pontos cruciais:ofinanciamentoeovalor jurídico internacional donovo acordo climático.

Ontem, milhares de pessoas foram às ruas pedir um acordo (*mais informações nesta pág.*).

O peso dos novos gigantes nasnegociaçõesficouclarodesde a semana passada, quando os países industrializados, liderados pela União Europeia, impuseram barreiras ao repasse de recursos aos emergentes – informação revelada pelo **Estado**.

Desde então, diplomatas dasnaçõesricasseesforçampara dividir o grupo dos países “em desenvolvimento”, prometendo recursos para os “mais vulneráveis” e exigindo o que umdiplomata europeu chamou de “upgrade” dos emergentes.

“Existeumaproposta na mesa que abre a questão sobre a diferenciação entre os países em desenvolvimento”, confirmou um membro da delegação brasileira. A questão é tão central que os Estados Unidos propuseramumacordodeinterpretaçãopararescreveraConvençãodo Clima de1992 – texto que não está em discussão na COP-15 –, atribuindo novas responsabilidades a

China, Brasil, Índia, Coreia do Sul, Indonésia, entre outros. Os chineses, porém, não aceitam o "upgrade" – e,semconsenso, não há acordo.

Todd Stern, enviado especial da Casa Branca, deixou a diplomacia de lado e foi taxativo, ao descartar transferir "dólares docontribuinteamericanopara a China". Na sexta, Yu Qingtai, diplomata chinês, classificou a declaração de "irresponsável".

Adisputa entreEUAe China é mais acentuada na área financeira.

Segundo informou ao **Estado** uma fonte norte-americana, arestriçãodosEUA,diferentemente da europeia, não serve para o Brasil. "Quando falamos em China, significa China, não todos os emergentes.Nãoteríamosproblemasemtransferirrecursos para o combate ao desmatamento no Brasil."

Outra pista sobre o novo status dos emergentes veio após a apresentação do texto de negociação sobre cooperação de longo prazo. Diz respeito ao nível de engajamento que será obtido. Duaspropostasestãonamesa: a de umtratado "legalmente vinculante" – ou seja,umProtocolo de Copenhague, que comprometeria os signatários a cumprir as diretrizes – ou um acordo"politicamentevinculante", no qual os chefes de

Estado assumiriam o compromisso de discutirumtratado no futuro.

Na sexta, Stern pareceu fechar a porta para um ProtocolodeCopenhague dizendoqueosEUAnãoaceitarão acordovinculantequepreciseserratificadonoCongresso.

A Europa pressiona mais:nãoaceitaficarnoProtocolo de Kyoto, de caráter legal, se os EUA se limitarem a um compromisso informal.

"Se continuarmos comdoisacordos(*KyotoeCopenhague*), ambos terão de ser juridicamente vinculantes", dizArturMetzger-Runge, negociador-chefe da UE.

Uma das saídas está nas mãos de China, Índia, Brasil e África do Sul. "Os EUA só aceitam o acordo legal se as novas potências tiverem o mesmo nível de compromisso", disse uma fonte brasileira.

Os EUA querem que os emergentes fixem metas legais para reduzir o ritmo das emissões de CO2 e financiem a maior parte de suas ações de mitigação. A resposta estará nas mãos dos 110 líderes que chegam nesta semana.

"Considerando o tempo que temos,nãoseráfácilsaircom um documento legalmente vinculante,mas,senãoconseguirmos aqui, podemos tentar obtê-loem6ou12meses", disse o secretário-geral da convenção, Yvo de Boer.

**Ajuda para cortar emissões é questionada –** Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2009

Brasil, China e outras economias emergentes devem receber ajuda financeira dos países desenvolvidos para reduzir suas emissões? Ou têm condições – talvez obrigação – de fazerissocomrecursospróprios? Esse foiumdos temas que mais movimentaram a primeira semanade negociações na Conferência do Clima de Copenhague.

As respostas dividem opiniões de especialistas brasileiros ouvidos pelo **Estado**.

Para o físico José Goldemberg, da Universidade de São Paulo(USP),oargumentoapresentado pelosEstados Unidose União Europeia – de que os recursosdeveriamfluirsóparaos países mais pobres – "tem uma certa lógica". "A China tem US$2trilhõesemreserva;éum país que lança foguetes, que tem submarinos nucleares. Seráqueprecisamesmodedinheiro para combater o aquecimento global?", questiona o físico.

O Brasil não tem foguetes nem submarinos nucleares, mas também tem condições de bancarsuasações, segundoele. “Acho que as grandes economias não precisariam receber dinheiro, a não ser como uma ajuda complementar”, diz Goldemberg. Ele ressalta que muitas das ações necessárias para reduziremissõessãodenatureza regulatória, que não requerem investimento público. Por exemplo: exigir padrões de maior eficiência energética na indústria.“Temosdefazerotrabalho dentro de casa.”

A Convenção do Clima das Nações Unidas determina que os países desenvolvidos têm obrigaçãode financiar ações de mitigação e adaptação dos países em desenvolvimento aos efeitos das mudanças climáticas.

A regra parte do princípio de que as nações industrializadas são as maiores responsáveis pelo acúmulo de gases do efeitoestufanaatmosferaeportanto têm maior obrigação de resolver o problema e ajudar o resto do mundo a lidar com ele.

AConvençãofoi assinadaem 1992, no Rio, e os países foram divididos em grupos chamados Anexo 1 (desenvolvidos, como EUA, Canadá, Rússia, Austrália, Japãoeeuropeus)enãoAnexo 1 (em desenvolvimento, que inclui todo o resto do mundo).

Oproblema é que alguns países, como Brasil, China, Índia, México e África do Sul (agora chamados“emergentes”),cresceram muito economicamente desde então. Tanto que as nações ricas relutam agoraemrepassar dinheiro para eles. Não só isso, mas querem que eles contribuam também para um eventualfundoglobaldecombate às mudanças climáticas. “AestruturadaConvençãoficou um pouco congelada nesse mundode1992”, avalia Roberto Schaeffer, especialista em planejamento energético da Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Mas muita coisa mudou de lá para cá.” Antes de cobrar recursos dos países ricos, segundo ele, o Brasil precisa calcular quanto vaicustarparacumprirsuameta de reduzir em até 39% a curvadecrescimentodesuasemissões até 2020. “A discussão depende desse valor”, diz Schaeffer. “Se o custo for muito alto e o Brasil não tiver condições de bancar, talvez precise receber recursos. Talvez não.”

Para Tasso Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente, a ajuda financeira aos países em desenvolvimento é “uma questão de justiça”. “Podemos até ter condições de custear a meta, mas é uma conta que deve rachada por todos”, diz. Segundoele, oBrasilsecomprometea cumprir sua meta sem recurso externos, “mas poderá fazer isso mais rapidamente” se tiver ajuda de outros países.

Jacques Marcovitch, da USP, especialistaemeconomia do clima, faz um raciocínio semelhante. “A questão agora é de velocidade”, diz. “Podemos atingir a meta com recursos próprios? Sim. Mas a que ritmo?” Ele lembra que quanto mais rápido os países emergentes – que já emitem quase tanto carbono quanto os desenvolvidos – reduzirem suas emissões, melhor para o planeta. “São recursosque vão ajudar oBrasil a ajudar omundo”, diz. Marcovitch destaca que os países emergentes são os mais capacitados para desenvolver tecnologias limpas e transferir esse conhecimento para as nações mais pobres. “A cooperação internacional não pode ser vistasócomoumfluxoderecursos, emqueumdáeooutrorecebe.

Éumcaminhoparachegara umobjetivo comum,em que todos se beneficiam.”

**Europeus querem dinheiro do Brasil em fundo para clima –** Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009

Para UE, países emergentes têm de doar, e prioridade de uso dos recursos é ajudar adaptação de nações mais pobres

Financiamento é principal entrave em negociação de um acordo para combater a mudança climática; ONU pede US$ 150 bilhões ao ano

A União Europeia espera que as grandes economias emergentes -Brasil entre elas- contribuam com o futuro fundo financeiro para combater a mudança do clima, ainda que menos do que os países ricos.
"[O Brasil] teria de contribuir um pouco", afirmou o principal negociador da UE, Artur Runge-Metzger "Quanto mais rico o país, mais dinheiro ele deve pingar no fundo." O Brasil é a oitava economia do mundo, com um PIB de US$ 1,4 trilhão.
"Não estou dizendo que seja o mesmo tanto que a UE, mas uma pequena contribuição [brasileira] deveria estar lá."
Pouco antes de falar à **Folha**, Metzger defendera a entrada dos grandes países emergentes num fundo global para o qual os países contribuiriam de acordo com seu PIB.
A ideia foi colocada pela primeira vez pelo México e depois apoiada por Noruega, Reino Unido e Austrália em uma proposta no início desta semana.
Dinheiro, segundo diversas fontes ouvidas pela reportagem, tem sido o principal entrave ao avanço da negociação de um acordo para combater a mudança climática, a ser concluído na próxima sexta-feira.
Ontem, a UE anunciou sua oferta durante uma cúpula em Bruxelas. Mas só para o curto prazo, propondo US$ 10,5 bilhões para serem usados ao longo dos próximos três anos.
O dinheiro equivale a 35% do chamado "fast money" -na conta da ONU, são necessários US$ 30 bilhões até 2012 para ajudar os países pobres a lidarem com o aquecimento global.
O problema real, entretanto, está no dinheiro de médio prazo, para ser usado de 2013 a 2020, tanto na adaptação dos países mais pobres quanto em mudanças nos países emergentes para reduzirem suas emissões de gases-estufa.
A ONU calcula que seriam necessários US$ 150 bilhões ao ano. A UE estima que de 25% a 50% disso deveria ser bancado com fundos públicos de países ricos. Mas, com a pressão dos países centro-europeus, nenhum consenso saiu. Sem decisão em Bruxelas, os governos europeus liberaram seus negociadores para estudarem os números em Copenhague.
Metzger diz que a "cota justa" da UE até 2020 seria seguir a proporção da verba imediata anunciada. Nesse caso, a fatia do bloco seria de US$ 11,5 bilhões a US$ 26 bilhões.
Em qualquer caso, é muito menos que os US$ 50 bilhões que a ONG Oxfam sugere ao bloco. E Metzger ressalva: "Há a questão de qual será a chave para a divisão [de responsabilidades]. Se é com base em emissões, nossa fatia cai um pouco, se for com base em PIB, sobe".
A UE insiste que o uso do dinheiro priorizará a adaptação dos países mais pobres -em vez da mitigação de emissões dos emergentes. "A mitigação estará lá, mas há uma prioridade para esse dinheiro."

Todd Stern, negociador dos EUA, também só cita dinheiro para adaptação. E não fala em horizonte pós-2012.
O risco, segundo pessoas envolvidas no processo, é que o documento final da conferência em Copenhague inclua a necessidade de um financiamento de longo prazo, mas não defina agora nenhum valor.

**Anistia não deve atrair desmatador, avalia CNA –** Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009

Produtores ainda esperam mudança no código florestal

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) avalia que a intenção por trás da anistia na cobrança das multas aplicadas por desmatamento não terá efeito imediato. A maior parcela dos proprietários rurais não deverá aderir, por ora, ao programa de regularização da reserva legal (porção mínima de mata que um terreno deve ter), prevê a entidade.
"Produtores que não estiverem pressionados por multas muito elevadas tendem a aguardar até 2011, apostando em alguma modificação do código florestal", diz Assuero Veronez, vice-presidente da CNA.
O decreto atual prevê a suspensão das multas a quem aderir ao programa de Lula e se comprometer a regularizar a reserva legal em 80% da propriedade, no caso da Amazônia.
A União pode perder até R$ 10 bilhões com a anistia, porque o produtor devedor poderá converter o valor de suas multas em serviços de preservação.
O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirma, porém, que o termo anistia não se aplica. "Essa suspensão das multas por um ano e meio não equivale a um verdadeiro cancelamento delas. A multa é suspensa para que o proprietário demarque a sua reserva legal e possa protegê-la e substituí-la. Só então a anistia realmente acontecerá, mas isso é porque o proprietário estará cumprindo a lei."
O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, também rechaçou o uso do termo anistia. "O governo não está dando anistia. Está convertendo em serviços ambientais a multa que a pessoa recebeu, desde que ela se adapte à nova lei."

**Acordo-esboço não freia subida além de 2C –** Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE

Para produzir consenso entre 192 países com interesses diferentes, o mais forte candidato a texto-base do acordo de Copenhague dilui o próprio objetivo: combater a mudança climática perigosa.

A proposta, apresentada pelo maltês Michael Zammit Cutajar e pelo brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, alivia para os países em desenvolvimento, ao deixar para o futuro o pico de emissões globais, e para os países ricos, ao ser vaga sobre financiamento.

O pico de emissões é um pomo da discórdia entre ricos e pobres no tópico da mitigação (redução de emissões). Cientistas afirmam que, se a humanidade quiser manter as concentrações de gás carbônico em 450 partes por milhão (evitando um aquecimento global de mais de 2°C), é preciso que as emissões atinjam um pico em 2020 e comecem a declinar.

No entanto, países em franca expansão de sua infraestrutura, como China e Índia, recusam-se a fixar um pico de emissões. O texto proposto por Cutajar e Figueiredo, chefe e vice-chefe do grupo que negocia o futuro regime de proteção ao clima, acata isso. "As partes devem cooperar para obter o pico de emissões nacionais o quanto antes, reconhecendo que o prazo para o pico será mais longo para os países em desenvolvimento", diz a proposta.

Por outro lado, o texto mantém a decisão de envolver países em desenvolvimento em "desvios substanciais", da ordem de 15% a 30%, em suas trajetórias de emissão até 2020. Para os países ricos, fica a meta de 25% a 40% de corte no mesmo período em relação a 1990.

"É um texto tendencioso, mas, como base de negociação, ele é muito melhor que o texto proposto pela Dinamarca", avalia Marcelo Furtado, do Greenpeace. Uma proposta de acordo dos dinamarqueses ia na direção oposta -fazendo concessões aos EUA.

Outro ponto a favor da nova proposta é que ela não exclui a possibilidade de acordo com força de lei, como desejam os europeus. A proposta do premiê da Dinamarca, Lars Rasmussen, é que o acordo de Copenhague deveria ser apenas político -ou seja, que nenhum país fosse obrigado a cumpri-lo.

Antonio Hill, da ONG Oxfam, porém, critica justamente o fato de o texto não se posicionar a esse respeito. "Eles dizem que o texto não tem a intenção de prejulgar os resultados das negociações, ou seja, ele tanto pode ser quanto pode não ser um novo protocolo. É uma pergunta à qual precisam responder, porque é uma pergunta política, não de negociação." **(LC e CA)**

**EUA defendem mais pressão em emergentes –** Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE

Construtiva, mas insuficiente. Foi assim que os EUA definiram a nova proposta de acordo do clima -sobretudo, por desobrigarem os países em desenvolvimento. "O texto é um passo construtivo", começou Todd Stern, enviado da Casa Branca para mudanças climáticas. "Mas os EUA não veem a parte de corte de emissões como base de negociação, e não cremos que ela possa ter resultados consistentes."

Ao dizer que "os EUA não vão fazer um acordo sem os grandes países desenvolvidos se comprometerem a tomar ação efetiva", Stern reafirma que seu país não quer se comprometer sozinho com uma meta de cortes sem China, Índia e Brasil fazerem o mesmo. E que tampouco pagará para que esses países convertam suas economias de

forma a reduzir emissões.
Para Luiz Alberto Figueiredo, principal negociador do Brasil, o que Washington quer é se desobrigar de meta.
Ainda assim, ele classificou a recepção do texto como "em geral boa", embora com críticas do chamado "grupo guarda-chuva", formado, entre outros, por EUA, Austrália, Canadá e Japão. "Como o texto que nós temos sobre a mesa tem como pressuposto a continuação do Protocolo de Kyoto, esse grupo mostrou [resistência]."
Ontem Japão e Austrália se opunham ao texto de Cutajar e Figueiredo. A proposta, se aprovada hoje pelos diplomatas, será analisada por ministros que se reúnem no domingo -incluindo a brasileira Dilma Rousseff. **(LC e CA)**

**Conferência prevê corte para todos –** O Globo – Capa – 12/12/2009

Pela primeira vez, acordos darão aos EUA e aos países em desenvolvimento metas significativas de cortes das emissões de CO2. É o que preveem os documentos negociados em Copenhague. Ontem, cientistas disseram que 2010 será o ano mais quente da História.

**Metas para todos –** Deborah Berlinck e Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 12/12/2009

EUA e emergentes teriam que reduzir emissões em rascunho de acordo de Copenhague

Pela primeira vez na História, EUA e países em desenvolvimento, como Brasil e China, terão metas significativas de redução de emissões de gases do efeito estufa, segundo os rascunhos dos documentos finais que circularam ontem na Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas, em Copenhague.

Tais nações ficariam reunidas sob um tratado inteiramente novo, chamado de Compromisso a Longo Prazo, enquanto os países ricos que assinaram Kioto seguiriam numa extensão do protocolo.

Se os acordos forem aprovados, o planeta estará comprometido com a significativa meta global de reduzir de 50% a 95% das emissões totais até 2050. Um consenso sobre os textos finais, entretanto, ainda está longe de ser alcançado.

Questões cruciais continuam em aberto e serão alvo da barganha entre ministros no fim de semana: os percentuais exatos de reduções, o financiamento a longo prazo e, sobretudo, a base legal do novo documento. Ou seja: ainda não está decidido se as metas estabelecidas para EUA e países em desenvolvimento seriam voluntárias ou obrigatórias, como são para as nações signatárias de Kioto.

**Texto prevê corte global de 50%**

Ontem, líderes da União Europeia (UE) reunidos em Bruxelas anunciaram um repasse de US$ 10,6 bilhões, nos próximos três anos, para os países mais pobres lidarem com as mudanças climáticas. O valor, porém, é considerado insuficiente.

O esboço de sete páginas do Compromisso a Longo Prazo estabelece, pela primeira vez, que os países devem limitar a elevação das temperaturas da Terra a 1,5 ou 2 graus Celsius.

Determinar este limite é de suma importância, porque, a partir daí, será possível definir o que cientistas chamam de "espaço de carbono", ou seja, quanto cada país poderá emitir.

— O rascunho nos dá esperança porque apresenta todos os itens que gostaríamos de ver: o limite do aumento da temperatura, um teto para as emissões globais e a definição de metas para países em desenvolvimento — afirmou Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente para Mudanças Climáticas.

O texto deixa em aberto os percentuais de corte de emissões dos desenvolvidos até 2020. As alternativas deverão ser: 25% a 40%; 30%; 40% ou até mesmo 45% em relação a 1990. Para países em desenvolvimento, o texto sugere corte no crescimento das emissões até 2020 de 15% a 30%.

— A gente fica muito bem. Nossa meta de desvio já está acima disso (de 36,1% a 38,9%) — afirmou a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn.

O outro rascunho estabelece um segundo período para Kioto. A ideia é que os países ricos que ratificaram o acordo tenham metas mais ambiciosas, seguindo os números do outro documento, de 25% a 45%. O esforço é considerado expressivo e levaria ao objetivo maior de um corte global de 50% a 95% até 2050.

Até agora, porém, nenhum país se comprometeu com metas ambiciosas.

O Japão exige que os americanos e os chineses estejam em Kioto e ameaça, inclusive, desistir de suas já anunciadas metas de redução de 25% ate 2020. Na prática, isso significaria que o país abandonaria o protocolo. A União Europeia, por sua vez, diz que não é justo que os EUA não façam parte de um acordo legalmente vinculante, ou seja, que tenha valor de lei do ponto de vista internacional.

— Não é possível termos um acordo que seja obrigatório (Kioto) e outro não (o novo tratado). É preciso simetria — disse o negociador-chefe da Suécia, Anders Turesson.

A China também reagiu à ideia de um segundo documento. E os EUA reclamaram que o esboço do Compromisso a Longo Prazo é desequilibrado no que diz respeito aos cortes determinados para os emergentes.

Na questão do financiamento a longo prazo, o rascunho está em branco. O próprio secretário-executivo da reunião, Yvo de Boer, advertiu que "falta esclarecer a questão do financiamento". O líder do G77, Lumumba Stanislaus Di-Aping, considerou a quantia anunciada pela UE (US$ 10,6 bilhões em três anos) insuficiente e exigiu números a longo prazo: — Os europeus estão agindo como céticos do clima.

O Brasil foi a voz dissonante, aprovando o rascunho.

— É um texto equilibrado — afirmou o negociadorchefe Luiz Alberto Figueiredo

**2010 será o ano mais quente –** O Globo – Ciência – 12/12/2009

Instituto britânico prevê a maior temperatura global já registrada

Esqueça o casaco no armário.

Segundo o serviço de meteorologia do governo britânico (Met Office), 2010 será o ano mais quente do planeta desde o início dos registros, em 1854. O anúncio, feito anteontem na COP-15, garante que os próximos 12 meses vão desbancar 1998, ano mais tórrido desde o início da previsão do tempo no Reino Unido.

A estimativa dos meteorologistas é que a temperatura média global será 0,58 grau Celsius maior no ano que vem, em relação àquela registrada entre 1961 e 1990 — nesse período, os termômetros da Terra indicaram, em média, 14 graus. Em 1998, o aumento em relação a este índice foi de 0,52 grau.

De acordo com o instituto britânico, é provável uma nova quebra de recorde por causa da combinação entre o aquecimento global e a volta do El Niño, que aquece as águas do Oceano Pacífico.

Foi em parte por causa desse fenômeno climático que 1998 alçouse ao posto de ano mais quente da História.

Pacífico deve se aquecer acima da média Para os climatologistas, mesmo que o El Niño tenha, no ano que vem, uma edição mais branda, 2010 tem plenas condições de bater o recorde histórico. A expectativa é que as águas do Pacífico mantenham-se aquecidas acima da média não só durante o verão, como também em parte do outono.

O que poderia resfriar 2010 seria um El Niño mais curto do que o esperado, ou, ainda, uma erupção vulcânica, aos moldes da que ocorreu no Monte Pinatubo, nas Filipinas, em 1991. Na ocasião, uma imensa nuvem de poeira atingiu a estratosfera e filtrou a chegada de raios solares ao planeta, reduzindo a temperatura média global nos anos seguintes.

A expectativa, porém, é grande em relação ao calor em 2010. As chances de que o ano que vem seja mais quente do que 2009 são de 90%. Não é pouco, considerando que este ano deve terminar como o quinto entre os mais quentes, com 0,44 grau acima da média de 1961 a 1990. E 2009 cumpriu exatamente o que fora previsto pela meteorologia britânica no ano passado.

No início da semana, Michael Jarraud, secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial, afirmou que o planeta ainda passa por uma “tendência de aquecimento

**Herança ameaçada -** Renato Grandelle – O Globo – Ciência – 12/12/2009

Mudanças climáticas comprometem sítios históricos e estudo de culturas antigas

Consequências diretas do aquecimento global, como o aumento do nível do mar, o degelo e a desertificação, prejudicarão o estudo de antigos povos e civilizações. Sítios históricos e arqueológicos de vários países correm o risco de desaparecer devido às mudanças climáticas, discutidas por líderes mundiais reunidos desde o início da semana em Copenhague.

Groenlândia e Sibéria, por exemplo, veem a história de seus povos engolida por um clima que não exibe o frio rigoroso de anos atrás.

Relíquias vikings expostas às ondas

Até o início da década, uma plataforma flutuante de gelo, de até 64 quilômetros de largura, protegia o litoral ocidental da Groenlândia das violentas ondas do Atlântico Norte. O aumento da temperatura acabou com este cinturão, deixando a costa exposta à fúria do mar. Pesquisadores estimam que o Atlântico avança até um metro por ano sobre

relíquias da ocupação viking e de povoadores ainda mais antigos, que construíram casas perto da costa, ponto de partida para a caça de baleias, há mil anos.

O degelo também compromete os sítios arqueológicos das Montanhas Altai, que se estendem por parte da Rússia siberiana, da China e do Cazaquistão.

É nas Altai siberianas que estão os mais bem preservados vestígios do povo nômade cita, que, por quase três mil anos, vagou pelas estepes e montanhas da Ásia. Boa parte do que se sabe sobre esses guerreiros deve-se aos kurgans, nome dado às seus túmulos peculiares. As sepulturas de reis são particularmente ricas: além de múmias perfeitamente preservadas, há vestígios de armas e joias e até de cavalos. O gelo protegeu esses vestígios por séculos. Mas se a temperatura continuar a subir na região, a herança dos citas pode sofrer estragos irreparáveis.

Nos Alpes suíços, porém, o derretimento das geleiras foi fundamental para que cientistas descobrissem um grande sítio arqueológico. As escavações começaram em 2003, quando a Europa passou pelo verão mais quente dos últimos cinco séculos. As temperaturas chegaram a 41 graus na Suíça. O degelo nos Alpes foi tão significativo que inundou vales e provocou avalanches. Ao caminhar pelas montanhas, um casal encontrou um fragmento antigo de couro. Era o pedaço de um coldre fabricado há 4.700 anos. Nos dois anos seguintes, foram encontradas 300 peças de diversos períodos históricos. Passaram por ali povos das idades da Pedra e do Bronze, da época do Império Romano e da Idade Média, pois o caminho íngreme era um atalho importante.

Agora, cientistas temem que o mesmo degelo que expôs os sítios arqueológicos os destruam. O aumento do nível do mar é outra ameaça. O avanço do Pacífico sobre as Ilhas do Canal, na costa da Califórnia, pode tragar vestígios deixados pelo homem há 13 mil anos. Os pesquisadores ainda não sabem quando o homem migrou das ilhas para o continente. A definição deste período depende de trabalhos de campo ameaçados pelo aumento do nível do mar. Abrigos de pedra podem ser engolidos pelas águas, assim como o resto de vários objetos deixados pelos primeiros americanos, como ferramentas, colares e cestas.

No Peru, o temor dos pesquisadores é o mesmo que acometia a população local há mais de mil anos: o El Niño. Só que agora existe risco de o El Niño ser intensificado pelo aquecimento global. À época, a costa do atual Peru era ocupada pelo povo chimú, que, usando tijolos de barro, construiu a cidade de Chan Chan. É um material condizente com as características desérticas da região, embora volta e meia abalada por tempestades causadas por aquele fenômeno climático.

O que sobrou de Chan Chan, hoje um grande campo de pesquisas, pode ceder à crescente erosão. A cidade foi incluída em 1986 na lista da Unesco de sítios arqueológicos ameaçados. Doze anos depois, a situação dos vestígios históricos piorou.

Uma nova edição do El Niño aumentou em 120 vezes o índice de chuvas naquele local. Como boa parte das relíquias estudadas fica em terrenos ao longo de rios, muitas podem se perder em meio a inundações.

A desertificação, outra consequência do aquecimento global, também prejudica o trabalho de pesquisadores.

Para arqueólogos, a areia pode acelerar a destruição das ruínas do Reino de Kush, no Sudão. As dunas do Saara avançam pelo sítio arqueológico e dificultam seu estudo, algo improvável há 2 mil anos, quando a

fertilidade da região era garantida por sua proximidade ao Rio Nilo.

Uma das áreas mais ameaçadas é aquela onde se localizava, no esplendor do império, a cidade-estado de Meroé. O centro religioso local era o Templo do Deus Leão, erguido no meio de uma pastagem e dedicado a Apedemak, deusa da fertilidade. O

templo contava com paredes repletas de hieróglifos da língua meroítica, ainda não totalmente decifrada. A vegetação foi totalmente erradicada com o passar dos séculos — o pontapé inicial, aliás, foi dado daquele período, com o corte de árvores para sustentar a fundição de ferro.

Em Meroé e nos outros casos, os pesquisadores pouco podem fazer para impedir a destruição do patrimônio.

— A solução seria transpor os sítios para locais mais elevados, ou mesmo para museus — cogita o arqueólogo Pedro Paulo Funari, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. — Mas mesmo esses processos, em que se desmontam até pirâmides inteiras, podem deixar resquícios pelo caminho. É uma herança praticamente irrecuperável

**Sambaquis em risco no litoral**

Embora mudanças climáticas tenham sido intensificadas pela ação humana, tratam-se de fenômenos naturais, que ocorreram outras vezes no passado. A variação de temperatura já provocou impactos bruscos na geografia brasileira. Até o fim da última glaciação, dez mil anos atrás, a costa das regiões Sul e Sudeste ultrapassava em mais de 100 quilômetros os limites vistos hoje no mapa.

— Nosso litoral, em toda a sua extensão, era basicamente reto — explica Funari. — O avanço do mar, iniciado 10 mil anos atrás, submergiu muitos sítios costeiros.

Apesar da perda de território, os vestígios de seus habitantes ainda podem ser estudados graças aos sambaquis, morrotes formados por conchas, mariscos, restos de ossos e cerâmicas. Neles já foram encontrados instrumentos de pedra e esqueletos, pertencentes a povos dominados depois pelos tupis.

Eram, ao mesmo tempo, morada e sepulcro.

Mas, em vez de servirem como sítio histórico, muitos são degradados pelo turismo. Outros tantos correm risco com o aumento do nível do mar, principalmente nos estados do Rio e de Santa Catarina.

**Copenhague é o ponto de virada para o clima –** Ed Miliband – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 13/12/2009

**ED MILIBAND**

TENDO CHEGADO a uma cidade sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de uma coisa: Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional. É um momento de escolha crucial para todos nós. E estou certo de que faremos a escolha certa.

Independentemente do sucesso das negociações, o mundo será muito diferente até o meio deste século.

Nossas escolhas determinarão como serão essas mudanças. Podemos escolher o futuro que queremos para nós e nossos filhos ou podemos deixar que escolham um futuro menos positivo e mais sombrio.

Se formos bem-sucedidos no combate às mudanças climáticas, o mundo terá sido transformado pelos nossos esforços. Nações terão trabalhado juntas para reduzir suas emissões de carbono. Teremos construído um sistema de energia neutro em carbono com novos empregos e novo crescimento. Teremos criado um variado leque de

tecnologias de baixo carbono. Nossas economias terão mais segurança energética. A cooperação terá vencido as rivalidades.
Se falharmos, o mundo já estará vivendo um aumento de temperatura de 2ºC. E estará irreversivelmente destinado a um aumento de 4ºC e além. O mapa que o MetOffice lançou recentemente mostra que mundo inimaginável será este com enchentes e secas tornando água e alimento escassos para centenas de milhões de pessoas. A competição por recursos terá vencido a cooperação.
Essas são as escolhas que temos de fazer em Copenhague. Temos a tecnologia e, apesar da recessão, a transformação necessária do nosso sistema de energia é factível. A questão é se teremos vontade política coletiva suficiente.
As apostas não poderiam ser mais altas para a humanidade. Por isso, Gordon Brown foi o primeiro de 130 líderes a confirmar sua presença em Copenhague.
Estamos entrando na segunda semana de negociação e ainda há muito a fazer. A essência do acordo é clara. Ele precisa refletir a responsabilidade do mundo industrializado pelo carbono que já foi emitido. Mas é importante também olhar adiante as emissões que virão do crescimento dos países emergentes.
Países industrializados devem concordar em diminuir suas emissões. A União Europeia foi a primeira a colocar uma oferta ambiciosa na mesa. E nós agora temos ofertas substanciais dos maiores países desenvolvidos, com Estados Unidos, Japão, Noruega e Rússia anunciando propostas.
As economias emergentes também precisam ser claras quanto às ações que irão realizar para evitar emissões de carbono. Isso já está acontecendo: Brasil, China, Indonésia, África do Sul e a República da Coreia já anunciaram o que irão fazer.
Nossa tarefa em Copenhague é assegurar que todas essas ofertas se combinem para colocar o mundo no caminho para manter o aquecimento global em menos de 2ºC. Juntos, precisamos esticar nossas ofertas e colocar mais na mesa.
O Reino Unido está fazendo o esforço. Fomos o primeiro país a definir metas de redução com força legal, uma diminuição de 34% até 2020 em relação aos níveis de 1990 e um corte de 80% até 2050. O Reino Unido ainda fará mais como parte da União Europeia. Como o primeiro-ministro disse na terça-feira, estamos fazendo o possível para que a UE aumente sua oferta para 30%.
Países industrializados também precisam apresentar propostas de financiamento de curto e longo prazo para a criação de um fundo de ações para que o mundo em desenvolvimento possa se adaptar às mudanças climáticas ou reduzir suas emissões. Essa quantia deve chegar a US$ 100 bilhões em 2020. Isso tem o potencial de levar o crescimento de baixo carbono aos países pobres, tirando milhões da pobreza.
Há muitos assuntos importantes a serem discutidos, mas no coração do acordo está isto: os países desenvolvidos precisam reduzir emissões, os emergentes devem agir e o financiamento deve acontecer. A não ser que isso seja acordado, haverá pouco progresso em outras questões.
Para completar a escolha, um acordo político entre os líderes mundiais em Copenhague deve levar a um acordo com força legal no mais tardar até meados de 2010.
Política, sempre nos lembra, é a arte do possível. Sucesso em Copenhague precisa mais do que isso. Precisamos reunir vontade política suficiente para expandir o reino do possível. É isso que liderança política significa.
Está em nosso alcance, precisamos apenas segurar.

**ED MILIBAND**, mestre em economia pela London School of Economics, é o ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido.

**Cúpula do clima para sob protestos –** Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2009

Em dia marcado por manifestações, país-ilha que corre o risco de desaparecer bloqueou negociação

Tentativa de destravar o processo sai do Senado dos Estados Unidos; documento foi apresentado por grupo multipartidário anteontem

No dia em que manifestantes tomaram as ruas de Copenhague e mais de uma centena de cidades ao redor do mundo pedindo um acordo justo, ambicioso e vinculante no clima, a reunião diplomática que deveria produzir esse acordo foi suspensa. Motivo: Tuvalu, o país-ilha que corre o risco de desaparecer neste século sob mares em elevação, bloqueou a negociação por achar que não havia esforço suficiente dos países.
A mesma impressão foi manifestada ontem pela dinamarquesa Catherine, que levou a filha de oito anos e uma amiga, num frio próximo a zero grau, para acompanhar a passeata que saiu da Praça do Parlamento e reuniu ao menos 30 mil pessoas (até 100 mil segundo os organizadores): "Acho que eles poderiam estar fazendo mais".
No dia em que os ministros começaram a chegar para a semana decisiva da COP-15, os diplomatas ainda não conseguiram desatar os principais nós do processo. O maior deles é a questão do financiamento a longo prazo para o combate à mudança climática nos países em desenvolvimento.
Embora muitos acenos tenham sido feitos pelos países desenvolvidos sobre o dinheiro a ser dado até 2012, a própria proposta de texto do acordo, apresentada na sexta-feira, se omite quanto a valores para o período até 2020, quando pelo menos US$ 150 bilhões anuais seriam necessários.
Também ficou clara a indisposição dos países de assumirem sua parcela de responsabilidade. Nas entrevistas coletivas durante a semana, os negociadores tentavam empurrar a culpa uns para os outros: a União Europeia culpava os EUA, que culpavam a China, que culpava os EUA novamente, que culpava os emergentes -e assim por diante.
"Uma semana se passou e estamos em uma situação na qual não conquistamos o suficiente. Se continuarmos nesse ritmo não vamos conseguir atingir o que precisa ser atingido na próxima semana", disse ontem o ministro do Ambiente sueco, Andreas Carlgren.
Uma tentativa de destravar o processo surgiu no final da semana de onde ela era mais necessária: do Senado dos EUA. Um documento de quatro páginas apresentado por três senadores detalha ações americanas contra a mudança climática, abraça um corte de 17% de emissões até 2020 em relação a 2005 (o mesmo nível de redução proposto por Obama, mas menor do que a proposta original do Senado, que falava em 20%) e promete também dinheiro a longo prazo para os países em desenvolvimento.
"Isso indica para o pessoal em Copenhague que nós estamos levando as coisas a sério", disse John Kerry, democrata de Massachusetts que apresentou o plano, ao lado de

Lindsey Graham (republicano) e Joe Lieberman (independente).
O movimento foi visto como um avanço, já que as chances de um acordo de força legal em Copenhague estão basicamente ligadas ao Senado dos EUA.
Enquanto a Casa não votar a lei de mudança climática do país, o presidente Barack Obama não poderá assinar nada que amarre o país a um compromisso de corte de CO2.

**Mude a política**
No protesto de ontem, dezenas de milhares de pessoas pediram pressa aos negociadores. Cartazes como "Não há planeta B" e "Mude a política, não o clima" eram erguidos na concentração, em frente ao Parlamento. Às 14h (11h em Brasília), sob monitoramento da polícia que cercava o centro de Copenhague, os manifestantes iniciaram uma marcha, que chegou duas horas depois ao Bella Center, onde acontece a cúpula.
A polícia disse que as autoridades também estavam monitorando um protesto não-autorizado de um grupo anticapitalista. Até hoje de manhã, 19 pessoas haviam sido detidas.

**Uso de floresta contra CO2 preocupa ecólogo –** Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2009

Além da retenção de carbono, biodiversidade tem de ser critério na demarcação de reservas, diz Pimm

Uma análise assinada por alguns dos principais biólogos da conservação do mundo chama a atenção para o possível lado negro dos projetos de Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), conceito que pode ser incluído num futuro acordo climático global. Segundo os cientistas, se não forem pensados com cuidado, os planos de Redd podem fazer mais mal do que bem para a biodiversidade.
O britânico Stuart Pimm, professor da Universidade Duke (EUA) e um dos autores do estudo na revista "Current Biology", diz logo de cara que se trata de uma crítica construtiva. "O artigo, na verdade, é bastante esperançoso em relação ao Redd. Só quisemos dizer que os países precisam prestar atenção na biodiversidade ao traçar seus planos nessa área", declarou Pimm à **Folha**.
A princípio, o conceito de Redd parece a maneira ideal de unir proteção ambiental e luta contra a mudança climática. Reflorestar, é claro, equivale a retirar gases-estufa da atmosfera, já que as árvores em crescimento absorvem CO2, o principal desses gases. Evitar o desmatamento, por sua vez, teria papel importante no esforço contra o aquecimento global, já que 18% das emissões mundiais de carbono estão ligadas à destruição das matas tropicais. Os atuais debates sobre Redd incluem a possibilidade de os países com grandes áreas de floresta nativa receberem doações dos países industrializados, ou mesmo comercializarem créditos de carbono caso consigam demonstrar redução do desmate.

**Hotspots**

O problema é que, dentro dos esquemas de Redd, pode ser mais fácil proteger certas áreas do desmatamento do que outras. A grande preocupação, diz o estudo na "Current Biology", é com as áreas denominadas de "hotspots" -ecossistemas que já perderam a maior parte de sua área e, mesmo assim, abrigam uma enorme proporção de espécies endêmicas, ou seja, que só existem neles e em nenhum outro lugar.
O próprio Brasil possui dois hotspots, o Cerrado e a mata atlântica. Evitar o desmatamento nessas áreas, que já são densamente povoadas e totalmente incorporadas à agropecuária nacional, seria muito mais difícil e caro do que aumentar a proteção de áreas na Amazônia, por exemplo.
Outro problema potencialmente sério seria o chamado "vazamento". Nesse caso, evitar o desmate em certas áreas poderia simplesmente levar à "exportação" da devastação para outros locais. Foi o que aconteceu com a criação de grandes reservas na Amazônia peruana: a derrubada acabou sendo simplesmente transferida para ecossistemas vizinhos, contam os pesquisadores.
Apesar dos riscos, Pimm considera que o Brasil tem potencial para obter esquemas de Redd que compatibilizem redução de emissões e proteção da biodiversidade. Ele elogia, o fato de que a diminuição do desmatamento no Cerrado tenha sido incluída na proposta brasileira de redução de emissões. "O ministro [do Meio Ambiente, Carlos] Minc tem mostrado essa preocupação."

**PAÍSES TENTAM BURLAR REGRAS PARA AMPLIAR ÁREAS PLANTADAS** – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2009

A preocupação com o que pode acontecer com os projetos de Redd é justificada porque já houve tentativas de manipular o conceito de maneira pouco honesta. Durante reunião preparatória para Copenhague realizada na Tailândia, países africanos liderados pelo Congo brigaram para manter aberta a possibilidade de incluir o manejo "sustentável" de madeira, ou até a substituição de florestas nativas por matas plantadas de eucalipto, dentro dos mecanismos de Redd.

**Governo brasileiro sobe o tom na COP-15** – Estado de São Paulo – Capa – 14/12/2009

Presente à primeira reunião de ministros da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15), a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, acusou ospaísesricosde“inverterpapéis” etratarnaçõesemdesenvolvimento – incluindo o Brasil – como se fossem seus pares.

A ministra definiu como “um escândalo” a proposta de quepaísesemdesenvolvimentovenham a contribuircomfinanciamentoparaofundoglobal de combate às mudanças climáticas. “É uma inversão de responsabilidades. Digam quanto vocês vão colocar no fundo”,reagiuaministra,referindo- se aos países ricos. Ela afirmouque oBrasil vai investir, mas quer ter acesso a financiamentos internacionais.

Asenadora MarinaSilva (PV-AC) divergiu da posição daministra ao afirmaremCopenhague que países emergentes têm condições de entrar no fundo. Em

entrevista ao **Estado**, o enviado especial do governo americano, Jonathan Pershing, reclamou de falta simetria paraumacordo final.

**Países ricos tentam inverter papéis no financiamento do clima, diz Dilma -** Lisandra Paraguassu e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Especial – 14/12/2009

Aministra da Casa Civil, Dilma Rousseff,acusouospaisesricos de tentar "inverter papeis" e tratarasnacoesemdesenvolvimento – incluindo o Brasil – como se fossem desenvolvidas. Dilma,que participouontemda primeira reuniao de ministros da 15ª Conferencia do Clima das Nacoes Unidas (COP-15), emCopenhague, classificou como "um escandalo" a proposta de que paises em desenvolvimento contribuam também com financiamento para um fundo global de combate asmudancas climaticas.

"Sinto uma inversao de responsabilidades ai.Digam quanto voces (*os países desenvolvidos*) vaocolocar(*nofundo*),aresponsabilidade e de voces. Aceitar que desenvolvidos e emdesenvolvimento tenham o mesmo tratamento e um escandalo", afirmou aministra. Ela chegou anteontem a Copenhague para a ultima semana da conferencia, quebuscaumnovoacordo internacional de combate as mudancas climaticas.

Apesar das criticas, Dilma dissequesentiuavancosnasnegociacoes.

Masficouclaroquea questao do dinheiro e um no que esta longe de ser desatado.

A ministra enfatizou que o Brasil nao so nao planeja colocar recursos em um fundo como ainda pretende ter acesso a financiamentos – algo que propostas recentes dos paises ricos tentam evitar, barrando o acesso dos emergentes e reservando o dinheiro somente para os mais pobres.

"Hoje,no Brasil, estamosnos financiando com dinheiro proprio.

Estamos fazendo a nossa parte. Se houver financiamento (*internacional*), vamos fazer mais rapido", disse a ministra.

"Quemachar que tem dinheiro, que contribua. Mas tem de ter muito dinheiro ou entao não cumpre as proprias metas. Nos nao vamos dar um passo maior que a perna."

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Adiscussao vai alem. Financiar acoesnospaisesemdesenvolvimento e definir metas claras de reducao de emissoes domesticassaoatribuicoesdefinidaspela Convencao do Clima para os paises desenvolvidos. E sao essasatribuicoesearesponsabilidade de cadaumque estao sendo desviadas em Copenhague, segundo Dilma.

OProtocolo de Kyoto falaem responsabilidades históricas dos ricos pelas emissoes e, como consequencia, a parcela maior de sacrificio tambem caberiaaessasnacoesindustrializadas. "Eles (*os países desenvolvidos*) naoaceitam.Eles contornam essa questao. Mas nao e possiveliradiantesemfalar nisso", disseDilma."Eumabsurdo pensarmosemabrirmaodaresponsabilidade historica", respondeu a ministra ao ser questionada se os paises em desenvolvimento poderiam esquecer a questaoemnomedeumacordo maior. "O que esta em jogo e se acreditamos ou nao que houve acumulo de emissoes, que nao ha diferenca per capita, se ha pobreza ou nao. Se eu puder passar por cima de tudo isso eu transformo todos os paises pobresemricos, abromaodetudo que vamos negociar. Nao poderia nem voltar para casa."

A propria Convencao do Clima, de 1992, lembrou Dilma, diz que as acoes de mitigacao nos paisesemdesenvolvimento"dependem" de financiamento dos desenvolvidos. "Ninguem abre mao da convencao e ninguém abre mao do Protocolo de Kyoto", afirmou.

Algumas das negociações emCopenhaguesugeremabandonar Kyoto – o que agradaria aos Estados Unidos e outrospaisesricos.

Oprotocolo e o unico instrumento legalmentevinculantedaConvencao, que estabelece as metas obrigatorias de reducao de emissoesparaosdesenvolvidos.

Os EUA nunca ratificaram o protocolo e nao aceitam participar dele (*mais informações nesta página*).

AconferenciadeCopenhague vai ate sexta-feira. Nos ultimos dois dias ocorrera a cupula de chefes de Estado, com participacao de vários presidentes.

**Marina Silva afirma que Brasil também Deve colaborar –** Afra Balazina – Estado de São Paulo – especial – 14/12/2009

Aocontrario do que defendeu a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a senadora Marina Silva (PV-AC) considera que os paises emdesenvolvimento podemcolaborarcomrecursospara o fundo internacional de adaptacao climatica, que deveraajudarprincipalmenteospaises mais pobres e vulneraveis.

"Acho que e uma causa tão nobre salvar o planeta", disse Marina,lembrandoqueoBrasil ja ate emprestou dinheiro ao Fundo Monetario Internacional (FMI). Ela nao espera, porem, que a ajuda dos paises em desenvolvimento seja equivalente a dos desenvolvidos. Segundo Marina, deve-se obedecersempreaoprincipioda" proporcionalidade".

A senadora chegou ontem a Dinamarca e participou de um eventonoKlimaforumcomconvidados de partidos verdes do mundo. A mesa contou com o frances Jose Bove e a senadora australianaChristineMilne,entre outros. E no Klimaforum que se concentram, num clima mais informal, integrantes de ONGs e muitos jovens engajados. E o contraponto ao Bella Center, onde ocorrem as negociações diplomaticas oficiais.

Marina disse que "os lideres naodevemvir a Copenhague so para fazer uma foto, para ganharlouros"." Elestemdeassumir compromissos concretos", afirmou.Questionadaseamensagem era direcionada também ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela respondeu que "vale para qualquer líder que venha para fazer apenas o discurso".

**Prazo para desmatar mais –** Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 14/12/2009

A IMPUNIDADE ganhou mais tempo. Mesmo com a previsão legal de prazo de até 30 anos para recuperar áreas de preservação permanente e da reserva legal já desmatadas, o governo deu mais três anos para que os proprietários façam a regularização ambiental de suas áreas sem serem incomodados pela fiscalização. Apesar da boa intenção do título -Programa Mais Ambiente-, o decreto recém-editado pelo governo acaba por promover, na prática, uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que desrespeitaram a legislação ambiental até agora. Entre as muitas causas do desmatamento, uma das mais fortes é a impunidade. E, lamentavelmente, o decreto acaba por lhe dar alento, favorecendo sem distinção quem desmatou nos últimos 15 anos. E que poderá continuar a desmatar hoje, sabendo que, se aderir ao programa, não

pagará multa pela área desmatada.
Tal decisão compromete as iniciativas de regularização ambiental dos Estados que não criaram a "suspensão de multas". Além disso, vai na contramão do Superior Tribunal de Justiça, que vem julgando em favor da obrigatoriedade dos produtores de recuperar as áreas desmatadas acima do permitido, mesmo quando isso ocorreu antes da compra do imóvel rural.
Talvez esse seja o problema. Desde 2004, quando começou a ser implementado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o Estado brasileiro vem ampliando a sua capacidade de fiscalização. Com isso, o desmatamento vem caindo ano a ano, o que é bom para a sociedade, mas incomoda alguns.
Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a maior parte dos proprietários rurais não deverá aderir ao programa, na expectativa de que o Código Florestal seja alterado em 2010.
Opinião compartilhada pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Para ele, apesar do novo prazo, o agricultor, o pecuarista e o próprio governo terão dificuldades para cumprir as "exigências".
Ganhar tempo, nesse caso, não significa mais prazo para o agricultor adequar-se às leis ambientais, o que seria desejável se não fosse desnecessário, pois o Código Florestal já contempla essa situação.
Na prática, está dada a senha para a bancada ruralista manter a pressão para desmontar a legislação ambiental, duramente conquistada após a Constituição de 1988.
Ao ceder, mais uma vez, o governo perde a oportunidade de caminhar na direção correta. E coloca sob forte suspeita o compromisso anunciado de reduzir o desmatamento em 80% na Amazônia e em 40% no cerrado -pontos centrais da meta de redução de emissões de gases-estufa apresentada agora em Copenhague.

**Dilma defende acordo do clima tímido –** Marta Salomon e Luciana Coelho - Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2009

Ministra, que chefia delegação brasileira na cúpula do clima, apoia tratado com corte global de 50% do CO2 até 2050

Número é o menos ousado em debate nas mesas de negociação; governo ainda tem setor defendendo que Brasil apoie corte de 70%

Ao final de seu primeiro dia em campo como chefe da delegação brasileira na negociação do clima, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) defendeu uma meta global de corte de 50% nas emissões de gases do efeito estufa até 2050, em relação aos números de 1990.
O número é o mais tímido entre os três que foram incluídos em uma proposta de acordo apresentada na semana passada com apoio do Brasil (50%, 85% e 95%). Mas representa um avanço na posição da própria Dilma, que, dias antes de ir para Copenhague, não queria nenhum valor que implicasse em um compromisso dos países em desenvolvimento que viesse depois a ser cobrado.

"Esse [número] nós temos, é o mínimo de 50% [até 2050]", afirmou Dilma após passar a tarde reunida com outros chefes de delegação discutindo a proposta de acordo. O texto precisa ser entregue a premiês e presidentes nesta quinta para que eles o assinem na sexta.

Setores do governo avaliam que uma meta inferior a 70% de corte das emissões globais sobre 1990 é insuficiente para conter o aquecimento do planeta sob um teto de 2C até 2100, como recomendado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

Enfática, Dilma colocou a hipótese de não haver acordo nenhum em Copenhague caso ele acabe com a diferenciação de responsabilidades entre países ricos e pobres definida pelo Protocolo de Kyoto (1997).

"Não posso deixar que haja uma volta para trás. Eu não posso voltar para casa [com um acordo desses], né?", pontuou.

Durante toda a entrevista, a ministra repetiu que cabe a países ricos a cota maior e compulsória do corte de emissões e do financiamento às nações em desenvolvimento para lidarem com a mudança climática.

Segundo Dilma, a questão de igualar a exigência de corte entre o bloco dos desenvolvidos e o dos em desenvolvimento voltou à baila ontem na reunião dos ministros. Ela aceita compromissos, mas não metas nem sanções por descumprimento.

Outro problema constantemente levantado pela delegação brasileira é a falta de dinheiro na mesa para as ações de médio prazo. Os países desenvolvidos não citam números e, com exceção da União Europeia, não falam em financiamento depois de 2013. Em vez disso, cobram aporte dos emergentes -sobretudo da China e do Brasil (Índia e África do Sul raramente são citados).

"Tem uma situação completamente invertida. A responsabilidade é dos países desenvolvidos", afirmou a ministra.

A UE defendeu nesta semana a colaboração dos emergentes em um fundo global para lidar com adaptação e corte de emissões nos países em desenvolvimento -uma proposta inicialmente colocada pelo México.

Dilma não rechaçou a ideia, mas afirmou que antes de definir a posição brasileira quer ver dinheiro na mesa. "Você só vai fazer isso quando você souber quanto vai ser posto." Para ela, primeiro os países ricos, donos da responsabilidade, precisam mostrar suas ofertas. "Se vai ter contribuição voluntária ou não é um segundo momento."

A ministra defende que a discussão em Copenhague se balize pelo PIB per capita e, em linha com a posição tradicional do Brasil, considere o histórico de emissões. Alguns países dizem que os emergentes, por estarem entre os que mais contribuem hoje para o aumento dos gases-estufa, deveriam fazer mais -o que Dilma classifica como um "escândalo".

A ONU estima que em 2020 serão precisos US$ 150 bilhões anuais para bancar as ações de adaptação e mitigação no médio prazo. Dilma diz que o Brasil vê um número entre US$ 100 bilhões e US$ 500 bilhões.

**Governo do Brasil ainda não tem plano para cortar emissões –** Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2009

O governo não detalhou quanto custará tirar do papel o compromisso brasileiro de cortar entre 36% e 39% as emissões de carbono projetadas para 2020. Segundo a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) não há nem uma estimativa de custo para as medidas propostas, que incluem redução do desmate, recuperação de pastos e investimento em eficiência energética, por exemplo. Rousseff reafirmou, porém, que o país vai precisar de financiamento externo para reduzir a quantidade de gases de efeito estufa lançados na atmosfera. Na delegação brasileira, houve novos ruídos ontem sobre o grau de prestação de contas a que o país deve submeter seus compromissos de corte das emissões. A ministra acenou com um acordo para submeter a monitoramento e verificação externos apenas as ações do Brasil que contem com financiamento estrangeiro. "A cobrança nunca vai ser sobre o detalhamento do número", ponderou o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador do Brasil. O Ministério do Meio Ambiente defende a verificação dos cortes de emissões independentemente da fonte de financiamento. Uma parcela do compromisso brasileiro depende do licenciamento de um número maior de usinas hidrelétricas. Dilma Rousseff classificou de "lamentável" o aumento do número de usinas térmicas movidas a óleo diesel e sobretudo a carvão. Mas, questionada sobre o financiamento de R$ 1,038 bilhão recentemente aprovado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a a construção de uma termelétrica a carvão no Maranhão, a ministra disse que buscaria responder depois. O projeto é tocado pela empresa MPX, do grupo do empresário Eike Batista. **(CA, LC e MS)**

**Ambientalista conquista igrejas –** Claudio Angelo- Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2009

McKibben ajudou a coordenar protestos em centenas de cidades pedindo ousadia em acordo do clima

Propostas apresentadas em Copenhague até agora são fracas porque negociadores usam ciência desatualizada, diz criador de campanha

Bill McKibben está indo à igreja. Mas não é que o ambientalista americano conte com intervenção divina para salvar o acordo de Copenhague: ele sabe que não sairá daqui o acordo capaz de deter o aquecimento global. O que o fundador da campanha 350 planeja é envolver fiéis do mundo todo em manifestações pedindo ação no clima, como a que aconteceu anteontem em centenas de cidades ao redor do planeta.

Um dos organizadores dos protestos do domingo, McKibben fundou em 2008 uma campanha para pedir aos políticos que a concentração de gás carbônico na atmosfera seja estabilizada em 350 ppm (partes por milhão), não em 450, como se negocia em Copenhague (hoje o mundo está em 385). Numa caminhada rumo à igreja de Nossa Senhora, em Copenhague, o ativista disse à **Folha** que está longe de seu objetivo. "Se você somar todas as metas postas sobre a mesa, em 2100 teremos 760 ppm", disse. Em apoio à campanha, o sino da igreja soou ontem 350 badaladas. Leia a entrevista.

★

***FOLHA - Que impacto o sr. espera que os protestos tenham sobre a negociação em Copenhague?***
**BILL McKIBBEN -** É uma boa pergunta. Por um lado, Copenhague me parece muito diferente do Protocolo de Kyoto, precisamente porque há um grande movimento global pedindo ação. Agora, se isso está acontecendo a tempo de ter algum efeito sobre a discussão que se dá daqui até o fim da semana eu não sei. Porque os EUA e a China são os obstáculos e têm políticos difíceis de pressionar. Claramente o resultado o desta semana não vai ser o que esperávamos; neste momento, se você somar todas as metas postas sobre a mesa, em 2100 teremos 760 partes por milhão de CO2 na atmosfera. E isso é ruim! Por outro lado, sabemos que este não será o fim da história. Ninguém vai produzir um tratado vinculante ou algo assim aqui, então vamos manter esse movimento crescendo dramaticamente. As pessoas vão olhar para o que estão fazendo e vão ficar com raiva.

***FOLHA - Eu ouvi isso ontem de pessoas na rua.***
**McKIBBEN -** As pessoas na rua sabem muito mais ciência do que as pessoas na sala de conferências. Todo mundo na sala ainda trabalha com ciência de quatro ou cinco anos atrás. Isso é antes de o Ártico ter derretido [em 2007]. Eles estão fazendo o fácil, não o necessário. Não estamos nem perto de onde precisamos. O que precisa acontecer é muito difícil e governo nenhum quer fazê-lo, exceto as Maldivas. Não é surpresa que não vamos conseguir, mas continuaremos tentando.

***FOLHA - Nesse sentido, é de certa forma bom que Copenhague falhe, porque ninguém ficaria preso a um tratado que o fácil e não o preciso.***
**McKIBBEN -** Não sou analista político, não sei o que é bom ou ruim. Só sei que continuaremos em frente, não importa o que aconteça aqui.

***FOLHA - Não há um risco no adiamento? O risco de a resistência dos EUA a um tratado crescer depois.***
**McKIBBEN -** O maior risco é que o planeta está aquecendo muito depressa e a cada ano que passa sem que façamos algo o dano aumenta. Mas os riscos políticos são reais também. Os EUA podem ir de 60 senadores democratas para 55. E nunca teremos 67 votos [mínimo necessário para aprovar um tratado internacional], e é por isso que as pessoas estão se pegando a essas formulações absurdamente complicadas como "politicamente vinculante".

***FOLHA - Quando o sr. decidiu a convocar esses protestos?***
**McKIBBEN -** A ideia surgiu alguns anos atrás, e em 2007 nós tentamos com sucesso

fazer com que Barack Obama tivesse ao menos uma posição forte sobre clima, mas depois que o Ártico derreteu resolvemos que teria de ser algo global.

***FOLHA - O que Obama vai trazer a Copenhague?***
**McKIBBEN -** Tenho certeza de que ele fará um bom discurso (risos). Mas não sei se trará muita coisa além disso.

***FOLHA - O caso dos e-mails roubados terá algum impacto sobre a posição dos EUA nesta negociação?***
**McKIBBEN -** Há muitos interesses envolvidos nisso. Acho difícil acreditar como alguém possa levar isso a sério. Porque o tipo de conspiração que eles [negadores do aquecimento global] alegam existir envolve não só cientistas, mas também convencer as geleiras a derreter.

**Ministro apresenta na COP-15 ações do governo para reduzir emissões de CO2 –** Sítio Eletrônico do MMA – 14/12/2009

Ele destacou, em Copenhague, ao lado da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a queda da taxa anual do desmatamento registrada nos últimos 21 anos, resultado de ações de comando e controle das operações do Ibama e do mutirão Arco Verde

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, apresentou nesta segunda-feira (14/12), na Conferência do Clima (COP-15), em Copenhague (Dinamarca), as ações do governo brasileiro para reduzir o desmatamento ilegal e as emissões de gases de efeito estufa.

Ele destacou, ao lado da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a redução da taxa anual de desmatamento da Amazônia, que teve a menor área de floresta retirada dos últimos 21 anos, resultado de ações de comando e controle das operações do Ibama e do Mutirão Arco Verde, que leva alternativas econômicas sustentáveis para os municípios que mais desmatam.

Minc destacou que 20% do recurso do Fundo Amazônia vão para investimento em ações de combate e controle do desmatamento nos outros países amazônicos. Ele também contou que o Brasil vai apoiar nações africanas no monitoramento do desmatamento.

**Governadores da Amazônia**

Um pouco antes de participar do evento do governo brasileiro no Bella Center, o ministro Carlos Minc compareceu ao Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, em outra região de Copenhague, onde os sete governadores da região defenderam a aprovação, pela COP-15, do sistema REDD (Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação), que poderá contribuir para alavancar diversos projetos de desenvolvimento sustentável que estimulem os habitantes da Amazônia a manter a floresta em pé.

Minc destacou em sua fala a "maturidade dos governadores da Amazônia" de chegar a um nível de união capaz de fazer uma defesa coletiva de uma proposta de

REDD. Ao se referir às discussões em curso na COP-15, o ministro do Meio Ambiente enfatizou que "sem a floresta incluída, não há negociação bem-sucedida para o futuro do planeta".

Em seu primeiro dia na COP-15, Minc participou de plenária dos ministros, para articular um acordo final em Copenhague. Ele participou também de evento promovido pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), Abag (Associação Brasileira de Agrobusiness) e Abiove (Associação Brasileira das Indústria de Óleos Vegetais), ao lado, entre outros, do governador de São Paulo, José Serra, e da senadora Marina Silva (PV), em que destacou ações ambientais implementadas pelo governo federal.

**"Brasil precisa ser mais ativo", diz Marina Silva –** Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009

Em seu primeiro compromisso público em Copenhague, onde chegou ontem para acompanhar a segunda semana de negociações da CoP-15, a senadora Marina Silva (PV-AC) deixou claro que sua rota e sua visão em relação ao meio ambiente são bastante diferentes das colocadas até agora pelo governo Lula, cuja sucessão ela deve disputar.

"Não adianta vir a Copenhague somente para fazer uma foto", disse, ao encerrar seu discurso no Klimaforum 09, evento que reúne ambientalistas de todo o mundo para debater de forma paralela às negociações oficiais as possíveis respostas ao desafio das mudanças climáticas. "A sociedade quer líderes que sejam capazes de assumir compromissos concretos", afirmou.

"Isso vale para o presidente Lula?", quis saber um repórter logo em seguida. "Vale para qualquer líder que venha para fazer apenas presença", afirmou a senadora. Mas, ao trazer uma proposta sobre metas de corte das emissões de carbono, o Brasil chega com uma contribuição efetiva para as discussões, contemporizou. Embora essa postura do governo brasileiro, emendou, seja recente e decorra, segundo avalia, de pressões da sociedade civil, dos cientistas e da mídia.

Ao falar para um público formado majoritariamente por jovens, que a receberam com os aplausos mais calorosos que foram dados aos participantes do evento, onde também era esperada a queniana vencedora do Nobel da Paz Wangari Maathai, que não conseguiu chegar, a senadora lembrou seus "30 anos de luta na Floresta". E comemorou os primeiros frutos dessa trajetória - a queda de 60% no processo de redução do desmatamento na Amazônia , que será equivalente a 2 bilhões de toneladas de CO2 em quatro ou cinco anos, volume considerável frente ao compromisso de corte de emissões dos países em desenvolvimento.

Para Marina Silva, cuja estreia em Copenhague foi quase simultânea à da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que iniciou com uma hora e meia de atraso a coletiva que daria às 16h30, a proposta brasileira "é apenas um começo". Ela avalia que a meta do país para corte das emissões - que varia de 36,1% a 38,9%, baseada em cerca de 50% na queda de desmatamento na Floresta Amazônica e no Cerrado -, além de recente, toma como base uma curva projetada, "um alvo móvel". E considera necessário

um detalhamento dessas metas com, por exemplo, objetivos específicos para o setor energético.

Também é preciso cuidado em outras frentes, disse, como as possíveis mudanças no Código Florestal que podem significar retrocessos em termos de proteção ao ambiente. O Brasil, afirmou Marina, "precisa assumir uma postura mais ativa". Isso significa que, ao lado da China e da Índia, o país "não pode mais se esconder atrás do princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas; diferenciadas não significa que não temos responsabilidade".

Marina considerou que o texto preliminar acertado pelos delegados da CoP-15 para um possível compromisso global de corte das emissões, apresentado sexta-feira, tem uma "estrutura adequada", mas precisa ser desdobrado em alguns pontos, como a definição de metas de cortes, pico de emissões de cada país e financiamento das ações de mitigação e adaptação cuja proposta considerou "muito tímida".

Ela acredita que os países emergentes não precisam receber recursos para ações de adaptação, mas que, no caso da mitigação das emissões, é necessário um "esforço para todos os segmentos". O mais importante em Copenhague, afirmou, " é não olhar apenas para a soma de interesses de cada país". A senadora está convencida de que, se as negociações mantiverem esse viés, "a equação não vai fechar". **(CR)**

**Cúpula entra na reta final sem definição de recursos -** Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009

A Conferência do Clima de Copenhague entra em sua semana decisiva sem definição de seus dois pontos fundamentais: metas maiores de corte de emissão de países ricos e financiamento aos países em desenvolvimento para gerar economias ambientalmente melhores. O formato do que será acertado pelos chefes de Estado na cúpula de sexta-feira também não está claro.

"O dinheiro ainda não está sobre a mesa", disse à imprensa ontem a noite o embaixador Luis Alberto Figueiredo Machado, chefe dos negociadores brasileiros.

"Creio que é inexorável que vá para a mesa", completou a chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff. Ela chegou sábado a Copenhague e ontem ficou reunida o dia todo com cerca de 70 ministros de todas as regiões do mundo. Dilma chefia a delegação brasileira. "Não tem como chegar ao fim deste processo sem isso [o dinheiro]", disse.

Há uma proposta interessante e conjunta de Noruega e México. Os dois países já haviam lançado propostas de financiamento há algum tempo. Pela ideia do México, seria criado um fundo global, para adaptação e mitigação, no âmbito da Convenção do Clima. Neste fundo, todos os países contribuiriam, à exceção dos mais pobres. "Este é o ponto fraco da proposta mexicana", diz o canadense Mark Luttes, do WWF Internacional.

Mas, pela proposta da Noruega, a fonte de recursos vem de uma porcentagem do leilão de créditos de carbono (as licenças para emitir CO2) dos países ricos. "Esta nova proposta, que apoiamos, junta o melhor da ideia da Noruega e da do México", diz Luttes. "A única coisa que não apoiamos é a ideia que todo mundo pague."

O "Fundo Verde" mexicano-norueguês começaria com US$ 10 bilhões em 2013, indo de US$ 30 bilhões a US$ 40 bilhões por ano até 2020.

Por enquanto, só há dinheiro de curto prazo disponível, e bem pouco. Na sexta-feira, líderes da União Europeia, reunidos em Bruxelas, ofereceram € 2,4 bilhões (US$ 3,5 bilhões) por ano, a partir do ano que vem e até 2012, para que os países mais pobres e vulneráveis possam enfrentar os efeitos do aquecimento. É um tipo de fundo de emergência, que vem sendo chamado de "fast start track". Os europeus esperam que os Estados Unidos se juntem a eles neste esforço, mas os americanos ainda não se posicionaram a respeito.

O G-77 (grupo dos países em desenvolvimento) recebeu mal a notícia. "Os recursos são insignificantes", disse Lumumba Dia Ping, o chefe da delegação do Sudão, na presidência do G-77. Esperava-se que a semana terminasse com um anúncio de mais dinheiro vindo do Japão, tanto de curto como de longo prazo, o que não ocorreu. "O que ouvimos é que talvez eles esperem para fazer o anúncio no final desta semana, na cúpula dos chefes de Estado, quando estiver aqui o primeiro-ministro do Japão, Yukio Hatoyama."

No quesito redução de emissões, também não há progressos ainda. França e Alemanha sugerem que vão aumentar suas metas individuais - a França chegando a 30% em 2020, e a Alemanha, a 40%, mas isso ainda é promessa.

Além das metas serem pouco ambiciosas, também há problemas com o prazo final do segundo período do Protocolo de Kyoto. Alguns ambientalistas querem que as metas de corte de emissões dos ricos sejam feitos para um período de 5 anos, entre 2013 e 2017. "Assim é mais fácil acertar as metas de acordo com o que aparecer nos estudos científicos e nas novas sugestões do IPCC", diz Kim Carstensen, líder da iniciativa climática do WWF, referindo-se aos relatórios que o braço científico da ONU lança regularmente.

"Países como os nossos precisam de financiamento. Temos que ter acesso a fontes de financiamento", insistiu a ministra Dilma. "Temos que resolver esta questão com equidade."

Segundo ela, a disparidade que existe no mundo em relação a emissões per capita evidencia os diversos graus de desenvolvimento entre os países.

Dilma internalizou um dos eixos fundamentais do embate do acordo climático: "Fizemos o 'Luz para Todos' para 12 milhões de pessoas sem acesso a luz elétrica, investindo cerca de R$ 13 bilhões. Mas este problema, na Índia, na China, é algo na casa de 200 milhões ou 300 milhões de pessoas", exemplificou. "Existem países que têm várias Áfricas dentro deles."

Embora ela reconheça que nestes últimos dias de negociação só se chegará a um acordo se alguém começar a fazer concessões, Dilma deixou claro no quê o Brasil não abre mão: "É preciso ter cuidado para que os problemas dos países desenvolvidos não sejam colocados nos ombros dos em desenvolvimento." O Brasil, disse, está financiando seu desenvolvimento com recursos próprios, do BNDES. "Faremos mais e mais rápido, com mais recursos." Hoje os ministros começam a azeitar suas posições para, na quarta-feira, apresentarem algo aos chefes de Estado e de governo.

**A jornalista viaja a Copenhague com bolsa do Climate Change Media Partnership**

**Empresas no Brasil já veem corte de emissões como oportunidade -** Célia Rosemblum – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009

A eventual adoção, no futuro, de metas de redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil já não assusta uma parcela significativa de grandes empresas que atuam no país. Ao contrário: 32% dessas companhias consideram que seria uma grande oportunidade de negócios e apenas 9% acham que isso traria problemas, com possível aumento de preços como resultado. Boa parte, 35%, prefere não opinar ainda.

Os dados integram uma pesquisa feita em conjunto pelo Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento , pela consultoria PriceWaterhouseCoopers e pelo Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que será apresentada hoje em Copenhague em um evento paralelo à programação oficial da CoP-15.

Esta terceira edição da pesquisa, segunda em que o Cebds participa, foi antecipada em um ano para identificar como as companhias veem o período pós-Kyoto, tratado que regula as emissões de gases do efeito estufa e vigora até 2012. A ideia, conta Marina Grossi, diretora do Cebds, era avaliar a posição das empresas e seus possíveis temores em relação ao estabelecimento de metas para redução das emissões. Os resultados subsidiam tanto os negociadores brasileiros que participam da Conferência das Partes na Dinamarca, quanto as empresas que discutem a questão independentemente.

Para Ernesto Cavasin, diretor de sustentabilidade da Price, a pesquisa mostra que "as empresas brasileiras elegeram o clima como um tema importante" - 94% das consultadas consideram os impactos da mudança climática global estratégicos ou relevantes para o futuro de seus negócios. Mas elas ainda têm, segundo o executivo, um longo caminho pela frente. Isso fica evidente, avalia, no total de companhias que fazem inventários de suas emissões de gases de efeito estufa, que somam 40% do universo da pesquisa. "Esse desequilíbrio tende a mudar nos próximos anos para atender as mudanças climáticas", prevê.

A distância entre a percepção e a ação se repete em outro aspecto do levantamento: apesar de grande parte das empresas brasileiras (80%) monitorarem as ações da concorrência no mercado global de carbono, elas mostram certo desânimo quanto à sua própria atuação: o total de companhias verde-amarelas com projetos ou com planos de MDL caiu de 79% para 50% na comparação deste ano com o ano passado. "Elas não entram no mercado de carbono, porque acreditam que os projetos são caros e que não possuem conhecimento técnico", diz Cavasin.

O quadro já foi mais complicado. Ao longo das três edições da pesquisa, segundo o diretor da Price, os resultados mostram que a indústria brasileira tem se capacitado na área. Hoje, os aspectos financeiros parecem pesar mais. Ao optar por um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a empresa escolhe um processo que reduz as emissões em relação ao que ocorreria se essa opção não fosse feita _ algo como trocar geração a diesel por biomassa, por exemplo. A economia resultante gera créditos de carbono. A reclamação das empresas, segundo Cavasin, é falta de dinheiro para estabelecer este novo sistema.

Além do desânimo e da crise financeira, também pesou no quadro a indefinição quanto às regras para o MDL a partir das negociações em Copenhague. "Em um cenário de incerteza, fica difícil para as empresas se mexerem", diz Marina. "Todo mundo quer o MDL." Mas com certeza, ressalva, ninguém deseja que surjam fatores que compliquem, por exemplo, a adicionalidade - critério para a aprovação de um projeto que afere a diferença entre o que será cortado em emissões na comparação com o quadro se nada fosse feito.

Embora ainda ocupe a terceira posição mundial como gerador de projetos de MDL, atrás da China e da Índia, o Brasil teve este ano, segundo dados preliminares, um desempenho tímido. Levantamento divulgado na semana passada pela Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Carbono (Abemc) indica que o número de projetos de MDL brasileiros registrados junto à ONU caiu de 34, em 2008, para 17 neste ano. As estimativas em nível global apontam retração no mercado de US$ 126 bilhões, negociados em 2008, para US$ 118 bilhões este ano.

"O mais importante é que as empresas acreditam que a mudança climática é uma questão estratégica e importante para sobreviver", avalia Cavasin. Agora, essa percepção deve ser transformada em decisões de negócios, como a realização de inventários de emissões. Nesse campo específico, o Brasil já deu, segundo Marina, um passo à frente. Em março, o Cebeds e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançam uma versão adaptada à realidade brasileira do GHG Protocol, o Protocolo de Gases de Efeito Estufa, mais consagrada metodologia utilizada no mundo para medir emissões.

"Isso é importante, porque se conversa do mesmo jeito", diz Marina. Em Copenhague, acrescenta, as disparidades de dados são grandes, e utilizar as mesmas bases é fundamental para enfrentar o quadro das mudanças climáticas.

Para a pesquisa, foram ouvidas, no terceiro trimestre, 166 organizações, entre empresas, instituições financeiras, associações e cooperativas. A maioria das companhias que participaram (67%) registrou faturamento superior a R$ 200 milhões. A maior parte delas está concentrada nos setores de energia, agronegócios e papel e celulose.

**A jornalista viaja a convite da Natura**

**Senhores do clima –** Rajendra – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009

O economista indiano Rajendra Pachauri, 69 anos, costuma abrir palestras dizendo às pessoas da plateia: "Comam menos carne" ou "Comprem um carro só se for absolutamente necessário". O presidente do IPCC, o braço científico da ONU, tem semblante de faquir e nome identificado com mudança climática. Foi sob a sua presidência que o IPCC lançou em 2007 seu mais famoso documento, aquele que dizia que a culpa do aquecimento global é da humanidade. Quando não está viajando e escrevendo sobre o assunto, Pachauri se dedica a dois prazeres: poesia ou cricket. É a voz da Ciência nas conferências do clima.

**China faz concessão e admite ficar sem ajuda financeira -** Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009

A China sinalizou ontem que está abandonando a sua demanda de receber ajuda do mundo desenvolvido para o combate às mudanças climáticas. Essa é aparentemente a

primeira concessão importante de um dos principais protagonistas da cúpula climática de Copenhague.

Porém, na mesma entrevista ao "Financial Times", o principal negociador chinês acusou os países ricos de estarem se preparando para culpar a China por um fracasso em Copenhague.

No momento em que as negociações entram na sua semana final, He Yafei, o vice-chanceler chinês, disse que o financiamento dos países ricos deve ser direcionado aos países mais pobres.

"Recursos financeiros para os esforços dos países em desenvolvimento [para combater as mudanças climáticas] são uma obrigação legal", afirmou He. "Isso não significa que a China tomará uma parte [desses recursos]. Provavelmente, não."

"Nós não esperamos que que venha dinheiro dos EUA, do Reino Unido [e de outros] para a China."

A China se comprometeu a cortar suas emissões por unidade do PIB em 40% a 45% até 2020, mas vinha até agora pedindo financiamento dos países desenvolvidos para ajudá-la a atingir essa meta.

Os países ricos, particularmente os EUA, querem que a China e outros países pobres aceitem que suas propostas de corte de emissões tenham efeito de compromissos internacionais obrigatórios e que sejam "mensuráveis, reportáveis e verificáveis", o que daria uma garantia de que essas medidas estão de fato sendo adotadas.

"Nós não precisamos que os países em desenvolvimento garantam o resultado de suas medidas [de corte de emissões], mas precisamos que elas sejam [verificáveis]", disse uma autoridade de um país desenvolvido.

Num sinal das tensões que ainda permanecem nas negociações, o chinês He insistiu que isso não pode ser feito. "Isso é uma questão de princípio", disse ele, reiterando que a China não vai se curvar a essas exigências.

Mas ele argumentou que, se as negociações naufragarem por causa desse ponto, será porque os países desenvolvidos rejeitaram um compromisso nesse tema.

"A China não será um obstáculo [a um acordo]. O obstáculo agora são os países desenvolvidos", disse ele. "Sei que as pessoas dirão, se não houver acordo, que a culpa é da China. Mas isso é uma armadilha dos países desenvolvidos. Eles têm de olhar para suas próprias posições e não usar a China como uma desculpa. Isso não é justo."

Ele disse que a China vai cumprir as suas promessas. O fato de que o país não quer ter um compromisso obrigatório internacionalmente "não significa que a China fará menos", disse He.

Mais de cem líderes mundial, incluindo o presidente dos EUA, Barack Obama, devem se juntar às negociações na quinta-feira, numa tentativa de resolver essas amplas divergências.

Os governos de países desenvolvidos estão buscando um compromisso e citam a adesão da China a padrões de monitoramento e de divulgação de dados em outras questões como um possível arranjo para que a China e outros países em desenvolvimento possam ser vistos como estando comprometidos.

He minimizou as divisões que emergiram no G-77, o grupo dos países em desenvolvimento, alguns dos quais se opõem à China e concordam com um acordo que seja um compromisso internacional para todos. "Você ouvirá diferentes vozes entre os países em desenvolvimento", disse ele. "Isso é natural. Cada país tem as suas circunstâncias únicas e nós entendemos isso."

Ele acrescentou que é "risível" que os países desenvolvidos ofereçam uma meta de ajuda financeira ao mundo em desenvolvimento somente para os próximos três anos, mas não além disso.

**Empresas se adaptam à era anticarbono -** Célia Rosemblum – Valor Econômico – Internacional - 14/12/2009

Em Copenhague o parâmetro de desempenho empresarial parece ter mudado para tonelada de carbono. Uma medida em que os valores seguem uma escala invertida: quanto mais negativos, melhor. Dentro desse espírito de combate às mudanças climáticas que tomou conta da capital dinamarquesa durante a CoP-15, grandes empresas, de diferentes partes do mundo, querem e precisam apresentar suas novas versões e visões de negócios. São elas, afinal, segundo explicam seus porta-vozes, que serão responsáveis por transformar em realidade e traduzir na prática as diretrizes de um eventual acordo global para conter ou ao menos limitar os efeitos do aquecimento global. Ou, independentemente de um fracasso nas negociações, tocar seus planos de investimentos e seguir estratégias já traçadas rumo a uma economia de baixo carbono.

As estimativas apontam para cerca de mil representantes de entidades empresariais nas representações oficiais reunidas no Bella Center, onde se realiza a CoP-15. Mas foi a poucos quilômetros de lá, na sede da Federação das Indústrias da Dinamarca, que o setor privado realizou na sexta-feira seu próprio fórum: o Business Day, evento promovido pelo World Business Council for Sustainable Development (WBSCD). O objetivo era discutir o panorama de negócios pós-Copenhague.

Passaram por lá e usaram os microfones os CEOs e presidentes de empresas cujos faturamentos superam sem problemas o PIB de alguns países. Apenas na parte da tarde, foram 21 participantes que dividiram de modo fraterno e proporcional o espaço e as intervenções durante três horas. Não havia mensagem unânime, nem um discurso de consenso ou ao um esboço de projeto geral. Mas todos tinham o que contar sobre suas práticas e seus planos e perspectivas para o futuro.

Muhtar Kent, CEO da Coca-Cola, anunciou que a empresa pretende, até 2020, ser "neutra em água". O que significa que cada litro de água usado na produção irá resultam em um litro de bebida. Hoje a Coca-Cola Brasil utiliza 2,08 litros de água para cada litro de bebida produzido, um dos melhores índices do mundo segundo a assessoria da empresa. A iniciativa vem na sequência de um projeto para que 100% das máquinas automáticas para venda de refrigerantes estejam livres de HFC (hidrofluorcarbono) até 2015, desenvolvido em conjunto com o Greenpeace. "O anúncio demonstra nosso comprometimento em usar nossa influência no mercado para impulsionar a inovação e forjar um futuro de baixo carbono", afirmou Muhtar.

Paul Polman, CEO da Unilever, acredita também na força da empresa para estabelecer novos padrões de produção em sua própria cadeia e de consumo. Ele estima que, para cada 2 milhões de toneladas de carbono emitidas pela empresa, consumidores e fornecedores emitem 300 milhões de toneladas. A maior parte (70%) deriva do uso dos produtos. "Temos a oportunidade de ajudar o consumidor a entender esse novo quadro", declarou. Para chegar a isso é preciso "inovar, renovar e reinventar".

A necessidade de buscar, com ênfase, novas formas de operar é um dos poucos consensos. "Precisamos em primeiro lugar reconhecer que hoje o crescimento econômico é proporcional ao crescimento das emissões. Precisamos de tecnologia para

a economia crescer e ao mesmo tempo ser possível derrubar emissões. Se não reconhecermos isso fica difícil", declarou Bruno Lafont, CEO da Lafarge, que atua no setor de cimento.

Ele defende a necessidade de equacionar as coisas de forma que "existam simultaneamente ganhos ambientais e econômicos". E acha que um bom caminho para isso é estabelecer parecerias público-privadas.

Steen Riisgard, presidente da Novozymes, considera que "não existe espaço para comportamentos tradicionais no tipo de negócios que deve ser estabelecido se o objetivo é realmente estabelecer uma economia de baixo carbono". Para chegar a 2020 à frente de um negócio de sucesso é preciso, de acordo com ele, aprender a ouvir pessoas diferentes. Até lá, o mundo deve achar novas fontes de energia, estabelecer padrões globais de prestações de contas. "São muitas as coisas que precisam mudar e muita tecnologia é necessária para conseguir mudar tudo ao mesmo tempo. Os esforços devem juntar a iniciativa privada e o poder público."

"Na questão do clima não interessa onde está seguro, mas que esteja seguro", avaliou Frank Mastiaux, da E.ON, fornecedora de gás e energia que também trabalha com energias renováveis. "O diálogo entre empresas, sociedade e governo precisa subir um degrau para que não sejam criadas novas barreiras", afirmou.

No lado empresarial os discursos ainda são múltiplos. Mas, segundo o CEO da Duke Energy, James Rogers, a busca de soluções para o estabelecimento de uma economia de baixo carbono vai demandar mesmo muitos esforços de conciliação. Para ele, porém, algumas diretrizes estão claras. Seguir nessa direção requer em primeiro lugar a definição de alguns padrões, entre eles o rápido estabelecimento de um preço para o carbono.

"Existe hoje no mundo 1,6 bilhão de pessoas sem acesso a energia elétrica e elas têm direito de ter esse acesso", afirmou Rogers. Isso porém requer um esforço institucional sistemático. Promover a eficiência energética não é uma tarefa que possa ser delegada apenas ao consumidor. A contribuição que ele pode dar é limitada. "A redução real é o investimento que se faz na casa do cliente." A empresa, que tem custo de capital menor e trabalha com prazos mais longos, tem condições de fazer diferenças efetivas no uso da energia.

A Duke, diz Rogers, vai instalar painéis de aquecimento solar em casas na Carolina do Norte (EUA). Vão não só bancar o equipamento como pagar aluguel aos proprietários pelo uso de seus telhados. Com isso, a empresa vai baixar os custos de fornecer a esses clientes energia por meios mais tradicionais e ampliar sua própria matriz. "A usina mais ambientalmente amigável que eu posso construir é a usina que eu não construo."

**Emergentes paralisam debate em Copenhague** – Estado de São Paulo – Capa – 15/12/2009

Representantes de países africanos paralisaram ontem a 15ª Conferência do Clima (COP 15) daONU,emCopenhague,diantedaausênciadepropostasconcretasporpartedepaísesindustrializados para a renovação do Protocolo de Kyoto, informam os enviados especiais Andrei Netto e Afra Balazina. Inconformados, negociadores africanosseretiraramdareuniãoplenária que discutia o texto-base doeventual“ProtocolodeCopenhague”.

Essa atitude, que bloqueou a negociação, recebeu o apoio formal do G77, o grupo dos países em desenvolvimento, comatuaçãoexplícitadaChina, etornoumaisconcretoorisco de fracasso nas negociações.

Bernaditas Muller, representantedoG77maisaChina, disse queospaísesricos estãodificultando as negociações sobre adaptação e financiamento.

Em represália à ação do G77, países como EUA e Japão bloquearam discussões na plenária sobre a renovação do Protocolo de Kyoto.

Serra e Dilma divergem sobre fundo do clima

Em Copenhague,ospresidenciáveisJoséSerraeMarina Silva defenderam que o Brasildêdinheiroparaofundo climático. Dilma Rousseff rejeita a ideia.

**Conferência do clima é paralisada Por países em desenvolvimento –** Andrei Netto e Afra Balazina - Estado de São Paulo – Especial – 15/12/2009

A ausência de propostas concretas por parte de nações industrializadas para a renovação do Protocolo de Kyoto levou ontem representantes de países africanos a paralisar a 15ª Conferência do Clima (COP-15) das Nações Unidas.O novo impasse, também motivado por quebra de confiança na presidênciadoevento–queconvidou 48 ministros para negociar em separado no domingo, alijandomais deumacentena –, tornou mais concreto o risco de fracasso nas negociações, que acabamnasexta.Oimpasseentre ricos e emdesenvolvimento se dá, em parte, pela cobrança porumengajamento dos emergentes, como China e Brasil.

O enfrentamento diplomático aconteceu no início da manhã de ontem. Inconformado comafaltadecompromissodos países industrializados,umgrupodenegociadoresafricanosse retirou da reunião que discutia otexto-basedoeventual“Protocolo de Copenhague”. A decisão, quebloqueouanegociação, recebeu o apoio formal do G77, ogrupodospaísesemdesenvolvimento, comapoio explícito da China. Bernaditas Muller, representantedoG77, justificoua atitudedizendoqueospaísesricos estão dificultando as negociaçõessobreadaptaçãoefinanciamento. Também criticou o papeldosministrosrecém-chegados a Copenhague. “A negociação vem ocorrendo há dois anos e todo esse trabalho pode ser colocadoemrisco ao ser decidido por quem não o acompanhou de perto”, disse.

Emrepresáliaà açãodoG77, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Japão, Rússia,UcrâniaeFinlândiabloquearam as discussões em outra plenária, sobre a renovação doProtocolodeKyoto.Oimpasse só foi desatado no meio da tarde, com a retomada das reuniões sem queumacordo tivessesidodefatoalcançado.“

Cada país industrializado ofereceu metas de redução de emissões.

A questão agora é saber se essas metas satisfazem os outros países e se esforços equivalentesestãosendofeitos”, explicou o secretário-geral da Convenção do Clima (UNFCCC), Yvo de Boer.

Desde o início da conferência, háoito dias,odebateemtorno do chamado anexoBdo Protocolo de Kyoto,em que seriam explicitadas as metas de reduçãodasemissõesdegases- estufa dos países industrializados para o período 2013-2020, está estagnado.“Esseassuntofoiesgotado.

Os países chegaram a Copenhague com suas metas na mão e, desde então, nada de novofoi oferecido", disse ao Estadoumdonegociadorsul-americano envolvidonotema."Ninguém mais tem autoridade para fazer novas propostas até que os chefes de Estado ede governo cheguem. O processo está engessado."

O QUE ESTÁ EM JOGO

Um dos epicentros do problema é provocado pelas ameaças da União Europeia, Japão, Canadá e Austrália de abandonar o Protocolo de Kyoto caso os EUA não sejam signatários de um tratado internacional equivalente.

De sua parte, a delegação norte-americana descarta aderir a umacordo que não envolva também a China. Além disso, condiciona sua adesão à transformaçãodasaçõesvoluntárias da China, Índia e Brasil para reduzir o ritmo das emissões em metas. "Uma questão maior para os EUA é que as maiores economias emergentes também assumam compromissos que sejam mensuráveis e verificáveis para limitar o crescimentodesuasemissões", confirmou De Boer.

**Maior reunião da história tem dia tumultuado -** Lisandra Paraguassú e Andrei Netto – Estado de São Paulo – 15/12/2009

A segunda e última semana da ConferênciadoClimaemCopenhague – o maior evento diplomáticoda história,commais de 45 mil inscritos –,começoucom uma impressionante demonstração de desorganização.

Mais de 10 mil pessoas ficaram presas por mais de sete horas, em temperaturas abaixo de zero, do lado de fora do Bella Center, o centro de convenções ondeocorre a reunião, à espera de autorizaçãoparaentrarnoprédioerecebercredenciais.

Ametade delas não conseguiu passardoportãoefoimandadaemborasemchances de participar da semana decisiva de um encontro que vemsendo preparadoháumano, apenascoma instrução de "voltar outro dia".

Nenhuma explicação foi dada pela organização – no site do encontro, a confusão foi solenementeignorada.

Segundoseguranças, a multidão "surpreendeu", apesar de todos os que foramaolocalontemestaremprécredenciados.

Nolugar onde as credenciais deveriam ser feitas, havia apenas cerca de 20 atendentes para milhares de candidatos ao pedaço de plástico que daria direito a entrar na conferência.

Kit Yau, vice-presidente assistentedaempresadereflorestamento chinês Sino-Forest, chegou às 7h15 ao Bella Center.

Só conseguiu sua credencial às 14 horas. "Não vi nada parecido nemempaísesfamosospela desorganização.

Tivemosdeesperarnofrio naneve,sembanheiro, sem água. É inacreditável."

Ineke van Bijssum, oficial de comunicação do programa de pesquisa holandês Conhecimento para o Clima, chegou na mesmahoraetambémlevousete horas para entrar. O presidente da sua organização, que chegaraumahoradepois,desistiu ao saber que não deixariam mais ninguém entrar e voltou para a Holanda sem pôr os pés no Bella Center. "Tínhamos eventos marcados com a participaçãodeleevamosterdecancelar.

É a primeira vez que vejo algo mal planejado desse jeito.

Como eles não sabiam quantas pessoasesperar?Quetipodeorganização é essa?"

Nãoforammerosjornalistas ou representantes de ONGs os presos na fila. Um ministro da Turquia e uma das palestrantes ficaram horas à espera até serem descobertos e passados à frente.

Apesardarevoltadosqueesperavam, que cobravam explicações aos gritos – ou pelo menos o direito de ir ao banheiro –, ninguémdaorganizaçãoapareceu.

Coube aos seguranças tentar dar informações que simplesmente não existiam.

O fotógrafo Ed Ferreira, do **Estado**, esperou por seis horas até ser informado que ninguém maisentraria.Arepórterdo**Estado** só foi autorizada a entrar depois de informar a um segurança que estava grávida e de pé há mais de três horas. Mesmoassim, ficou no frio por mais duas horas até ser admitidaem umasalaondeficamosdetectores de metal. Ali, mais duas horas até obter a credencial.

Asituação foi agravada pelo fato de que pelo menos metadedospré-credenciadosterchegado a Copenhague no último final de semana, para a semana decisiva e a vinda dos chefes de Estado. Apesar de saber disso, a organização não abriu o setor de credenciamento no domingo.

Todos os que chegaram deramcomacaranaporta.

Aorganização admitiu ter credenciado 45 mil pessoas, 30 mil a mais do que caberiam confortavelmente dentro do Bella Center.

EVENTO GIGANTESCO

ACOP-15éomaioreventodiplomático da história. Além dos mais de 110 chefes de Estado e de governo que chegarão a Copenhague a partir da noite de hoje,atéomeio-diamaisde45,2 mil participantes estavam inscritos.

Destes, 11,5 mil são delegados e 22,7 mil, observadores, amaior parteformada por militantes de organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas, de acordo com dados oficiais divulgados ontem pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Há ainda 3,4 mil jornalistas credenciados para cobrir as centenas de reuniões diárias, além de um staff de mais de 7,4 mil funcionários.

Dototal, 22 mil passes de entrada haviam sido ativados até o final da manhã. O número de credenciados fez implodir a capacidade de organização do Bella Center, cuja capacidade se limita a 15mil visitantes.

A incoerência dos organizadores, queaceitaramtrês vezes mais visitantes do que poderiam, custou caro às ONGs: além das filas de ingresso, que se estenderam pelo dia inteiro, apenas mil dos ambientalistas inscritos terão o direito de ingressar renovado.

"Háumcerto desafio logístico a ser enfrentado", afirmou AlexWuestenhagen,coordenadordemídiae logísticadoevento, deixandotransparecerconstrangimento "Também estamosapelando aobomsenso das delegações e pedindo que reduzam o número de pessoas que vêm ao Bella Center."

Brasil luta mais para Evitar o aquecimento

OBrasil ficou na primeira posição em um ranking das nações que mais lutam para evitar as mudanças climáticas que causam o aquecimento global. O rankingfoipublicadoontempela organização não governamentalGermanwatche pela rede Climate Action Network (CAN).

Entre os cinco relatórios publicados até agora, este é o únicoemqueumpaísemdesenvolvimento ocupou a liderança. O Brasilteveanota68,considerada" boa".Nomesmogrupo ficaram a Suécia, o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Índia, a NoruegaeoMéxico.Emgeral,a Suécia costuma ocupar a primeira colocação.

“É muito bom que países emergentes estejam ganhando posições neste ranking, dando sinaisclarosdequeestãomaise mais comprometidos com o combate às mudanças climáticas”, afirmou ontem o diretor europeu da rede CAN, Matthias Duwe.

Os Estados Unidos, apesar detersubidoumpouconolevantamento, aindacontinuaemposição ruim.

**Proposta de fundo do clima opõe Dilma a Serra e Marina –** Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009

Para presidenciáveis do PSDB e do PV, Brasil deveria dar US$ 1 bi ao programa

Pré-candidata petista, ministra da Casa Civil diz que valor "não faz nem cosquinha" e que é preciso evitar "propostas fáceis"

Dividindo o mesmo teto em Copenhague, três dos pré-candidatos ao Planalto em 2010 transformaram o impasse nas negociações do clima numa prévia da disputa eleitoral. Em coro, o governador José Serra (PSDB-SP) e a senadora Marina Silva (PV-AC) defenderam que o Brasil contribuísse com US$ 1 bilhão para um fundo de combate à mudança climática.

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) reagiu: "US$ 1 bilhão não faz nem cosquinha". Para a chefe da delegação brasileira na conferência, uma eventual contribuição do Brasil a um fundo global não ajudaria a promover acordo em Copenhague. "O que acho complicado é que a gente faça só gesto", disse. "Não vamos cair em propostas fáceis e pura e simplesmente mercadológicas, estamos tratando de coisa séria."

Por pouco, Dilma Rousseff não passou parte da tarde lado a lado com Serra e Marina numa sala pequena e lotada da delegação brasileira. A ministra mandou o colega Carlos Minc (Meio Ambiente) substituí-la em evento promovido por empresários antes mesmo de ficar presa em reuniões com outros negociadores da conferência do clima. "Não tinha problema", disse mais tarde sobre o encontro que quase aconteceu.

A senadora Marina Silva apareceu por acaso ao evento no qual Serra era convidado e voltou a defender que o país contribuísse com US$ 1 bilhão para uma "cesta" destinada a financiar ações de adaptação às mudanças climáticas. "Os países emergentes devem fazer aportes porque são grandes emissores também", avaliou Marina.

José Serra propôs em seguida algo semelhante: a contribuição de US$ 1 bilhão em dez anos a um fundo global. "Para os países desenvolvidos, é uma quantia modesta; para o Brasil, é uma quantia significativa." Marina Silva desconversou sobre uma competição entre os candidatos ao Planalto pela bandeira do desenvolvimento sustentável, apesar da semelhança do discurso em Copenhague: "Não é uma questão de competir, é questão de persistir". Já Serra se recusou a responder qual pré-candidato seria mais comprometido em combater a mudança climática.

Em conferência à noite, Dilma Rousseff cometeu um ato falho. Antes de defender enfaticamente investimentos no meio ambiente, disse: "O meio ambiente é uma ameaça ao desenvolvimento sustentável". Em suas falas na conferência do clima, Marina destacou a contribuição no combate ao desmatamento e na pressão para que o governo

fixasse metas oficiais de corte de emissões.
Serra também chamou a atenção para o corte de 20% nas emissões de gases de efeito estufa em São Paulo, anunciado recentemente e classificado pelo governador ontem como "o principal programa climático do hemisfério sul". O percentual é pouco inferior ao do compromisso "voluntário" definido pelo governo brasileiro, se comparado com base nas emissões registradas em 2005.
Dilma Rousseff entende que cabe aos países desenvolvidos, responsáveis pela maior parcela dos gases acumulados na atmosfera, definir primeiro com quanto contribuirão para o fundo global. "Quem puder dar sua contribuição voluntária dará. Agora, me desculpa, não é US$ 1 bilhão de dólares."

A repórter **MARTA SALOMON** viaja a convite da CNA.

**CONFERÊNCIA DE COPENHAGUE BATE RECORDE DE EMISSÕES DE CO2 –** Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009

As negociações climáticas em Copenhague vão gerar mais emissões de carbono do que qualquer outra conferência anterior sobre o tema. O gás carbônico produzido será equivalente ao total emitido anualmente por mais de 500 mil moradores da Etiópia. Os delegados, ativistas, jornalistas e observadores de quase 200 países produzirão, no total, pouco mais de 46 mil toneladas de dióxido de carbono, principalmente oriundo das viagens de avião até a Dinamarca.

**"Desapontados", países da África retardam negociação – Luciana Coelho e** Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009

Grupo acusa nações desenvolvidas de quererem enterrar o Protocolo de Kyoto

No segundo caso de suspensão da reunião, diálogo só foi retomado depois que a presidente da conferência interveio

Com menos de quatro dias para fechar um acordo que combata o aquecimento global, um grupo dos países africanos bloqueou ontem a negociação em Copenhague por quatro horas. Motivo: os países desenvolvidos, acusam eles, querem matar o Protocolo de Kyoto.
O pleito ganhou imediato apoio do G-77 de nações em desenvolvimento, entre as quais o Brasil. A posição tradicional do país é defender um acordo sobre as bases do documento de 1997, em que países desenvolvidos têm metas para reduzir seus gases-estufa, e países em desenvolvimento, não.
"O grupo africano está totalmente desapontado", disse Djemouh Kamel, à frente das nações que estão entre as mais vulneráveis à mudança climática, em entrevista coletiva.

"A presidência e o secretariado da conferência, bem como os países desenvolvidos, estão tentando implodir os dois processos [de negociação]", seguiu. "Se aceitarmos essa situação, assinaremos o atestado de óbito do Protocolo de Kyoto." Foi a segunda vez que as reuniões plenárias foram suspensas por insatisfação de países mais pobres, que afirmam ter sido excluídos das negociações. A primeira ocorreu na semana passada, com a ilha de Tuvalu.
"O relógio está andando, e qualquer tempo desperdiçado não ajuda", afirmaria o enviado da Casa Branca para Clima, Todd Stern. "Esta é uma das maiores e mais complicadas negociações de todos os tempos. Essas coisas nunca saem como planejado. Mas é preciso que os países foquem no essencial e sejam pragmáticos." Os EUA não assinaram Kyoto e rejeitam um acordo de peso legal em Copenhague. Presidente da conferência, a ex-ministra do Ambiente da Dinamarca e futura comissária do clima da União Europeia, Connie Hedegaard, conseguiu derrubar os argumentos, após avaliação do estatuto da conferência, e retomar a sessão.
Mas a paralisação afetaria toda a ordem do dia, com pelo menos quatro entrevistas coletivas atrasadas ou canceladas e a desconstrução da agenda de negociadores e ministros -inclusive a de Dilma Rousseff, chefe da delegação brasileira.
Os representantes de Maldivas, um dos países que pleiteiam a manutenção de Kyoto e a redução do teto para o aquecimento global de 2 C para 1,5 C por século, ignoraram o encontro que marcaram com a imprensa. O arquipélago que pode sumir sob a elevação dos oceanos é um dos mais ativos e eloquentes na COP-15.
Na plenária poucas horas depois, seu presidente, Mohammed Nasheed, chamaria os colegas à razão em meio a uma interminável fila de discursos.
"Podemos, por favor, parar com isso e começar a trabalhar?", perguntou, ao ver Hedegaard passar a palavra a seu colega sudanês. "Há 14 anos estamos fazendo pronunciamentos." Saiu aplaudido.

**Implantação do Redd cria mais impasse –** Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE

Até o único pedaço da negociação que parecia resolvido caiu vítima de impasse ontem. O Redd (mecanismo de redução de emissões por desmatamento) teve seu texto remetido para a decisão dos ministros hoje, cheio de trechos sem acordo.
A maior briga foi para definir se a implantação será nacional ou subnacional (cabendo a entidades como Estados, municípios ou empresas). Por trás dela há um grande debate: o tamanho do compromisso dos países ricos no corte de CO2 dentro de casa.
O Brasil quer que seja nacional, assim como a contabilidade de CO2 abatido. A ideia é que estratégias subnacionais permitiriam a países como os EUA abaterem emissões comprando créditos de carbono florestal locais.
Querendo gerir o dinheiro do Redd, os governadores da Amazônia se apresentaram ontem em Copenhague como "governadores subnacionais". Blairo Maggi, de Mato Grosso, disse que o Estado tinha uma meta voluntária de reduzir o desmatamento em 89% (a meta federal é de 80%). "Sobre os 9% de diferença, MT quer decidir sozinho." **(CA e LC)**

**Dinamarqueses criam cotas para ONGs em centro –** Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE

Membros de organizações não-governamentais coçavam a cabeça para entender o sistema de cotas que regulará sua entrada no Bella Center, sede da conferência do clima em Copenhague, a partir de hoje.
Na conta das grandes ONGs, os passes de entrada contemplarão cerca de 30% de seus integrantes -mas eles podem mudar de mãos durante o dia, mediante a saída do portador.
A organização do evento não informa qual a proporção de passes distribuída. Diz apenas que ela depende do tamanho da organização (quanto maior o grupo, menor será a cota percentual). Somente ontem, 22 mil pessoas passaram pelo Bella Center até o início da noite.
O centro de convenções comporta 15 mil, o que originou filas, sob um frio de 0C, que duravam até seis horas. Quando o número máximo de ocupantes foi atingido, representantes de países, empresários, jornalistas e ativistas passaram a aguardar do lado de fora para que outros saíssem e eles entrassem.

**Ciência ou farsa? –** João Luiz Mauad – O Globo – Opinião – 15/12/2009

A reunião de Copenhague discute o futuro da humanidade diante das mudanças do clima. Bilhões de dólares — quem sabe trilhões — estarão em jogo, tanto em termos de investimentos em tecnologias mais limpas (caras e ineficientes), como da eliminação dos combustíveis fósseis (mais baratos e eficientes).

Diante de valores tão expressivos, o mínimo que se poderia esperar é que as pesquisas sobre o aquecimento global — e principalmente em que medida ele é natural ou provocado pela ação humana — fossem confiáveis e produzidas dentro de rigores científicos metodologicamente consagrados.

Infelizmente, no entanto, há fundadas suspeitas de que podemos estar diante de uma fraude. Eu sei que isso parece conversa de maluco ou, no mínimo, de gente que acredita em teoria da conspiração. Não censuro quem assim pensa, afinal somos bombardeados quase todos os dias com notícias e reportagens repletas de catástrofes naturais atribuídas ao aquecimento global, todas elas ornadas com belas fotografias e filmes de ursos polares solitários, imensos icebergs perdidos no meio do oceano e geleiras milenares derretendo para sempre. Ainda que seja difícil acreditar que um aumento médio comprovado da temperatura terrestre de parcos 0,5º C nos últimos 150 anos possa desencadear tantos desastres, o apelo catastrofista é muito forte, especialmente se não temos acesso às informações por inteiro. Por exemplo: você sabia que as temperaturas médias terrestres não sofreram qualquer aumento desde 1998, embora os níveis de CO2 na atmosfera tenham crescido ininterruptamente nos últimos 11 anos? Em novembro passado estourou um dos maiores escândalos científicos dos últimos tempos, envolvendo ninguém menos que alguns próceres das pesquisas sobre o aquecimento global. Um hacker divulgou na internet um conjunto de e-mails e arquivos trocados entre cientistas da Universidade britânica de East Anglia e vários de seus

correspondentes mundo afora. Esta universidade, através de sua Unidade de Pesquisas Climáticas (CRU), é responsável, entre outras coisas, pelo cálculo das temperaturas médias globais utilizadas pelo Painel Internacional de Mudanças Climáticas das Nações Unidas, e seu atual diretor, Dr. Phil Jones, um dos autores do capítulo do relatório do mesmo IPCC que trata da "detecção das mudanças climáticas e suas causas".

A leitura desses arquivos sugere, como bem resumiu Andrew Bolt, uma grande e embaraçosa teia de conluios, falsificações, destruição (possivelmente ilegal) de dados e informações, resistência organizada à divulgação de ideias contrárias, manipulação de dados estatísticos, admissão privada de erros e muito mais.

Para se ter uma ideia do descalabro, há um e-mail de Kevin Trenberth que, entre confuso e arrogante, tenta entender por que não há qualquer aquecimento desde 1998. Diz o valente: "O fato é que não podemos explicar a falta de aquecimento no momento e é ridículo que nós não possamos." Então, no lugar de celebrar a boa notícia, o indigitado prefere culpar o termômetro pela ausência de febre e arremata: "Nosso sistema de observação é inadequado." Seria cômico, não fosse trágico.

As mensagens também mostram, em cores nítidas, como o Dr. Phil Jones discute com os colegas as táticas e estratagemas para evitar liberação de dados para cientistas de fora da sua igrejinha. Ficamos conhecendo cada uma das desculpas e artimanhas utilizadas para ocultar as medições primárias sobre as quais seus registros de temperatura foram baseados e elaborados. Além disso, a turma é instada, por mais de uma ocasião, a apagar arquivos de dados armazenados em seus computadores.

É profundamente lamentável verificar o descaramento com que se manipulam dados, sempre visando a reduzir os registros de temperaturas passadas e "ajustar" as mais recentes para cima, a fim de dar impressão de um aquecimento acelerado. Mas a coisa não para aí. Não bastasse a desonestidade intelectual e desprezo total pelo método científico, há ainda uma implacável determinação para silenciar todo e qualquer especialista que ouse questionar suas "descobertas".

A estratégia consiste não apenas da recusa sistemática de disponibilizar seus dados básicos à comunidade científica, mas também — e acima de tudo — de tentativas concertadas de desacreditar qualquer jornal ou revista científica que se atreva a publicar os trabalhos e estudos dos chamados céticos. Eis, afinal, como o tal "consenso" foi fabricado.

Ademais, é preocupante que decisões tão importantes para o futuro da humanidade, como as de Copenhague, venham a ser tomadas a partir de informações no mínimo imprecisas e viciadas por interesses muito além da ciência, no lugar de pesquisas isentas, debates abertos e transparentes.

JOÃO LUIZ MAUAD é administrador de empresas.

**Decreto simplifica regularização de reservas em todos os biomas -** Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA - 15/12/2009

O diretor do Departamento de Florestas do MMA, João de Deus Medeiros, explicou nesta terça-feira (15/12) que estão previstas em lei algumas possibilidades para a sobreposição das reservas legais com as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Segundo ele, a sobreposição deve porém respeitar características especiais previstas no Código Florestal Brasileiro.

No código está explicitado que devem ser conservadas 35% das áreas nativas do Cerrado, 80% na Amazônia e 20% no resto do País. Os números referem-se a parcelas dos imóveis que não podem ser desmatadas, independentemente de serem ou não contínuas. Essas reservas não podem, porém, ser confundidas com as APPs, que são para a proteção de recursos naturais, como áreas de encostas ou margens de rios, por exemplo.

O Programa Mais Ambiente, assim chamado o Decreto 7029/09, determina a regularização de reservas ambientais em imóveis rurais em todos os biomas brasileiros, com os mesmos percentuais já previstos pelo Código Florestal. As áreas a serem conservadas com vegetação nativa devem ser mapeadas e averbadas em cartório até 11 de junho de 2011. A legislação, porém, oferece tratamento diferenciado para pequenos e grandes proprietários.

João de Deus afirma que há diferenças nas possibilidades de sobreposição das APPs e reservas nos mapas de imóveis conforme seu tamanho e localização. Para as pequenas propriedades, há a possiilidade de sobrepor grade parte das areas de APP no cômputo da reserva legal.

O diretor de Florestas diz que as pequenas propriedades não causam impactos ambientais expressivos, e que, ao editar o novo decreto, o governo federal se preocupou com as grandes propriedades, onde de fato acontecem os grandes desmatamentos. Assim, nos grandes imóveis essa sobreposição será possível apenas se a soma dos dois tipos de áreas de proteção for superior a 80% na Amazônia ou 50% nas demais regiões.

"Se formos contar as propriedades com até 150 hectares em todo o país, elas são 96,7% do total dos imóveis rurais e 23% do território total desses imóveis - o que não chega a 10% do território nacional", explica João de Deus. O Código Florestal conceitua a pequena propriedade de acordo com a sua localização. Tem até 150 hectares na Amazônia, 50 hectares no Polígono da Seca e 30 hectares em outras regiões do país. "A lógica do 'nada pode' é contrainformação dos que ideologicamente são contrários à conservação ambiental", diz o diretor. Segundo ele, o Programa Mais Ambiente atende demandas dos próprios proprietários de pequenos imóveis e foi amplamente debatido com sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

O programa prevê a averbação dos imóveis rurais até 11 de junho de 2011. A partir desta data, os proprietários que não regularizaram suas reservas serão notificados e terão 180 dias para tomarem providências. Se não o fizerem, serão penalizados com multas diárias. A averbação em cartório será gratuita para pequenas propriedades. As reservas que estiverem degradadas devem ser recuperadas, até 2031 prazo determinado pelo Código Florestal. O governo federal oferece assistência técnica para proprietários de pequenos imóveis.

**Senhores do clima -** Connie Hedegaard – Valor Econômico – Internacional - 15/12/2009

Connie Hedegaard, 49, a presidente da CoP-15, foi jornalista antes de ser a mais jovem representante do Parlamento dinamarquês. Pareceu desistir da política quando

virou âncora de um programa de TV chamado Deadline. Mas retornou para assumir o Ministério de Clima e Energia da Dinamarca. Agora ela é o nome mais conhecido entre o time climático do país anfitrião da conferência do clima. Connie sobreviveu à hostilidade criada pelo vazamento de um polêmico documento de assessores do governo - uma tentativa de obter apenas um acordo político na cúpula. Quando a CoP-15 terminar, ela será a nova comissária dinamarquesa na Comissão Europeia. Do Partido Conservador, a ministra já declarou que nunca entendeu "porque ambiente tinha que ser um assunto da esquerda". "Não há nada que combine mais com as crenças conservadoras do que entender que o que você herda deve passar para a próxima geração."

**Os senhores do clima –** Lumumba – Valor Econômico – Internacional - 16/12/2009

Os jornalistas não perdem uma coletiva de Lumumba Stanislau Di-Aping, coordenador do G-77, o grupo de 132 países em desenvolvimento. O G-77 é importante na negociação do novo acordo, e o sudanês Lumumba é personagem especial. Ele conduz entrevistas com o rigor protocolar, encara a plateia com expressão enigmática, respira e dispara alguma frase de efeito contra os países ricos e fora do tom contido dos diplomatas. Em Copenhague, foi irônico com a falta de meta ambiciosa dos países ricos e disse que o dinheiro oferecido era uma piada. "Isto significa a morte da África", disse. "Claro que vamos ajudar a África", reagiu Artur Metzger, o negociador europeu. "Mas o embaixador Lumumba não é parte disso porque ele mora em Nova York."

**Brasil aceita prestar contas de ações para corte de CO2 –** Estado de São Paulo – Capa – 16/12/2009

Com o aumento da pressão sobreosemergentesnaConferênciadoClima, oBrasilcedeu e disse que aceita prestar contas sobre as ações para corte de CO2 que tiverem financiamento externo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega hoje a Copenhague.

**País pode ter metas maiores, diz Minc –** Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2009

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, disse ontem, em Copenhague, que o País pode aumentar as metas propostas para o combate às mudanças climáticas. Em vez de cortarodesmatamentodaAmazônia em 80% até 2020, Minc disse que taxa pode chegar a 90%. Ele ainda brincou dizendo que sónãoaumentariamaisonúmeroparanãoacabarcomotrabalho do Greenpeace, que defende o desmatamento zero. De acordo com o ministro, o compromisso assumido no Cerrado pode subir de 40% para 60%.

Comnúmerosmaisambiciosos, Minc espera que mais países se interessememfazer doações para o Fundo Amazônia, que até agora tem recursos da Noruegaepodereceber dinheiro da Alemanha.OPaís temum estandenaCOP-15 para darpublicidade ao fundo.

Minc avalia ainda que o País precisará de um total de R$ 10 bilhõesporanoparaasaçõesna área de clima. “O governo não tem um cálculo, mas o Ministério do Meio Ambiente tem uma ordem de grandeza do que precisaremosporano, contandorecursos públicos e privados.”

MincdisseaindaqueoBrasil está disposto a abrir mão dos recursos do Fundo de Adaptação (para ajudar os países na adaptaçãoàsmudançasclimáticas), pois consideraqueosmais pobres e vulneráveis devem ter prioridade. Ele afirmou, porém, que o Brasil deseja receber recursos para mitigação (corte de emissões de CO2).

Horas depois, aministra DilmaRousseff, daCasaCivil, afirmou:“

PediparaoMincesclarecerissoporque, àsvezes,aspessoas confundem. O que queremos são financiamentos para mitigação.”

Jornalistasestrangeirospresentes à entrevista de Minc se divertiam com suas respostas bem humoradas. Ele chamou as integrantes da mesa de “mulheresguerrilheirasmaravilhosas”.

No telão, Minc aparecia em fiscalizações na Amazônia.

MECANISMO

EmCopenhague,umadasmaiorespreocupaçõesnaáreadeflorestas é o documento sobre o mecanismo de redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (Redd). O texto agora está nas mãos dos ministros para ser negociado.

O instrumento premiará quem conseguir reduzir o desmatamento e conservar a floresta. Uma das questões pendentes é se a implantação deverá ser nacional ou se poderá ser subnacional – em nível estadual, por exemplo.OMinistério do Meio Ambiente considera que a implantação nacional é ideal,poispodehavercomplicações e “vazamentos” (seumEstado for rigorosonocontroledo programa e outro, mais frouxo, o resultado positivo será anuladopelonegativo). Masosgovernadores da região amazônica têm intenção de gerir os recursos do mecanismo e defendem que ele seja subnacional.

O financiamento é outro ponto indefinido. Há países, entre eles os EUA, bastante interessados em Redd que funcione como mercado de carbono.Dessaforma,ospaíses que precisarem reduzir as emissões para alcançar suametapoderiamfinanciar as ações contra o desmatamento, obtendo o equivalente em crédito de carbono.

● AFRA BALAZINA e ANDREI NETTO

Emissão do evento deve ser o triplo do previsto

Enquanto milhares se reúnem em Copenhague para discutir as mudanças climáticas, a conferência em si vai gerar uma quantidade de carbono comparávelàdeumacidadede100mil habitantes. Os organizadores da COP-15 subestimaram o número extra de pessoas na capital dinamarquesa – apenas de credenciados são 45 mil, além de milhares de manifestantes.

Aemissãocalculadainicialmente era de 46 mil toneladas, mas poderá ser três vezes maior. Apesar dos apelos para que se evitassem os meios de transporte mais poluentes – foram distribuídos cartões para uso gratuito de transporte público e há bicicletas disponíveis –, o número de limusines alugadas mostra que nem todos deram

atenção. Foram mais de 1,2 mil, o que obrigou a encomendar carros da Alemanha e da Suécia.

Apenas cincos carros híbridos foram alugados.

Onúmerode jatos particulares chegando nos próximos dias, 142, excedeu a capacidade do aeroporto. Alguns terão de estacionarem cidades vizinhas evoltarparapegarseusdonos– mais emissões não planejadas.

Aorganização pretendiaqueos participantes diminuíssem a quantidade de papéis distribuídos.

Não tiveram sucesso. Folhetos, documentos, etc, atulhamasmesaseaspessoas.

Poucos feitos de papel reciclado.

Para compensar emissões, o governo dinamarquês pretende trocar 20 ônibus velhos por novos, que poluem menos, em Dhaka, capital de Bangladesh.

A conta é que deixarão de ser emitidas 50 milhões de toneladas de$CO_2$ por ano. Isso significa que a COP-15 só deverá pagar suas emissões depois da COP-18.

**A China na conferência de Copenhague –** Qiu Xiaoqi – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009

COM A 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas (COP-15), as negociações internacionais sobre a questão das mudanças climáticas encontram-se na sua fase crucial. Notei que a mídia brasileira tem feito muitas reportagens sobre o encontro em Copenhague. Sendo o maior país em desenvolvimento do mundo, a China se torna alvo da ampla atenção em relação à sua posição na conferência.
A mudança climática é um grande desafio para a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade. O enfrentamento adequado da questão diz respeito ao bem-estar e ao desenvolvimento de longo prazo dos povos do mundo inteiro.
Sendo um país em desenvolvimento responsável, a China defende o enfrentamento conjunto da mudança climática por meio de cooperação internacional pragmática e efetiva.
O governo chinês já definiu as metas voluntárias para ações de controle da emissão de gases de efeito estufa e decidiu que, até 2020, a emissão de dióxido de carbono por unidade do PIB será reduzida entre 40% e 45% em relação a 2005, o consumo da energia não fóssil corresponderá a 15% do consumo primário da energia e a extensão e a reserva de florestas aumentarão respectivamente em 40 milhões de hectares e 1,3 bilhões de metros cúbicos em relação a 2005.
Essas metas refletem os máximos esforços dentro do alcance da China e carregam a vontade mais sincera do 1,3 bilhão de chineses para o engajamento no enfrentamento global das mudanças climáticas.
As metas de ação da China não apenas correspondem às exigências do Mapa do Caminho de Bali sobre as ações de mitigação para os países em desenvolvimento mas também demonstram plenamente que o governo chinês está tomando medidas concretas para que o mapa alcance progresso e que se consiga, na conferência de Copenhague, um resultado positivo.
A China ainda é um país em desenvolvimento: seu desenvolvimento está num nível não elevado no conjunto e restam árduas tarefas para desenvolver a economia, erradicar a pobreza e elevar o nível da vida do povo.

As metas voluntárias definidas pela China nos impõem grandes desafios e, para concretizá-las, é preciso enfrentar vários tipos de dificuldades. Apesar disso, vamos tomar todas as medidas possíveis para garantir a sua implementação.

A questão da mudança climática é uma questão de desenvolvimento na sua essência, e a natureza das negociações em Copenhague é a negociação de direitos ao desenvolvimento. A mudança climática é originária dos países desenvolvidos, pelas suas emissões sem controle de gases de efeito estufa durante sua industrialização. Esses países são responsáveis por 80% da emissão total de CO2 acumulada na atmosfera de 1750 a 2005.

Até hoje, os países desenvolvidos, com 20% da população total do mundo, emitem 55% dos gases-estufa.

Porém, alguns países desenvolvidos, ignorando a sua responsabilidade histórica e os fatos, exigem que os grandes países em desenvolvimento também arquem com as responsabilidades da redução obrigatória das emissões, o que não pode convencer ninguém.

A posição da China permanece a seguinte: persistir no regime básico estabelecido pela Convenção-Quadro da ONU sobre as Mudanças Climáticas e pelo Protocolo de Kyoto e no princípio de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" -os países ricos devem assumir a redução de emissões no prazo médio de forma substancial e quantificada, e os países em desenvolvimento devem fazer esforços para mitigar tanto quanto possível as emissões de gases-estufa e se adaptar às mudanças climáticas de acordo com suas condições, com o apoio financeiro e a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, é preciso criar mecanismos institucionais eficazes para promover a transferência de tecnologia ambiental e climática para os países em desenvolvimento e aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas.

Queria salientar que os países em desenvolvimento somente conseguem salvaguardar efetivamente os seus próprios interesses na COP-15 quando fortalecem a confiança mútua, o consenso e a solidariedade entre si e lutam lado a lado. Tanto a China como o Brasil são grandes países em desenvolvimento.

Ambos compartilham as mesmas visões, preocupações e exigências quanto à questão da mudança climática e salvaguardam em conjunto os interesses comuns dos países em desenvolvimento. A parceria estratégica entre os dois países tem sido refletida nessa questão.

Recentemente, a China e o Brasil anunciaram, por coincidência, as suas medidas voluntárias da redução de emissões e metas indicadoras -e ganharam apreço internacional.

O primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, estará na COP-15. A China está disposta a desempenhar um papel construtivo para promover o sucesso da conferência em Copenhague. Vamos fazer esforços conjuntos para garantir um mundo ainda melhor para os nossos filhos e netos.

---

**QIU XIAOQI** é embaixador da China no Brasil.

**Proposta de fundo do clima ganha força –** Luciana Coelho, Claudio Angelo e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009

Plano inclui contribuição de países em desenvolvimento e é tido como possível saída do impasse sobre financiamento

Europa e EUA elogiaram a ideia, que teve México como um dos proponentes; Brasil pode apoiá-la se plano que defende naufragar até sexta

A proposta de um fundo global para o clima encontrou ressonância na conferência de Copenhague ante o ceticismo quanto a um acordo financeiro duradouro. O compromisso coletivo é visto por muitas delegações -Brasil inclusive- como a saída possível do impasse sobre quem vai bancar a adaptação ao aquecimento global e a redução dos gases-estufa.
México e Noruega, autores de versões anteriores, lançaram na noite de segunda a proposta conjunta de um Fundo Verde, alimentado por cofres do Estado e um mercado público de crédito de carbono.
Nessa equação, que leva em conta o tamanho da economia e as emissões que ela tem e já teve, os países em desenvolvimento têm sua cota -proponentes a estimam em um terço. Mas eles poderiam sacar do fundo valores maiores do que sua contribuição.
"A responsabilidade dos países ricos não vem de eles serem ricos, mas de suas emissões [de CO2]", disse à **Folha** o subsecretário mexicano do Ambiente, Fernando Tudela (leia entrevista à dir.). "A fórmula atual exclui as emissões como se não tivessem a ver com a mudança climática." Para ele, autor do plano, o problema não terá solução sem mudar paradigmas.
O Fundo Verde ganha fôlego conforme o relógio avança para o final da conferência, nesta sexta, e nenhuma proposta vinga -a União Europeia e os EUA já elogiaram a ideia. Um compromisso sobre seu princípio serve de saída honrosa à falta de um acordo mais sólido e específico que substitua o Protocolo de Kyoto após 2012.
Embora haja virtual consenso sobre o dinheiro de curto prazo para adaptar os países mais vulneráveis ao aquecimento global, ele não deve superar US$ 30 bilhões em 2012. Em 2020, a ONU estima que serão precisos cerca de US$ 150 bilhões anuais.
A proposta do México e da Noruega poderia prover, estimam seus autores, pelo menos US$ 30 bilhões. E permite a combinação com, por exemplo, as linhas bilaterais que agradam americanos e japoneses (estes, os mais resistentes).

**Pobre país rico**

Um dos pontos em discussão é sobre a supervisão do fundo, que seria feita por um colegiado a determinar, deixando o gerenciamento cotidiano para um organismo já existente.
Para Ksenya Lvovsky, coordenadora de clima do Banco Mundial, a ideia pode vingar. "No longo prazo, países de renda média se tornarão de renda alta. Até lá, conceitos de rico e pobre devem ser revistos."
O ministro norueguês do Ambiente, Erik Solheim, disse à Folha estar otimista, embora não espere que o plano entre sem nenhuma adaptação. "Houve muitos comentários favoráveis, mas há relutância de alguns países ao princípio de que todos devam contribuir."
O Brasil, diz Solheim, não levou resistência aos noruegueses -que, aliás, querem o apoio de Luiz Inácio Lula da Silva.

A **Folha** apurou que dificilmente o país chancelará a proposta de cara. Mas, segundo diversas fontes dentro e fora da delegação, aceitará o fundo se isso destravar a negociação.

**Cheque na mesa**
A própria ministra Dilma Rousseff, chefe da delegação do país em Copenhague, abriu a porta para uma contribuição voluntária em entrevista no domingo. Mas isso viria num segundo momento, pois Kyoto atribui aos países desenvolvidos a obrigação de financiar. Ontem ela repisou: "Não somos os primeiros a sermos chamados a por o cheque na mesa".
Hoje, com a chegada de Lula a Copenhague, a equação ganha variáveis. O apoio ao fundo daria estofo à reivindicação de salvador de Copenhague que o presidente tanto aprecia, ao contrastar com a reticência dos países mais ricos -até agora, só a UE propôs dar dinheiro até 2020, mas sem dizer quanto.

**Financiamento não é esmola, diz mexicano –** Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE Fernando Tudela é o homem por trás do Fundo Verde. Foi o subsecretário de Planejamento e Política Ambiental do México e negociador-chefe do país em Copenhague quem propôs sua criação, em 2008. Para ele, a contribuição dos países em desenvolvimento é necessária para assinalar a responsabilidade coletiva -ainda que bem menor- no aquecimento global: "É uma questão de princípio". **(LC, CA e MS)**

**Serra e Schwarzenegger defendem ações locais –** Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009

Um dos eventos mais concorridos do dia na cúpula do clima reuniu um par estranho: os governadores José Serra, de São Paulo, e Arnold Schwarzenegger, da Califórnia.
Os dois se uniram a Gordon Campbell, premiê da Colúmbia Britânica, no Canadá, para defender iniciativas estaduais (ou "subnacionais", palavrão da moda em Copenhague) contra a mudança climática.
Serra falou sobre a lei paulista de mudança climática e não perdeu a oportunidade de alfinetar o governo federal. "Ela prevê objetivos mandatórios, não voluntários, e provê reduções em termos absolutos, não apenas uma desaceleração."
O governador também voltou a defender o Rodoanel como opção de redução de emissões. A lógica é que os 200 km de estradas ao redor de São Paulo diminuem engarrafamentos e, portanto, emissões.
Mais descontraído, o "governator" californiano, nascido na Áustria, começou

agradecendo a Campbell pela apresentação que fizera dele ("É exatamente o que eu escrevi!") e ao governador "José Sierra".
Em seguida, disse que estava adorando discursar em Copenhague: "Eu não sou a única pessoa com sotaque aqui!".
Schwarzenegger afirmou que não é possível esperar que os governos produzam sozinhos a ação necessária contra a mudança climática. "Até 80% da mitigação deverá ser feita em nível subnacional", afirmou. "Nós na Califórnia não acreditamos que o progresso precise vir de Washington, de Pequim, ou de Kyoto".
Pediu ao chefe da Convenção do Clima, Yvo de Boer, que convocasse uma cúpula climática de cidades -em alguma da Califórnia, claro-, e encerrou o discurso com a máxima de seu famoso personagem: "I'll be back" ("Eu voltarei"). **(CA, LC e MS)**

**"Concessão" vira palavra de ordem –** Claudio Angelo, Luciana Coelho e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2009

Presidente da COP-15 afirma que encontro pode fracassar se países não cederem nos próximos dias

Para o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, nações precisam parar de trocar acusações e passar a agir com bom senso e coragem

DOS ENVIADOS ESPECIAIS A COPENHAGUE

A conferência do clima de Copenhague pode falhar, mesmo que nenhum país queira que isso aconteça. O alerta foi feito pela presidente da COP-15, Connie Hedegaard, na cerimônia de abertura da reunião de ministros e chefes de Estado, o ápice do encontro. "A palavra-chave dos próximos dias precisa ser "concessão"', disse a dinamarquesa, ao lado do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e do premiê da Dinamarca, Lars Rasmussen.
"Agora é hora de bom senso, concessão e coragem", disse Ban mais tarde, demandando aos países que parem de apontar o dedo um para o outro.
Concessão foi tudo o que não se viu em Copenhague ao longo dos últimos dez dias. A reunião diplomática, como previsto, não avançou. Os principais poluidores do mundo, EUA e China, limitaram-se a trocar acusações. O rascunho de acordo que os ministros recebem hoje joga no colo deles as decisões sobre todos os pontos importantes: metas para países desenvolvidos, compromissos de redução para países em desenvolvimento e sua verificação e, principalmente, dinheiro.
Só um bode parece ter sido tirado da sala: reunida com ONGs, Hedegaard teria garantido que o Protocolo de Kyoto terá um segundo período.
No texto do LCA (grupo negociador que trata dos termos do novo acordo) que circulou ontem, cada um desses itens cruciais aparece como "a ser elaborado". "Pulou de esfera", disse Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe do Brasil. "As decisões mais complicadas vão para os ministros e talvez para os presidentes."
Uma das decisões que ficarão para os ministros é sobre o MRV, sigla para "mensurável, reportável e verificável". Os emergentes, como o Brasil, resistem a abrir o cumprimento das metas a verificação internacional. Preferem falar em verificação de ações, temendo

punição por não-cumprimento.
Outra, claro, são as metas para os países desenvolvidos, que precisam ir de 25% a 40% de redução em relação aos níveis de 1990. O negociador-chefe dos EUA, Todd Stern, disse que ninguém deveria esperar que seu país adotasse meta maior do que os 4% em relação a 1990 em análise no Senado. Segundo ele, isso é mais do que o que a Europa propõe (de 20% a 30%).
Uma solução possível para o impasse que tem sido ventilada em Copenhague é estabelecer que os norte-americanos adotem um ano diferente para atingir a meta, já que, pela lei americana de mudança climática, o corte é pífio até 2020, mas se aprofunda até 2030.
A principal decisão que deverá ser tomada pelos chefes de Estado -se for- é a questão do financiamento ao combate à mudança climática nos países em desenvolvimento no médio e longo prazos. Por enquanto, a única proposta na mesa é o chamado "fast money", o pagamento de US$ 10 bilhões por ano durante três anos para financiar ações até 2012.
Outro ponto que retrocedeu em Copenhague foi o acordo do Redd, o mecanismo de redução de emissões por desmatamento. Uma manobra dos EUA incluiu no texto a hipótese de compra de créditos por projetos "avulsos" nos países tropicais, mesmo que estes não sejam contabilizados na redução de emissões daquele país. Isso facilita o abatimento de eventuais metas dos EUA mesmo sem redução doméstica.
O Brasil chamou a versão do documento de "inegociável". **(CLAUDIO ANGELO, LUCIANA COELHO e MARTA SALOMON)**

**ONU diz que Brasil poderia fazer mais –** O Globo – Capa – 16/12/2009

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, declarou ontem que o Brasil poderia tomar mais medidas para contribuir com um significativo acordo do clima.

Ban criticou países ricos e em desenvolvimento. Para ele, todos precisam aceitar metas verificáveis, ponto que enfrenta oposição do Brasil. Ontem, as negociações não avançaram devido a embates sobre financiamento.

**'Brasil pode fazer mais –** Ban Ki-moon – O Globo – Ciência – 16/12/2009

Seria bem-vindo' Secretário-geral da ONU defende ações de países desenvolvidos e em desenvolvimento que sejam verificáveis

COPENHAGUE. Em entrevista exclusiva ao GLOBO, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirma que o Brasil pode fazer mais. O sul-coreano de 65 anos — diplomata de carreira, de fala mansa, que hoje comanda uma organização de 192 países membros —transformou as mudanças climáticas na grande bandeira de sua gestão.

Ele defende abertamente um novo tratado “robusto e amplo”, diz que os chineses — segundo maiores poluidores do planeta — não estão fazendo o suficiente, e toca num

ponto delicado: para ele, seja quais forem as medidas que Brasil, China ou nações ricas anunciarem, elas "têm que ser internacionalmente verificáveis".

**Deborah Berlinck Enviada especial • COPENHAGUE**

**O GLOBO: Em novembro, o senhor afirmou que Copenhague não produziria um acordo legalmente vinculante (que tenha metas obrigatórias).**

**Que resultado espera daqui? BAN**: Estamos trabalhando para obtermos um acordo justo, robusto e amplo em Copenhague, que teria um efeito operacional imediato, inclusive ajuda financeira de curto prazo para os países em desenvolvimento.

Isso levaria a um tratado legalmente vinculante o mais cedo possível em 2010. A maioria dos países concorda com isso.

**A morte do Protocolo de Kioto está apenas sendo adiada? BAN**: Não, não estamos mudando, não estamos comprometendo nossos princípios. Vamos ter um amplo e ambicioso tratado legalmente vinculante.

**Japão e Rússia estão quase saindo do Protocolo de Kioto. O Canadá está ignorando seus compromissos e os europeus dizem que não querem ficar sozinhos. Quem está levando Kioto a sério, além dos países em desenvolvimento? BAN**: O entendimento geral dos paí ses membros é continuar com o Protocolo de Kioto. Teremos acordo para uma convenção o mais depressa que pudermos em 2010. Mas aqui (em Copenhague) vamos ter um acordo politicamente vinculante cobrindo todos os elementos: metas ambiciosas para os países desenvolvidos e em desenvolvimento devem limitar suas emissões, através de ações nacionais para mitigação. Será preciso um importante pacote de ações para os mais vulneráveis, e ajuda financeira e tecnológica para os países em desenvolvimento. Precisamos ter também uma estrutura

de governança global. Tudo isso nos vai nos permitir limitar que a temperatura suba além de 2 graus.

**Países em desenvolvimento temem que nações ricas estejam transferindo para eles as suas responsabilidades de cortar emissões, quando pressionam China e Brasil para agir mais. O que o senhor acha? BAN**: Não é hora de jogo político de transferir responsabilidades de um para outro. Estamos diante de um desafio global que precisa de uma resposta global. O grande problema é que a mudança do clima está atingindo mais os países em desenvolvimento que não têm capacidade para se adaptar. Faço um apelo para que países desenvolvidos providenciem a ajuda financeira.

**É hora para países emergentes que emitem muito, como China, concordarem com metas?**

**BAN**:China e Índia anunciaram metas.

A China vai reduzir em 40% a 45% sua intensidade energética, e a Índia, em 2 0 % a 2 5 % . É uma boa contribuição. Mas, neste momento, países desenvolvidos e em desenvolvimento podem e devem fazer mais.

**O Brasil anunciou que vai reduzir suas emissões entre 36% e 39%. O Brasil também precisa fazer mais? BAN**:O Brasil também anunciou que vai reduzir em 80% o desmatamento. No entanto, acho que pode fazer mais. Seria bem-vindo.

**Estas ações de Brasil, China e outros países em desenvolvimento devem ser medidas e verificadas internacionalmente? BAN**:O plano de ação de Bali diz que países desenvolvidos e em desenvolvimento precisam adotar nacionalmente ações para mitigação, de uma forma que possam ser medidas, reportadas e verificadas.

Seja lá o que fizerem, isso tem que ser feito de uma forma verificável.

**A verificação não colocaria os países em desenvolvimento em pé de igualdade com os países ricos?**

**BAN:** Neste momento, precisamos que Copenhague chegue a um acordo.

Se deixarmos esta conferência sem um acordo, vai ser muito, mas muito pior. Precisamos de um acordo.

Para isso, bom senso, compromisso e coragem têm que prevalecer.

**Países desenvolvidos concordaram com um pacote de US$ 10 bilhões nos próximos três anos, mas não há sombra de um acordo para financiamento a longo prazo. A batalha por dinheiro pode levar ao fracasso da conferência? BAN:** Acho que a ajuda financeira a curto prazo de US$ 10 bilhões está conseguindo apoio entre os paísesmembros, apesar de certos membros do G-77 (países em desenvolvimento) quererem mais.

Quanto ao longo prazo, as negociações têm que começar o mais rapida mente possível.

Sem ajuda financeira de longo prazo, um acordo não sera eficaz.

**Muito está sendo deixado para os líderes decidirem. Há o risco de não haver acordo algum? BAN:**

Estou convencido de que vamos ter um acordo. Não estamos aqui para o fracasso. Estamos aqui para o sucesso.

**A mudança climática virou uma prioridade na sua gestão, mas há 1 bilhão de pessoas vivendo com menos de US$ 1 por dia. Por que o clima é sua prioridade? BAN:** A mudança climática afeta cada aspecto de nossas vidas, incluindo a segurança alimentar que você mencionou.

Há 1 bilhão de pessoas que vão para a cama com fome todas as noites. E há 1 bilhão de pessoas que não têm acesso a água. Os efeitos não são só econômicos, cria-se instabilidade política por causa das consequências negativas da mudança do clima. Portanto, enfrentar a questão da mudança climática vai ser chave para a solução de muitas questões que estão interconectadas, como comida, energia, falta de água, segurança, saúde e instabilidade politica.

**Dilma corrige Minc sobre clima –** Chico de Góis – O Globo – Ciência – 16/12/2009

Para Marina, 'causa estranhamento' o isolamento do ministro

COPENHAGUE. A ministra da Casa Civil e chefe da delegação brasileira na Conferência do Clima, Dilma Rousseff, corrigiu publicamente o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao afirmar que o Brasil, em nenhum momento, pediu recursos para se adaptar às mudanças climáticas. Minc havia dito, em entrevista, que o Brasil abrirá mão dos recursos. O ofuscamento do ministro serviu como mote para que a senadora Marina Silva (PVAC), pré-candidata à Presidência, aproveitasse para cutucar. Marina afirmou que, em seu tempo como titular do Meio Ambiente, assumia a frente nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas.

Dilma tem procurado demonstrar que, apesar de não ser da área — com quem às vezes tem enfrentamentos por conta dos atrasos na concessão de licenças ambientais —, estudou o assunto.

— Nós nunca pedimos recursos para adaptação porque são para os países mais pobres, os mais afetados pelas mudanças climáticas, países que podem desaparecer — declarou a ministra. — Pedi para o Minc esclarecer isso. O que queremos são financiamentos para mitigação.

Minc, pela manhã, havia dado outro tom ao assunto: — Eu não disse que o Brasil não aceita a diferenciação (entre países emergentes e pobres). Abrimos mão de recursos de adaptação.

Marina Silva, que tem atraído a atenção da mídia internacional, chegou a Copenhague disposta a fazer do tema ambiental o principal assunto da agenda brasileira, uma vez que essa será a bandeira de sua possível campanha à Presidência.

Para isso, deixou claro as divergências com Dilma.

— Está causando aqui em Copenhague um certo estranhamento o isolamento do ministro Carlos Minc — disse Marina, em entrevista à radio CBN. — Quando eu era ministra, assumíamos todos os processos negociais em todas as COPs (conferências do clima) que participamos

**Economia verde –** José Serra – O Globo – Opinião – 16/12/2009

Esquenta a reunião da ONU em Copenhague, sobre as mudanças climáticas. Importantes nações, entre as quais EUA, China, Japão e Índia, anunciaram sua disposição em reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE). Vamos ver se é verdade e torcer para que haja um amplo acordo diplomático para enfrentar o aquecimento global do planeta.

Inicialmente tímido, o Brasil também melhorou sua posição, o que é positivo. Não se deve temer a agenda ambiental, como se ela representasse uma ameaça ao crescimento da economia. Pelo contrário. Contando com o ativismo do Estado, e graças ao enorme potencial das energias renováveis em nosso país, excelentes oportunidades podem se abrir para o desenvolvimento sustentável brasileiro.

Por essa razão vim para a Dinamarca por três dias. Primeiro, quero mostrar a política de mudanças climáticas de São Paulo, recentemente transformada em lei estadual. Mais que a meta de redução de 20% nos GEEs até 2020, com base em 2005 — redução absoluta, diga-se, não mera reversão de tendências — os compromissos públicos exigidos abrem uma rica, embora dificílima, agenda de trabalho ambiental na próxima década.

Destaco que a nova lei obriga, no prazo de um ano, ao governo de São Paulo apresentar um plano para o transporte sustentável no estado.

Definitivamente, chegou a hora de colocar as ferrovias e hidrovias no primeiro plano das estratégias de crescimento. Muito investimento terá que ser feito para equilibrar e articular os modais de transporte de cargas. Quanto à mobilidade urbana, nosso plano de expansão do transporte metropolitano, em execução, configura o maior projeto de transporte público já realizado no Brasil. Vamos investir, nesses quatro anos,

R$ 20 bilhões em Metrô, CPTM e EMTU/SP, abrindo caminho para quadruplicar a rede sobre trilhos com qualidade de metrô (linhas novas e modernização das antigas linhas de trens urbanos). E até 2020 o transporte sustentável terá que avançar ainda mais, pois facilitar o deslocamento das pessoas e reduzir a necessidade de utilização do transporte individual reduzem a poluição atmosférica e rebaixam a emissão de CO2.

Uma razão mais pessoal me trouxe a Copenhague. Como economista, entendo que o processo em curso, de descarbonização das economias, levará a um novo padrão de produção e de consumo no mundo.

Distinto daquele erigido desde a Revolução Industrial no século XVIII, nasce outro paradigma na geração de riquezas, que levará finalmente à economia verde, gerando novos empregos e renda para combater a desigualdade social. Acredito que, nessa construção, os países e as empresas que tomarem a dianteira das inovações tecnológicas sairão ganhando na competição internacional.

Nós não podemos perder essa chance da história, transformando o Brasil numa verdadeira potência ambiental.

O tema é fundamental. Estamos em São Paulo preparando, através da Nossa Caixa Desenvolvimento, agora nossa agência de fomento, um amplo programa de financiamento, da ordem de R$ 1 bilhão, com juros reduzidos, para as empresas investirem na redução de suas emissões de GEEs. Não adianta apenas bradar pelas mudanças ecológicas, nem definir metas vazias. É necessário incentivar os setores empresariais, na indústria, na agricultura e nos serviços, a promoverem as modificações necessárias à futura economia de baixo carbono.

No Brasil, sabidamente, o desmatamento representa a grande fonte de emissões de GEEs. Isso não pode continuar. Seja articulando para que o mecanismo conhecido como REDD (Redução de Emissões para Desmatamento e Degradação) se transforme em realidade, seja melhorando, em muito, a fiscalização ambiental na Amazônia, torna-se necessário estancar a devastação florestal, certamente a pior forma de crescer uma economia regional.

Quero, todavia, chamar a atenção para a importância da recuperação ambiental das áreas degradadas. Em São Paulo, onde viramos a página do desmatamento, estamos reflorestando as matas ciliares do território, protegendo rios, córregos e nascentes d'água.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente já cadastrou 370 mil hectares de áreas em recuperação, dentro de uma meta que visa chegar a 2020 com um milhão de hectares recuperados. Devido à fotossíntese realizada nas plantas, o potencial de absorção de CO2 da atmosfera é notável, atingindo 65 milhões de toneladas, cerca de metade das emissões totais de São Paulo estimadas em 2005.

Na matriz energética, a "renovabilidade" paulista alcança 56% do consumo, contra uma média mundial de 13%. São Paulo produz 64% do etanol nacional e 25% do mundial.

Utilizando-se da tecnologia dos veículos flex, o combustível alternativo avança, estimulada por uma redução no ICMS do Estado de 25% para 12%. Menos imposto, mais ambiente.

O ecodesenvolvimento, conforme o cunhou pioneiramente Ignacy Sachs — aliás, vale a pena ler seu livro autobiográfico, da Cia das Letras — depois batizado de desenvolvimento sustentável, exige uma nova compreensão sobre a relação entre o Homem e a Natureza. Agora, acrescido do aquecimento global, a imperiosa necessidade de redução nas emissões de GEEs aponta para uma verdadeira revolução.

Precisamos nos preparar, em nome das gerações que ainda nem nasceram, para esse enorme desafio.

**O surrealismo de Copenhaguen -** Johann Hari – O Globo – Ciência – 16/12/2009

À primeira vista, a conferência climática em Copenhague parece ter saído de uma tela surrealista de Salvador Dalí. Vi o arcebispo Desmont Tutu ser seguido por um enxame de estudantes japoneses vestidos de alienígenas e carregando cartazes dizendo "Levem-me ao seu líder" e "Sua espécie está louca?".

Antes, passei por adolescentes revoltados, cobertos de preto e desfiando estatísticas sobre a quantidade de dióxido de carbono que pode ser absorvida.

E assisti um casal vestido de vaca sendo atacado pela polícia, que o acusava de atirar pedras com seus cascos.

Mas o surrealismo ganha contornos ainda mais profundos e negros dentro do Bella Center, onde governos de países ricos ignoram audaciosamente seus cientistas e recusam-se a assinar um acordo que proteja nosso clima de uma dramática instabilidade.

É consenso entre os cientistas de que as nações ricas precisam cortar, até 2020, 40% de suas emissões de gases-estufa, em relação às registradas em 1990. No entanto, segundo cálculos, nossos governos oferecem uma desanimadora redução de 8% a 12% nas emissões — que, despidas todas as brechas e truques de contabilidade, torna-se um aumento de 4%.

Os negociadores já admitem confidencialmente não haver possibilidade de que as discussões terminem de acordo com as demandas científicas. É provável que a conferência não vá aprofundar ou ampliar o Protocolo de Kioto, mas aleijá-lo. Kioto fixou metas legalmente vinculantes para acompanhar e reduzir as emissões. Os cortes que determinou eram tímidos demais, e as sanções previstas, lamentavelmente fracas.

Ainda assim, era um começo. O prazo de validade daquele protocolo expira em 2012, mas seus signatários acreditam que os pontos traçados ali podem ser intensificados depois disso. Os EUA, porém, querem trocar o acordo por outro ainda mais frouxo. Em sua proposta, cada país anuncia cortes e os segue voluntariamente, sem penalidades ou obrigações.

No centro desta conferência há uma questão mais forte do que o número de homens-vaca presos. Estamos jogando roleta russa com nosso clima, e nossos governos mais poderosos fornecem as balas que vão encher o tambor desta arma.

Esta comoção que atinge Copenhague é, ao mesmo tempo, desoladora e reconfortante. Os governos insistem em exibir sua falência moral, mas um movimento global e genuinamente democrático lhes obriga a mudar de rumo. Um exército de ativistas se aglomera aqui, preparado para qualquer obstáculo que proteja esta fraude em forma de acordo.

As mesmas reivindicações são ouvidas nos corredores do Bella Center, onde os representantes de países pobres se recusam a assinar um acordo que seque ou inunde suas terras. O governo de Tuvalu, um pequeno arquipélago já apavorado com a elevação do mar, deu um exemplo de dignidade ao interromper encontros que partiam do princípio de que poderíamos continuar emitindo carbono. A premissa, segundo Tuvalu, significava sua morte. Lumumba Di-Aping, negociadorchefe do G-77, bloco dos países em desenvolvimento, não escondia a tristeza ao explicar: "Quanto mais se demora a tomar ações concretas, mais pessoas são condenadas a um sofrimento imensurável".

Hoje, os protestos de dentro e fora da conferência vão se encontrar. Espera-se que alguns delegados deixem o Bella Center enojados com as negociações. Enquanto isso, bravos manifestantes tentarão forçar sua entrada, expressando repulsa com a traição a todos nós que ali é encenada. Claro que os meios de comunicação que servem

aos interesses dos ricos poluidores classificarão o ato como “vandalismo”. Há, na verdade, duas formas de vandalismo prestes a acontecer aqui. Uma é o corte de algumas barreiras, como parte de um ato de desobediência civil em massa. Trata-se uma tentativa simbólica de resistir a um vandalismo muito maior: jogar no lixo nossa própria casa, como fazem líderes míopes e ricos demais para ouvirem a ciência.

Nós sabemos o que pode ser feito. Temos conhecimento e ciência para isso. Se nos recusarmos a cumprir nossas tarefas, ficando inertes enquanto um pequeno grupo explora combustíveis fósseis e suborna nossos políticos, esta será a cena mais surrealista de todas.

**Negociadores empurram decisão para ministros** – O Globo – Ciência – 16/12/2009

Delegações não se entendem sobre pontos cruciais, como metas de emissões, limites de temperatura e financiamento

COPENHAGUE. Diante do fracasso dos negociadores, todos os pontos cruciais de um acordo na Conferência do Clima permanecem em aberto e deverão ser resolvidos por ministros de Estado — o que é incomum nas negociações internacionais —, numa corrida contra o tempo até a chegada dos chefes de governo. Falta decidir tudo: metas, dinheiro, limite de aumento de temperatura e de cortes de florestas.

Houve um retrocesso até em questões nas quais os negociadores imaginavam ter avançado, como as ações para reduzir emissões por meio da diminuição do desmatamento.

Ministros deverão atravessar a madrugada de amanhã para determinar os pontos antes da chegada de seus líderes, que se reúnem na sexta-feira. Ainda assim, segundo o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, duas questões espinhosas podem ficar para os chefes de governo: dinheiro e metas.

— Se vão deixar todos estes temas para os líderes, será muito difícil termos um acordo em dois dias — afirmou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon — E precisamos de um acordo forte, de um resultado substancial.

Ambientalista teme que só haja declaração política O número de questões em aberto assusta especialistas, como Marcelo Furtado, diretorexecutivo do Greenpeace Brasil, que acompanha há 17 anos as discussões.

— Isso significa que tudo é impasse. Isso é ruim. Estamos a 24 horas da chegada dos chefes de estado.

Corremos o risco de só termos uma declaração política que não vale nada.

Entre pontos-chaves em aberto, estão as metas de redução de emissões. O primeiro rascunho estabelecia compromissos obrigatórios de corte das emissões para os países ricos, deixando o percentual em aberto, de 25% a 45%. E determinava ainda reduções no crescimento das emissões para países em desenvolvimento.

Se o primeiro texto não falava em financiamento a longo prazo, o novo tampouco o menciona, confirmando que não houve avanço algum.

Outro ponto, destacado pela secretária de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn, é que o primeiro rascunho fazia uma referência ao Protocolo de Kioto, que desaparece neste novo rascunho.

O maior retrocesso, no entanto, teria sido na questão do REDD. Esta é a sigla do mecanismo destinado a mensurar reduções de emissões de CO2 a partir da diminuição

do desmatamento das florestas, e o formato deste mecanismo estava praticamente estruturado. Uma nova versão, entretanto, com diversas salvaguardas, surgiu, sobretudo por conta das pressões dos Estados Unidos e, agora, as duas versões serão levadas aos ministros. Em aberto continua o problema de financiamento; se, por meio de um fundo ou por créditos a serem vendidos no mercado.

Impasse centrado em EUA, União Europeia e China O grande nó nas negociações permanece centrado em três grandes blocos: União Europeia, EUA e China, que não avançaram um milímetro em suas determinações de cortes desde que chegaram a Copenhague.

— Não há chance de novos compromissos — voltou a afirmar o negociador-chefe dos EUA, Todd Stern, referindo-se à proposta de corte de 17% em relação a 2005, em discussão no Senado americano.

Não faltaram apelos para que a situação se resolva mais rapidamente.

O secretário-geral da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, Yvo de Boer, posou para fotógrafos ontem ao lado de uma boia, na qual se lia a inscrição “aja agora, salve vidas”.

— Precisamos de metas ambiciosas de cortes, de financiamento.

Há um ditado em inglês que diz que podemos levar o cavalo à água, mas não forçá-lo a beber.

Trouxemos 192 à água, mas não podemos forçá-los a beber

**GAFE VERDE**

Em sua apresentação durante a COP-15, o ex-vice-presidente dos EUA Al Gore cometeu um erro inconveniente: garantindo estar se baseando em estudos “recentes”, Gore afirmou que existem 75% de chances de o gelo desaparecer do Oceano Ártico durante o verão nos próximos cinco anos. Só que as pesquisas mais recentes dos especialistas indicam que o gelo pode desaparecer do local em 2030, caso o ritmo atual das emissões globais de CO2 não se altere. A confusão foi confirmada pelo climatologista Wieslav Maslowski, citado como fonte de Gore.

**PERSONA NON GRATA**

Acusado de violações dos direitos humanos, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, chegou ontem à Dinamarca para participar da COP-15.

Mugabe se limitou a dizer que tinha o direito de estar na cúpula porque era “um cidadão deste mundo”. Apesar de sanções da UE à sua presença nos países do bloco, ele se aproveitou de brechas que permitem seu comparecimento a eventos da ONU.

**APELO DO PAPA**

O Papa Bento XVI fez ontem um apelo aos negociadores da COP-15, para que cheguem a um acordo de fato efetivo. Ele disse que os governos precisam estar conscientes de que as degradações ambientais “ameaçam a Humanidade e o seu futuro, tanto quanto as guerras e o terrorismo

**PRÍNCIPE SOLITÁRIO**

Notório defensor do meio ambiente, o príncipe Charles, do Reino Unido, chegou a Copenhague e, durante um discurso, alertou aos participantes da COP-15 que “uma solução parcial (para a questão climática) não é uma solução”. A delegação de seu país, porém, não tem feito avanços nessa linha.

**SEREIA ZANGADA**

Em meio à tensão das negociações da COP-15, uma eleição inusitada, divulgada ontem em Copenhague, deu à Monsanto o prêmio Sereia Zangada, dedicado às empresas ou aos indivíduos que mais atrapalharam ou sabotaram o combate às mudanças climáticas.

A empresa teve 37% dos dez mil votos anotados no site da premiação (www.angrymermaid.org).

**As duas faces do chefão do clima de Obama –** O Globo – Ciência – 16/12/2009

Todd Stern marca a ambiguidade dos EUA em Copenhague Todd Stern é "o cara" de Obama na Conferência do Clima de Copenhague.

Enquanto o presidente americano não chega à Dinamarca, é o chefe das negociações climáticas dos EUA quem comanda as negociações no Bella Center, ora fazendo o papel de mocinho, ora fazendo o papel de bandido, dependendo do roteiro apresentado.

Há uma semana, literalmente logo após desembarcar em Copenhague, Stern convocou os jornalistas para uma entrevista coletiva. Nela, atacou os chineses, por estarem fazendo pouco para reduzir suas emissões; criticou os europeus, que estariam cobrando coisas demais dos EUA; e questionou os países mais pobres do mundo, os mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, sobre suas aspirações a "reparações" de danos pelos ricos.

Habilidade elogiada por representante da Índia Mas Stern também tem sido elogiado. O ministro do Meio Ambiente da Índia, Jairam Ramesh, afirmou que o representante americano é um negociador habilidoso, capaz de desatar o mais complicado dos nós.

Por trás dessa ambiguidade se esconde um homem nascido há 58 anos em Chicago. Formado em Direito em Harvard, Stern participou da administração do governo de Bill Clinton, incluindo as negociações (frustradas) em torno do Protocolo de Kioto no senado americano.

Foi quando aprendeu que negociar antes em casa é fundamental para o sucesso nas negociações Internacionais.

**Clima e ambiente no centro de tudo –** Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/12/2009

No momento em que este texto é escrito, na manhã de quartafeira, em Copenhague, as negociações na reunião da Convenção do Clima continuam muito difíceis – tanto que se decidiu prorrogar até a noite de quintafeira, provavelmente madrugada de sexta-feira, o texto que será submetido aos chefes de Estado, muitos deles aqui presentes, entre eles o presidente Lula.

Embora diplomatas sempre digam que as negociações continuam avançando, na prática há obstáculos enormes no caminho de um consenso (e aqui tudo precisa de consenso para ser aprovado) sobre metas de redução de emissão de gases do efeito estufa para mais de 190 países; sobre recursos financeiros dos países desenvolvidos aos demais para essa diminuição; sobre a prorrogação do Protocolo de Kyoto, com metas obrigatórias de redução para os países desenvolvidos (e, por tabela, com regras para nova etapa do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que permite a uma empresa de

país desenvolvido financiar em outros países projetos que reduzam as emissões e descontar essa redução das suas próprias emissões – o que forma o chamado mercado de carbono).

Também estão complicadas as negociações sobre um fundo para combater o desmatamento (Redd): os financiamentos serão no nível nacional (governos doadores para governos receptores)? Ou poderão ser diretamente no nível subnacional (para governos estaduais), como desejam EUA e Colômbia? Ou poderá haver repasse dos governos nacionais para outros níveis?

Em que condições?

Não é segredo – e o próprio secretário-geral da convenção, Yvo de Boer, já o admitiu em público – que se chegue aqui apenas a uma declaração conjunta que, depois de enumerar avanços e compromissos concretos já atingidos, crie um novo mandato que permita estender as negociações para 2010 (o atual mandato, aprovado em Bali, em 2007, encerra-se aqui). Mas, como se mencionou neste espaço na semana passada (11/8), as alternativas são difíceis. No primeiro semestre, por causa da Copa do Mundo na África; no segundo, porque teria de ser na próxima reunião da convenção, em dezembro, no México – o que poderia criar uma visão de fracasso para esta COP 15. Já há diplomatas, inclusive brasileiros, cogitando de uma prorrogação dessa reunião para maio de 2010.

Enquanto isso, fica claro nesta reunião que o tema das mudanças climáticas e toda a chamada questão ambiental estão ganhando um novo status. E esse "upgrade" se explica por vários motivos: 1) A gravidade dos chamados eventos climáticos extremos que já estão acontecendo no mundo e no Brasil e a perspectiva de agravamento se não se reduzirem fortemente as emissões, enfatizada aqui pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que menciona a concordância de mais de 90 mil cientistas no mundo com seus diagnósticos;

2) o extraordinário potencial brasileiro, que fascina o mundo, com possibilidade de matriz energética renovável e limpa, a maior biodiversidade do planeta e a presença de florestas em seu território continental, recursos hídricos invejáveis – tudo com que o mundo sonha. Ofato de o governo federal haver adotado metas de redução de emissões, ainda que apenas voluntárias, e não como compromisso no âmbito da convenção, também contribui para  imagem do País na opinião pública mundial. Mas não se pode deixar passar em branco que a presença em Copenhague de três possíveis candidatos à sucessão presidencial – a ministra Dilma Rousseff, comandando a delegação brasileira e se expondo diariamente ao bombardeio dos jornalistas; o governador José Serra, promovendo eventos com figuras como o governador da Califórnia, falando da política de seu governo de redução de emissões em seu Estado e assinando acordo de financiamento com BID e Banco Mundial; e a ex-ministra e senadora Marina Silva, desembaraçada das contingências ministeriais e assumindo um discurso mais duro – contribui muito para o "upgrade" no plano interno das questões climática e ambiental.

Elas serão um dos temas centrais da próxima campanha presidencial.

E ainda há mais.Émuito forte a presença de governadores, parlamentares e empresários em Copenhague, estes últimos tanto na qualidade de dirigentes de suas instituições como em caráter em pessoal – nas áreas da agropecuária, da construção, da indústria, do comércio, da energia, de setores especializados no mercado de carbono.

E todos os dias há discussões paralelas. Como, por exemplo, sobre emissões da agropecuária brasileira, que já chegaram amais de 1 bilhão de toneladas anuais equivalentes de dióxido de carbono em 2003 e baixaram para 869 milhões em 2008. Também nessas discussões se mencionou que 1 quilo de carne industrializada pode

gerar até 300 quilos de carbono emitido. Mas os empresários parecem estar atentos, alguns deles mencionando a possibilidade de reduzir o rebanho até pela metade, com técnicas de confinamento que permitam baixar o tempo para o abate e aumentar o rendimento. Ou mudando a alimentação para reduzir as emissões de metano pelo gado. Também se discute ser imprescindível adotar sistemas de rastreabilidade para a carne exportável – fortemente recusados em algumas áreas – como condição para recuperar mercados, como o europeu, perdido também pela falta dessa rastreabilidade.

Enfim, não é temerário afirmar que o Brasil não será o mesmo após esta reunião, qualquer que seja o desfecho das negociações. Mudanças climáticas e meio ambiente tenderão a deslocar-se para o centro do palco, principalmente na campanha eleitoral pela Presidência da República de 2010. Que terá ainda, contribuindo na mesma direção, as prováveis novas negociações na convenção e as eleições para o Congresso dos EUA, do qual dependem a aprovação da política do clima proposta pelo presidente Barack Obama e a aprovação de qualquer financiamento para reduzir emissões em outros países. Já não é sem tempo.

**Líderes se reúnem para evitar "naufrágio" –** Luciana Coelho, Marta Salomom e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009

Encontro de emergência, idealizado por Sarkozy, busca solução para a conferência do clima; pessimismo predomina

Lula fala em lutar por um acordo "possível"; EUA acenam com mais dinheiro e acusam China de "roubar processo" de negociação

Os líderes mundiais convocaram uma reunião de emergência literalmente na última hora para evitar o fracasso das negociações do clima. A conferência de Copenhague termina hoje, e, às 2h desta sexta, representantes de 19 países, da ONU e da União Europeia estavam fechados em uma sala do centro de convenções que recebe o evento buscando o consenso.

A delegação brasileira, dentre outras, avalia que são grandes as chances de um "naufrágio" ou mesmo de um retrocesso em relação à diferença de tratamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no corte de gases-estufa, ponto de honra para o Brasil.

"Corremos o risco de sermos fotografados como os dirigentes incompetentes para tratar do planeta quando era possível. Vai chegar o momento em que não será mais possível", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao anunciar a reunião dos líderes mundiais ao lado do colega francês Nicolas Sarkozy, autor da ideia.

"Os que quiserem um fracasso, que assumam isso", disse Sarkozy, insistindo na responsabilidade da conferência em adotar medidas que contenham o aquecimento do planeta em 2C até o final do século.

Nos bastidores, porém, diplomatas estavam longe da bravata. Um importante negociador americano falava num corredor do Bella Center que achava difícil que um acordo saísse; em sua opinião, o resultado de Copenhague seria uma "declaração robusta". À Folha, o mesmo negociador disse em seguida que a China e alguns outros países -Brasil e Índia inclusive- "roubaram o processo".

Um diplomata norueguês ecoou o pessimismo: "As pessoas estão desanimadas".

"Conversei com muita gente e ouvi mais preocupações com o fracasso do que pessoas acreditando que pudéssemos chegar a um acordo", disse Lula, descrever o que considerou pessimismo "exagerado".
A reunião de emergência começou às 23h, após jantar com a rainha Margarete 2ª. A madrugada pela frente traria temperaturas negativas. À noite, a sensação térmica no centro de Copenhague era de -13C.
O resultado será levado hoje ao plenário com os líderes dos 192 países que participam da conferência, já com a presença do presidente dos EUA, Barack Obama. A expectativa não é mais de um acordo "perfeito", mas "possível", disse Lula.
Um passo no rumo do acordo "possível" foi dado ontem pelos EUA. A secretária de Estado Hillary Clinton anunciou numa concorrida entrevista coletiva que seu país finalmente concordou em financiar o combate à mudança climática nos países pobres no médio prazo. A questão do financiamento é um dos dois grandes impasses Copenhague -o outro são as metas de corte de CO2.
Hillary anunciou que, se houver "acordo forte no qual todas as maiores economias adotem ações significativas de mitigação e transparência total quanto à sua implementação", os EUA poderiam "trabalhar para mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano em 2020 para abordar as necessidades de mudança climática" dos países pobres.
A secretária não explicou quanto os EUA estariam dispostos a bancar, nem detalhou de onde viria o dinheiro.
O anúncio foi bem recebido diante da ausência anterior de propostas de médio prazo americanas, mas em geral visto como insuficiente para quebrar o impasse. Uma delegada europeia analisa o movimento como uma tentativa dos EUA de comprar um passe livre para as ações de corte de emissão tímidas que o país vem propondo -4% em relação a 1990.
A ministra Dilma Rousseff, chefe da delegação brasileira, disse não saber nem como avaliar a proposta dos EUA. "Você sabe quanto eles vão pôr?", questionou Dilma, apontando problemas na proposta britânica que serve de modelo ao anúncio americano. "De 2013 até 2020 você não sabe o que acontece [com o dinheiro]."
De fato, uma assessora da delegação americana não soube responder à pergunta.
Mais cedo, Dilma anunciara que as negociações avançaram para um acordo no mecanismo do Redd (Redução de emissões por desmatamento e degradação), que poderá financiar projetos na amazônia e no cerrado. Segundo um negociador europeu, avançaram também com um fundo de adaptação e um pouco em financiamento. Mas metas ainda eram problema.

**Países não podem esconder cartas na manga, afirma Lula –** Marta Salomon, Luciana Coelho e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE

Sem surpresas em seu discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou na conferência do clima da ONU mais ambição dos países desenvolvidos em reduzir gases-estufa.
E repisou as "responsabilidades comuns mas diferenciadas", norte de sua posição de que

países em desenvolvimento não são obrigados a arcar com o custo do aquecimento global, embora devam agir.
"Esta conferência não é um jogo onde se possa esconder cartas na manga. Se ficarmos à espera do lance de nossos parceiros, podemos descobrir que é tarde demais. Todos seremos perdedores", disse. "A fragilidade de uns não pode servir de pretexto para recuo de outros."
No discurso, Lula citou o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), segundo o qual deve haver um corte entre 25% e 40% nas emissões de gases de efeito estufa até 2020 sobre 1990.
E defendeu o percentual maior, embora para ambientalistas seja preciso cortar 70%.
O presidente ainda reiterou a "ambição" de reduzir pela metade as emissões globais até 2050 como meio de conter o aumento da temperatura do planeta a 2 C até o fim do século, como deve constar o documento final da COP-15.
Mas advertiu: "Esta ambição será vazia se não houver um compromisso claro de curto e médio prazo". "Não há lugar para conformismo. Os países desenvolvidos devem assumir metas (...) à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos."
**(CA, LC, MS)**

**Comando dos dinamarqueses semeia discórdia –** Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009

O clichê é irresistível: há algo de podre no reino da Dinamarca. A falta de habilidade política e as divisões internas da presidência dinamarquesa da COP-15 acabaram se tornando fatores cruciais para explicar o impasse em Copenhague -ao lado, claro, da resistência de chineses e americanos.
Os anfitriões da conferência do clima criaram em torno de si mesmos um clima de desconfiança que paralisou negociações e fez países em desenvolvimento endurecerem posições. Por duas vezes, tentaram aprovar textos de acordo escritos por eles que foram considerados ilegítimos por outros países. Um deles causou a primeira crise da COP ao vazar num jornal na semana passada.
Ontem, a crise se repetiu, pelo mesmo motivo: depois de sofrer rejeição generalizada, um outro texto proposto pela Dinamarca para ser a base do acordo do clima foi retirado de discussão e substituído novamente pelo texto proposto pelo chefe do LCA (grupo negociador que define as ações a longo prazo), Michael Cutajar.
A expectativa era que, mesmo coalhado de pontos de dissenso ("colchetes", no jargão diplomático), o texto de Cutajar pudesse ser "limpo" a tempo da decisão política, hoje.
O texto dinamarquês "era desequilibrado", nas palavras de uma fonte europeia. Pessoas que tomaram conhecimento do conteúdo viram nele um excesso de concessões aos EUA.
A política externa dinamarquesa é tradicionalmente subordinada aos EUA. Essa linha é representada pelo premiê Lars Rasmussen. A presidente da COP-15, Connie Hedegaard, por outro lado, defendia as posições dos europeus -opostas às dos americanos no clima.
Segundo outro delegado europeu, a presidência dinamarquesa foi "escanteada". Michael Cutajar, que conta com mais simpatia de outros países, acabou virando uma espécie de "herói" das negociações.

"Ele virou o que o Raúl Estrada foi em Kyoto", compara o delegado brasileiro Tasso Azevedo, referindo-se ao argentino que assumiu a liderança da conferência do clima do Japão e acabou conduzindo o acordo. Há dois meses, Estrada publicou na revista "Nature" um artigo prevendo que a falta de legitimidade de Hedegaard traria problemas. **(CA, LC e MS)**

**Posições que o Brasil diz que não aceita mudar**

**2 ºC**
é o limite para aumento da temperatura média do globo

**80%**
de corte das emissões de gás carbônico dos países ricos em 2050 e de 50% da média do planeta

**US$ 10 bi**
de valor inicial para o fundo global de combate às mudanças climáticas; o total passaria a US$ 50 bilhões em 2015 e chegaria a US$ 100 bilhões em 2020

**Obama faz mudança do clima virar tema de defesa nacional –** Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 18/12/2009

CIA abre unidade que lida com o tema, e o Pentágono deve incluir aquecimento global em seu relatório quadrienal

Presidente democrata vai a Copenhague hoje, com a intenção de destravar as negociações no dia final da conferência internacional

Aos poucos, por incentivo do presidente Barack Obama, a questão da mudança climática vira assunto de segurança nacional nos EUA. Nas últimas semanas, a CIA anunciou discretamente a criação de uma unidade para lidar com o assunto, a primeira da agência de inteligência. No Pentágono, uma oficial confirmou que o assunto constará de relatório quadrienal a ser apresentado ao Congresso, em fevereiro.
Os dois órgãos seguem movimentos semelhantes ao da comunidade de inteligência, que em seu relatório, divulgado no meio do ano, tratava o aquecimento global como uma das ameaças à segurança do país, e ao Departamento de Estado.
Como tudo que envolve a CIA, não há muitos detalhes sobre o Centro de Mudança Climática e Segurança Nacional, que foi anunciado em um texto no site oficial e em um post na página da agência no Facebook. Mas sabe-se que a equipe americana que se encontra em Copenhague já recebe briefings da nova unidade -uma de suas funções é "dar apoio aos formadores de política norte-americanos ao negociar, implantar e checar acordos internacionais de questões ambientais".
O foco do centro é "o impacto na segurança nacional de fenômenos como desertificação, aumento do nível dos mares, migrações populacionais e a competição elevada por recursos nacionais", assim como seus efeitos "em política econômica e

instabilidade social em outros países".
"Os tomadores de decisão precisam de informação e análise sobre os efeitos que a mudança climática pode ter na segurança", disse o diretor da CIA, Leon Panetta.
Caminho semelhante deve seguir a Revisão Quadrienal de Defesa de 2010, sendo preparada nesse momento pelo Pentágono. Por orientação do Congresso, hoje controlado pelos democratas, o relatório do Departamento de Defesa norte-americana levará em conta as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), comitê ligado à ONU.
"As projeções do IPCC nos fazem acreditar que eventos climáticos graves aumentarão em intensidade no futuro, e talvez também em frequência", disse Amanda Dory, vice-secretária assistente de Defesa, em entrevista à rádio pública NPR. "Essa é uma missão em que já somos requisitados com uma frequência regular no apoio de autoridades civis, em inundações, incêndios e furacões, e acreditamos que há a possibilidade de esse tipo de pedido aumentar no futuro".
O fato de uma recomendação de um comitê da ONU influenciar decisões do Pentágono marca a guinada da Casa Branca sob Obama, um defensor da causa ambiental e do multilateralismo. Mas a mudança ordenada pelo democrata serve também a outros propósitos.
O primeiro é se distanciar de seu antecessor, o republicano George W. Bush, que passou os oito anos de seu mandato bloqueando iniciativas na área. O outro é agradar o chamado lobby verde, que lucra com as mudanças de política nessa área e é uma das bases de apoio principal do atual governo.
Obama chega hoje a Copenhague e, a exemplo do que fez em Oslo na semana passada, deve tocar de novo no assunto em seus pronunciamentos.

**MMA descarta possível anistia a desmatadores -** Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA - 18/12/2009

O decreto que criou o programa Mais Ambiente não inclui anistia aos desmatadores e nem foi essa a intenção do Governo ao editá-lo. A informação foi dada nesta sexta-feira (18/12) pela ministra interina do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que reuniu secretários e assessores em Brasília para discutir as ações de implementação do programa, criado por decreto, na última terça-feira, pelo presidente Luiz Ignácio Lula da Silva.

A ministra interina recebeu, pela manhã, uma comissão de fiscais do Ibama que veio ao ministério protestar contra o artigo do Mais Ambiente e contra o Projeto de Lei Complementar 12/03, aprovado na Câmara e agora em discussão no Senado, que poderá esvaziar a fiscalização federal.

Izabella apoiou o movimento, que luta para que as leis em vigor sejam mantidas. Segundo ela, há no momento uma ofensiva contra a legislação ambiental, patrocinada por quem quer colocar ambientalistas e agropecuaristas uns contra os outros. Ela entende que o momento exige a união de todos aqueles que defendem o meio ambiente contra a desfiguração dos avanços que as leis ambientais representam. "Estamos do

mesmo lado", disse a ministra, informando que na reunião que discutiu o Mais Ambiente estavam participando, além do staff do MMA, representantes de outras pastas que lidam com o setor produtivo.

Izabella descartou, também, qualquer possibilidade de apoio à suspensão da fiscalização do Ibama nos estados. O Projeto de Lei Complementar, em trâmite no Congresso, que retira do órgão federal as prerrogativas de fiscalizar e multar os infratores ambientais com empreendimentos licenciados pelos governos estaduais não terá o aval do Executivo, segundo analisou. Essa possibilidade nem sequer foi objeto de discussão nas 59 reuniões técnicas que resultaram no Mais Ambiente, garantiram técnicos do MMA, que participaram do processo.

"O Mais Ambiente, em momento nenhum, representa uma anistia aos desmatadores", garantiu Izabella aos fiscais. Eles simulavam estar amarrados para mostrar que se o projeto de lei passar estarão impedidos de trabalhar.

A proposta do programa recém-criado, de acordo com a ministra interina, é "retirar da ilegalidade ambiental quem hoje se encontra nessa situação". E disse, ainda, que o Mais Ambiente está em processo de aperfeiçoamento para entrar em operacionalização. Até lá, serão chamados a participar o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Social, que esteve ontem na reunião, disse. Ela defendeu a parceria interministerial afirmando que não há desenvolvimento agropecuário se não for com base em produção sustentável, com respeito ao meio ambiente.

**Presidente Lula deve sancionar Política Nacional sobre Mudança do Clima -**
Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 28/12/2009

O Brasil segue comprometido com suas metas voluntárias de redução nas emissões de gases do efeito estufa, embora o encontro de Copenhague tenha ficado aquém do esperado. A afirmação foi feita pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, após reunião com o presidente Lula e o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, para debater os vetos à lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. A lei deve ser sancionada ainda nesta segunda-feira (28/12).

De acordo com o ministro, dos 10 vetos recomendados pelos ministérios e outros órgãos governamentais envolvidos, o presidente acatou três. Um deles, solicitado pela Advocacia Geral da União, diz respeito à proibição de contingenciamento de recursos para o combate às mudanças climáticas. "Isso vai contra determinação geral da execução orçamentária, e teria que ser feito por uma lei complementar. Uma lei ordinária não pode tratar de contingenciamentos ao orçamento", explicou Minc.

Outro veto presidencial, proposto pelo Ministério de Minas e Energia, diz respeito à previsão de abandono de fontes fósseis, como o petróleo. "É diferente estimular fontes alternativas e simplesmente abandonar o uso de fontes fósseis", ponderou Carlos Minc.

O último ponto vetado pelo presidente afeta itens do artigo 10º da lei, especialmente aquele que limita às usinas hidrelétricas de pequeno porte as políticas de estímulo governamentais. De acordo com o ministro, o governo também quer estimular

as de médio e grande porte. "O Brasil não pode abrir mão da energia proveniente das usinas hidrelétricas. Mas é preciso fazer com que elas inundem poucas áreas, não criem problemas para os índios e para a biodiversidade", considerou.

A Política, que foi aprovada pelo Senado em 25 de novembro, fixa em lei o compromisso do Brasil de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases do efeito estufa, dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%, com base nas taxas do relatório de emissão até 2005. Para isso, será publicado um decreto presidencial, em que estarão especificadas as iniciativas que cada setor da economia deverá tomar para que a redução nas emissões de gases do efeito estufa seja alcançada. "Não basta ter metas numéricas, é preciso ter os instrumentos que vão garantir que elas sejam atingidas", disse Minc.

De acordo com o ministro, a determinação do presidente Lula é de que os ministérios comecem a consolidar as contribuições que darão ao texto do decreto presidencial já em janeiro. "Apesar de Copenhague não ter corrido muito bem, nós vamos fazer o dever de casa", finalizou o ministro, mais uma vez se referindo à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada neste mês em Copenhague (Dinamarca).

**Fracassa a Conferência do Clima** – Estado de São Paulo – Capa – 19/12/2009

AConfer?cia doClima acabou sem que fossem alcan?dos os objetivos originais: ter metas para reduzir emiss?s de CO2 e elaborarformasclarasdefinanciamento.

Um acordo pol?ico foi obtido entre EUA, Brasil, China, ?dia e ▪ rica do Sul, mas prev?metas para o corte das emiss?s s?para 2050 e em n?eis abaixo do esperado – e ainda dependia do aval dos 193 pa?es na confer?cia. Os ?icosavan?sforamummecanismodefinanciamentoparacombate ao aquecimento e umcompromisso para conter a eleva豫o da temperatura em 2˚C. O consenso foi minado porque os EUA defendiam fiscaliza豫o dasa癌es ambientaisempa?es em desenvolvimento, o que a China vetou. O esfor? final foi feito numa reuni? entre os emergentes. O presidente dos EUA,BarackObama,apareceu semser convidado e pediu para se sentar ao lado do presidente Lula.Oencontroacabousemresultados.

ConferênciadoClimafracassa; Textonãotemmetasobrigatórias **– Estado de São Paulo – Andrei Netto, Afra Balazina e Lisandra Paraguass - Especial – 19/12/2009**

Maior reuni? diplom?ica da hist?ia,a15 ▪ onfer?ciadoClima (COP-15) terminou ontem à noite com um acordo p?io, que n?prev?etasobrigat?iasde redu豫o de emiss?s de CO2 até 2020 e ainda amea? a exist?ciadoProtocolodeKyoto.

Otexto oficial estava sendo negociado at?o fechamento desta edi豫o O documento traz apenas ummecanismodefinanciamento para a癌es de combate ao aquecimento global e um compromisso de impedir a eleva豫o datemperaturaem2˚C,semdizer como isso ser?cumprido. Depois de duas semanas de negocia癌es emuita expectativa, a c?ula das Na癌es Unidas pode ser considerada um fracasso.

Odocumentoprev?edu豫o de50%das emiss?s deCO2 em2050– o objetivo m?imo cogitado –, n? fixa meta para 2020, n? detalha os mecanismosfinanceiros, n?prev?cordosobre a verifica豫o das a癌es ambientaisempa?esemdesenvolvimento e n? tem for? De lei. Al? disso, n? se podia garantir, at?o fechamento da edi豫o, a

continuidade do ProtocolodeKyoto, emenosaindaotexto que deveria resultar em um futuro tratado, que incluiria os EUA.“O objetivo de redu豫o de 50% para 2050 ?uma decep豫o”, limitou-seacriticaropresidentedaFran?, NicolasSarkozy, afirmandoqueassinariaodocumentoemnome de seu pa?.

?0h20 de hoje (hor?io de Bras?ia),Tuvalufoioprimeiroa se manifestar contra o texto na plen?ia final. O representante disseque, apesardeserumana豫o pequena, merece respeito.

O acordo pol?ico havia sido fechado depois de 23 horas de negocia癌es,masenvolveuapenas os l?eres dos Estados Unidos, Uni? Europeia, China, ?dia, Brasil e ▪ rica do Sul. Presentes em massa, 193 chefes de Estado e de governo tentaram em v? um compromisso que equacionaria as disputas t?nicasemtorno de dois objetivos – prorrogaroProtocolodeKyoto at?2020, limitando as emiss?s deCO2, e incluir osEUAemum tratado internacional.

A contradi豫o ?que, at?ser “aprovado” na plen?ia final, o texto nem sequer havia sido apresentado aos demais chefes de Estado e de governo. Seus esbo?saindaeramnegociados at?o in?io da madrugada e seriamsubmetidos?ess?plen?ia da COP-15.Umde seus poucos pontos objetivos foi o financiamentodeadapta豫ao pa?es “mais vulner?eis”, que preverá US$ 10 bilh?s por ano até 2012. A fragilidade da iniciativa, anunciada pela Casa Branca como “acordo clim?ico global”, revoltou militantes ambientalistas de todo o mundo.

“Trouxemos os chefes de Estado para c?e eles foram embora sem nada”, desabafou Paulo Ad?io, um dos coordenadores do Greenpeace Brasil. “O documento ?vazio, sem metas e covarde.”

Em Copenhague, militantes se organizavam noin?io da madrugada para protestar contra a decis? dos pol?icos.

O cen?io do fracasso come?u a se desenhar na quinta. O consenso se anunciava imposs?el porque os EUA condicionavamumacordo ?cria豫o deum mecanismo internacional de verifica豫o das a癌es ambientais em pa?es em desenvolvimento.

AChina n? aceitou. Para desatar o n?umnovo texto-base para um acordo foi proposto pelo governoanfitri?.Tr?horasdepois, na plen?ia de l?eres, Lula come?u um pronunciamento contundente, dizendo-se “frustrado”.

A sensa豫o de fracasso foi ampliada quando Barack Obamatomou a palavra.

Lula se reuniu com Obama, WenJiabao,premi?aChina,Sarkozy (Fran?), e Angela Merkel (Alemanha), sem sucesso. O esfor? final foi em uma reuni?

dos grandes emergentes convocadapeloschineses.

Semserconvidado, Obama compareceu. A costura pol?ica foi tecida sem consenso internacional. ●

**‘Não levaremos o fracasso para casa’** – Lisandra Paraguassú - Estado de São Paulo – Vida & - Especial – 19/12/2009

Nomaisfortediscursodaplenária de líderes no último dia da conferência do clima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou o Brasil como o país que, para salvar a COP-15 de umnaufrágio, aceita ser fiscalizado e até mesmo concorda em colocar recursos em um fundo de onde, na verdade, como país em desenvolvimento, deveria só retirar dinheiro. Falando de improviso,Lulasedissefrustrado com os resultados depois de

semanas de negociações e cobrou responsabilidade dos mais de cem líderes presentes em Copenhague.

Aplaudido quatro vezes durante sua fala e longamente ao final – o único chefe de Estado a receber esse tratamento – a estratégia foi clara: “Fizemos tudo e não vamos levar esse fracasso para casa.” “Confesso a todos vocês que estou um pouco frustrado porque há muito tempo discutimos a questão do clima e cada vez mais constatamosque problema é mais grave que podíamos imaginar. Pensandoem contribuir para a discussão nesta COP o Brasil teve uma posição muito ousada”, o presidente iniciou sua fala. Em seguida, listou as metas e as açõesaqueoPaíssecomprometeu.

“Não é uma tarefa fácil, mas foi necessário tomar essas medidas para mostrar ao mundo que, com meias palavras e combarganhas, a gente não encontraria uma solução nesta Conferência de Copenhague.”

Pelaprimeiravez,desdeoiníciodoencontro, opresidenteadmitiu que o Brasil poderá colocar dinheiro no fundo contra as mudanças climáticas. Apesar denãofalaremvalores, foimais umatentativa de tirar entraves nas negociações.“Vou dizer, de público, uma coisa que eu não disseaindanomeupaís,nãodisse àminha bancada e não disse aomeuCongresso:sefornecessário fazerumsacrifício amais, o Brasil está disposto a colocar dinheiro também para ajudar os outros países. Estamos dispostos a participar do financiamento se nós nos colocarmos de acordo numa proposta final, aqui neste encontro”, afirmou.

Aproposta,noentanto,sóvaleriaemcasodeumacordofinal razoável – coisa que, depois de negociaçõesexaustivasodia inteiro, terminou sem acontecer.

Para colocar seus próprios recursos, avisou o presidente, era preciso algo para assinar que nãoumdocumentovazio.“Agora, o que nós não estamos de acordoéqueasfigurasmaisimportantes do planeta assinem qualquer documento, para dizer que nós assinamos documento”, reclamou. “Eu adoraria sair daquicomo documento mais perfeito do mundo assinado.

Mas se não tivemos condições de fazer até agora eu não sei se algum anjo ou algum sábio descerá neste plenário e irá colocarnanossacabeçaainteligência que nos faltou até a hora de agora. Não sei.”

Apesar de se dizer “excessivamenteotimista” ede “acreditaremmilagres”,

Lula já previa quenemumdiscurso fortenem asconcessõesdoBrasilemaceitarverificaçõesexternasecolocarrecursosparafinanciamento mudariamocenáriodesenhado até ontem. No dia anterior, ementrevistacomopresidente Nicolas Sarkozy, dissera temer que a foto dos 120 líderes presentesemCopenhaguesetransformassenaimagemdosincompetentes que não salvaram o planeta enquanto havia tempo.

Afotooficial,queretratariajustamente os responsáveis pela falta deacordo, foi cancelada.E Lula deixou Copenhague antes deotexto final seranunciado.

Sem novidades, discurso de Obama decepcionou

Era um dos discursos mais esperados da conferência, mas a sensação de decepção ficounoar.AssimqueopresidentedosEUA, Barack Obama, saiu do púlpito da plenária de chefes de Estado em Copenhague, na manhã de ontem, recebeu apenas aplausos protocolares. Em vezdaesperançadenovosesforços paraumacordo substancial, deixou impressão de arrogância e lições de moral.

“A América fez sua escolha.

Nósdefinimosnossocurso, firmamosnossoscompromissosefaremosoquedissemos.

Acredito que é o tempo para as nações e povos do mundoseuniremporumpropósito comum", foi uma de suasfrasesmaisfortes.Após classificar como "ambiciosas" as ações e metas americanas, afirmou que os Estados Unidos "continuará nesse curso, não importa o que aconteça em Copenhague".

ClaramentedirigidoàChina, que resiste em aceitar o monitoramento,regulaçãoeverificação de ações de redução de emissões que não sejam pagas por financiamento externo, Obama insistiu na necessidade de fiscalização. "Nós precisamosdeummecanismo para verificar se estamos mantendo nossos compromissos e trocar essa informação de uma forma transparente",cobrou."Semisso, qualquer acordo será palavras vazias em uma página."

Apósdizerquenãotinhavindo a Copenhague "para falar, mas para agir", Obama apenas repetiu a oferta de metas e recursosqueosEUAjáhaviacolocado na mesa. Ainda assim, cobrou. "Esse não é um acordo perfeito enemtodos terão tudo o que desejam", disse. "Sabemos os problemas porque temos sido aprisionados por eles duranteanos.Masessaéasituação: nós podemos fazer esse acordoedarumpassoàfrentee continuar a refiná-lo e construir sobre essa fundação. Ou podemos, de novo, escolher a postergação, caindo de novo nasmesmasdivisõesqueestiveram em todo o caminho."

**Cúpula acaba sem metas de corte de CO2 –** Claudio Angelo, Luciana Coelho e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 19/12/2009

EUA, China, Brasil, Índia e África do Sul fecham um acordo tímido, que ainda teria de ser aprovado por demais países

Considerado o principal encontro sobre clima deste século, COP-15 termina, depois de 12 dias, com uma mera declaração política

Depois de dois anos de negociações, chefes de Estado reunidos em Copenhague deixaram a conferência do clima ontem sem uma decisão sobre metas de redução de emissões para os países desenvolvidos. A COP-15, considerada a reunião internacional mais importante deste século, naufragou numa pífia declaração política, e uma nova reunião foi convocada para o meio do ano que vem.
Após uma série de reuniões que começaram na quarta-feira, adentraram a madrugada ontem e duraram o dia todo, os líderes foram incapazes de resolver a maioria dos impasses no caminho do acordo contra o aquecimento global.
O que era para ser uma apoteose, com a presença de 119 premiês e presidentes - inclusive o homem mais poderoso do mundo, Barack Obama-, terminou em vergonha. Esta já se insinuava desde a tarde de ontem, quando a "foto de família" dos presidentes que coroaria a salvação do planeta fora cancelada. Consolidou-se à noite, quando os líderes saíram do Bella Center, o centro de convenções de Copenhague, sem dar declarações.
"Estou decepcionado, muito decepcionado", declarou o embaixador extraordinário do Brasil para o clima, Sérgio Serra. Ele assumiu a chefia do grupo negociador brasileiro ontem, depois que o negociador-chefe, Luiz Alberto Figueiredo Machado, voltou ao

Brasil antes mesmo do fim da COP-15.
Até o fechamento desta edição, a conferência de Copenhague ainda não havia terminado. Um rascunho do acordo político foi submetido a um grupo de negociadores de 30 países, que o transformaria numa decisão da COP -o resultado oficial da cúpula. Mesmo nessa reunião já havia resistências ao documento na noite de ontem, por parte do G77 (bloco dos países em desenvolvimento).
"Não será o resultado que todos esperamos", disse Serra. "Muita coisa deverá ser deixada para a reunião ou série de reuniões no ano que vem." A ausência mais marcante é justamente das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa -o objetivo principal de um acordo que, afinal, deveria proteger o clima.
O chamado "Acordo de Copenhague" não trará menção a uma meta global de corte de CO2 de pelo menos 50% até 2050, nem trará explícitas as metas dos países ricos e os compromissos dos emergentes e dos Estados Unidos.
O objetivo de segurar o aquecimento global em no máximo 2C, porém, está mantido. Um acordo legalmente vinculante, que era a maior esperança para a cúpula, também está fora do horizonte. "Será muito difícil e levará algum tempo", disse Obama.
Os EUA passaram todas as duas semanas da conferência trocando acusações com os chineses. Os dois maiores poluidores do mundo faziam questão de dizer que estavam plenamente engajados na luta contra o aquecimento global, mas que o outro não estava fazendo o bastante.
Obama qualificou as diferenças como um "impasse fundamental em perspectivas". O principal ponto de conflito entre as duas potências, porém, foi resolvido, e graças à mediação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: a questão da verificação dos compromissos de corte dos emergentes.
Os EUA brigavam para que qualquer compromisso adotado pelos emergentes, tendo ou não verba de países ricos, fossem sujeitos a auditoria externa. Estes insistiam em que isso era violação de soberania -especialmente a China, que teme intromissão americana em outras questões domésticas.
Numa reunião convocada por Wen dos países do chamado Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China), à qual Obama se juntou mais tarde, a solução apareceu: haverá verificação, mas esta "não será intrusiva", nas palavras de Serra. Ficou decidido que um grupo internacional será encarregado da verificação. Lula intermediou o conflito entre os gigantes.
Diante do fiasco de Copenhague, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, convocou uma nova reunião para Bonn, na Alemanha, em junho. A próxima COP está marcada para dezembro de 2010 no México.

**Foi um crime climático, diz ONG –** Folha de São Paulo – Ciência – 19/12/2009

DOS ENVIADOS A COPENHAGUE

Representantes das principais ONGs ligadas a ambiente criticaram ainda na noite de ontem o fracasso da cúpula do clima, em Copenhague. Oxfam, Greenpeace e Amigos da Terra foram algumas das organizações que criticaram a falta de compromissos na COP-15.
"Esse texto é um triunfo da distorção sobre a substância. Reconhece a necessidade de

manter o aquecimento aquém de 2C, mas não se compromete a fazê-lo. Refuga ante as decisões principais sobre cortes de emissão e enevoa o item do financiamento, sem explicá-lo", declarou Jeremy Hobbes, diretor executivo da ONG Oxfam.
Já Kumi Naiodoo, diretor internacional do Greenpeace, afirmou que "a cidade de Copenhague é a cena de um crime climático, com os homens e mulheres culpados fugindo para o aeroporto com vergonha".
Em comunicado, o grupo Amigos da Terra também reprovou o resultado: "Não é um acordo forte porque sequer é um. É apenas um reempacotamento de velhas posições travestidas de novas". **(LC, CA, MS)**

**Resultado da COP 15 é insuficiente, diz Minc –** Sítio eletrônico do MMA – 19/12/2009

Países ricos se comprometeram a doar US$ 30 bilhões, nos próximos três anos, para um fundo de luta contra o aquecimento global

19/12/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse nesta sexta-feira (18/12) que o resultado das negociações climáticas que acontecem na Conferência do Clima (COP15), em Copenhague, são insuficientes para salvar o planeta.

Os países ricos se comprometeram a doar US$ 30 bilhões, nos próximos três anos, para um fundo de luta contra o aquecimento global. O acordo prevê US$ 100 bilhões por ano, em 2020. "Isso aqui é insuficiente, vamos continuar a luta pelo planeta", disse Minc.

O ministro Carlos Minc ressaltou que esse valor que será colocado no fundo até 2012 - US$ 10 bilhões por ano - é menos do que o Brasil vai gastar para atingir sua meta voluntária de reduzir em até 39% das emissões de gases de efeitos estudo, até 2020.

Ele explicou que para atingir sua meta, o Brasil vai gastar US$ 16 bilhões por ano. "Esse valor de US$ 30 bilhões para todos é menos do que o Brasil sozinho vai gastar para cumprir as nossas metas, aprovadas pelo nosso parlamento", destacou Minc.

No documento preliminar, que ainda será colocado em votação no plenário da COP15, os países desenvolvidos se comprometeram em cortar 80% de suas emissões até 2050. Já para 2020, eles apresentaram uma proposta de reduzir até 20% das emissões, o que está abaixo do recomendado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que sugere uma redução entre 25% e 40% até 2020.

Minc disse ainda que o Brasil fez o seu dever de casa e vai continuar cobrando dos países ricos uma postura mais forte para a proteção do planeta. "A recomendação do IPCC é de redução de 25% a 40% até 2020. Ainda estamos em 2009. Então, a gente vai mobilizar a população e a opinião pública, assim como foi feito para que os Estados

Unidos e a China apresentassem as suas metas".

Para a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e membro do IPCC, Suzana Kahn, o resultado da COP15 foi decepcionante, uma vez que os chefes de estados discutiram mais a questão econômicas das nações ricas e emergentes e se esqueceram daqueles que vão sofrer dramaticamente os efeitos da mudança climáticas.

"Existem muitos países africanos, por exemplo, que são sofrer demais com o aumento da temperatura. No entanto, parece que a discussão tomou um viés econômico e político, o que eu acho muito preocupante. A questão climática ultrapassa a fronteira ambiental. É uma questão de esenvolvimento, de justiça, de equidade", desabafou a Suzana Kahn.

Segundo a secretária, as negociações para poder chegar a um acordo firme na COP15 começaram há dois anos.

**Cop 15 encerra hoje sem acordos firmes sobre as mudanças climáticas –** sítio eletrônico da Contag - 19/12/2009

A Conferência das Partes sobre o Clima, COP 15, está chegando ao fim sem nenhuma proposta concreta e que agrade a delegação brasileira. Hoje o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso emocionado e defendeu um compromisso do mundo em relação ao meio ambiente. A secretária de mulheres da Contag Carmen Foro, esteve presente na plenária durante o discurso.
O presidente disse que um acordo climático não será possível "com meias palavras e barganhas". Para o presidente é preciso "um compromisso forte com metas de redução de emissões de CO2 e a garantia do direito das nações mais pobres de se desenvolverem". (discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a plenária final da COP 15, nesta sexta-feira, 18 de dezembro)
A secretária Carmen Foro, ficou bastante emocionada com a posição do presidente. "Hoje aqui na Dinamarca fiquei muito feliz ao presenciar o presidente Lula fazer um discurso emocionante, chamando os chefes de estado do mundo para a responsabilidade sobre as mudanças climáticas. Fiquei orgulhosa de ser brasileira", relatou.

Até agora as informações apontam que a Conferencia sobre o clima se encerrará com um relatório tímido frente à grandiosidade do tema.

**Fonte:** Suzana Campos, Agência Contag de Notícias

**Ruralistas tomam Agenda ambiental –** Denise Madueño- Estado de São Paulo – Nacional – 20/12/2009

Unida acima dos partidos e atuante quando se trata de seus interesses, a bancada ruralista noCongressodeixoudese preocupar apenas com créditos e dívidas do setor agropecuário para buscar o controle das discussões e da legislação sobre os assuntosambientaisdoPaís.

Osruralistas partiram de seu reduto tradicional,aComissãodeAgricultura da Câmara, ocuparam a Comissão de Meio Ambiente e a comissãoespecialondeadiscussão de florestas, áreas de proteção e licenciamento ambiental entra na ordem do dia.

Paradesconfortodosambientalistas, além das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, os ruralistas formam maiorianacomissãoespecialdoCódigo Florestal, que trata de áreas de preservação e de reserva legal, aumentandoapressãopara adaptar a lei de maneira mais favorável ao setor. Ou seja, os ruralistastêmnúmerosuficiente de votos nas comissões para aprovar o texto que quiserem, mesmo ficando sob suspeita de provocar retrocesso na legislação de proteção ambiental.

Eles estão em grande número nos partidos da base, o que atenua um eventual embate com setores ambientalistas do governo.Comopresidente Lula embusca deumaaliança ampla de apoio à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o PT na Câmaraevita confrontocomosruralistas.

"Eles são danossa base de apoio. Como vamos tratá-los como inimigos?", resumiu o deputado José Genoino (PT-SP).

Emum primeiro momento, o petista foi responsável por barrar a eleição deumruralista paraapresidiracomissãoespecial doCódigoFlorestal.Depois,chegouaumacordoqueisolou oPV e deixou os ambientalistas insatisfeitos.

O presidente eleito foi o ruralista Moacir Micheletto (PMDB-PR) e o relator escolhido, Aldo Rebelo (PC do B-SP), considerado um deputado simpático à causa agropecuária.

Genoino afirmou que é precisobuscarodiálogoeestabelecer os limites do que pode ser negociado, semideologização."A política ambiental não pode ser dirigida pelas ONGs", afirmou.

Na comissão do Meio Ambiente, os ruralistas trocaram umprojetodosenadorFlexaRibeiro( PSDB-PA),queestavana pauta,mastinhasidonegociado com ambientalistas, para votar um texto preparado com ajuda da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A jogada provocou protestos ruidosos do Greenpeace e a votação acabou adiada. Entidades ambientalistascriticamoprojeto, ressaltandoqueeleanistiaosresponsáveis por desmatamento ilegal e desobriga os proprietários de recompor a área de reserva degradada.

"A prioridade número um éfazermosoCódigoAmbiental", afirmou Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da FrenteParlamentardaAgropecuária.

"Se não resolvermosessa questão fundamental, não conseguiremos andar."

Para Collato, a solução deve ser técnica e científica e não ideológica.

Até agora, os ruralistas têm conseguidotambém evitar a votação no plenário do projeto que define as competências da União, dos Estados e dos municípios para a concessãodalicençaambiental.

Eles discordam do poder da União e do Conselho NacionaldoMeioAmbienteprevisto na proposta. Defendem a aprovação de uma lei que transfira aos Estados o licenciamento ambiental, como fez Santa Catarina. A decisão estadual, no entanto, enfrentacontestaçãonoSupremoTribunal Federal (STF).

O líder do PV na Câmara, Edson Duarte (BA), identifica a atuação organizada dos ruralistasemtodasascomissões.

"Não passa nada sem ser submetido ao crivo deles", afirmou. "O meio ambiente se tornou peça fundamental em todas as rodadas de negociação, daí o interesse deles."

**Conferência do Clima recusa texto acertado entre EUA,China e Brasil** - Andrei Netto e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 20/12/2009

A 15?Confer?cia das Na寤es Unidas (COP-15), que terminou oficialmente ontem em Copenhague, ficou sem um texto final ap? o plen?io recusar o acordo que havia sido costurado na noite anterior entre Estados Unidos, Brasil, China, ?dia e ▪ rica do Sul.Odocumento já era considerado p?io porque n?previametaspara os pa?es reduziremasemiss?sdegasesestufa at?2020. Trazia s?um compromisso de impedir a eleva豫o da temperatura em 2˚C, sem dizer como seria atingido.

Com isso, a tentativa de fechar um texto que permitisse que os pa?es, principalmente osdesenvolvidos,fossemcobrados internacionalmente pelo cumprimento das metas ficará para 2010, quando est?marcada nova reuni? no M?ico.

O "acordo de Copenhague", documento firmado por EUA, China, Brasil, ?dia e ▪ rica do Sul, cristalizou o fracasso de duas semanas de negocia寤es diplom?icas e foi recusado ontem pela manh? Mesmo com 24horasdedebatesal?doprevisto, o documento, permeado de cr?icas de delegados, foi denunciado por pa?es em desenvolvimento e acabou rebaixado a umadendo da edi豫o de 2009 da Conven豫o do Clima (UNFCCC).

At?in?iodatarde,um dos poucos m?itos reconhecidos das discuss?s de Copenhague foi evitar a explos? Dos "dois trilhos" das negocia寤es clim?icas, como s? chamados o Protocolo de Kyoto e o grupo detrabalhoLCA,quevisa?ria豫odeumnovotratadocapazde comprometernofuturoosEUA.

At?o fechamento desta edi豫o, a UNFCCC ainda n? havia divulgado quantos pa?es manifestaram apoio formal ao documento,inicialmenteelaborado por 25 na寤es – Brasil incluso.

Depois da maratona de negocia寤es de chefes de Estado e de governo, entre os quais dospresidentesdosEUA,BarackObama, edo Brasil, Luiz In?io Lula da Silva, delegados de pa?es como Sud?, Tuvalu, Cuba, Nicar?ua, Bol?ia e Venezuela, entre outros, recusaram- se a aceitar o acordo, que precisariadeconsensoparaser adotado pela COP-15.

"Emtermos b?licos, parece queest?nosoferecendo30pe?s de prata para trair o nosso povo", disse o representante de Tuvalu,umapequenailhadaPolin?ia amea?da de extin豫o, referindo-se ?proposta de financiamento para a寤es de adapta豫o emitiga豫o.

Pelo texto, os pa?es industrializados se comprometem a empregar US$ 30 bilh?s nos pr?imos tr? anos – dos quais, US$ 3,6 bilh?s dos EUA –, al?deat?S$100bilh?s por anoentre2013 e2020.Oproblema: nenhumainstitui豫ooperacional, nem meio de governan? desse valor sobre criado.

Al? disso, sem a defini豫o de meta de redu豫o das emiss?s – a men豫o a 50% de redu豫o at?2050, j?insuficiente, acabouelididadotexto–,ocompromisso fica fluido, sem diretrizes.

Outra cr?ica dura de delegadosdoG77foicontraoatropelo criado pelas negocia寤es entre EUA – com autoriza豫o da Uni? Europeia –, China, Brasil, ?dia e ▪ rica do Sul.

Cubaprotestouemp?licocontra o que chamou de "projeto ap?rifo"ereclamouquehouve graves viola寤es de procedimentos, tornando as negocia寤es arbitr?ias.

Antes de deixar a COP, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, admitiu que o resultado ficou muito aqu? do que era esperado pelo Pa? e criticou o presidente

americano:“O pr?io Nobel n? est??altura da expectativa que a popula豫o do planeta coloca sobre ele”. Em seguida, o ministro fez um apelo:“Obama,fa?algumacoisa.

Ou voc?vai ter de devolver aqui o pr?io Nobel.”

Aolongodamanh?autoridadesinternacionaistentaramminimizar o fracasso. Ban Kimoon, secret?io-geral das ONU, afirmou em pronunciamento que “a estrada ainda será muito longa”, mas elogiou o documento.

Yvo de Boer, secret?ioexecutivo da UNFCCC, disse n? concordarque o “acordo de Copenhague” sejaumaru?aechegou a classific?locomo“forte”.

Ao final, cedeu, ao responder a um jornalista brit?ico sobre as ambi寤es da COP-16, em novembro de 2010: “O que temos de tentar alcan?r no M?ico é tudooquedever?mosteralcan?do aqui.”

**Para Marina, participação de Dilma é contraditória –** Carla Araújo – Estado de São PAulo – Vida & - 20/12/2009

A senadora e pré-candidata do PV à Presidência da República, Marina Silva, classificou de contraditória a participação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na COP-15. A senadora referiu-se ao fato de o Brasil não ter se comprometido com o aporte de recursos para o fundo global de combate às mudanças climáticas.

Para ela, independentemente do valor, a iniciativa brasileira serviria como exemplo ético para os países desenvolvidos. E lamentou: “Nunca vi uma situação tão desamparadora, os homens mais poderosos do planeta sem uma solução.”

Indagada se a participação dos presidenciáveis do PV, PT (Dilma) e PSDB (José Serra) na COP-15 poderia fortalecer alguma candidatura, alfinetou: “Ninguém fica fortalecido com o resultado pífio de Copenhague. Era melhor ganhar no atacado e não no varejo.” Apesar das críticas, Marina considerou positiva a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Comando da Dinamarca colaborou para fiasco

A culpa pelo fracasso pode n? ser da cidade de Copenhague, masa avalia豫o geral ?de que a presid?cia dinamarquesa da COP-15ajudouaafundaraperspectiva deumtratado ambicioso para evitar o aquecimento.

AntesmesmodeaConfer?cia do Clima come?r, os dinamarqueses j?arrumaram confus? – na semana que precedeu o encontro, eles apresentaram a somente alguns pa?es um documento elaborado sem o consenso de todos. Dizia-se que eles colocaram um texto pronto na mesa com medo de que n? se firmasseumacordo.

Aprincipal cr?ica aodocumento era que ele estaria pendendo demais para o lado dos pa?es industrializados.

Conformeos diasforam passando, a impress? de que a Dinamarca estava a servi? Dos pa?es ricos – principalmente dos Estados Unidos – foi ficandomaisforte.“ Apresid?ciadinamarquesan?tevenenhuma sensibilidade com os pa?es mais vulner?eis”, disse um diplomata sul-americano.

Outroproblema erao desentendimento dentro da pr?ria presid?cia dinamarquesa. A presidente da COP no in?io da confer?cia, Connie Hedegaard, semprefoi contraas tentativas de impor um texto n? negociado,chamadopordelegados de pa?es mais pobres de acordo que “cai do c?” ou que “vem de cima para baixo”. Mas elaperdiaconstantementeabriga para o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars

Rasmussen, que acabou substituindo Connie quando a reuni? se tornou de alto n?el – com a chegada dosministrose,depois,doschefes de Estado e de governo.

Apesar de a Confer?cia do ClimadaONUterditoqueamudan? era uma quest? de protocolo, porque seria mais adequado os l?eres negociarem com um primeiro-ministro e n? com uma ex-ministra, a demiss?deConniefoi vistacomo um indicativo de que Rasmussen ganhou a disputa.

Por sinal, na ultima plen?ia Connie n? estava presente.

Questionadosobreisso,osecretario executivo da Conven豫o do Clima da ONU, Yvo de Boer, dissequeelatrabalhouduropara realizar a confer?cia e que esperava que ela estivesse descansando em seu sof? Durante a reuni?, Rasmussen voltou a tentar emplacar seus textos unilaterais, sem sucesso.

Em meados de novembro ele tamb?tentou ajudar a enterrar prematuramente Copenhague, quando esteve com BarackObamaechefesdeEstado asi?icosemreuni? da Coopera豫o Econ?ica da ▪ ia e doPac?ico(Apec)esefalouque esses pa?es concordavam em adiar o acordo do clima. Ap? protestos, Estados Unidos e China mudaram o discurso e passaram a dizer que queriam que "a寤es imediatas" fossem definidas em Copenhague.

At?a organiza豫o da confer?ciarecebeucr?icas. Paratudo era preciso enfrentar enormes filas: credenciamento, entrarnopr?ioBellaCenter, passar pela inspe豫o no raio X, pegar comida. At?Boer, foi visto na fila.

**Um fracasso 'sem precedentes' –** Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 20/12/2009

O fracasso de Copenhague superou até mesmoas mais pessimistas expectativas.

Omaior evento diplomáticodahistórianãoproduziu um único compromisso sequer no sentido de enfrentar as mudanças climáticas. Nem mesmo o suposto acordo anunciado prematuramente pelos EstadosUnidosnoiníciodanoite de sexta-feira, que já era pífio, foi aprovado na plenária de encerramento da conferência.

Aparentemente, decidiu-se que era mais honroso admitir o fracasso do que tentar propagandear o sucesso de um acordo fantasioso que, na prática, não obrigava ninguém a fazer absolutamente nada.

Resumo da história: o único consensoobtidonaconferência é o de que não foi possível chegar a consenso nenhum. Nem sobre mitigação, nem sobre adaptação,nemsobre financiamento, nem sobre tecnologia, nemsobre florestas,nemsobre nada.Mesmoapós15diasdenegociações, com os alertas dos cientistas, a pressão da opinião públicae apresençadedezenas dechefesdeEstado,aconferência terminou sem estabelecer metas de redução de emissões de gases do efeito estufa – a peça fundamental de qualquer estratégia realdecombate àsmudanças climáticas – e sem garantia de ajuda financeira para os países pobres.

E agora? Sem uma estratégia internacional bem definida, as emissões de gases do efeito estufa continuarão a crescer, como vem crescendo desde o início da Revolução Industrial. Atemperaturadoplanetacontinuará a subir, as geleiras continuarão a derreter, o nível do mar continuará a subir, o comportamento do clima continuará amudar, colheitas continuarãoaserperdidasepessoascontinuarão a morrer em enchentes, secas e

furacões, até que a situação se tornará tão catastrófica que será impossível não tomar alguma providência. O problema é que aí já poderá ser tarde demais para botar o clima devolta nos trilhos. Isso é o que a ciência prevê.

Doisanosatrás,naconferência de Bali (COP 13), todos os países concordaram que as decisões sobre as novas metas de redução e financiamento deveriam ser tomadas este ano, em Copenhague (COP 15). Razão: todas as pesquisas recentes indicamqueasmudançasclimáticasestãoocorrendomuitomais rápido do que se imaginava até poucos anos atrás. A primeira fase do Protocolo de Kyoto, que obriga os países industrializadosareduzirsuasemissões, termina em 2012. Se as metas não foremrenovadasatélá,oprotocolo expira e é cadaum por si.

Copenhaguedeveriatersido o passo final desse caminho iniciado em Bali, com várias reuniões preparatórias aolongodo trajeto.Mesmoassim, vários líderes ainda tiveram a coragem decomemorarofracassodeontem como um "importante primeiro passo".

Entre mortos e feridos, quem sai com a imagem mais arranhadaéopresidenteamericano, Barack Obama, que saiu de uma reunião com China, Índia, África do Sul e Brasil anunciando ter fechado um acordo "sem precedentes" com os paísesemergentes. Todaaimprensa americananoticiou que Obama havia forjado um acordo de última hora, que não erao ideal, mas que salvaria a conferência do fracasso – ignorando o fato de que o tal acordo ainda teria de ser aprovado em plenária por todo os outros países da Convenção. Não foi.

Obama não intermediou acordo nenhum. O que ele fez foi bateropé e convencer os outros países – Brasil incluído – que era melhor ter um acordo fraco(masqueatendiaaosinteresses dos EUA) do que acordo nenhum. Acabou sem acordo nenhum, e ainda poderá dizer que foram os países pobres, ao rejeitar o acordo, que causaram o fracasso da conferência A próxima COP será em novembro de 2010, na Cidade do México.Quemsabe até lá acontece o tal "milagre" profetizado pelo presidente Lula.●

**Clima indefinido –** Folha de São Paulo – Ciência - Editorial – 20/12/2009

COPENHAGUE 2009, a reunião de cúpula que deveria equacionar como a comunidade de nações enfrentará a mudança do clima, encerrou-se com um acordo político que não merece tal nome. A assembleia de 192 países só "tomou nota" do documento final negociado por EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul, sem aprová-lo por consenso, como de praxe nas reuniões da ONU.
Havia dois pontos cruciais por decidir. O primeiro eram metas de cortes em emissões de gases do efeito estufa. O outro, financiamento e tecnologia para países pobres e emergentes se prepararem para enfrentar o aquecimento global.
Não se observou progresso significativo em nenhuma das questões. O choque de interesses dos EUA e da China, que juntos lançam na atmosfera cerca de 40% dos gases do aquecimento, paralisou as negociações.
No que respeita a emissões, o máximo que se conseguiu foi reiterar o já acordado: impedir que o aumento da temperatura média mundial ultrapasse 2C neste século. Não se chegou, contudo, a uma meta comum de esforço em favor do clima. Nas sucessivas versões do acordo, anteontem, ainda aparecia o objetivo de reduzir emissões em 50% até 2050, mas a cláusula não sobreviveu. Só consta do documento uma relação de

compromissos nacionais previamente divulgados, que segundo estimativas conduziriam a um aquecimento de 3C até 2100.
Nas finanças houve ligeiro avanço. Os países desenvolvidos concordaram com um fundo para apoiar ações sobre o clima que alcançaria US$ 100 bilhões em 2020. Não explicitaram detalhes sobre as fontes do dinheiro. Até nações emergentes como o Brasil concordaram em contribuir para o fundo. O valor considerado, porém, é dado como insuficiente para fazer frente à magnitude do aquecimento em vista.
Na prática, Copenhague escapou por pouco de um colapso total do sistema da ONU para tratar da mudança do clima. Desapareceu do acordo final até a determinação de que um tratado de verdade deveria ficar pronto em um ano. Isso não significa, porém, que esteja desencaminhado de vez o processo para coordenar as ações de cada nação da Terra para prevenir um aquecimento mais ameaçador.
Copenhague assinala, ainda, alguns desenvolvimentos positivos, como a volta dos EUA às tratativas. Já se sabia que Barack Obama chegaria de mãos atadas pelo Congresso de seu país, mas não que se lançaria em um confronto aberto com a China -que também se mostrou pouco flexível em abrir brechas à soberania para aceitar um monitoramento internacional de emissões.
Outra novidade importante foi a perda relativa de importância da União Europeia na negociação, e o crescimento paralelo de um grupo -Índia, Brasil e África do Sul- em situação de tentar intermediar um compromisso entre as potências poluidoras EUA e China.
Se o trio não teve sucesso desta feita, ao menos se credenciou para buscá-lo nas próximas rodadas. Caso o fracasso se repita, será preciso abandonar por completo o foro do clima na ONU e reiniciar tudo do ponto zero. O planeta só perde por esperar.

**Países dizem que texto final da cúpula é ilegítimo –** Luciana Coelho, Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009

Conferência do clima acaba com documento frágil, que não chega a ser adotado

Declaração de Copenhague será só um anexo do que foi discutido, sem peso legal e sobre o qual as nações apenas "tomarão nota"

A conferência do clima de Copenhague morreu ontem lentamente, deixando de legado um documento político frágil e de propostas vagas que nem sequer conta com a adesão de todos os 192 países participantes dos 13 dias da reunião.
Sem o consenso, o Acordo de Copenhague não é uma decisão da COP-15, como almejou-se para sua entrada imediata em vigor. Em vez disso, é um anexo às decisões técnicas e regimentais tomadas no evento, de que os países da Convenção do Clima da ONU "tomarão nota".
"Isso é uma carta de intenções, que não define o que fazer em termos legais", declarou Yvo de Boer, o secretário-executivo da convenção, em comunicado que substituiu a prometida entrevista coletiva. "O desafio será transformar aquilo com que concordamos politicamente em algo real."
As metas de corte de gases-estufa estão em branco, para serem listadas (individualmente e sem compromisso) em janeiro. Há apenas uma menção a "reduções significativas".

A demanda para que o texto ganhe peso legal em 2010 caiu, permanecendo só uma genérica menção à "adoção do resultado" -sem definições aqui.
Por ora, não passa de uma declaração vaga forjada na última hora pelos EUA e pelos quatro grandes países emergentes (Brasil, China, Índia e África do Sul) em uma sala fechada, da qual os demais só tomariam conhecimento na hora de votar.
Pior, não cumpre o objetivo central da cúpula que reuniu 119 chefes de Estado e de governo, a maior da história da ONU: limitar o aquecimento global a 2C, valor que cientistas veem como limite avançado para evitar consequências calamitosas.
O próprio comunicado final da convenção diz que os compromissos assumidos são provavelmente insuficientes para tanto, e que será necessária uma revisão em 2015.

**Plenária em caos**

O resultado é, para quem acompanhou lance a lance a arrastada negociação, o reflexo de uma conferência cheia de entendimentos bilaterais ou restritos a poucos participantes, marcada por divergências e interesses domésticos.
A plenária final, reaberta por volta das 3h de ontem por Lars Rasmussen, foi dramática.
O premiê dinamarquês -que sai do evento como seu maior detrator- apresentou o texto saído da reunião dos emergentes com Obama e interrompeu a sessão para que as outras nações pudessem analisá-lo. Mal bateu o martelo, a plenária foi tomada pelo som de vários delegados dando pancadas na mesa. Pessoas queriam falar.
"Desculpem-me, não notei, deve ter sido o sono", disse o premiê, e abriu o microfone.
Tuvalu foi o primeiro da lista.
O negociador Ian Fry, que interrompera a sessão várias vezes ao longo da COP, disse que seu país fora desrespeitado pelo texto, negociado, segundo ele, de forma ilegítima por um grupelho. "Negociações pela mídia podem ser a norma em algumas nações, mas não em um processo democrático."
Ao comentar a provisão de finanças para o acordo, de US$ 30 bilhões até 2012, o negociador de Tuvalu foi áspero: "Devo sugerir em termos bíblicos que nos ofereceram 30 moedas de prata para trairmos o nosso povo. Nosso futuro não está à venda". A plenária irrompeu em aplausos. "Lamento informar que Tuvalu não pode aceitar este acordo." Mais aplausos.
A representante da Venezuela foi a próxima. Disse que seu país levantava a voz "com indignação" contra acordos feitos sem consulta, sem mandato e ilegítimos. Bolívia, Cuba e Nicarágua deram declarações similares -a última interrompendo duas vezes o americano Jonathan Pershing.

**Processo implodido**

Fora da plenária, delegados lamentavam o desfecho. "É um processo que não permite grandes transformações", resumiu Fernando Tudela, subsecretário do Ambiente do México, na noite de sexta à **Folha**.
"O que vejo como possibilidade não me deixa nada otimista em nenhum sentido. Se a sociedade civil queria um instrumento ambicioso, este não é juridicamente vinculante e não nos dá nem um mandato."
O México será o próximo anfitrião da COP, em dezembro de 2010. Apesar de o presidente Felipe Calderón ter convocado os países a começarem já a trabalhar por um acordo amplo e a elevarem suas ambições, Tudela foi mais soturno.
"A presidência do México não existe ainda porque não há mandato [no processo]. Se não nos encarregam de nada, o que vamos fazer?". Alguns delegados ouvidos pela **Folha** nos últimos dias aventaram a hipótese de se adiantar a presidência mexicana para

o início do próximo ano, após a desastrada performance da Dinamarca.
Mas o estrago das últimas duas semanas feito no Bella Center, o pavilhão que recebeu mais de 40 mil pessoas apesar de ter lotação de 15 mil, foi tão profundo que até essa possibilidade é questionada.
Ontem, do lado de fora, na neve, nem os manifestantes ambientalistas sobraram.

**Legado será a desmobilização do público –** Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009

Reagrupamento de forças para articular novo acordo será difícil em 2010; negacionismo e lobby voltam a se organizar

DO ENVIADO A COPENHAGUE

O mundo ainda está chocado demais para conseguir avaliar o significado histórico da última sexta-feira em Copenhague, quando a maior reunião de chefes de Estado já realizada foi a pique e seus convidados fugiram dela sem nem posar para a fotografia oficial.
Quando cair em si, a humanidade perceberá que em Copenhague o mundo não apenas perdeu dois preciosos anos de negociação -e ação- contra o aquecimento global: desperdiçou também um engajamento inédito da opinião pública, que a partir do ano que vem pode refluir perigosamente.
Entre 2006 e 2007, os terráqueos pareceram despertar para o fato de que o mundo está aquecendo. A partir de então, o ambiente virou uma das prioridades na agenda da mídia, da sociedade e dos políticos.
A proteção ambiental decidiu a eleição de Kevin Rudd, na Austrália, e teve um peso mais do que marginal na de Barack Obama, nos EUA.
Embalado por "Uma Verdade Inconveniente" e pelo Prêmio Nobel da Paz para o IPCC, o mundo conseguiu avançar no rumo de um tratado eficiente e inclusivo na conferência de Bali, em 2007 -apesar de os EUA ainda estarem sob gerência de George W. Bush.
Pelo mundo inteiro, a consciência climática veio num "crescendo", marcado para ter sua apoteose em Copenhague. Expressões alienígenas há até poucos anos, como "partes por milhão" e "pegada de carbono" viraram linguagem corrente. Manifestações pelo clima, nos últimos meses, mobilizaram milhões de pessoas em centenas de cidades do planeta.
E Copenhague chegou, com uma presença de público, imprensa e líderes sem precedentes. Mas a apoteose não veio. Os organizadores do evento pareciam saber que não viria, pois já na terça-feira começaram a banir as ONGs do Bella Center.
A partir de quinta, o fiasco já estava configurado: agendas domésticas de EUA e China, ambos presas do lobby das energias sujas, somadas à inabilidade da presidência dinamarquesa, não deixavam espaço para as concessões necessárias à produção do acordo. O discurso inflexível de Barack Obama na sexta-feira, seguido da escapada em massa dos líderes, sedimentou o anticlímax. E, quando todos achavam que não poderia ficar pior, a oposição dos países pobres na plenária transformou o acordo já ridículo num mero apêndice de uma decisão regimental.
Ninguém achava realmente que Copenhague fosse produzir a solução para o clima. Seu feito mais importante seria manter a mobilização política e pública para que isso viesse

a acontecer no ano que vem.
Mas os líderes saíram do reino da Dinamarca escondidos, e o público, de bode. Enquanto isso, o negacionismo do aquecimento global cresce e o lobby das indústrias sujas se reagrupam. O legado tóxico de Copenhague pode ser a desmobilização geral, que tornará extremamente difícil a obtenção de um acordo de verdade no ano que vem. Prepare o seu caiaque. **(CA)**

**É preciso substituir o caduco sistema da ONU –** Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009

Só se surpreende com o fracasso da cúpula do clima em Copenhague quem alimentava expectativas irracionais sobre o que poderia resultar dali. Tanto as circunstâncias políticas quanto as características estruturais da negociação recomendavam ceticismo. Presente e passado cooperam abertamente pela derrota da atmosfera.

A perspectiva de chegar a um novo tratado para enfrentar o aquecimento global foi desanuviada com a eleição de Barack Obama, em 2008. Saía de cena George W. Bush, o maior obstáculo entre chefes de Estado para um acordo que desatasse o nó górdio do superado Protocolo de Kyoto (1997).

Os EUA, no entanto, são hoje um país dividido. Além do tema da reforma da saúde, que monopolizou o debate no Congresso americano em 2009, o tema da mudança do clima também polariza a opinião pública do país e sua representação política. Só em 2010 haverá decisão sobre a política doméstica para o setor.

O descasamento entre o calendário político dos EUA e o da ONU, que marcava um desfecho para Copenhague, é o menor dos problemas. Não seria a primeira vez que se adia a conclusão de negociações internacionais sobre temas espinhosos. Muito mais séria é a provisão para o fracasso embutida no próprio sistema criado para concertar as ações de 193 países a fim de enfrentar o aquecimento global.

O processo multilateral consagrado pela ONU exige decisões por consenso. Em outras palavras, tudo se reduz ao mínimo denominador comum. A atmosfera da Terra, contudo, não espera pela lenta superação de barreiras e pela laboriosa acomodação de interesses características dessas negociações.

O longo percurso foi iniciado de fato há mais de 17 anos, com a adoção de um tratado genérico -a Convenção sobre Mudança do Clima- na cúpula do Rio, a Eco-92. Dela resultou o Protocolo de Kyoto, cinco anos depois. Além de mal arranhar o problema das emissões, Kyoto cristalizou uma divisão de responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que não condiz mais com o porte do desafio. No passado, EUA, Rússia, Japão e Europa foram os maiores responsáveis pelo aquecimento. No futuro próximo, serão China, Índia e Brasil. Sem um entendimento entre esses grandes atores, nada se conseguirá em favor do clima.

Está na hora de abandonar o bizantino sistema da ONU. É urgente criar um foro dos poluidores que contam e podem realmente decidir alguma coisa, em separado, sem ter de jogar para a plateia ruidosa reunida em Copenhague.

**Obama reconhece insuficiência de documento sobre o clima –** Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2009

Em sua primeira fala sobre o assunto desde que voltou de Copenhague, Barack Obama disse que o acordo celebrado anteontem entre EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul é importante, mas não será suficiente se novas ações não forem tomadas em breve.

Num tom cauteloso, que casou com a recepção doméstica dividida que a ação teve, o presidente democrata pediu que o Congresso dos EUA passe leis sobre o tema e que a comunidade internacional aproveite o momento criado pela reunião.

"Pela primeira vez na história, as maiores economias mundiais se juntaram para aceitar a responsabilidade de agir para combater a ameaça da mudança climática", disse ele, em encontro com jornalistas ontem, em Washington. "Depois de negociações extremamente difíceis e complexas, esse acordo importante cria a estrutura para ação internacional em anos vindouros."

Segundo Obama, porém, o progresso no aspecto da mudança climática foi insuficiente. "Ao prosseguirmos, teremos de aproveitar o momento estabelecido em Copenhague para assegurar que a ação internacional para reduzir emissões seja sustentável e suficiente."

O democrata pediu ainda ação do Legislativo, onde seu projeto de lei ambiental, embora seja copatrocinado por um senador republicano, enfrenta forte resistência da oposição. O Congresso tem de passar o que ele chamou de "faísca para uma revolução de energia limpa".

Ontem, a faísca mais comentada em Washington no entanto era a criada pela suposta invasão de Obama na reunião que África do Sul, Brasil, China e Índia faziam, na sexta, em Copenhague, de onde o democrata saiu com o acordo articulado.

O texto provocou reações diversas. Entre outros, o senador democrata John Kerry disse que era um ótimo começo, a republicana Lisa Murkowski reclamou da decisão dos EUA de dar dinheiro ao fundo global e entidades ambientais em geral criticaram a timidez das metas.

**BNDES eleva crédito a energia poluente** - Fernando Barros de Mello – Folha de São Paulo – Dinheiro - 20/12/2009

Banco aprova financiamento de US$ 2,6 bi para térmicas, enquanto governo promete corte na emissão de gases-estufa

BNDES afirma que cobra das termelétricas o dobro do "spread" das demais fontes de energia e exige adoção de equipamentos modernos

Na contramão das medidas propagandeadas pelo governo brasileiro para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) voltou, em 2009, a financiar usinas "sujas", movidas a gás natural, óleo e carvão.

Somente neste ano, segundo levantamento feito pela **Folha**, a aprovação de financiamento para usinas térmicas foi de R$ 2,6 bilhões, cerca de 58% dos investimentos totais dos projetos, que atingem R$ 4,45 bilhões. O banco informa que R$ 811 milhões para termelétricas já foram desembolsados.

Desde 2003, aproximadamente R$ 3,6 bilhões foram contratados, sendo liberados R$

2,45 bilhões. Os repasses anteriores haviam sido feitos em 2003 e em 2004, ainda como consequência do apagão elétrico de 2001. Nos anos seguintes, as usinas "sujas" não receberam dinheiro do banco de fomento, mas voltaram neste ano a captar os recursos.
A assessoria do banco informou que entre 2003 e 2009 o BNDES financiou R$ 41,8 milhões em projetos de geração de energia, sendo que 9% do total foi para termelétricas.
"O sistema energético brasileiro precisa contar com termelétricas por questões de segurança de suprimento. Ou seja, para mitigar os riscos de falta de energia em períodos de seca", disse a assessoria. "A questão tornou-se ainda mais relevante diante da redução dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o que impede o estoque de energia."
Na semana retrasada, o BNDES aprovou financiamento de R$ 1,038 bilhão para a MPX -braço de energia do grupo EBX, do empresário Eike Batista- para a construção de uma usina a carvão, localizada no Maranhão, com potência instalada de 315 megawatts.
A **Folha** apurou que ainda estão em tramitação no banco outras operações de financiamento, da ordem de R$ 4,7 bilhões, para usinas movidas a gás, carvão ou óleo.
O banco informou ainda que o "spread" básico cobrado para termelétricas é de 1,8% ao ano, o mais alto adotado pelo banco, enquanto para outras fontes de energia é de 0,9%.
"O BNDES exige que os equipamentos das térmicas sejam de última geração, para reduzir ao mínimo possíveis emissões."

**Agenda oficial**

A redução das emissões ocupou a agenda do governo brasileiro nos últimos meses. O Brasil enviou na semana passada uma grande delegação para Copenhague (Dinamarca), onde ocorreu a conferência mundial sobre o clima.
A ministra da Casa Civil e pré-candidata petista ao Planalto, Dilma Rousseff, apresentou oficialmente a proposta de o país diminuir, em dez anos, as emissões de gases-estufa no Brasil entre 36% e 39% do volume estimado para 2020. Sem contar os gastos com a redução do ritmo do desmatamento do cerrado, o governo estima custo em US$ 166 bilhões.

**Fundo Amazônia**

O BNDES anunciou, também na semana retrasada, a aprovação dos cinco primeiros projetos financiados pelo Fundo Amazônia, iniciativa na qual países desenvolvidos contribuem com dinheiro que o Brasil pode utilizar para planos que favoreçam a redução do desmatamento. Os valores ainda são menores dos que os destinados a termelétricas.
A partir do mês que vem, o banco começa a liberar em parcelas os primeiros R$ 70,3 milhões já contratados.
O fundo foi criado em agosto de 2008 e recebeu, por ora, US$ 110 milhões, primeira parte de um compromisso de doação de US$ 1 bilhão da Noruega. A liberação do dinheiro está condicionada à queda do desmatamento. Uma segunda doação já prevista é da Alemanha, no valor de US$ 18 milhões.

**Minc considera COP-15 uma frustração –** Sítio Eletrônico do MMA – 20/12/2009

> Para ministro, é hora do Brasil se mobilizar para fazer sua parte
> 20/12/2009

Ao sair na madrugada de sábado (19/12) do plenário da Conferência de Mudança do Clima das Nações Unidas, em Copenhague (Dinamarca), após horas de intensas negociações, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que estava vivendo "um dos dias mais tristes" de sua vida. Para ele, a chamada COP-15 foi "uma frustração", embora com "alguns poucos avanços".

Após dias e dias de negociações com lideranças de outros governos, Minc saiu convencido de que os Estados Unidos foram os grandes responsáveis "por esse clima ruim", já que, sem "mandato para negociar", pois seu plano de reduções de emissões de gases-estufa sequer fora aprovado pelo Senado dos EUA, apresentaram metas muito tímidas.

Minc passou a noite de sexta-feira e a madrugada deste sábado em intensas negociações em reunião em que ministros de 30 nações acordaram um texto básico que, ao ser levado a plenário, foi rejeitado por alguns países, como Cuba, Nicarágua e Venezuela, o acabou por inviabilizar sua aprovação, já que, nos encontros da ONU, é preciso haver consenso mínimo para aprovação de documentos básicos.

Para o ministro do Meio Ambiente do Brasil, a COP-15 foi marcada por posições egoístas de países, com "cada um olhando para o seu umbigo", e até mesmo ideológicas, como foi o caso de nações com a Venezuela e Cuba que, sem nunca terem se destacado nas lutas ambientais, teriam rejeitado o acordo final apenas para se contrapor ao Estados Unidos - um dos maiores fiadores do documento que foi levado a plenário e acabou rejeitado.

De qualquer forma, Minc acha que algumas poucas, mas importantes questões tiveram algum tipo de avanço, o que viabilizou que sejam melhor discutidas ao longo deste ano, como a questão do pagamento de ações para se manter as florestas em pé, dentro do chamado Mecanismo Redd, e a do financiamentos para ações de adaptação a efeitos do aquecimento global, nos países mais pobres, e de mitigação, nos países emergentes que são grandes emissores de gases de efeito estufa..

Minc lembrou que, apesar do clima de frustração, o Brasil vez sua parte, apresentando "metas ousadas" de emissões evitadas de CO2, entre 36% e 39%, em 2020, e "suando a camisa" para que prevalecesse um acordo legal de alto nível ao final da COP-15, o que infelizmente não ocorreu.

Mas agora, acrescentou, é hora de não se ficar parando, com o Brasil "arregaçando as mangas" para que suas metas de redução de gases-estufas sejam cumpridas, pelo bem do planeta. "Alguns passos foram dados, embora tímidos. Temos que analisar isso agora com muita profundidade, para impedir que isso volte a acontecer. É hora agora de mobilizar a sociedade, para fazermos a nossa parte."

**Dilma e Serra em Copenhague –** José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/12/2009

Os dois principais candidatos à sucessão do presidente Lula participaram da Conferência do Clima que se reuniu durante as duas últimas semanas em Copenhague. O que isso significa é que preocupações com o clima deixaram de ser privilégio dos especialistas e amantes da natureza para entrar na agenda política. Os candidatos prepararam seus discursos não só para impressionar os participantes da conferência, mas, principalmente, os eleitores brasileiros, sobretudo aquela parte do eleitorado que não se preocupa apenas com Bolsa-Família.

A ministra Dilma Rousseff apresentou no caderno *Aliás* de 13 de dezembro suas visões sobre o problema e o governador José Serra expressou as dele na apresentação que fez, juntamente com o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, na terça-feira, dia 15, em concorrida sessão na capital dinamarquesa.

A ministra repetiu no seu artigo a posição histórica do governo federal, que não muda há muitos anos, incluindo o período do governo Fernando Henrique Cardoso:

● Os países industrializados são os que têm de reduzir primeiro suas emissões por causa da "dívida acumulada com o planeta" (responsabilidade histórica).

A Convenção do Clima e o Protocolo de Kyoto são intocáveis porque isentam os países em desenvolvimento de reduzir suas emissões.

● Os países industrializados têm de pagar pelas ações necessárias nos países em desenvolvimento – nunca fica claro se é por meio de financiamentos (o que o Banco Mundial já faz) ou de concessões a "fundo perdido" que não são reembolsáveis.

Essas colocações são obsoletas e foram superadas pelos fatos.

Em 1992, quando a Convenção do Clima foi adotada, os países em desenvolvimento emitiam menos de um terço das emissões mundiais. Hoje emitem metade e estão crescendo a 4% ao ano, principalmente por causa da China, que já é o maior emissor mundial. Cerca de metade das emissões mundiais ocorreu desde 1980, de modo que a "responsabilidade histórica" é difícil de justificar.

Além disso, as "ações necessárias" não são do tipo que foi preciso para enviar um homem à Lua, mas tecnologias simples e disponíveis.

No caso brasileiro, aliás – em que a maioria das emissões se origina no desmatamento da Amazônia –, não é necessária nenhuma tecnologia nova, mas a presença do poder público na região, regularização da propriedade da terra e estimular alternativas de desenvolvimento que não sejam predatórias. No caso da China, isentá-la de assumir compromissos de reduzir suas emissões (que, por sinal, ela já está fazendo com o uso mais eficiente de energia) é também difícil de justificar.

A posição tradicional do Itamaraty, que a ministra agora endossa, sempre se baseou na tentativa de manter coeso o "Grupo dos 77" (que tem mais de 120 países), incluindo os mais pobres da África e da Ásia, como Sudão e Tuvalu, que realmente necessitam de assistência técnica e financeira.

Usá-los como desculpa para não reduzir as emissões na China, na Índia, na África do Sul e em outros países com economia pujante pode ser boa política no tabuleiro político das Nações Unidas, mas reflete uma falta de compreensão real da gravidade dos problemas que estão sendo criados pelo aquecimento global.

É por essas razões que a retórica da ministra de que o Brasil está no grupo dos países dos quais se esperam ações voluntárias (mas que, apesar disso, apresentou em novembro as metas de reduzir as emissões em nosso país entre 36,1% e 38,9% do que se estima que elas serão em 2020) é um exercício de futurologia e impressiona pouco. Em primeiro lugar, a precisão dos números (até com casas decimais) tenta passar uma imagem de segurança técnica que inexiste nessa área. Em segundo lugar, o governo federal só fez isso depois de um amplo movimento nacional que o forçou a abandonar o seu imobilismo – e seria generoso da parte da ministra reconhecer isso. Em terceiro lugar, a insistência na palavra "voluntárias" acaba por desorientar as pessoas.

Se as metas são mesmo para valer, qual é a diferença entre metas voluntárias e "legalmente vinculantes", que é a linguagem dos tratados internacionais?

Em contraste, o discurso do governador Serra, tal como o do governador Schwarzenegger, é exemplo de discurso adulto, que reconhece claramente que estamos todos contribuindo para o aquecimento do planeta e precisamos tomar providências

concretas e efetivas para evitá-lo, independentemente do que os outros estão fazendo e tampouco exigindo que nos paguem por fazer o que não é mais do que nossa obrigação com a saúde do planeta.

O governador Serra não condicionou suas ações a benesses internacionais, mas explicou que a lei adotada em São Paulo pretende reduzir as emissões do Estado em 20% (abaixo do nível de 2005) até 2020, por meio de um conjunto de políticas públicas que, ao contrário de frear o desenvolvimento paulista, vai estimulá-lo pela adoção de tecnologias mais modernas, mais eficientes e, portanto, menos poluentes.

A ministra tenta dar às propostas do Brasil (feitas em novembro) o papel de desencadear ações de outros países e atribuir, portanto, ao Brasil um papel de liderança no processo. As medidas em preparação nos outros países (como China, Índia e EUA) são bem conhecidas há vários meses e o Brasil foi um retardatário nas discussões, exceto pelos progressos na redução do desmatamento da Amazônia, que são mérito da então ministra Marina Silva.

Liderar teria sido reunir os principais emissores entre os países em desenvolvimento – que se contam nos dedos – e apresentar uma proposta comum, assumindo as suas responsabilidades e se afastando de retórica inútil de "culpar os outros".

**Brasil lutará para manter Kyoto –** Afra Balazina e Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & - 21/12/2009

Pelo menos um Consenso emergiu entre aConvençãodoClima (UNFCCC), governos como o do Brasil eONGsapós o fracasso da 15ª Conferência do Clima (COP-15) das Nações Unidas, realizada em Copenhague: as perspectivas serão duras tambémparaaCOP- 16,previstapara oMéxico. Único mecanismo concretoparacombateroaquecimento global, o Protocolo de Kyoto, recusado pelos Estados Unidos, está cada vez mais ameaçado de extinção.

Mesmo que um "Acordo de Copenhague" tenha sido selado entre 25 países, dentre os maiores emissores deCO2, garantindo o esquema de negociações em dois "trilhos" – o Protocolo deKyotoeumfuturo protocolo, implicando os EUA –, na prática nada impede que o tratado de 1997 seja abandonado.

Aextinção de Kyoto era tida na Dinamarca como um dos maiores interesses de um grupo de países formado pelos EUA, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Japão, Rússia, Ucrâniae Finlândia.Oobjetivo, aoqual Brasileos paísesdoG77 – os "em desenvolvimento" – se opunham, quase foi alcançado.

Durante as últimas horas de negociações na COP-15, quando líderes como BarackObama eLuiz Inácio LuladaSilva já haviam deixado o Bella Center, Kyoto esteve com as horas contadas. Negociadores do Brasil não sabiam informar se o tratado, o único a prever metas de redução das emissões deCO2 por parte de países industrializados, seguiria existindo.

Sérgio Serra, embaixadorparaoClimadoItamaraty foi realista ao avaliar as perspectivas para a negociação no México. "Teremos um ano difícil pela frente, porque até aqui as ofertas de metas dos países industrializados ainda não se concretizaramempropostas oficiais.

E ainda por cima continuam insuficientes. Além disso, há essa questão espinhosa, sobre a qual ninguém quer falar, que é a sobrevivência do Protoloco de Kyoto." Ao término da conferência, havia entre ONGs um certo alívio porque o

fracassodaCOP- 15nãosignificouo abandono total do chamado “MapadoCaminho”.Odocumento fora elaborado após duras negociações em Bali, em 2007, e previa um novo acordo climático até a Dinamarca.

Preservado,aindadeverá, emtese, nortear as discussões em 2010.

“A COP-15 só não foi um fracasso acachapante a ponto de conseguir sepultar toda a Convenção do Clima”, avaliaramPauloAdárioeJosé Tallochi, do Greenpeace.

“OMapado Caminho de Bali deveria acabaremCopenhague Agora, foi estendido ao México.”Um dos desafios já traçados por ONGs é repetir, em novembro de 2010, a mesmamobilizaçãodeobservadores e de chefes de Estado e de governo.

**Negociação climática tem futuro incerto -** Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional- 21/12/2009

A falta de consenso na Conferência do Clima de Copenhague estabeleceu uma grande confusão no futuro do regime climático internacional. O fracasso do evento ameaça o processo da ONU, analisam os mais críticos. Mas este fórum complicado, onde cada um dos 193 países pode bloquear decisões que só podem ser tomadas por consenso, ainda é a única arena democrática que o mundo tem para tomar decisões planetárias, lembram outros. O que alguns esperam, como o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, é que as decisões tomadas sejam implementadas pelos países e indústrias à revelia do acordo que não ocorreu.

O documento "informativo" que saiu da CoP-15 não terá sequer o logo da UNFCCC, a Convenção do Clima da ONU. É quase uma nota de rodapé. A ONU apenas "tomou nota" dele. Se os países o tivessem adotado, seria um acordo da ONU. Mas, como não houve consenso, não ficou claro que valor ele tem. "É como se algo tivesse dado muito errado no meio do caminho, e quem teve a ideia deste acordo deve estar pensando: 'que monstro criamos?'", diz Mark Luttes, da ONG WWF internacional. O acordo, costurado basicamente pelos países do G-20 e rejeitado por Venezuela, Bolívia, Cuba, Sudão e Tuvalu, é um estranho no ninho nos trâmites da ONU. "A situação agora é tão confusa que nem os diplomatas têm o mesmo entendimento de como prosseguir."

O Acordo de Copenhague não é tratado, nem protocolo, nem uma decisão da CoP. Não tem valor legal. Tem a força de um acordo de intenções que nem todas as partes assinaram. "Em 2007, em Báli, todos concordaram em ter um acordo em Copenhague", diz Mike Shanahan, porta-voz do International Institute for Environment and Development, centro de pesquisa de Londres. "Agora, em Copenhague, nem todos concordaram em não ter nenhum acordo."

Para o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o acordo sem decisão "é um início essencial". Para os ambientalistas, "um fracasso histórico". Para outros observadores, um processo sem volta - as energias renováveis estão em foco, os países têm modificado sua matriz energética à revelia de acordos, as empresas estão no jogo. "Segunda-feira [hoje] já estaremos implementando nosso plano", disse Minc. Mas a indefinição do marco legal confunde o cenário e o rumo dos investimentos.

O conteúdo do acordo foi modificado cinco ou seis na sexta-feira e na madrugada de sábado. A penúltima versão reconhecia a necessidade de um esforço de

longo prazo para manter o aumento da temperatura em 2ºC no fim do século, reduzir as emissões globais em 50% até 2050 e ter financiamento de curto prazo de US$ 30 bilhões entre 2010 e 2012. Também se concordava com um fundo de US$ 100 bilhões por ano, em 2020, mas sem dizer de onde viria o dinheiro e nem quem o administraria. Tudo estava desamarrado e, mesmo assim, ficou sem consenso. Sua implementação deveria ser engatilhada em 2016, dizia o texto.

Os países da Aliança Bolivariana logo avisaram no plenário que não aceitariam o acordo. Venezuela, Cuba e Bolívia se sucederam em apartes de desaprovação e revolta. Tuvalu também avisou que não o aceitaria. "A negociação do acordo na sexta-feira foi como estar num balão de ar pesado demais, e começar a jogar coisas lá de cima para aliviar a pressão, até que não sobra nada", avaliava um especialista em negociações internacionais.

No final de 2010, haverá a CoP-16, no México. É uma decisão da Convenção do Clima, de 1992, ter reuniões anuais, e o fracasso de Copenhague não afeta isso. Também devem ocorrer encontros dos órgãos técnicos da Convenção, que se reúnem regularmente.

Na longa madrugada de sábado, diplomatas argumentavam que o acordo climático é um processo com avanços e retrocessos. "É muito difícil manter o Protocolo de Kyoto, elevar as metas e colocar os EUA no jogo", admitia um negociador do G-77, o grupo dos países em desenvolvimento. "Mas em Báli tínhamos, pelo menos, um mapa do caminho, um caminho até Copenhague", lembra Shanahan, do IIED. "Mas e agora?"

**Lula foi central, mas não bastou -** Raymundo Costa – Valor Econômico – Internacional - 21/12/2009

Durante cerca de 72 horas, quase todos os caminhos para um acordo sobre o clima passaram pelo hotel D´Angleterre, um dos mais luxuosos de Copenhague, onde se encontrava hospedado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula foi uma espécie de referência obrigatória desde que desembarcou na capital da Dinamarca, na madrugada do dia 16. À exceção do americano Barack Obama, os principais líderes mundiais passaram pelo hotel D´Angleterre.

Assim como iria faturar o eventual sucesso da CoP-15, parte da culpa pelo fracasso também pode ser creditada a Lula. Ele se envolveu profundamente nas longas e cansativas reuniões que o levaram a se lembrar de seu tempo de dirigente sindical. Mas não conseguiu sensibilizar quem deveria, os EUA.

Obama não esteve no hotel, mas ligou para Lula na noite de quarta. O americano, porém, parecia distante, com outras preocupações. Copenhague namorava com o fracasso, e a culpa seria atribuída aos EUA. Mas foi uma conversa afável.

Com o desastre batendo à porta, o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Rasmussen, que passara naquele dia a presidir a conferência, também tomou o caminho do hotel D´Angleterre. Na véspera vazara um rascunho de acordo muito favorável aos EUA e que não levava em consideração posições dos países em desenvolvimento. Lula disse a Rasmussen que aprendera que em negociações entre muitas partes e com muitos interesses diferentes, não era possível colocar sobre a mesa um texto que não contemplasse alguma coisa de cada um. É uma situação em que a negociação simplesmente para.

O documento dinamarquês não só ignorava interesses dos paises em desenvolvimento, como ainda remetia as negociações de Copenhague a um estágio pré-Protocolo de Kyoto. Àquela altura, segundo um diplomata que integrou a comitiva brasileira, a CoP-15 se tornara um "parto de ouriço".

Já na chegada de Lula houve críticas à aliança entre Brasil, África do Sul, Índia e China (o grupo Basic). O tempo dirá se foi uma aposta inútil, mas foi com os brasileiros que os chineses abriram uma fresta para avançar as negociações.

Na manhã de quarta quem esteve no hotel foi premiê chinês Wen Jiabao. Grande parte do jogo brasileiro foi ao lado do gigante asiático. Na entrevista que concederia mais tarde, ao lado de Nicolas Sarkozy, presidente da França, Lula diria que a soberania dos países deveria ser respeitada (referia-se à pressão dos americanos por inspeções do cumprimento de metas assumidas pelos países em desenvolvimento, ou "transparência", nas palavras de Hillary Clinton).

À tarde, Lula foi ao centro de convenções, onde cobrou que os países ricos assumissem "metas ambiciosas, à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos". Para o presidente, uma proposta "realmente ambiciosa" seria um corte de 40% nas emissões de gases-estufa (os EUA ofereciam cerca de 4%), em relação a 1990. Na volta ao D´Angleterre, Lula reuniu-se com Sarkozy e o presidente da Etiópia, que lidera o grupo dos países africanos.

Ocorreu então o que pode ter sido o maior erro de Lula. Ele e Sarkozy praticamente deram um golpe na CoP-15, escantearam o premiê da Dinamarca e convocaram uma reunião dos países para tentar salvar Copenhague do "naufrágio". A reunião se estendeu madrugada. Às 2h30, Lula voltou para o hotel D´Angleterre. Já não havia mais nada que pudesse fazer.

"Me lembrou dos meus tempos de dirigente sindical, quando eu negociava com empresários", diria no dia seguinte. Lula confirmou também que o Brasil estava disposto a participar do fundo de combate ao aquecimento global, conforme antecipara o **Valor**, desde que houvesse acordo. Era uma carta para ser jogada no "grand finale", que não aconteceu.

Antes de falar com Sarkozy, o "muso da CoP-15", como foi chamado por um jornal de direta dinamarquês, teve uma reunião fechada com o chanceler Celso Amorim, a ministra Dilma Rousseff e o assessor de assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia. Ficou de fora o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que circulava otimista pelo hall do hotel. Enquanto isso, pelo menos outros três líderes que discursaram fizeram referências explícitas ao papel do Brasil no programa para a redução da emissão dos gases-estufa.

O último visitante de Lula, antes do jantar, foi a premiê da Alemanha, Angela Merkel. Ela defendeu um aumento das metas mundiais de corte de emissão.

A falta de acordo na CoP-15 pode ter um impacto político para Lula e sua candidata, Dilma Roussef, que chefiou a delegação brasileira. A oposição deve explorar esse fracasso na campanha eleitoral.

**Sem fazer novas concessões, Obama enterrou chance de se obter acordo –** Valor Econômico – Internacional - 21/12/2009

O presidente Barack Obama nem havia deixado a plenária da CoP-15, logo após seu aguardado discurso, ao meio-dia da sexta-feira, quando um jornalista sueco quebrou

o pesado silêncio na sala de imprensa e disse, balançando a cabeça: "Acabou, é o fim." Tinha razão. Embora líderes e diplomatas tenham tentado salvar o megaevento na tarde e noite de sexta-feira, avançando pela madrugada e metade do sábado, a conferência do clima de Copenhague terminou ali, no discurso de Obama.

Obama não tinha margem de manobra e não cedeu. Embora tenha falado no maior evento internacional da história, pareceu estar discursando em casa. Não melhorou em nada a polêmica e tímida meta americana de corte de redução de emissões, que continuou em 17% para 2020, com 2005 como ano-base, não disse quanto nem de onde viria o dinheiro dos EUA para um fundo climático global de US$ 100 bilhões. E ainda ameaçou que os recursos viriam "apenas e somente" se o acordo climático estivesse nos moldes do que os EUA queriam. Saiu do plenário assim que terminou de falar. Os jornalistas americanos, para espanto geral, comentavam que o discurso tinha sido "muito bom".

"Somos a maior economia do mundo e o segundo país emissor", começou Obama, sem mencionar o alvo, a China. É disso que se tratava: incluir a China no jogo, com as mesmas regras dos EUA e, se possível, mais alguma economia emergente. A negociação azedou.

O que se seguiu foi uma reunião pedida pelo premiê chinês, Wen Jiabao, com o presidente Luis Inácio Lula da Silva, Índia e África do Sul, o chamado grupo Basic. Obama apareceu logo depois. O Brasil, conta o negociador brasileiro Sergio Serra, mediou um dos entraves da negociação - o que os americanos chamam de "transparência" e a China entende como "intrusão."

Pelo que foi acordado há dois anos, em Báli, os países em desenvolvimento deveriam adotar medidas MRV para suas ações de combate ao aquecimento global. A sigla significa "mensuráveis, reportáveis e verificáveis". Basicamente, medir, comunicar e poder provar que a ação (o combate ao desmatamento, por exemplo, no caso brasileiro) realmente ocorreu e evitou a emissão de determinado volume de gases-estufa. Os países emergentes entendem que o procedimento deveria ser adotado apenas no caso de utilizarem recursos financeiros externos para realizar seus compromissos, mas que MRV não era necessário nas ações domésticas com dinheiro próprio. Os EUA entendem que não e cobram transparência total das metas.

O embate entre China e EUA durante as duas semanas de Copenhague travou o processo. "Mudou-se a linguagem, estamos perto de um acerto", celebrava Sérgio Serra depois da reunião. "Mas, se os EUA vão adotar também MRV, não está muito claro", disse. A proporção do desentendimento foi vista por alguns observadores como uma maneira de os EUA dividirem o fracasso da cúpula com os chineses. No final, se deu certo ou não, não fez diferença. No término da conferência, o acordo obtido não foi aprovado pela CoP-15.

Uma das maiores preocupações agora é o fato de a crise climática ter subido um degrau e envolvido 130 líderes mundiais, que, mesmo assim, não conseguiram solucionar nada. Paulo Adario, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, caminhava na madrugada de sábado, no centro de convenções, manifestando sua indignação. "Vieram 130 líderes e voltaram para casa sem nada?" Kim Castersen, líder da iniciativa global do WWF, dizia, enquanto se sucediam versões aguadas do texto do acordo: "Este documento significa não ter nenhum resultado nas questões importantes do clima". Em sua análise, o documento ameaça o futuro do Protocolo de Kyoto. "É o começo do fim do único instrumento legal internacional para enfrentar a mudança climática. Estou bem preocupado."

Martin Kaiser, o coordenador da política climática do Greenpeace concluía: "Isto não é um resultado fraco. É resultado nenhum".

Um representante do governo brasileiro dizia que "tinha que encontrar respostas para algumas perplexidades". Não disse quais. Talvez fossem as mesmas daqueles que não entenderam porque o presidente Lula foi embora no começo da noite de sexta, com a negociação em curso, acompanhado pela chefe da delegação brasileira, a ministra Dilma Rousseff, e o chefe dos negociadores, Luis Alberto Figueiredo Machado. Deixou a batata quente na mão do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc.

No final, Copenhague terminou sem foto, sem acordo e traumatizando o processo. Nenhum líder conseguiu liderar. Na perspectiva mais pessimista, o fracasso da CoP-15 indica que o processo das Nações Unidas está em colapso e não conseguirá resolver o impasse. Na visão mais otimista, a conferência demonstrou força dos países em desenvolvimento e dos emergentes - embora tenha deixado claro todas as diferenças e impasses dentro desse grupo, o G-77.

O presidente Lula, que em seu discurso de improviso falou sobre o principal impasse do acordo - perpetuar o lapso de desenvolvimento entre ricos e pobres - teve papel importante para tentar destravar a negociação. Mas, logo cedo, ele dava pistas da situação: "É rir para não chorar."

O que saiu de Copenhague foi um documento "informativo" de conteúdo fraco, vago e confuso. O pequeno arquipélago de Tuvalu, ícone das discussões de clima pela sua fragilidade, foi o primeiro país a rejeitá-lo, seguido por Cuba e Venezuela. Delegados brasileiros temiam que as florestas fossem colocadas como moeda de troca para se conseguir um acordo na última hora, o que não aconteceu.

Embora as negociações continuem em 2010, conseguir um acordo internacional e legalmente obrigatório terá que esperar pela CoP-16, no México, e pela votação das lei climática no Congresso americano. Manter Kyoto e estabelecer novas e mais fortes metas de redução de emissões de gases-estufa assusta os países industrializados - e não ter os EUA jogando com as mesmas regras é algo que todos julgam pouco justo. Os EUA, por sua vez, querem a China na quadra, e a China lembra que as emissões per capita dos EUA são quatro vezes superiores às suas. O acordo do clima trata de salvar o planeta, mas a falta de confiança entre os países demonstra que os governos querem salvar, no presente, suas economias e interesses.

**O fiasco de Copenhague** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 22/12/2009

N ingu? esperava que a Confer?cia das Na寤es Unidas sobre Mudan?s Clim?icas – a chamada Copenhague 2009 – fosse resultaremdecis?s pol?icas que significassem o come? do fim do aquecimento global que amea? a exist?cia da vida no planeta.

Nom?imo, a reuni? de c?ula deveria estabelecer as condi寤es para que a pr?ima c?ula, marcada para dezembro, no M?ico adotasse metas obrigat?ias de redu豫o dos gases do efeito estufa e criasse os meios para que os pa?es pobres e em desenvolvimento pudessem custear tanto as mudan?s de seus modos de produ豫o como os processos de adapta豫o a elas.

Mas o que se viu em Copenhague foi uma confus? bab?ica, que terminou – fato rar?simo na hist?ia das cimeiras – sem que houvesse um documento final, uma declara豫o conjunta ou mesmo uma entrevista coletiva em que os organizadores do evento explicassem as conclus?s a que chegaram. Por absoluta falta de consenso – e as decis?s, no sistema da Organiza豫o das Na寤es Unidas, s? tomadas desta forma, n?

sendo aprovadas se apenas um pa? rejeitar a proposta –, o m?imo que se conseguiu foi transformar o que deveria ser o documento final num mero ap?dice de uma decis? regimental.

Nemmesmoas propostas de corte de emiss?s de gases estufa e as ofertas de contribui寤es em dinheiro para o fundo comum de mudan? e adapta豫o, levadas por v?ios pa?es, foram inclu?as no tal ap?dice.

A c?ula de Copenhague foi mais do que perda de tempo.Ofiasco certamente ser?determinante no esfriamento da opini? p?lica mundial. Nos ?timos dois anos, al? dos gastos na prepara豫o da confer?cia, governos e entidades n?-governamentais que se preocupamcom o problema do aquecimento global trataram de mobilizar as respectivas popula寤es para o que seria um esfor? planet?io de conten豫o da devasta豫o ambiental.

Mas o resultado de Copenhague 2009 foi anticlim?ico. Diverg?cias entre os dois pa?es que mais poluem – os Estados Unidos e a China – levaram a umimpasse. Antes, os organizadores da confer?cia haviam preparado um rascunho de documento de trabalho que, se adotado, permitiria aos pa?es ricos continuar poluindo e condenava os pa?es pobres a arcar com os custos econ?icos e sociais do efeito estufa. Distribu?o paraumadezena de pa?es, ditos formadores de consenso, o documento causou indigna豫o e foi engavetado. A infeliz sondagem, no entanto, mostrou que rumos a confer?cia tomaria. Finalmente, numa ?tima tentativa para salvar a reuni? de c?ula, os governantes do Brasil, China, ?dia e ▪ rica do Sul – aos quais depois juntouse o presidente Barack Obama, sem ter sido convidado – reuniramse numa sala fechada e elaboraram um documento que n? limitava o aumento do aquecimento global a 2˚C, n? previa recursos suficientes para alcan?r a meta e n? dava car?er obrigat?io ? decis?s da c?ula.

Emplen?io, o documento foi rejeitado pelo representante de Tuvalu – o primeiro a pedir a palavra. Seguiu-se uma onda de protestos e, a partir da? a confer?cia se esvaziou melancolicamente. Cada um dos 119 chefes de governo e de Estado que foram a Copenhague encontrou uma desculpa para antecipar a viagem de volta a seu pa?.

O fiasco da Confer?cia Copenhague 2009 foi, assim, maior do que o esperado. O fracasso deveu-se, em boa parte, a problemas de organiza豫o.

Foram credenciados cerca de 45 mil participantes – umn?ero absurdo, principalmente porque no recinto da confer?cia n? cabiam mais que 15 mil pessoas. A superlota豫o tumultuou os trabalhos e acabou num confronto entre credenciados barrados na porta e a pol?ia.

Al? disso, ser? sempre remotas as possibilidades de consenso entre 192 pa?es – dos quais compareceram 119 presidentes e primeiros-ministros – que t? regimes pol?icos diferentes, sistemas econ?icos e est?ios de desenvolvimento desiguais e distintas concep寤es de suas soberanias. Alguns, por exemplo, n? admitem o monitoramento internacional das emiss?s.

Mais importante ainda, n? havia um s?ido documento t?nico a partir do qual os pol?icos pudessem tomar suas decis?s. Copenhague 2009 foi uma sucess? de erros que ser?preciso evitar. A amea? ambiental ?s?ia demais para ser tratada por amadores.

**Fracasso da COP-15 gera acusações –** Estado de São Paulo – Vida & - 22/12/2009

Depoisdofracassoda15ªConferênciadoClimadasNaçõesUnidas (COP-15), que terminou sem metas concretas de redução dos gases-estufa e sem um texto que tivesse a aprovação de todas as naçõesemplenário, os países participantes iniciaramontemumjogodeempurra em busca deum culpado.

A Grã-Bretanha acusou a China e os governos latinos de esquerdadenãoavançarnasnegociações. Cuba classificou o Reino Unido como o algoz da conferência e disse que o presidente americano Barack Obama agiu de forma "imperial" e "arrogante". Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os Estados Unidos estão" fazendopouco"equeasdiscussões não avançaram por causa das metas apresentadas pelosamericanos(*maisinformações nesta página*).

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, reconheceu ontemqueospaíses" aindanãoestãounidosnaação" contraamudança climática, mas considerou o resultado da COP-15 um "grande progresso".

Banafirmoutambémquedurante 2010, quandoestá marcada uma nova reunião no México, os países-membros daONU terão de trabalhar muito para fazer com que o acordo parcial alcançado na Dinamarca seja ampliado e para que se torne um tratado que permita a cobrança internacional do cumprimento das metas.

A COP-15 terminou sábado comumacordopolíticocosturadoentreEUA, China,Índia,Brasil e ÁfricadoSul.Aoser levado para o plenário, o texto foi rejeitadoporTuvalu, Venezuela,Nicarágua, Cuba,Bolívia.AUnião Europeia(UE)dissetersesentido excluída. Hoje, os ministros europeus devem se reunir para estudarcomoreconduzir as negociaçõesnoanoquevem."

Ninguém sabe o que fazer", reconheceuuma fonte diplomática.

Emartigonojornal*TheGuardian*, o ministro britânico do Meio Ambiente, Ed Miliband, acusou China, Sudão, Bolívia e governos de esquerda da AméricaLatinadetentaremsequestrar a cúpula da ONU para impedir um acordo. "Não conseguimosumacordopararreduzir 50% das emissões globais até 2050 ou para reduzir 80% nos países desenvolvidos.Ambasforamvetadas pela China, apesar doapoiodeumacoalizãodepaíses desenvolvidos e da ampla maioria das nações em desenvolvimento", disse.

Emresposta às acusações, o primeiro-ministro chinês, Wen Jinbao, afirmou que seu país teveumpapel" importanteeconstrutivo" na reunião. Já Yi Xianliang, funcionáriodoMinistério de Relações Internacionais da China, avisou que o país vai encarar as negociações sobre a criação deumpacto vinculante em2010comoumalutapelo"direito de se desenvolver".

O chanceler cubano, Bruno Rodríguez, por sua vez, acusou a Grã-Bretanha de desempenhar o papel de algoz em Copenhagueequalificoudementirosas as declarações de Miliband. Rodríguez afirmou ainda que os britânicos advertiram que os países que não aderissem ao acordo não poderiam usar os recursos que estavam oferecendo. O cubano acusou Obama de manter uma atitude "imperial e arrogante".

Para o presidente colombiano, Álvaro Uribe, o fato de o acordoalcançadoemCopenhaguenãoincluirsanções, criadúvidas sobre sua "sinceridade".

Aoser questionado sobrequem seria, na sua opinião, responsávelpelofracassodaCOP- 15,Uribe disse que "apontar culpados afetaria o

consenso requerido". A chanceler alemã, Ângela Merkel, disse que o fraco resultado de Copenhague não terá consequências negativas sobre os objetivos alemães de reduzir as emissões de CO2 em 40% até 2020. ●

**Fracasso da COP-15 derruba preços de contratos de carbono –** Chris Flood – Folha de São Paulo – Ciência – 22/12/2009

Com acordo aquém das metas em Copenhague, licenças para emissão na União Europeia caem 8,7%

Os preços dos contratos de licenças de emissão de carbono caíram acentuadamente ontem, em reação ao desfecho decepcionante da COP-15 (conferência das Nações Unidas sobre o clima), em Copenhague, que se encerrou com acordo que ficou aquém das metas previamente aguardadas quanto à redução significativa dos gases causadores do efeito estufa.
O comércio de crédito de carbono é um sistema que funciona com a compra e a venda de unidades correspondentes à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa.
"O acordo foi um resultado muito decepcionante", diz Trevor Sikorski, diretor da Barclays Capital. "Não vejo nada nele que estimule o investimento nas emissões como commodity ou na tecnologia de redução de emissões."
Para ele, o resultado da conferência foi "desanimador para o mercado e para o planeta".
As licenças de emissão da União Europeia com data de dezembro de 2010, o contrato de referência para a fixação de preço das emissões de carbono europeias, mostraram queda de 8,7%, para € 12,40 por tonelada, na abertura do pregão, antes de se recuperarem ligeiramente e fecharem ainda com queda, mas a € 12,80.
Os direitos de emissão licenciados pela ONU, para dezembro de 2010, caíram 6,6%, para 11,05 a tonelada, marca mais baixa desde o dia 23 de junho.
Emmanuel Fages, do Société Générale/Orboe, diz que "Copenhague exemplificou o fracasso do processo da ONU para enfrentar a mudança climática, mas a queda nas cotações se baseia em sentimentos e fundamentos de mercado, apenas, e os preços vão se recuperar. O quadro de oferta e procura para o período anterior a 2012 não mudou, e, para o período pós-2012, o mercado continua a embutir em seus preços uma meta de 20% para a redução de emissões".
A União Europeia afirmou que o acordo (um instrumento menos firme que um tratado, cuja aplicação seria compulsória) não era ambicioso o suficiente para persuadi-la a elevar sua meta de redução nas emissões de carbono de 20% para 30% até 2010.
Fages diz que os preços das emissões na UE poderiam cair para até € 10 por tonelada no primeiro trimestre de 2010, já que os participantes, que contam com um excesso de cotas, saberiam ao certo quanto carbono foi emitido em 2009.
Eugen Weinberg, diretor de pesquisa de commodities no Commerzbank, diz que a importância do pacote legislativo norte-americano sobre o clima, que está em debate no Senado, "não deve ser subestimada", já que a aprovação do projeto permitiria o estabelecimento de vínculos entre o mercado de direitos de emissão norte-americano e o da UE e sustentaria os preços dos contratos de licenças de emissão da UE de modo a permitir a retomada da meta de 30% de corte até 2020.
"Mas, se o projeto for derrotado, haverá verdadeira decepção no mercado e se tornará

difícil ver catalisadores positivos para o futuro."
Mark Lewis, analista do Deutsche Bank, afirma que o acordo de Copenhague certamente despertaria incerteza sobre o futuro dos esquemas de negociação de licenças para compensação de emissões de carbono criados sob o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, sistematizado pelas Nações Unidas).
"O desenvolvimento de novos projetos sob o MDL deve se retardar ao longo do ano que vem, talvez de maneira significativa", afirma Lewis.

**UE afirma que Copenhague foi "desastre" –** Folha de São Paulo – Ciência – 23/12/2009

Documento declaratório resultante da conferência do clima agora é rejeitado pelos países que ajudaram a articulá-lo

Apesar de China também ser apontada como culpada pelo fracasso da cúpula, europeus devem concentrar pressão sobre os EUA agora

Depois da conferência do clima de Copenhague, os próprios países que ajudaram a elaborar o acordo começaram a rejeitá-lo. Ontem, a Suécia, que detém a presidência da União Europeia, chamou o resultado de "desastre", e a África do Sul disse que ele é "inaceitável".
Ambos tiveram papel determinante na produção do chamado Acordo de Copenhague, uma declaração de intenções na qual os governos se comprometem a continuar as conversas sobre a luta contra o aquecimento global, mas sem estabelecer metas de corte de emissões nem um prazo para finalizar um tratado com força de lei.
A África do Sul participou (com EUA, Brasil, China e Índia) do grupo que produziu o documento final. A UE teve participação no rascunho.
"Os ministros vão se reunir hoje para discutir, é claro, como proceder depois desse desastre que nós tivemos em Copenhague", disse o ministro sueco do Ambiente, Andreas Carlgren, antes de uma reunião para tentar salvar o processo.
Buyelwa Sonjica, ministra do Ambiente da África do Sul, disse que a aceitação do acordo não se estendeu muito além dos 28 países que ajudaram a produzi-lo e botou a culpa na má condução do processo pela Dinamarca. "É inaceitável, é totalmente inaceitável, é uma decepção", afirmou.
Os países agora tentam empurrar a culpa do fracasso uns para os outros. A imprensa britânica já tem um culpado de estimação: a China. Anteontem, o ministro britânico do Clima, Ed Miliband, disse num artigo no jornal "The Guardian" que os chineses haviam "sequestrado" a conferência.
A porta-voz da Chancelaria chinesa, Yu Jiang, respondeu ontem. Ela disse que os comentários eram uma tentativa de "jogar as obrigações dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento e fomentar a discórdia" entre estes, mas que esta não triunfaria.
Ontem, o "Guardian" voltou à carga. Um artigo do jornalista e escritor Mark Lynas conta os bastidores da reunião que produziu o rascunho do acordo, na sexta-feira à

noite. Segundo Lynas, que teria estado presente à reunião, os chineses se opuseram a que os países desenvolvidos mencionassem suas metas de corte de gás carbônico no documento, mesmo que estas fossem unilaterais. Vários países -inclusive o Brasil- teriam protestado, mas a China fincou o pé na posição. Ganhou. Carlgren, porém, preferiu botar pressão sobre os EUA. Como as principais exigências dos americanos -como a verificação do cumprimento das metas da China- foram atendidas no acordo, afirmou, os negociadores americanos "agora podem mostrar ao Senado que têm um acordo com a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul. Agora a pressão está sobre os EUA para fazer acontecer".

Com agências internacionais

**Petrobras fecha acordo com PetroChina para a produção de etanol –** Folha de São Paulo – Dinheiro - 24/12/2009

Contrato é estimulado pela decisão de Províncias do país de instituir mistura do combustível na gasolina

DA SUCURSAL DO RIO

Depois de deixar a área de etanol hibernando devido à euforia com o pré-sal e, depois, por conta da crise, a Petrobras começa a deslanchar projetos e aquisições no segmento de biocombustíveis.
A estatal fechou ontem acordo com a PetroChina para estudar um projeto de produção de etanol no Brasil, em que as duas seriam sócias, além de contratos de exportação. No dia anterior, a Petrobras havia anunciado que estava investindo R$ 150 milhões na compra de 40% da Total Indústria Canavieira. A empresa tem usinas de produção de etanol em Minas Gerais. Esse acordo foi a estreia da Petrobras na produção do combustível.
Antes disso, em agosto, a negociação de maior vulto foi a entrada em sociedade com a Projetos de Transporte de Álcool. No projeto, a empresa prevê investimentos totais dos dois sócios de US$ 1 bilhão para construir dutos que permitam escoar etanol do Centro-Oeste e de São Paulo para o litoral.
Os negócios em etanol são capitaneados pela empresa Petrobras Biocombustíveis, subsidiária criada no início do ano passado. Os planos da área são investir US$ 2,4 bilhões, dos quais US$ 1,9 bilhão em etanol, até 2013. A Petrobras diz que a participação em usinas produtoras de etanol faz parte do plano estratégico da estatal.
O acordo com a PetroChina ocorre devido à decisão do governo chinês de adotar, em algumas Províncias, a mistura de 10% de gasolina no etanol. No entanto, o país não dispõe de produção relevante que permita a mistura com insumo nas proporções estipuladas. Os estudos para viabilidade do projeto podem levar até seis meses.
Ao mesmo tempo, a China vai reduzir, no próximo ano, as alíquotas de importação de etanol de 30% para 5%. As negociações para a redução se darão com a PetroChina e a Petrobras Biocombustíveis.
A China não é o único mercado oriental para o etanol brasileiro. A Petrobras já vende cerca de 1 bilhão de litros do produto por ano ao Japão. Mas a empresa acredita que

possa vender até cinco vezes mais aos países asiáticos.
As usinas térmicas nacionais também podem absorver a produção brasileira de etanol. A diretora da área de energia da Petrobras, Graça Foster, afirmou no início do mês que testaria o combustível em usinas térmicas. O teste foi iniciado há uma semana e deverá durar de três a quatro meses.
Chegou-se ainda a cogitar, há alguns meses, que a Petrobras compraria parte do controle da Brenco, empresa de etanol que esteve em dificuldades financeiras. Um dos fundadores da Brenco é o ex-presidente da Petrobras Henri Reichstul.
Mas o negócio acabou não seguindo adiante porque os sócios da Brenco fecharam com a ETH, empresa de etanol do grupo Odebrecht.

**"G20 do clima" pode substituir convenção -** Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 26/12/2009

Opinião foi dada por especialistas durante debate promovido pela "Folha" sobre o balanço da conferência de Copenhague

Para José Eli da Veiga, da USP, é errado pensar que fiasco da cúpula na semana passada evitará transição para economia sem carbono

O fracasso da conferência do clima em Copenhague deixou clara a relativa inutilidade de tentar criar salvaguardas contra a mudança climática sob os auspícios da ONU, em negociações que exigem o consenso entre quase 200 países. O mais provável daqui para a frente é que os grandes emissores de gases-estufa assumam as rédeas das discussões, numa espécie de G20 climático.
A avaliação foi consenso entre os quatro especialistas reunidos no debate "Balanço de Copenhague", promovido pela **Folha** na noite da última terça-feira. Todos concordaram em que as negociações na Dinamarca devem ser classificadas como fracasso, mas com algumas nuances importantes.
Para começo de conversa, não era mesmo lícito esperar que os EUA (país que é o maior emissor histórico de gases-estufa) tivessem liberdade para barganhar sem a aprovação prévia de uma lei nacional de redução de emissões.
Além disso, afirma o cientista político Sergio Abranches, alguns "entraves importantes" acabaram sendo removidos, apesar do fiasco. "Acabou, por exemplo, a estratégia do biombo, na qual alguns grandes países se escondiam atrás dos pequenos", declarou Abranches. "Acabou a falácia do G77 [grupo dos países em desenvolvimento]. Ficou claro que países como China, Índia e Brasil pouco tinham a ver com esse grupo. E a China e os EUA começaram a resolver a questão crucial da transparência [sobre o monitoramento internacional das ações de corte de emissões]."
Para Eduardo Viola, professor de relações internacionais da UnB (Universidade de Brasília), o fracasso em Copenhague representa "mais um golpe -não é nem de longe o primeiro- na dinâmica multilateral de negociação da ONU", a qual, segundo ele, "está esgotada há muitos anos". Segundo Viola, o modelo que deve se tornar dominante para que as negociações climáticas tenham chance de sucesso precisa incluir o que ele chama

de superpotências climáticas (Estados Unidos, China e União Europeia), costurando um acordo que seja aceitável para elas e para as potências climáticas (Rússia, Índia, China, Brasil, Japão, México, Indonésia e Coreia do Sul).
"As outras nações não contam -embora muitas sofram ao máximo as consequências da mudança climática perigosa", afirmou o analista.
Tanto Viola quanto Carlos Cavalcanti, diretor do Departamento de Infraestrutura/Energia da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) chamaram a atenção para o papel-chave da China e para a habilidade com que os chineses conseguiram conduzir as negociações em benefício próprio.
"Para a China, quanto mais tempo demorar para surgir um acordo, mais tempo ela tem para despejar no mercado global produtos oriundos de uma matriz energética carbonizada", analisa Cavalcanti. "A China é, sem dúvida, um império de carbono, que está seguindo uma linha nacionalista e soberanista [levantando a bandeira da soberania nacional]", diz Viola.

**Transição inevitável**

Apesar desse cenário, o economista José Eli da Veiga, da USP, disse que não é possível concluir que a transição do planeta rumo a uma economia de baixo carbono saiu dos trilhos, mesmo que temporariamente, por causa de Copenhague.
"Temos três vetores empurrando essa transição, e a ideia de que estamos fazendo isso como uma forma de altruísmo em relação às futuras gerações é apenas um deles, e provavelmente o menos importante", disse. Mais relevantes são a busca por segurança energética (adotar energias renováveis diminui a dependência do petróleo) e a ideia de que "as próximas etapas do desenvolvimento do capitalismo" vão depender das novas tecnologias associadas às energias renováveis.
"Tendo havido o fracasso, o erro seria achar que essa transição empacou ou vai empacar. E, se o Brasil não investir muito mais em ciência, tecnologia e inovação, vai acabar comprando no balcão dos outros países os meios para participar dessa transição", afirmou.

**Lula sanciona lei do clima com vetos -** Leonardo Goy e Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve sancionar hoje, comtrês vetos, a lei que institui a Política Nacional sobre MudançadoClima.

OtextoformalizaocompromissodoPaísdereduzirentre36,1% e38,9%aemissão de CO2 até 2020, assumido naConferênciadasNaçõesUnidas em Copenhague. Para alcançarameta, aleiprevêacriação do Fundo Nacional sobre MudançadoClima,queconcentrarárecursosparainvestimentos na área. A lei prevê ainda linhas de crédito e medidas fiscais e tributárias para estimular o uso de tecnologias limpas, como eólica e de fonte solar.

O texto que será sancionado por Lula representa o primeiro passo para implementação da meta assumida em Copenhague.

Parasercolocadoempráticaéprecisoquealeisejaregulamentada – uma tarefa árdua, diante da falta de consenso no próprio governo sobre quanto cada setor da economia deverá cortar nas emissões de CO2.

Osvetosforamdecididosem reunião do presidente com os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, edeMinase Energia, EdisonLobão.Das10sugestões de veto à lei apresentadas pelos ministérios, 3 foram aceitas.

Umadasalterações,pedida peloministériodeMinaseEnergia, suprime a determinação de o País "abandonar" paulatinamente o uso de combustíveis fósseis. Minc justificou a mudança: "A proposta é estimular fontes limpas e não necessariamente deixar de usar por completo fontes não renováveis."

Outro veto, solicitado pela Advocacia Geral da União (AGU), consiste em dispositivo que estava previsto na lei que proibia contingenciamento de recurso para o combate a mudanças climáticas. "Essa foi uma interpretação técnica.

Umalei ordinária não pode tratar de contingenciamentos ao orçamento", disse Minc. Também foi determinada uma alteração ampla no artigo 10ºdalei,quetratava das estratégias de incentivo a tecnologias limpas. O alvo principal da mudança foi estender às usinas hidrelétricas de grande porte o acesso a políticas de incentivo, atéentãorestritasàspequenas.

As mudanças no texto não agradaram ambientalistas, mas, mesmo assim, as críticas foram comedidas. A estratégia éconcentrarforçasparaaregulamentação, etapa fundamental.

A recomendação é que ministérios comecem a trabalhar as suas sugestões a partir de janeiro. "A lei traça diretrizes gerais, é um plano de voo. Nossa preocupação é como fazer com que tais compromissos sejam materializados", disse a secretáriadoMinistériodoMeioAmbiente, SuzanaKahn.Mincgostaria que a regulamentação saísse rapidamente, antes que ele deixe o ministério para disputar as eleições de 2010.

Alémdafaltadeentendimento dentro do próprio governo, há questões que ainda precisam ser amadurecidas. Entre elas está a forma como a políticaserácolocadaemprática. Suzana considera essencial, por exemplo, que as atribuições para a condução da política fiquemconcentradasemumaentidade nacional. Ela ficaria encarregada de gerir recursos da do fundo criado pela lei – com dinheiro proveniente da exploração do petróleo. Ominist ério jácomeçouaavaliaraspossibilidades."

Hávários formatospossíveis: uma agência específica, umacomissão,umasecretaria. Masessadiscussãoainda é bastante recente, há muito o que se caminhar paraquecheguemosaumaproposta, e,principalmente,que ela seja consensual."

Membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, o pesquisador Carlos Nobre considerou previsível a retirada do texto da expressão "abandono paulatino" do uso de combustíveis fósseis por causa dopré-sal.Paraele,amudança é um sinal de que a troca de energia fóssil por fontes mais limpas deve ocorrer numritmo mais lento do que o desejado. Nobre considera essencial que investimentos emfontes limpas sejam prioritários.

"Em menos de 50 anos,combustíveisfósseisterão de ser abandonados. É uma tendência mundial." Há cerca de dois meses, SãoPaulofoioprimeiroEstado a aprovar e sancionar sua própria lei de mudanças climáticas, prevendo um corte de20%nasemissõesemrelação aos níveis de 2005.

**Presidente pede esforço para obter acordo –** Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2009

O presidente Luiz Inácio Lula daSilvapediuontemaosecretário-geral da ONU, Ban Kimoon, que mantenha os esforços para que avancem as negociaçõesdeumacordodecombate ao aquecimento global. Segundoogovernobrasileiro, opedido foi feito durante telefonemadeBanaLulaqueduroucerca de 10 minutos.

O diálogo ocorreu dez dias após o fim da reunião da ONU em Copenhague, que terminou sem um novo pacto climático para substituir o Protocolo de Kyoto. No telefonema, Lula teria ditoao coreanoque consideraaONUofórumidealparatratar a questão climática. Na avaliação da equipe do presidenteLula,oBrasilsaiuda conferência como um participanteativo enãocomoumvilão na discussão sobre mudanças climáticas, ao apresentar uma meta na redução da emissão de gasesdeefeitoestufa,oquecausou uma boa impressão na comunidade internacional.

**Para ONG, lei limita-se a declaração de boas intenções –** Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2009

O diretor de campanhas do Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão, classificou ontem a lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima de uma declaração de boas intenções. “Inventamos uma lei cujo cumprimento é voluntário”, afirma Leitão. “É mais uma bobagem para o velho festival de besteira que assola o país.”

Eleconsideraumerroadecisão do presidente Lula de retirar amenção ao abandono paulatino de combustíveis fósseis.

OdiretordoGreenpeacepondera que os países desenvolvidos investemnasubstituiçãodamatrizenergética, enquantooBrasil coloca suas esperanças no pré-sal.

“O Brasil costuma adotar umbomdiscurso no cenário internacional, como ocorreu na Dinamarca”, considera Leitão.

“Infelizmente, a prática não condiz com o discurso.”

FUTURO

O conteúdo da lei sancionada constituiuumbomcartãodevisitas na Conferência do Clima de Copenhague, há dez dias.

MasLeitãoacreditaque,nopróximoano, nasdiscussõesdurante a conferência que será celebrada na Cidade do México, o Brasil deverá mostrar algo mais do que boas intenções.

Em primeiro lugar, precisará apresentar números mais concretos de redução das emissões de carbono e umplano que demonstre a viabilidade real das metas. Depois, terá de mostrar – também com números – que o desmatamento ficou no passado.

Além disso, segundo Leitão, os bancos públicos de fomento deverão atuar de um modo mais incisivo na promoção de investimentosparatornaramatrizenergéticamaislimpa.

Ogoverno deverá também privilegiar as atividades de pesquisa voltadasaviabilizarumaeconomia de baixo carbono.●

**Lula sanciona lei do clima, mas protege setor do petróleo –** Simone Iglesias - Folha de São Paulo – Ciência – 29/12/2009

Presidente veta trecho que previa o "abandono paulatino" dos combustíveis fósseis, como óleo e gás, para gerar energia

Outros dois vetos retiram prioridade às pequenas hidrelétricas e permitem bloqueio federal de recursos para mudança climática

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve sancionar hoje a Política Nacional de Mudança Climática, transformando em lei a partir de amanhã o compromisso voluntário do país de reduzir suas emissões de gases-estufa em 36,1% a 38,9% em relação à trajetória até 2020.

No entanto, Lula impôs três vetos ao texto aprovado pelo Congresso Nacional. Estes protegem o setor do petróleo e as grandes hidrelétricas, além de permitir que recursos destinados ao combate ao aquecimento global sejam retidos para a reserva do governo.

Em fevereiro será publicado um decreto que especificará a contribuição de cada setor da economia no corte de emissões.

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse que, apesar de a conferência do clima de Copenhague ter sido considerada um fracasso, o Brasil fará sua parte. "Não interessa se Copenhague não terminou bem. Houve muita frustração, mas o Brasil não ficou mal na fita, mostrou que tinha metas ousadas", disse.

Segundo o ministro, todos os setores serão responsáveis pela redução das emissões.

Dos dez vetos sugeridos pelos ministérios, Lula acatou três. Um deles retira a palavra "abandono" de um artigo que previa o "abandono paulatino" de fontes fósseis de energia.

Sob pressão do Ministério de Minas e Energia, Lula decidiu retirar a expressão do texto porque, se ela fosse mantida, o país estaria impedido no futuro de usar petróleo e gás natural na produção de energia.

Com a descoberta do pré-sal, o governo quis evitar a dor de cabeça futura de retroceder na política climática.

O segundo veto permite o contingenciamento (bloqueio) de recursos utilizados para medidas de redução da emissão de gases. Segundo a área técnica do governo, o corte de recursos orçamentários só pode ser autorizado por meio de lei complementar, e não por lei ordinária, como é o caso da política nacional do clima.

O terceiro veto de Lula à lei retira do texto a prioridade para o uso de pequenas usinas hidrelétricas na produção de energia. Pelo texto original, o governo desestimularia a produção de energia pelas médias e grandes usinas.

"As hidrelétricas de médio e grande porte também são energia renovável", explicou Minc.

O Brasil é o quinto maior poluidor do planeta, atrás de China, Estados Unidos, União Europeia e Indonésia. No país, em 2005, eram emitidas 2,2 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente.

Lula e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, conversaram ontem por telefone sobre a conferência de Copenhague. Os dois avaliaram que não houve fracasso nas discussões, mas também que não houve o progresso esperado.

Na conversa, que durou cerca de dez minutos, Lula disse a Ban que considera a ONU o fórum adequado para a continuidade das discussões.

**NOVA LEI OBRIGA DISTRIBUIDORAS A COMPRAR ENERGIA LIMPA RENOVÁVEL –** Folha de São Paulo – Ciência – 29/12/2009

A Assembleia Nacional da China aprovou na semana passada uma emenda legislativa que obriga as empresas distribuidoras de energia a comprar toda a eletricidade produzida por fontes renováveis. A norma prevê multas para concessionárias que violarem a nova regra. Se uma usina eólica, por exemplo, perder dinheiro por não conseguir repassar a energia que produziu, a distribuidora conectada a seu sistema terá de ressarci-la com o dobro do valor do prejuízo.

**Metas para clima vão se tornar lei hoje –** O Globo – Capa – 29/12/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona hoje a lei que trata das mudanças climáticas. O texto torna oficial a meta anunciada pelo governo de cortar o aumento de suas emissões de gases estufa de 36,1% a 38,9% até 2020. Em janeiro, serão determinados os cortes por setor.

**Brasil sanciona lei do clima –** Chico de Gois – O Globo – Ciência – 29/12/2009

Apesar de vetos, metas de redução de emissões de até 38,9% são mantidas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona hoje o projeto das Mudanças Climáticas.

Com isso, os compromissos de redução da emissão de gases de efeito estufa viraram lei. Lula fez apenas três vetos ao texto aprovado no Congresso. O ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que os vetos não afetam as metas de redução para o aumento das emissões de gases até 2020: de 36,1% a 38,9%. O Diário Oficial publicará uma edição extra com a nova lei. A sua regulamentação determinará o quanto cada setor terá que cortar. Ao transformar as metas em lei, o governo passa a ser obrigado a cumprir o que está escrito e foi anunciado internacionalmente na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague.

Mas a forma como as metas serão alcançadas ainda será definida pela regulamentação da lei. Ou seja, o texto apresenta os princípios genéricos e caberá à regulamentação definir como cada setor fará sua parte. Até o fim de janeiro, o presidente Lula editará um decreto para estabelecer como cada setor deverá agir para atingir a meta de redução. Antes, porém, também em janeiro, o governo pretende fazer uma consulta à sociedade, ouvindo cientistas, empresários e ambientalistas para ter sugestões.

Segundo Minc, os vetos feitos por Lula são mais de ordem técnica. Os ministérios envolvidos com as mudanças climáticas haviam sugerido dez vetos, mas o presidente acatou apenas três. Lula vetou uma expressão do artigo 4, que trata dos objetivos da lei. O inciso em questão falava que entre as metas estariam medidas que

tenham como objetivo "o estímulo ao desenvolvimento e ao uso de tecnologias limpas e ao paulatino abandono do uso de fontes energéticas que utilizem combustíveis fósseis". A pedido do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, Lula vetou a expressão "abandono" porque foi convencido de que, se mantivesse a palavra, passaria a impressão de que toda a política de combustíveis fósseis, que inclui, por exemplo, a utilização do gás, teria de ser abandonada no futuro.

Outro veto também teve a interferência do Ministério das Minas e Energias. Diz respeito à substituição gradativa dos combustíveis fósseis por fontes renováveis. É o artigo 10. Ele estabelece que a substituição se dará mediante o incentivo à produção de biodiesel, preferencialmente "a partir de unidades produtoras de agricultura familiar e de cooperativas ou pequenos produtores", e às pequenas centrais hidrelétricas e fontes eólicas.

O Ministério de Minas e Energia entendeu que, do jeito que estava redigido, o artigo poderia desestimular o uso do gás como fonte de energia uma vez que, embora seja limpa, é fóssil e não é renovável.

Além disso, outro problema apontado refere-se ao fato de que o texto só tratava de pequenas hidrelétricas, embora as hidrelétricas de médio e grande portes também sejam renováveis.

Outro item vetado — o inciso 6 do artigo 3, sobre as ações a serem adotadas para colocar a lei em prática — teve como justificativa uma questão técnica, segundo Minc, apontada pela Advocacia Geral da União (AGU). O inciso dizia que "o dispêndio público com as ações de enfrentamento das alterações climáticas não sofrerá contingenciamento de nenhuma espécie durante a execução orçamentária".

A AGU observou que, como esse artigo diz respeito à execução orçamentária, não poderia constar de lei ordinária, mas, sim, de lei complementar. Apesar dos vetos, Minc ficou contente com o resultado final da sanção do projeto de lei, de autoria do deputado Sarney Filho (PV-MA). Ele afirmou que a transformação do projeto em lei é mais uma demonstração de que o Brasil irá cumprir com suas metas.

E aproveitou para criticar, mais uma vez, o resultado final da Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas, ocorrida em Copenhague, neste mês, e que acabou sem um documento oficial. — Não interessa que a Convenção de Copenhague não ficou como queríamos. Nós vamos cumprir as nossas metas — disse Minc.

Ontem pela manhã, o secretáriogeral da ONU, Ban Ki-moon, telefonou para o presidente Lula. Os dois trocaram impressões sobre Copenhague e concordaram que, em suas avaliações, a conferência do clima não foi um fracasso, apesar de não ter conseguido chegar a um acordo.

**Os frutos de Copenhague –** Qiu Xaiaoqi – O Globo – Opinião – 31/12/2009

A 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas (COP-15), que chamou grande atenção de todo o mundo, já terminou, e a mídia fez uma série de comentários sobre os resultados. Deve ser dito que a COP-15 alcançou um resultado importante e positivo, principalmente no seguinte: Primeiro, a COP-15 defendeu firmemente o quadro e um conjunto de princípios estabelecidos pela Convenção-Quadro da ONU sobre a Mudança Climática e o Protocolo de Kyoto, especialmente o princípio de "responsabilidades comuns mas diferenciadas".

Segundo, graças à Conferência, tanto os países desenvolvidos como os em

desenvolvimento estabeleceram uma série de metas para enfrentar a mudança climática e tomaram novas ações. Os países des envolvidos assumiram metas obrigatórias de redução das emissões no âmbito do Protocolo de Kyoto, e os países em desenvolvimento também lançaram as próprias ações voluntárias de mitigação.

Se não tivesse sido realizada essa reunião, não existiriam esses compromissos, ou seriam adiados. Este foi um resultado muito importante da COP-15 .

Terceiro, após intensas negociações antes da COP-15, as partes chegaram ao consenso preliminar em uma série de questões sobre as quais tinham divergências substanciais no passado. Acordaram em que até 2050 as temperaturas globais não deverão exceder 2 graus, e deram um passo à frente nas questões financeiras, da transferência de tecnologia e da transparência. Algumas pessoas dizem que o Acordo de Copenhague não tem valor legal nem é satisfatório. A meu ver, o Acordo é o melhor resultado que a Conferência pode obter. Apesar de críticas e descontentamentos, o resultado da Conferência é positivo e importante, desde que seja avaliado justa e objetivamente.

Com este acordo, podemos avançar para o futuro, e a COP-15 pode ser um novo ponto de partida para a comunidade internacional enfrentar a mudança climática.

A China atribui grande importância à questão da mudança climática e à Conferência de Copenhague.

O primeiro-ministro Wen Jiabao participou da Conferência. Antes e no meio da Conferência, a parte chinesa, especialmente o próprio primeiroministro, trabalhou muito para que a Conferência conseguisse, em circunstâncias tão complexas, o resultado final — o Acordo de Copenhague. Os países como a China e o Brasil desempenharam um papel crucial de mediadores quando as negociações caíram no impasse. Podemos afirmar ao mundo, com todo orgulho, que a China tem contribuído significativamente para a cooperação internacional no enfrentamento da mudança climática e para o resultado positivo da Conferência.

A China e o Brasil mantinham estreita comunicação e coordenação em torno da Conferência. O primeiroministro Wen Jiabao e o presidente Lula conversaram por telefone antes da Conferência e encontraram-se diversas vezes durante o evento. Os dois países empenharam grandes esforços para manter a união e defender os interesses dos países em desenvolvimento, deixando a Conferência como um bom exemplo de cooperação estreita nos assuntos globais.

A China está disposta a reforçar a união dos países do “Basic”(Brasil, África do Sul, Índia e China) para consolidar os resultados obtidos e continuar a desempenhar um papel construtivo nas negociações futuras da mudança do clima.

**QIU XIAOQI** é embaixador da China no Brasil

**Coordenador**
Sergio Leite

**Pesquisadores**
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8° andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa

**Apoio**

CNPq actionaid FAPERJ CPDA FAO nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL